

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

DANIEL SOARES DA SILVA

**LINGUAGEM E VISÃO DA COMUNIDADE NA FILOSOFIA DE SAUL
KRIPKE: DE *NAMING AND NECESSITY* A *WITTGENSTEIN ON RULES AND
PRIVATE LANGUAGE***

Guarulhos

Julho de 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

DANIEL SOARES DA SILVA

**LINGUAGEM E VISÃO DA COMUNIDADE NA FILOSOFIA DE SAUL
KRIPKE: DE *NAMING AND NECESSITY* A *WITTGENSTEIN ON RULES AND
PRIVATE LANGUAGE***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor em filosofia.

Orientador: Plínio Junqueira Smith

Guarulhos

Julho de 2017

Silva, Daniel Soares da

Linguagem e visão da comunidade na filosofia de Saul Kripke: de “Naming and Necessity” a “Wittgenstein on Rules and Private Language” / Daniel Soares da Silva. – Guarulhos, 2017.

207 f.

Tese (doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017.

Orientador: Plínio Junqueira Smith

Título em inglês: Language and community view in Saul Kripke’s philosophy: from Naming and Necessity to Wittgenstein on Rules and Private Language.

1. Filosofia da linguagem. 2. Kripke. 3. Referência. 4. Significado

I. Título

DANIEL SOARES DA SILVA

**LINGUAGEM E VISÃO DA COMUNIDADE NA FILOSOFIA DE SAUL
KRIPKE: DE *NAMING AND NECESSITY* A *WITTGENSTEIN ON RULES AND
PRIVATE LANGUAGE***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor em filosofia.

Orientador: Plínio Junqueira Smith

Aprovado em: 07 de Julho de 2017

Banca Examinadora

Presidente: Prof. Dr. Plínio Junqueira Smith - UNIFESP

Examinador externo: Prof. Dr. João Vergílio Gallerani Cutter – USP

Examinador externo: Prof. Dr. Lorenzo Baravalle – UFABC

Examinador externo: Prof. Dr. Luiz Antonio Alves Eva - UFABC

Examinador interno: Prof. Dr. Tiago Tranjan - UNIFESP

Esta tese é dedicada à memória do meu irmão, Diogo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Antonio, e à minha mãe, Clarete, por todo o apoio que me deram desde o início e tudo o mais.

À Patrícia, pela convivência amorosa e pelo apoio constante.

Ao Plínio, pela orientação e sugestões sempre competentes, pelo exemplo de pensamento filosófico próprio e pela confiança demonstrada na minha capacidade desde o mestrado.

Ao professor Jimmy Plourde, que, durante a minha estadia em Trois-Rivières, acolheu-me extremamente bem na UQTR. Agradeço o interesse demonstrado pela minha pesquisa, a leitura atenta dos capítulos, bem como as contribuições para a sua melhoria.

Aos professores Marcelo Carvalho e Tiago Tranjan, que ofereceram diversas sugestões bastante valiosas no exame de qualificação, as quais me ajudaram a diminuir algumas das várias limitações deste trabalho. Ao professor Marcelo, agradeço pela oportunidade dada de acompanhar o seu curso, ministrado na Unifesp no primeiro semestre de 2014, “Cálculo, gramática, toda uma cultura – variações wittgensteinianas do princípio de contexto”, o qual, para além do seu interesse intrínseco, foi importante, de modo indireto, para o desenvolvimento de parte da minha compreensão acerca das relações entre as duas obras de Kripke analisadas nesta tese.

Ao professor João Vergílio, agradeço por me ter aceito como ouvinte no seu curso, ministrado na USP no segundo semestre de 2015, “Filosofia da linguagem – Verificacionismo e Fenomenologia na Filosofia de Wittgenstein”, que muito me ajudou no entendimento de certos aspectos do pensamento de Wittgenstein.

Aos colegas do doutorado na Unifesp, pelas discussões e experiências compartilhadas.

Ao *Emerging Leaders in the Americas Program* (ELAP) – Canadá, pela oportunidade dada para que eu pudesse realizar parte da minha pesquisa de doutorado na UQTR.

Ao IFSP, por, na metade final da pesquisa, ter-me concedido afastamento para fins de qualificação no país (e, após, afastamento para qualificação no exterior), o que foi fundamental para que eu pudesse a partir de então me concentrar somente no doutorado.

RESUMO

Esta tese defende a interpretação segundo a qual há uma continuidade substancial – associada à importância conferida à dimensão social para a explicação da linguagem – entre *Naming and Necessity* e *Wittgenstein on Rules and Private Language*, de Saul Kripke. A hipótese interpretativa assumida neste trabalho afasta-se em vários pontos da leitura tradicional, para a qual não há qualquer unidade significativa entre os dois livros de Kripke, o que justificaria o tratamento desarticulado atribuído habitualmente a esses escritos. Para alcançar a sua finalidade, o presente estudo está organizado em quatro capítulos. Assim, na primeira parte, é apresentada a interpretação tradicional, bem como algumas razões que poderiam ser apontadas para a sua sustentação. Ainda no primeiro capítulo, consideram-se também algumas visões heterodoxas e minoritárias acerca das relações entre *Naming and Necessity* e *Wittgenstein on Rules and Private Language*. O capítulo 2, por sua vez, é dedicado à discussão do modo como a dimensão social da linguagem aparece na explicação da referência desenvolvida em *Naming and Necessity*. Dessa forma, são examinadas as noções de cadeias comunicativas e de comunidade, fundamentais para a proposta defendida em *Naming and Necessity* e para o desenvolvimento da hipótese central desta tese. De sua parte, o capítulo 3 investiga a dimensão social da linguagem tal como ocorre em *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Para isso, analisa-se o paradoxo sobre o significado formulado nesse livro, assim como a solução cética que o responde, a qual é a responsável por introduzir os aspectos comunitaristas característicos dessa obra. No capítulo 3, são consideradas também as tentativas de solução direta ao paradoxo semântico, as quais, na medida em que inevitavelmente fracassam, constituem uma fonte indireta de apoio para a própria solução cética. Por fim, com base no exame comparativo realizado nos capítulos anteriores, o capítulo 4 considera as principais diferenças e semelhanças entre os dois livros analisados, ressaltando-se a semelhança quanto à dimensão social da linguagem. O capítulo 4 também apresenta e responde algumas objeções que poderiam ser feitas à interpretação defendida nesta tese.

Palavras-chave: Kripke. Referência. Significado. Comunidade.

ABSTRACT

This thesis defends the interpretation according to which there is a substantial continuity – associated with the importance conferred to the social dimension for the explanation of the language – between *Naming and Necessity* and *Wittgenstein on Rules and Private Language*, by Saul Kripke. The interpretative hypothesis assumed in this work departs at several points from the traditional reading for which there is no significant unity between both books by Kripke, which would justify the separate treatment usually attributed to these writings. In order to achieve its purpose, the present study is organized into four chapters. Thus, in the first part, the traditional interpretation is presented, as well as some reasons that could be pointed out for its support. Also in the first chapter, some heterodox and minority views on the relations between *Naming and Necessity* and *Wittgenstein on Rules and Private Language* are considered. Chapter 2, for its turn, is dedicated to discussing the way how the social dimension of language appears in the account on reference developed in *Naming and Necessity*. In this fashion, the notions of communicative chains and community are examined, which are fundamental for the proposal defended in *Naming and Necessity* and for the development of the central hypothesis of this thesis. For its part, chapter 3 investigates the social dimension of language as it occurs in *Wittgenstein on Rules and Private Language*. For this, the paradox about the meaning formulated in that book is analyzed, as well as the sceptical solution that answers it, which is responsible for introducing the characteristic communitarist aspects of that work. In chapter 3, the attempts of straight solutions to the semantic paradox are also considered, which insofar as they inevitably fail, constitute an indirect source of support for the skeptical solution itself. Finally, based on the comparative analysis carried out in previous chapters, chapter 4 considers the main differences and similarities between the two books analyzed, highlighting the similarity of the social dimension of language. Chapter 4 also presents and answers some objections that could be made to the interpretation defended in this thesis.

Keywords: Kripke. Reference. Meaning. Community.

LISTA DE ABREVIATURAS

IF – *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, 1999)

NN – *Naming and Necessity* (KRIPKE, 1980)

WRPL – *Wittgenstein on Rules and Private Language* (KRIPKE, 1982)

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO GERAL..... | 10 |
| CAPÍTULO 1 - INTERPRETAÇÃO TRADICIONAL E O DESACORDO APARENTE ENTRE <i>NN</i> E <i>WRPL</i> | 13 |
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1.1 A INTERPRETAÇÃO TRADICIONAL | 14 |
| 1.2 <i>NN</i> E <i>WRPL</i> COMO APOIO PARA A INTERPRETAÇÃO TRADICIONAL..... | 19 |
| 1.2.1 Índícios internos a <i>NN</i> | 20 |
| 1.2.2 Índícios internos a <i>WRPL</i> | 26 |
| 1.3 OUTRAS POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE <i>NN</i> E <i>WRPL</i> | 32 |
| 1.3.1 Atitude comum..... | 32 |
| 1.3.2 Tema comum..... | 38 |
| 1.3.3 <i>NN</i> como resposta para <i>WRPL</i> | 41 |
| 1.3.3.1 McGinn | 42 |
| 1.3.3.2 Excurso: o pensamento tardio de Wittgenstein | 46 |
| 1.3.3.3 Bernecker | 50 |
| CONCLUSÃO | 53 |
| CAPÍTULO 2 - A VISÃO DA COMUNIDADE EM <i>NN</i> | 55 |
| INTRODUÇÃO | 55 |
| 2.1 A CONCEPÇÃO HISTÓRICO-CAUSAL..... | 57 |
| 2.2 A INTRODUÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS NA COMUNIDADE LINGUÍSTICA..... | 68 |
| 2.2.1 Introdução de nomes via ostensão..... | 71 |
| 2.2.2 Introdução de nomes via descrição..... | 74 |
| 2.3 A CADEIA COMUNICATIVA | 80 |
| 2.3.1 O problema da mudança de referência não intencional | 84 |
| 2.4 COMUNIDADE EM <i>NN</i> | 91 |
| CONCLUSÃO | 96 |
| CAPÍTULO 3 - A VISÃO DA COMUNIDADE EM <i>WRPL</i> | 99 |
| INTRODUÇÃO | 99 |
| 3.1 O PARADOXO SEMÂNTICO..... | 99 |
| 3.1.1 Formulação e pressupostos do paradoxo semântico | 100 |
| 3.1.2 As diferentes vozes de <i>WRPL</i> | 114 |
| 3.2 A SOLUÇÃO CÉTICA | 122 |
| 3.3 AS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO DIRETA AO PARADOXO SEMÂNTICO | 144 |
| 3.3.1 Regra ou instrução internalizada | 146 |
| 3.3.2 Disposicionalismo | 149 |
| 3.3.3 Explicação a partir da hipótese mais simples | 156 |
| 3.3.4 Experiência introspectiva..... | 159 |
| 3.3.5 Imagem empirista clássica | 161 |
| 3.3.6 Estados mentais <i>sui generis</i> | 164 |
| 3.3.7 Realismo matemático ou platonismo..... | 166 |
| CONCLUSÃO | 168 |
| CAPÍTULO 4 - DIFERENÇAS E SIMILARIDADES. OBJEÇÕES E RESPOSTAS..... | 172 |
| INTRODUÇÃO | 172 |
| 4.1 DIFERENÇAS E SIMILARIDADES..... | 173 |
| 4.1.1 Diferenças..... | 173 |
| 4.1.2 Similaridades e a dimensão social da linguagem em <i>NN</i> e <i>WRPL</i> | 182 |
| 4.1.2.1 A dimensão social da linguagem em <i>NN</i> e <i>WRPL</i> | 188 |
| 4.2 OBJEÇÕES E RESPOSTAS..... | 198 |
| REFERÊNCIAS | 204 |

INTRODUÇÃO GERAL

Esta tese tem como objetivo geral comparar alguns aspectos das duas principais obras de Saul Kripke, *NN* (1980) e *WRPL* (1982), examinando, em particular, a hipótese de que, em que pese algumas diferenças no tratamento de questões semânticas, há uma continuidade substancial entre ambas em virtude do tema comum da dimensão social da linguagem.

Ao procurar reconstituir dois momentos fundamentais da trajetória kripkeana, esta tese busca colaborar para o entendimento da articulação de diferentes partes da filosofia do autor, articulação esta que, ainda que não seja explicitamente tematizada por Kripke, merece ter as suas vinculações internas examinadas em destaque e de maneira não condensada, a fim de se ver com maior clareza todo o seu alcance e possível contribuição para o debate filosófico contemporâneo a respeito da linguagem. Além disso, a tese visa a contribuir também para o preenchimento de certa lacuna interpretativa, pois não há muitos estudos sistemáticos dedicados especificamente à comparação e ao exame da continuidade das idéias semânticas apresentadas em *NN* e em *WRPL*.

As origens desta investigação podem ser buscadas na pesquisa realizada durante o meu mestrado (SILVA, 2012). Naquela ocasião, pude examinar as relações entre, por um lado, a explicação da referência de nomes próprios e termos para espécies naturais e, por outro, a perspectiva científico-essencialista elaborada em *NN*. Nesta tese, contudo, não só a questão central abordada é bastante diversa, mas o foco da análise é mais amplo, dado que considera conjuntamente os dois livros principais de Kripke.

Convém registrar que a proposta de interpretação desenvolvida aqui afasta-se, sob diversos pontos, da leitura tradicional acerca das obras de Kripke. De fato, segundo a interpretação que pode ser depreendida de comentadores importantes da filosofia kripkeana, não seria o caso de se falar de quaisquer temas significativos a aproximar *NN* e *WRPL*, sendo esses dois livros usualmente tratados de maneira desarticulada. Nesse sentido, observe-se que, como ficará mais claro adiante, a interpretação tradicional adquire grande parcela da sua força não tanto de uma defesa fundamentada da incompatibilidade teórica entre as ideias apresentadas em *NN* e em *WRPL*, mas, sobretudo, da ausência mesma de um esforço de se comparar e de se identificar nexos relevantes nas duas obras mencionadas. Simplesmente, parece que nada é feito, de

maneira geral, para se alterar o princípio já cristalizado de que *NN* e *WRPL* tratariam de assuntos bastante diferentes – em suma, é como se, na prática, esse pressuposto metodológico não fosse suscetível de investigação ulterior.

Em oposição a tal tendência comum, porém, este trabalho busca comparar alguns aspectos dos dois livros, visando, assim, a investigar como *NN* e *WRPL* poderiam ser aproximados de um ponto de vista filosófico, ou seja, a partir de um enquadramento exclusivamente teórico e argumentativo. Assim, ressalte-se desde logo que esta tese se ocupa primariamente do modo como a armação dos dois livros poderia ser conceitualmente reconstruída de uma determinada maneira. Nesse sentido, diferentemente da interpretação tradicional, a interpretação alternativa sustentada aqui não só supõe que tem sentido comparar *NN* e *WRPL*, mas que o resultado da comparação pode se revelar surpreendente: longe de serem irreconciliáveis ou merecerem ser tratados de modo completamente apartado, os livros têm alguns aspectos filosóficos bastante importantes em comum.

De fato, em que pese a existência de diferenças *prima facie* entre *NN* e *WRPL*, esta tese defende que os dois livros podem ser tomados como estando substancialmente próximos quando se nota a centralidade adquirida pela noção de comunidade nas soluções a que recorrem para a resolução dos diferentes problemas linguísticos que exploram. Assim, cumpre dizer que, com base na perspectiva aqui adotada, a existência de algumas diferenças teóricas claras entre os dois livros não deve ser exagerada; em especial, não se deve deixar que tais diferenças impeçam a plena apreciação, num nível mais profundo e menos imediato, das significativas continuidades, tanto de abordagem quanto de temas, entre *NN* e *WRPL*.

Sob o ponto de vista da sua estrutura, a tese está dividida em quatro capítulos. O capítulo 1 investiga as características centrais relacionadas à interpretação tradicional, a qual, com base em razões em geral implícitas, não identifica similaridades importantes nos dois livros sob exame. Nesse sentido, com base na análise de uma amostra da literatura secundária especializada, o capítulo 1 considera alguns representantes da visão prevalente, bem como apresenta certos aspectos internos às próprias discussões realizadas em *NN* e em *WRPL* que poderiam ser tomados como pontos de apoio para a leitura ortodoxa. No final desse primeiro capítulo, são consideradas, também, algumas sugestões interpretativas que, embora não sejam plenamente desenvolvidas pelos seus autores, constituem uma exceção digna de nota à linha exegética dominante que é rejeitada neste trabalho.

Uma vez caracterizada a interpretação tradicional no capítulo 1, o capítulo 2 volta-se para o modo como a concepção comunitarista da linguagem se faz presente em *NN*. Trata-se propriamente do início do desenvolvimento da hipótese interpretativa central defendida nesta tese. Nessa perspectiva, são analisadas com destaque a concepção histórico-causal da referência, as formas de introdução de nomes próprios numa comunidade linguística e as próprias noções de cadeia comunicativa e de comunidade. Da análise efetuada nesse capítulo, um ponto essencial que se destaca é como a noção de comunidade desempenha uma função determinante na explicação oferecida em *NN* acerca do modo como efetivamente ocorre a referência dos nomes próprios.

Por sua vez, o capítulo 3 ocupa-se de *WRPL* e visa a examinar a relevância do âmbito social da linguagem nesse último livro. Antes, porém, de tratar de tal assunto, que, no contexto da discussão de *WRPL*, emerge com a proposta da solução cética ao paradoxo sobre o significado, o capítulo detém-se num exame mais detalhado das condições para a formulação do próprio paradoxo cético e das suas principais tentativas de solução direta. Ao seu final, o capítulo 3 considera ainda as próprias tentativas de resposta direta ao paradoxo semântico, as quais, na medida em que fracassam como solução para o desafio introduzido pelo cético, fornecem um importante apoio indireto para a imagem da linguagem associada à solução cética.

Finalmente, o capítulo 4 é dedicado à apresentação, sob uma forma mais sistemática, da interpretação elaborada neste trabalho, para a qual há um acordo de fundo significativo entre os dois principais tratamentos de temas semânticos oferecidos por Kripke. De fato, reunindo resultados obtidos nos capítulos anteriores, no capítulo 4 trato de expor, de maneira mais ordenada, as principais diferenças e semelhanças entre *NN* e *WRPL*, com destaque particular para a semelhança, fundamental para a hipótese adotada nesta tese, relacionada ao tema da dimensão social da linguagem. Nesse capítulo final, respondo, ainda, a algumas objeções que poderiam ser feitas à minha interpretação.

CAPÍTULO 1

A INTERPRETAÇÃO TRADICIONAL E O DESACORDO APARENTE ENTRE *NN* E *WRPL*

INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo, apresentarei algumas das principais razões que justificam ou fundamentam o ponto de vista prevalente na literatura especializada (referido também nesta tese por expressões como “interpretação tradicional” ou “interpretação ortodoxa”), segundo o qual *NN* e *WRPL* exporiam perspectivas completamente afastadas, sendo que não haveria aspectos comuns significativos entre essas duas obras.

Assim, na primeira seção, com vistas ao estabelecimento das linhas gerais da interpretação tradicional, examino brevemente determinados aspectos das visões de alguns comentadores importantes do pensamento filosófico de Kripke, os quais serão tomados como representantes da visão mais disseminada acerca das relações entre *NN* e *WRPL*. De forma geral, para o grupo de autores arrolados, pode-se dizer que não há teses ou concepções importantes compartilhadas pelos dois livros indicados e, por isso, a esses diferentes escritos de Kripke é dado tratamento totalmente independente e autocontido.

Em seguida, destaco alguns elementos centrais internos de parte das concepções desenvolvidas em *NN* e em *WRPL*, os quais poderiam ser considerados como fornecendo forte apoio para esse modo de leitura que, não obstante ser implícito, é bastante difundido entre os estudiosos do pensamento kripkeano.

Por sua vez, a seção 1.3 considera um outro conjunto de possibilidades de interpretação para as relações mantidas entre *NN* e *WRPL*. Os caminhos interpretativos examinados nessa parte foram menos seguidos pela literatura que se formou em torno dos escritos de Kripke e, em geral, decorrem de observações passageiras e não endossadas pelos seus próprios autores. No entanto, a sua inclusão aqui se justifica porque oferecem algumas pistas importantes para a compreensão do desenvolvimento da proposta defendida neste trabalho.

Finalmente, este capítulo se encerra com uma conclusão, a qual resume os principais resultados alcançados nesta parte inicial da tese.

1.1 A INTERPRETAÇÃO TRADICIONAL

Antes de se começar a examinar alguns representantes da literatura secundária que podem ser associados à interpretação tradicional tal como entendida neste trabalho, convém reconhecer que o próprio Kripke, quer seja em *NN*, quer seja em *WRPL*, nada sustenta explicitamente no que concerne à maneira como devem ser compreendidas as relações entre os seus dois principais escritos dedicados à filosofia da linguagem. Em outras palavras, não se conhece, até a presente data, nenhum pronunciamento público de Kripke no qual ele defenda uma proposta definida para a interpretação conjunta de *NN* e *WRPL*. Isso pode contribuir para explicar, pelo menos parcialmente, o fato de as duas obras, que podem ser vinculadas a diferentes linhas de pensamento no interior da tradição da filosofia, não terem ainda se tornado tema frequente de estudos comparativos mais sistemáticos por parte dos estudiosos do pensamento kripkeano.

Com o objetivo de melhor caracterizar a interpretação mais comum acerca dos escritos de Kripke, consideremos alguns exemplos emblemáticos da literatura secundária especializada.

No seu exame da filosofia kripkeana, Hughes afirma que Kripke é um dos mais importantes filósofos do século XX e qualifica *NN* como a contribuição individual mais significativa dos últimos 50 anos para a metafísica e para a filosofia da linguagem (HUGHES, 2004, p. vii). Entretanto, apesar de influentes, as novas ideias introduzidas não teriam tido todas o mesmo grau de aceitação pela comunidade profissional dos filósofos analíticos.

Assim, dentro do grupo das ideias que teriam obtido uma aceitação praticamente consensual, estariam, segundo Hughes, as seguintes: a crítica à teoria descritivista; a importância conferida, para a explicação do fenômeno da referência, às relações causais entre o nome e o objeto designado; a noção de designação rígida; o reconhecimento da necessidade metafísica de enunciados de identidade envolvendo nomes próprios; a ênfase numa clara separação entre modalidades epistêmicas, modalidades metafísicas e modalidades semânticas; e, finalmente, a demonstração da legitimidade da distinção entre propriedades acidentais e essenciais (HUGHES, 2004, p. vii).

De outro lado, teria havido uma adesão menor por parte dos filósofos contemporâneos à crítica de Kripke à equivalência entre estados mentais e estados físicos; à recusa em ver na teoria das contrapartes à la Lewis um aparato conceitual adequado para se dirimir certos problemas lógicos; e aos exemplos alegados de enunciados contingentes *a priori* (HUGHES, 2004, pp. vii-viii).

No prefácio ao seu trabalho, Hughes anuncia também a intenção de buscar fornecer uma visão panorâmica dos temas centrais da metafísica e da filosofia da linguagem de Kripke (HUGHES, 2004, p. vii). Contudo, esse livro não examina em absoluto, e esse é um ponto central para os propósitos agora relevantes, as ideias desenvolvidas em *WRPL*. De fato, o seu sumário apresenta a seguinte estrutura de capítulos: “1. Nomes; 2. Necessidade; 3. Identidade, Mundos e Tempos; 4. O mental e o Físico”.

Se, por um lado, a divisão acima – basicamente limitada a temas pertencentes ao universo de *NN* – está em conformidade com o subtítulo da obra (a saber, *Kripke – Names, Necessity, and Identity*), certamente não ocorre que esteja em consonância com o objetivo, de escopo mais extenso, declarado no prefácio, a saber, abordar os pontos principais da filosofia kripkeana da linguagem. Realmente, a intenção anunciada no prefácio de Hughes sugere ao seu leitor que se estaria diante de um tratamento ampliado do tema da linguagem no interior de todo o pensamento de Kripke, tratamento que deveria se beneficiar não apenas de uma análise de *NN*, mas também de um exame de *WRPL*, visto ser esse último um dos escritos de Kripke sobre a linguagem mais discutidos e comentados.

No entanto, nessa obra importante da literatura secundária nada é dito sobre de que forma as discussões de *NN* e de *WRPL* poderiam ser tomadas conjuntamente. Para todos os efeitos, não há nesse livro qualquer discussão de uma possível relação, sob o ponto de vista temático ou outro qualquer, entre os dois escritos de Kripke.

Apesar de ser igualmente introdutório, em Preti (2003) encontramos um capítulo voltado para a apresentação de *WRPL*, conquanto seja bastante esquemático – como, de resto, todo o livro o é. Como a autora assinala, a sua obra procura examinar três das contribuições mais relevantes de Kripke para o pensamento filosófico, a saber: o desenvolvimento da sua semântica para a lógica modal, *NN* e *WRPL* (PRETI, 2003, p. 2).

A respeito deste último trabalho de Kripke, Preti afirma¹:

A exegese de Wittgenstein é enormemente difícil. Existem, até agora, incontáveis comentários sobre a sua obra [...], periódicos e conferências dedicados ao seu trabalho, biografias e memórias – e disputas contínuas. Isso não surpreende, claro: a obra mesma é desafiadora para a reflexão e a escrita a seu respeito; e a obscuridade do estilo permite um espaço não desprezível para o desacordo. É possível, porém, que nenhum comentário sobre a obra de Wittgenstein tenha gerado o tipo de atenção e controvérsia que a obra de Kripke gerou quando apareceu (PRETI, 2003, p. 68).

Ao longo do livro de Preti, porém, não há qualquer tentativa mais sistemática de identificar traços significativos capazes de estabelecer algum tipo de ligação entre *NN* e esse comentário, que se revelou tão controverso, ao pensamento de Wittgenstein. Como resultado, as duas principais obras de Kripke são encaradas, também por essa representante da literatura especializada, como contribuições que mal se relacionam, não havendo, nessa perspectiva, quaisquer similitudes teóricas dignas de nota entre as obras.

Nesse aspecto, a situação não muda de figura se considerarmos Ahmed (2007). Aqui, deve-se reconhecer que o autor exibe um engajamento mais crítico com os argumentos kripkeanos. De *NN*, por exemplo, são discutidas a crítica ao descritivismo e as ideias sobre essência e necessidade, mas não a explicação histórico-causal fornecida para o fenômeno da referência. Além disso, Ahmed também ressalta como *NN* teria sido responsável por revigorar o debate metafísico dentro da filosofia analítica (AHMED, 2007, p. 2).

De fato, a desvalorização da metafísica como área da pesquisa filosófica é um dos traços centrais do pano de fundo histórico de *NN* que Ahmed julga fundamental ter em mente para uma adequada compreensão dessa obra (AHMED, 2007, p. 2). A outra característica importante do panorama filosófico da época é a visão então prevalente, contra a qual se posicionarão as conferências de *NN*, de que “[...] o significado linguístico é de alguma forma mediado por algo na mente do falante” (AHMED, 2007, p. 2).

De *WRPL*, por sua vez, o autor examina (no capítulo quarto do seu livro) o paradoxo cético e algumas tentativas de respondê-lo; e, no capítulo seguinte, a sua atenção se volta para a solução cética e para o argumento contra a possibilidade de uma

¹ São de minha autoria, nesta tese, todas as traduções de obras em língua estrangeira ainda não publicadas em português.

linguagem privada. Ahmed observa, ainda, como algumas ideias avançadas por Kripke já estariam circulando sob uma forma ou outra:

É talvez digno de menção que as ideias apresentadas em *WRPL* já estavam no ar por algum tempo antes da sua publicação: a interpretação por Wright de Wittgenstein (1980) é bastante semelhante à de Kripke e a de Fogelin (a primeira edição do seu livro de 1987) também é notavelmente semelhante (AHMED, 2007, p. 3).

No entanto, a esse respeito, é necessário apontar que, na introdução ao livro *WRPL*, Kripke afirma que as ideias que aí expõe lhe ocorreram no ano de 1962-1963 (KRIPKE, 1982, p. 1) – antes, portanto, dos anos de publicação das obras expressamente mencionadas por Ahmed. No caso específico da interpretação similar oferecida por Fogelin, este último afirma que começou a trabalhar na sua visão no começo da década de 1960 (sendo que enviou à editora, em 1974, o manuscrito da primeira versão do seu livro, publicado em 1976); Fogelin também reconhece, porém, que, embora ele e Kripke possam ter tido “experiências de iluminação” na mesma época, as suas perspectivas seguiram desenvolvimentos independentes (FOGELIN, 2002, p. 258, nota de rodapé 10). Dessa forma, em vez de se falar, a propósito das interpretações de Kripke e de Fogelin, de ideias que já estavam no ar, parece menos desencaminhador falar de linhas interpretativas que, originando-se aproximadamente na mesma época, desenvolveram-se de maneira independente.

Como quer que seja, e deixando de lado a questão relacionada à prioridade quanto à autoria dessa interpretação do pensamento de Wittgenstein – questão cujo exame extrapola os limites determinados para este trabalho –, não cabe senão concluir que, também em Ahmed (2007), apesar do seu envolvimento mais direto na avaliação da argumentação elaborada em *NN* e em *WRPL*, não é possível constatar sinais de uma posição interpretativa consistente sobre as relações entre esses dois livros que seja diferente do ponto de vista geral já consolidado.

Com base nesse exame sumário das obras de Hughes, Preti e Ahmed, pode-se apreender, desde já, alguns traços centrais da posição interpretativa dominante na literatura secundária a respeito das relações entre *NN* e *WRPL*.

Convém esclarecer, em primeiro lugar, que, por interpretação tradicional, deve-se entender a visão geral não explicitamente tematizada, mas de algum modo compartilhada por diferentes *scholars* do pensamento de Kripke, segundo a qual não é o caso de se falar em continuidades teóricas substanciais entre *NN* e *WRPL*. Desse modo,

embora os comentadores reconheçam, em grandes linhas, a relevância filosófica das obras de Kripke (sobretudo, de *NN*), não é feita nenhuma análise substancial para lhes dar um tratamento mais articulado. De fato, para os autores considerados, não parece se revelar justificável o esforço de se realizar um exame comparativo das duas principais obras kripkeanas. Na realidade, o entendimento a operar tacitamente parece ser o de que *NN* e *WRPL* exibiriam atitudes bem diversas por parte do seu autor quanto à natureza da filosofia e quanto à sua própria aceitação das ideias apresentadas. Pode-se aventar que uma razão para essa percepção difusa está associada ao fato de que, se, de um lado, costuma-se atribuir a *NN*, com a sua concepção semântica e a sua defesa do essencialismo científico, certo impulso para a reabilitação da teorização metafísica dentro da filosofia analítica, de outro, *WRPL* oferece uma análise que se aproxima mais da tradição do ceticismo filosófico, ainda que se deva notar a especificidade do tipo de ceticismo (semântico) aí proposto².

Além disso, em *NN* teríamos expressamente a apresentação de ideias do próprio Kripke, que, embora tenha pronunciado as conferências que viriam a formar *NN* no começo de 1970, diz ter começado a pensar nos seus temas principais em 1963-1964 (KRIPKE, 1982, p. 5). Em *WRPL*, porém, a situação é bem outra, pois se trataria apenas do desenvolvimento de uma argumentação de natureza cética suscitada por algumas considerações de Wittgenstein. Com efeito, a respeito do estatuto das ideias de *WRPL*³, Kripke diz o seguinte: “Merece ênfase que, nesse escrito, não tento falar por mim mesmo, ou dizer algo sobre as minhas próprias visões sobre questões substantivas, com exceção de apartes ocasionais e menores” (KRIPKE, 1982, p. ix).

Por fim, uma outra razão que poderia ser indicada para não se cogitar do tratamento conjunto dos dois escritos de Kripke poderia residir na avaliação de que as duas obras, pelo menos à primeira vista, parecem bastante diversas sob o ponto de vista das próprias concepções teóricas que desenvolvem. Esse último aspecto, relacionado às diferenças *prima facie* do conteúdo mesmo das ideias filosóficas abordadas nos dois livros, será tratado mais detidamente na próxima seção.

² A respeito do ceticismo de tipo semântico, desenvolvimento próprio da filosofia analítica, pode-se dizer que ele se diferencia das outras variantes do ceticismo na medida em que duvida do significado mesmo das expressões linguísticas. Como afirma Smith, se os “[...] céticos, antigos ou modernos, duvidaram somente de nossas capacidades para discernir o valor de verdade dos enunciados (a suspensão do juízo consiste precisamente em não atribuir a nenhum enunciado o valor de verdade), [...] o cético semântico põe em questão o conteúdo e a inteligibilidade dos próprios enunciados” (SMITH, 2002, p. 101).

³ Nesta tese, eu me concentro apenas nos três capítulos de *WRPL*, deixando de lado o longo posfácio (“Wittgenstein e as Outras Mentas”).

1.2 *NN* E *WRPL* COMO APOIO PARA A INTERPRETAÇÃO TRADICIONAL

Como afirmado anteriormente, *NN* e *WRPL* podem ser associados, a partir de uma certa perspectiva, a diferentes correntes de pensamento dentro da tradição filosófica. De fato, ao passo que, por um lado, *NN* expressa uma visão que poderia, pelo menos à primeira vista, ser classificada como dogmática, dado que sustenta uma série de ideias filosóficas definidas a respeito da linguagem e da ciência; *WRPL*, por sua vez, encontra-se mais próximo da tradição do ceticismo filosófico, dada a natureza cética das considerações que – a partir das *IF*, de Wittgenstein – são aí desenvolvidas.

Nessa direção, o objetivo da presente seção é examinar com mais atenção as ideias apresentadas nas duas obras que poderiam substanciar essas variadas filiações teóricas, justificando assim, pelo menos de modo implícito, a interpretação prevalente caracterizada anteriormente. Diferentemente da seção anterior, interessa agora investigar não tanto o que os estudiosos têm dito a respeito dos escritos de Kripke, mas sobretudo as razões internas tanto a *NN* quanto a *WRPL* que poderiam justificar o juízo tradicional.

O procedimento expositivo descrito anteriormente mostra-se pertinente porque, a princípio, os dois livros de Kripke são realmente bastante diversos no que diz respeito ao seu conteúdo. Conforme procurei apresentar na seção anterior, a interpretação tradicional acerca de *NN* e *WRPL* obtém parte fundamental da sua força exatamente da suposição da existência de diferenças fundamentais quanto às ideias sustentadas nas duas obras. Nessa perspectiva, uma das diferenças mais importantes parece estar ligada ao fato de que a discussão de *NN* é desenvolvida privilegiando-se o tema da referência dos termos. Ora, por outro lado, todo o exame feito em *WRPL* gira em torno, principalmente, do significado, com o paradoxo cético concluindo pela inexistência mesma de fatos capazes de constituir o significado linguístico.

Essa forma de entender *NN* e *WRPL* não é de modo algum explicitamente tematizada pelos comentadores, mas, em vez disso, parece constituir um outro aspecto da grade de leitura implícita adotada por diferentes estudiosos que se dedicaram a examinar as ideias kripkeanas. Nem por isso a interpretação tradicional sai menos reforçada, na medida em que as duas obras, de acordo com esse entendimento difundido, ofereceriam análises que se ocupam de diferentes níveis semânticos (o nível da referência, com *NN*, e o nível do significado, com *WRPL*), não sendo óbvio que se

possa ampliar de maneira direta e imediata para um dos planos os resultados alcançados no âmbito do outro.

Tendo em vista essas considerações, busco a seguir contrapor *NN* e *WRPL* sob o ponto de vista de algumas das concepções internas que são aí desenvolvidas.

1.2.1 Indícios internos a *NN*

Para muitos, *NN* é o principal livro de Kripke, a sua obra-prima (*magnum opus*) (BURGESS, 2013, p. 11). *Grosso modo*, nas três conferências que constituem esse livro, Kripke expõe de forma clara a sua concepção sobre a referência dos nomes próprios e dos termos para espécies naturais, extraíndo as consequências dessa perspectiva para a compreensão do papel desempenhado pela ciência (que se revelará uma atividade capaz de descobrir verdades necessárias *a posteriori*) e para a rejeição de certa visão materialista a respeito da identidade entre estados mentais e estados físicos.

Na apresentação que se segue de *NN*, deixo de lado a discussão sobre a referência de termos para categorias naturais, bem como a parte sobre as cadeias comunicativas (esse último assunto será analisado no próximo capítulo). Por fugir ao escopo desta tese, também não abordarei o essencialismo científico nem as ideias de Kripke relacionadas à filosofia da mente.⁴

Em *NN*, aparece em primeiro plano o problema da referência, isto é, como explicar o fato de termos linguísticos tais como nomes próprios serem capazes de se referir a certos objetos do mundo? A resposta de Kripke a essa questão é proposta como sendo uma alternativa melhor à concepção dita descritivista, cujas origens remontariam às ideias de Frege e Russell.

Do ponto de vista exegético, existe alguma controvérsia a propósito de se Frege e Russell podem apropriadamente ser considerados descritivistas. Essa questão, porém, não será investigada neste estudo, que, a exemplo do próprio autor de *NN*, aceita a interpretação então corrente. Nesse sentido, Kripke afirma, num escrito publicado depois de *NN*:

Se eu estava correto em atribuir uma teoria da descrição de nomes próprios a Frege (a qual certamente concorda com seus exemplos) não será o assunto principal aqui. Gareth Evans, num escrito que, tanto quanto eu sei, não foi publicado, observou que certamente Frege, assim como Russell, tinha sido

⁴ Em Silva (2012), tratei da versão do essencialismo científico defendida em *NN*; em particular, examinei como essa concepção essencialista decorre das considerações sobre a referência feitas por Kripke.

em geral entendido dessa forma. Isso fez com que fosse importante para mim refutar a teoria, a despeito de se historicamente ela era a teoria de Frege ou não (KRIPKE, 2011, p. 280).

Em linhas gerais, para a visão descritivista, na sua versão simplificada e tal como caracterizada em *NN*, a explicação para a referência de um nome próprio é dependente das descrições associadas ao termo pelo falante, as quais devem ser satisfeitas univocamente pelo objeto designado. Assim, quando usamos um nome como “Machado de Assis”, por exemplo, referimo-nos à pessoa pretendida porque, associado à nossa utilização do termo, existiria um certo conjunto de descrições (como, digamos, “o escritor brasileiro mais consagrado e reputado pelos críticos”, “o autor de *Dom Casmurro*” etc.) que seriam univocamente satisfeitas pelo indivíduo em questão.

Nas palavras de Kripke (e tomando-se agora como exemplo o nome “Napoleão”):

[...] se eu uso o nome “Napoleão” e alguém me pergunta, “A quem você está se referindo?”, eu vou responder algo como, “Napoleão foi imperador da França no começo do século dezenove; ele acabou derrotado em Waterloo”, dando assim uma descrição univocamente identificadora para determinar o referente do nome. Parece, então, que Frege e Russell deram a explicação natural de como a referência é determinada aqui [...] (KRIPKE, 1980, p. 28).

Não parece exagero afirmar que essa visão descritivista da referência de nomes próprios, além de ser motivada filosoficamente – no sentido de ser introduzida, por Frege e outros, como resposta para certos paradoxos, como o associado à informatividade envolvendo enunciados de identidade, – pode ser tomada como bastante espontânea e fiel às nossas intuições comuns sobre a relação entre mundo e linguagem. No trecho acima, Kripke chega a falar dessa teoria como uma “explicação natural”. Essa talvez seja uma das razões pelas quais tal visão ficou tanto tempo sem ser radicalmente questionada no plano filosófico.

A propósito dessa concepção, Searle, ele mesmo defensor de uma versão mais sofisticada da tese descritivista, afirma o seguinte:

Uma questão crucial da filosofia analítica da linguagem, desde Frege (e, na verdade, presente na filosofia desde Platão) tem sido: como a linguagem se relaciona com o mundo? Como as palavras se imbricam com as coisas? Ao responder a essa questão, a tradição analítica descobriu uma conexão entre a noção de referência e a noção de verdade. Uma expressão, como um nome próprio, refere-se a, ou representa, ou designa um objeto porque associado a esse nome está um conteúdo descritivo, algum conceito do objeto em questão, e o objeto em questão satisfaz ou se adequa a esse conteúdo

descritivo. A expressão se refere ao objeto apenas porque a descrição é verdadeira quanto ao objeto. Esta é a leitura-padrão da famosa distinção de Frege entre sentido e referência [...]. Na década de 1970, essa concepção da relação entre linguagem e realidade foi criticada por vários filósofos [...] (SEARLE, 2002, p. 15).

Kripke emprega, basicamente, três tipos de argumentos para atacar a explicação descritivista da relação entre linguagem e realidade: argumentos modal, epistêmico e semântico⁵.

Em linhas gerais, o argumento modal estabelece que não é o caso que uma descrição seja necessariamente sinônima do nome correspondente, como requer o descritivismo. Realmente, o descritivismo exige que a descrição associada a um nome seja um sinônimo desse nome porque a descrição em questão é tomada como sendo *singularizante*, isto é, a descrição seria aplicável somente ao indivíduo designado pelo nome próprio. Nesse quadro, nomes próprios são como que expedientes simplificadores, pois, sendo em geral formados por expressões mais curtas que as descrições correspondentes, tornam a comunicação humana mais fácil e ágil. No entanto, e retomando o exemplo sobre Napoleão mencionado previamente, Kripke argumenta que, ao passo que é possível que outro político tivesse sido o imperador da França no começo do século XIX, não é possível que Napoleão não fosse Napoleão. Explicando em outras palavras, nomes e descrições se comportam de forma diferente em determinadas situações contrafactuais: se uma descrição pode deixar de selecionar o indivíduo ao qual se aplica na situação atual, o nome próprio se refere ao mesmo particular designado no mundo real independentemente da circunstância considerada (KRIPKE, 1980, pp. 61-62). Ora, se esse é o caso, então não é verdadeiro que a descrição seja sinônima do nome próprio, pois a descrição e o nome não podem ser usados de maneira intercambiável em todas as situações contrafactuais.

Por sua vez, segundo o argumento epistêmico, não é verdadeiro que – contrariamente a uma das teses componentes do descritivismo tal como reconstruído em *NV* (1980, p. 71) – o falante esteja de algum modo em condições de saber *a priori* que a descrição se aplica ao objeto designado pelo nome correspondente. De fato, de acordo com o descritivismo, nomes próprios referem indiretamente (via descrições), de maneira que a introdução ou transmissão de um nome sempre se faria acompanhar por alguma descrição tida como verdadeira (e passível de ser conhecida pelo falante com base na

⁵ Os argumentos kripkeanos contrários ao descritivismo são objeto de exame mais detalhado em Silva (2012, pp. 38-47).

reflexão) do objeto designado pelo nome. No entanto, como Kripke argumenta, pode ocorrer que as descrições que um indivíduo associa a um nome qualquer se revelem falsas em certas situações – só *a posteriori*, de todo modo, podemos saber se esse é o caso ou não. No entanto, mesmo numa situação em que são falsas as descrições em geral associadas a um nome, intuitivamente reconheceríamos que, com a utilização do nome próprio, o falante consegue se referir ao indivíduo pretendido (KRIPKE, 1980, pp. 87-90).

Finalmente, de acordo com o argumento semântico, para usar um nome próprio qualquer (como “Napoleão”, por exemplo), não é de modo algum indispensável que o falante disponha de descrições individuadoras como “o imperador da França no começo do século XIX” ou “o principal derrotado em Waterloo”. Muitos usuários do nome “Napoleão”, se perguntados a quem se referem com o termo, talvez não conseguissem responder mais que, digamos, “um general francês muito importante” ou “um político bastante comentado nos livros e aulas de história”, não sendo assim capazes de oferecer descrições univocamente individuadoras (KRIPKE, 1980, pp. 80-81).

A propósito da noção de descrição, assinale-se que, no contexto da discussão de *NN* a respeito do descritivismo, são distinguidas duas maneiras possíveis de se encarar uma descrição, a saber: como oferecendo o significado de um nome próprio ou como modo de determinar a referência. Essa distinção poderia ser explicada da seguinte maneira: “[...] embora a expressão ‘Walter Scott’ não seja sinônima de ‘o homem que fez tal e tal’, [...] a descrição singular é o que é usado para se determinar a quem alguém se refere quando diz ‘Walter Scott’” (KRIPKE, 1980, p. 32). Em outras palavras, podemos compreender os dois modos possíveis de se utilizar uma descrição observando que, mesmo não sendo o caso que o nome “Walter Scott” seja sinônimo de uma descrição como, por exemplo, “o autor que escreveu *Waverley* e *Ivanhoe*” (afinal, não é autocontraditório o enunciado “Walter Scott não escreveu *Waverley* e *Ivanhoe*”); a descrição “o autor que escreveu *Waverley* e *Ivanhoe*”, tal como usada no mundo atual, pode ainda ser um dos modos pelos quais alguém fixa a referência do nome “Walter Scott”.

Em *NN*, apoiado nos argumentos expostos (sobretudo, no argumento de tipo modal), Kripke rejeita completamente a ideia de que uma descrição deva ser tomada como sinônima de um nome próprio. Quanto ao emprego das descrições como forma de se determinar ou fixar a referência, Kripke reconhece que, em alguns casos, um nome pode ser introduzido via descrição e, conseqüentemente, o objeto correspondente será

originalmente selecionado na medida em que satisfizer singularmente o conteúdo associado a uma tal descrição – é o que se supõe que ocorreu, por exemplo, com o caso do planeta referido pelo termo “Netuno”, inicialmente postulado pelo astrônomo Urbain Le Verrier, no século XIX, como sendo o corpo celeste responsável por causar interferências nas órbitas de certos outros planetas (KRIPKE, 1980, nota de rodapé 33, p. 79).

Desse modo, a imagem resultante da análise levada a cabo em *NV* é que, de forma geral, nas nossas práticas linguísticas comuns, para que sejamos capazes de explicar a ocorrência da relação de referência entre um nome próprio e o objeto por ele designado, não é necessário dispor de descrições singularizantes, contrariamente ao que defende o modelo teórico do descritivismo (KRIPKE, 1980, pp. 80-89). Como formula Linsky, “[...] [a] imagem alternativa de Kripke sugere como um nome obtém a sua referência semântica independentemente de quais descrições um falante acredita que se aplicam ao referente” (LINSKY, 2011, p. 44).

Na verdade, para Kripke, nome próprios, diferentemente de descrições definidas, são “designadores rígidos”⁶. Na definição do autor, “[...] [v]amos chamar algo de *designador rígido* se em todo mundo possível ele designa o mesmo objeto e de *designador não-rígido* ou *acidental* se esse não é o caso” (KRIPKE, 1980, p. 48). A noção de designação rígida procura captar o fato de que nomes próprios designam os mesmos referentes independentemente das circunstâncias estabelecidas, como demonstram os argumentos resumidos acima.

Em linhas gerais, a ideia por trás da introdução da designação rígida é que uma descrição como – digamos – “a primeira mulher eleita para o cargo de presidente do Brasil” poderia ter uma referência diversa daquela que possui nas circunstâncias atuais, bastando para isso imaginarmos uma situação contrafactual em que, por exemplo, Marina Silva tivesse conseguido a maioria dos votos dos eleitores brasileiros nas eleições de 2010. Por outro lado, expressões como “Dilma Rousseff” (ou “Marina Silva”) sempre designam, uma vez que existem, os mesmos indivíduos a que se referem: com “Dilma Rousseff” nos referimos a Dilma Rousseff, mesmo num mundo possível em que ela, tendo perdido as eleições de 2010 para Marina Silva, não tivesse sido então eleita.

⁶ Para considerações mais detalhadas a respeito da designação rígida, ver Silva (2012, pp. 34-38).

Nesse momento, uma questão que poderia ser feita é a seguinte: é a designação rígida uma característica empírica e contingente do modo como nomes próprios são empregados no interior de certo conjunto de línguas naturais ou, em vez disso, a designação rígida é um traço essencial e necessário, de forma que, em qualquer linguagem a ser considerada, nomes próprios sempre atuariam como designadores rígidos? A questão nesses termos não é explicitamente abordada por Kripke em *NN*, embora talvez se possa dizer que, nesse livro, a sua posição parece se aproximar da primeira alternativa, na medida em que ele argumenta a favor da tese de que nomes próprios são designadores rígidos apelando às nossas intuições a respeito de exemplos de usos de tais termos singulares nas nossas práticas comunicativas cotidianas. Uma posição mais clara, e ligeiramente diferente, de Kripke sobre esse tema pode ser encontrada numa nota de rodapé em (KRIPKE, 2011), onde se lê⁷:

A minha visão é que nomes próprios (exceto, talvez, para alguns usos derivados e peculiares, que não são usos como *nomes*) são sempre rígidos. Em particular, isso se aplica a “Netuno”. Seria logicamente possível ter palavras singulares que abreviassem descrições definidas não rígidas, mas essas não seriam *nomes* (KRIPKE, 2011, p. 106, nota de rodapé 8).

Apesar do seu interesse, contudo, essa questão não será aprofundada nesta tese. Em vez disso, consideremos um outro traço notável associado ao exame sobre a designação rígida realizado em *NN*. Aludo aqui ao fato de, em *NN*, a análise da designação rígida prender-se estreitamente à noção de condições de verdade. Com efeito, é possível identificar no livro um forte compromisso com a possibilidade de se oferecer uma análise semântica com base em condições de verdade. Exemplos desse compromisso aparecem em diferentes passagens da obra, como, por exemplo:

(I) Aristóteles gostava de cachorros.
Uma compreensão adequada desse enunciado envolve uma compreensão tanto das condições (extensionalmente corretas) sob as quais ele é de fato verdadeiro quanto das condições sob as quais um curso contrafactual da história, parecendo-se com o curso atual em alguns aspectos mas não em outros, seria corretamente (parcialmente) descrito por (I) (KRIPKE, 1980, p. 6).

Ou, ainda:

⁷ Para uma tentativa de defender – com base no desenvolvimento de uma linha de pensamento contida ela mesma em *NN* – a ideia de que a designação rígida é uma propriedade necessária dos nomes, ver Bem-Yami (2014). Ver também Linksy (2011), pp. 23-24.

A minha principal observação, então, é que nós temos uma intuição direta da rigidez dos nomes, exibida na nossa compreensão das condições de verdade de sentenças particulares (KRIPKE, 1980, p. 14).

Nos trechos acima, Kripke esforça-se por defender a ideia de que se pode demonstrar a existência da designação rígida recorrendo-se tão somente a um exame das condições de verdade efetivamente expressas pelos enunciados concernidos. Dito de outro modo, um enunciado como “Aristóteles gostava de cachorros”, por exemplo, é verdadeiro somente se Aristóteles gostava de cachorros. O que está em questão, para o enunciado poder ser verdadeiro ou não, é o próprio indivíduo Aristóteles, e não – como sustentaria o descritivismo criticado em *NN* – quem quer que seja o indivíduo que satisfaça uma descrição como, suponhamos, “O último grande filósofo da antiguidade”, a qual, nesse caso, é tomada como sinônima do nome “Aristóteles” (KRIPKE, 1980, pp. 6-7).

Essa última característica de *NN* merece ser devidamente destacada porque permite observar uma diferença importante, a ser retomada posteriormente, entre os dois livros que são objeto desta tese. De fato, se é verdade que *NN* pressupõe, na formulação mesma de uma de suas teses centrais (a noção de designação rígida), a possibilidade de uma análise semântica em termos de condições de verdade, a situação é bastante diversa no caso de *WRPL*. Nessa segunda obra, conforme será discutido no capítulo 3, o recurso às condições de verdade desempenha um papel muito mais restrito e localizado, dado que a noção de condições de verdade aparece como central somente no momento inicial da discussão estabelecida naquele escrito. Realmente, em *WRPL*, a possibilidade de se compreender o significado expresso com base nas condições de verdade de um enunciado está vinculada ao modelo de compreensão da linguagem tradicional, o qual, exatamente por permitir a armação do paradoxo semântico, será rejeitado ao longo daquela obra. Por essa razão, a semântica das condições de verdade não desempenha nenhum papel de relevo na imagem alternativa sobre o significado decorrente da solução cética ao paradoxo semântico.

Desse modo, à primeira vista, a discussão desenvolvida em *NN* não aponta ou reivindica qualquer proximidade com *WRPL*; ao contrário, algumas de suas teses principais parecem distanciar-se mesmo da perspectiva adotada pela solução cética.

1.2.2 Índícios internos a *WRPL*

Em *WRPL*, examinam-se um paradoxo sobre o significado e o que seria a sua solução⁸. Ressalte-se que, nesse livro, Kripke não pretende simplesmente realizar uma exegese da filosofia tardia de Wittgenstein, mas, em vez disso, busca desenvolver certos temas contidos nas *IF* na medida em que esses temas se tornaram um problema para ele próprio (KRIPKE, 1982, p. viii).

Numa primeira abordagem, o problema principal considerado no livro pode ser apresentado da seguinte maneira⁹. Suponhamos que, tendo aprendido matemática na escola, eu nunca tenha me deparado com uma conta de adição envolvendo 68 e 57. Solicitado então a somar os números, obtenho como resultado 125. O que garante – poderia um cético perguntar – que, da maneira como usei o termo “mais” no passado, a resposta para “68 + 57” não seja expressa por “5”? (KRIPKE, 1982, p. 8). Em outras palavras, qual fato poderia ser apresentado como sendo o que determina que, com o sinal “+”, queremos nos referir à função de adição e não a uma outra função matemática qualquer? Para o cético que lança esse desafio, não há fato algum para o qual se possa apontar como sendo capaz de estabelecer a diferenciação entre um significado e outro – “[...] não há fato sobre mim que distinga entre eu querer dizer uma determinada função com ‘mais’ (que determina as minhas respostas em novos casos) e eu não querer dizer nada em absoluto” (KRIPKE, 1982, p. 21).

Observe-se, porém, que, embora seja a princípio enunciado recorrendo-se a um exemplo particular da matemática (opção que também será adotada neste trabalho por razões de simplicidade), a modalidade de ceticismo introduzida em *WRPL* pretende ter amplo alcance, sendo capaz de abarcar toda a linguagem e a nossa utilização mesma de conceitos (KRIPKE, 1982, p. 62).¹⁰ Nessa direção, para ver em linhas gerais como opera uma estratégia possível que permite que esse tipo de ceticismo se estenda por toda a linguagem, basta considerar o que se afirma abaixo, a partir do exemplo do predicado “*verzul*” (*grue*), introduzido por Nelson Goodman:

⁸ De *WRPL*, abordarei neste momento apenas o paradoxo cético, sendo que as tentativas de se respondê-lo diretamente e a própria solução cética serão assunto de um outro capítulo.

⁹ No capítulo 3, analisarei com mais detalhes a formulação do paradoxo semântico, atentando-me especialmente para as distinções e condições que se deve ter presente para a sua adequada compreensão.

¹⁰ Ver, por exemplo, Kripke (1982, p. 19), onde se pode ler: “Acho que eu aprendi o termo ‘*mesa*’ de uma forma tal que ele se aplica a um número indefinido de itens futuros. Assim, eu posso aplicar o termo a uma nova situação, digamos, quando eu entro na Torre Eiffel pela primeira vez e vejo uma mesa na sua base. Posso eu responder ao cético que suponha que, por ‘*mesa*’, eu quis dizer no passado *mesair* [no original, *tabair*], onde uma ‘*mesair*’ é qualquer coisa que seja uma mesa não encontrada na base da torre Eiffel ou uma cadeira encontrada lá? Eu pensei explicitamente na Torre Eiffel quando primeiro ‘aprendi o conceito de’ uma mesa, eu me dei indicações quanto ao que eu quis dizer com ‘*mesa*’? E, mesmo se eu tiver pensado na Torre, não pode ocorrer de qualquer indicação que eu tiver me dado mencionando-a ser reinterpretada de forma compatível com a hipótese do cético?” (KRIPKE, 1982, p. 19).

Talvez por “verde”, no passado, eu pretendia significar “verzul”¹¹[...]. Se o objeto *azul* diante de mim agora é verzul, então ele cai sob a extensão de “verde”, tal como eu o entendi no passado. Não é de ajuda alguma supor que no passado eu estipulei que “verde” se aplicava a todas, e apenas àquelas, coisas “da mesma cor” que a amostra. O cético pode reinterpretar “da mesma cor” como *dmc*or, em que as coisas têm a mesma *dmc*or se... (KRIPKE, 1982, p. 20).

Por outro lado, e de maneira mais abrangente, o escopo do desafio cético também pode ser alargado de modo a colocar em risco qualquer tipo de conteúdo mental, tornando ainda mais radical a conclusão obtida. Nesse caso, *WRPL* não apresentaria somente uma forma específica de ceticismo quanto ao significado, mas sim uma forma de ceticismo quanto a qualquer tipo de conteúdo, quer seja mental, quer seja linguístico. Para ver isso, basta notar que, ainda que a dificuldade seja inicialmente apresentada a partir da distinção implícita entre “portador de significado” (o sinal “+”) e o significado (adição ou uma outra função matemática qualquer), no caso das representações em geral, “[...] pode-se sempre perguntar em virtude do que elas são representações de um conteúdo em vez de [representações de] algum outro conteúdo” (KUSCH, 2006, p. 42)¹².

Desse modo, ao concluir pela não-facturalidade do significado – isto é, pela inexistência de fatos objetivos no mundo (e na mente) capazes de determinar o significado da linguagem – o paradoxo cético revela-se uma ameaça para a inteligibilidade da comunicação humana. Efetivamente, se verdadeiro,

[...] [n]ão pode haver uma coisa como significar algo através de uma palavra. Cada nova aplicação que fazemos é um salto no escuro; qualquer intenção presente poderia ser reinterpretada de modo a concordar com qualquer coisa

¹¹ Na nota de rodapé do original, lê-se o seguinte: “A definição exata de ‘verzul’ não é importante. É melhor supor que os objetos no passado são verzuis se, e somente se, eram (então) verdes, ao passo que objetos no presente são verzuis se, e somente se, são agora azuis. Falando estritamente, esta não é a ideia original de Goodman, mas é provavelmente mais conveniente para as presentes finalidades. Algumas vezes Goodman também escreve dessa forma.” (KRIPKE, 1982, p. 20).

¹² Sobre esse ponto, ver também, por exemplo, a passagem a seguir: “O problema levantado pelo cético de Kripke ameaça mais do que a ideia de que há fatos sobre o que queremos dizer quando falamos e escrevemos. É também um problema sobre como poderiam existir estados *mentais* com conteúdo. O cético de Kripke poderia ter desafiado o seu interlocutor, com resultados similares, a mostrar que ele teve uma *intenção* de somar (em vez de ‘quomar’). [...] Assim como uma pessoa quer dizer algo determinado com ‘mais’ exige que existam fatos sobre se uma infinidade de usos possíveis da palavra concordariam com o que ela [a pessoa] quis dizer, alguém ter tido uma determinada intenção (ou desejo ou vontade) exige que existam fatos sobre se uma infinidade de estados de coisas possíveis concordariam com o que ela pretendeu (ou desejou ou quis). A conclusão alcançada pelo cético de Kripke equivale à afirmação de que não há em absoluto fatos sobre conteúdo [...]” (FINKELSTEIN, 2000, p. 56). Apesar desses desdobramentos naturais, nesta tese, por razões de simplicidade, abordo a argumentação desenvolvida em *WRPL* sobretudo na sua vertente semântica ou linguística.

que podemos escolher fazer. Assim, não pode haver acordo nem conflito [...] (KRIPKE, 1982, p. 55).

Ou, nas palavras de Pettit:

Negue-se que há coisas como regras [...] e coloca-se em risco algumas das noções mais centrais sobre nós mesmos. Mais do que isso, coloca-se em risco também a nossa noção do mundo como exigindo de nós, dadas as nossas palavras e conceitos, descrevê-lo dessa maneira no lugar daquela outra; solapa-se a nossa concepção de caracterização objetiva. Não há desafio filosófico existente que se compare em escala de iconoclastia ao desafio cético ao seguir regras (PETTIT, 2002, p. 193).

Nessa última citação, fica bastante claro o amplo alcance do desafio lançado pelo cético semântico. Ao evidenciar a profundidade do problema abordado em *WRPL* – o qual, na interpretação de Pettit, acarreta um questionamento da noção mesma de objetividade –, esse trecho aponta também para o papel de relevo que adquire a solução proposta ao paradoxo sobre o significado.

Note-se, porém, que, a rigor, a serem verdadeiras as observações precedentes, é melhor dizer que o paradoxo de *WRPL* põe em risco não a noção de objetividade *tout court*, mas sim a noção de objetividade tal como tradicionalmente compreendida. De fato, pode-se pensar que, a exemplo do que se passa com a linguagem – a qual, como analisa *WRPL* e será examinado posteriormente neste estudo, deve ser concebida não sob o modelo tradicional, mas em bases comunitaristas –, também a noção de objetividade, para se manter sustentável, precisa ser construída a partir de um entendimento diverso daquele que deu origem ao seu questionamento cético. Nesse sentido, mais que abandonar o conceito de objetividade, tratar-se-ia de pensá-lo sob um outro registro. A tarefa de tentar elaborar os contornos de uma concepção renovada da objetividade (que estaria em consonância com os resultados estabelecidos em *WRPL*), contudo, não poderá ser empreendida neste trabalho.

Como tentativas de solução direta¹³ a esse paradoxo tão radical, são consideradas, em *WRPL*, as seguintes opções:

- i) regra geral internalizada (KRIPKE, 1982, pp. 15-16);

¹³ “Chame uma solução proposta a um problema filosófico cético de solução direta se ela mostra que, sob exame mais atento, o ceticismo se mostra injustificado; um argumento complexo ou obscuro demonstra a tese de que duvidava o cético. Descartes deu uma solução ‘direta’ nesse sentido às suas próprias dúvidas filosóficas. [...] Uma solução cética de um problema filosófico, ao contrário, começa concedendo que as asserções negativas do cético são irrespondíveis. Não obstante, a nossa prática ou crença comum é justificada porque – contrariamente às aparências em contrário – não exige a justificação que o cético mostrara ser insustentável” (KRIPKE, 1982, p. 66).

- ii) disposicionalismo (KRIPKE, 1982, pp. 22-23);
- iii) explicação a partir da hipótese mais simples (KRIPKE, 1982, pp. 38-41);
- iv) experiência introspectiva (KRIPKE, 1982, pp. 41-42);
- v) imagem empirista clássica (KRIPKE, 1982, pp. 42-51);
- vi) estados mentais *sui generis* (KRIPKE, 1982, pp. 51-53);
- vii) realismo matemático ou platonismo (KRIPKE, 1982, pp. 53-54).

Em capítulo posterior, serão examinadas as razões que levam à rejeição de cada uma das tentativas de resposta acima relacionadas. De modo geral, porém, a estratégia argumentativa posta em funcionamento em *WRPL* para a crítica das soluções diretas pode ser apreendida numa divisão em três passos principais. De acordo com Satne, eis como se dá a sua estrutura:

(1) Se existissem fatos semânticos (fatos acerca do significado), eles deveriam ser determinados por fatos mais fundamentais, ou serem fatos primitivos não determinados por fatos mais fundamentais.

(2) Os fatos acerca do significado não são determinados por fatos mais fundamentais.

(3) Os fatos acerca do significado não são fatos primitivos.

Conclusão. Não existem fatos semânticos (SATNE, 2005, p. 28).

Além de reconstruir dessa maneira o argumento central de *WRPL*, Satne identifica ainda três condições ou dimensões que estariam presentes no desafio semântico: i) a ontológica, ii) a normativa ou epistemológica e iii) a epistêmica (SATNE, 2005, p. 52). Por condição ontológica, entende-se a exigência de que o candidato à resposta ao argumento do cético ofereça algum fato que explique a constituição ou existência mesma do significado (em oposição a explicar apenas o processo através do qual conhecemos o significado de uma determinada expressão). Por sua vez, a condição normativa diz respeito ao requisito de que o candidato à resposta apresentado seja capaz de explicar o que justifica a correção de uma determinada aplicação linguística. Finalmente, a condição epistêmica (também chamada por Satne de “condição de adequação epistêmica”) estabelece que “[...] o fato semântico em questão deve ser compatível com a compreensão semântica que os falantes manifestam na vida cotidiana” (SATNE, 2005, p. 33, nota de rodapé omitida).

Em outras palavras, essa última condição aponta para a exigência de o candidato à resposta estar disponível ao falante ou estar de algum modo dentro do seu alcance, por assim dizer. Desse modo, o fato semântico conseguiria cumprir adequadamente o papel

de explicação para a prática efetiva de um usuário com a linguagem (SATNE, 2005, p. 33). Nesse ponto, surge um aspecto interessante a aproximar as duas obras de Kripke aqui consideradas, pois, se é verdade que a condição de adequação epistêmica desempenha uma função central em *WRPL* (como exigência a caracterizar a resposta adequada à pergunta pelo fato constitutivo do significado), como o quer Satne, o mesmo se pode dizer de sua importância em relação a *NN* (agora, como exigência a ser observada por qualquer concepção adequada a respeito do funcionamento referencial dos nomes próprios). De fato, observa-se também a atuação implícita de uma certa condição de adequação epistêmica – nos termos de Satne – em *NN*, na medida em que, nessa obra, Kripke rejeita o descritivismo por, dentre outras razões, não explicar satisfatoriamente o modo como o mecanismo de referência opera na nossa prática efetiva com a linguagem (por exemplo, referimo-nos a objetos mesmo quando não contamos com descrições univocamente identificadoras associadas às expressões linguísticas empregadas).

Como quer que seja, pode-se ver *WRPL* como um ataque claro ao conceito de fato semântico. Nesse sentido, o cético argumenta que a noção mesma de fato semântico é desprovida de conteúdo objetivo, por assim dizer, pois, de um lado, não se consegue indicar, pelos motivos que serão examinados posteriormente neste trabalho, nenhum aspecto da realidade que pudesse cumprir as demandas impostas a qualquer candidato à fonte da significação linguística. Por outro lado, a opção de se considerar os fatos semânticos como fatos primitivos, não derivados de nenhum outro aspecto da realidade, enfrenta obstáculos igualmente decisivos.

Assim, afastadas as tentativas de solução direta – que, em acordo com a reconstrução acima, não conseguem demonstrar que os fatos semânticos são primitivos ou determinados por fatos mais fundamentais – *WRPL* adotará como resposta ao paradoxo semântico a chamada “solução cética”. À diferença dos candidatos anteriores à solução direta, a solução cética rejeita a exigência factualista e caracteriza-se por estar fundamentalmente vinculada a uma compreensão comunitarista ou social da linguagem.

Sob este último aspecto, observa-se um ponto de distanciamento de *WRPL* em relação a *NN*. De fato, se é verdade que *NN*, especialmente no que respeita à formulação da tese da designação rígida, pressupõe a viabilidade de se oferecer uma análise semântica em termos de condições de verdade, conforme indicado anteriormente neste capítulo; por sua vez, a fim de explicar o significado, o capítulo 3 de *WRPL*, que trata da solução cética, apresenta uma análise do significado linguístico que, em substituição à

ideia de condições de verdade, propõe o que se denomina de “condições de assertibilidade” ou “condições de justificação” (KRIPKE, 1982, p. 75). Essa diferença, porém, ficará mais claro ao longo do capítulo 3 deste estudo, que se volta para um exame mais detalhado de *WRPL* e da sua solução cética.

Antes de encerrar este capítulo, considero na próxima seção um outro conjunto de interpretações sobre as relações entre *NN* e *WRPL*. Não sendo majoritárias, as visões apresentadas a seguir são importantes, contudo, por revelarem uma tentativa, não obstante as diferenças entre *NN* e *WRPL* apresentadas anteriormente, de se identificar pontos de acordo entre as duas principais obras de Kripke sobre a linguagem e, nesse sentido, mostram-se em algum grau próximas do espírito interpretativo que informa a abordagem geral adotada nesta tese.

1.3 OUTRAS POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE *NN* E *WRPL*

WRPL provocou uma reorientação na interpretação de temas como o da linguagem privada ou do ceticismo sobre seguir regras na filosofia do segundo Wittgenstein (STERN, 2014, p. 334). Assim como no caso de *NN*, temos com *WRPL* o exemplo de uma obra teórica que causou um impacto inegável nas discussões filosóficas subsequentes. Entretanto, com exceção desse ponto mais amplo relacionado à sua relevância, o que mais se poderia apontar como constituindo aspectos comuns aos dois principais trabalhos kripkeanos dedicados à investigação de questões da linguagem?

Nesta seção, serão analisadas algumas propostas que, ainda que não plenamente desenvolvidas pelos seus autores, fogem em alguma medida da linha interpretativa dominante descrita anteriormente. No grupo a ser examinado, podem-se constatar três enfoques diferentes, pelo menos, sob os quais essas sugestões de leitura, tomadas em conjunto, concebem as relações entre *NN* e *WRPL*, quais sejam: identificando uma mesma atitude ou abordagem filosófica que seria mantida nos dois livros; identificando um tema importante cuja ocorrência se dá nas duas obras; ou, ainda, indicando como a concepção sobre a referência desenvolvida em *NN* poderia ser empregada como uma resposta para o paradoxo semântico formulado em *WRPL*.

1.3.1 Atitude comum

Uma primeira possibilidade de interpretação heterodoxa pode ser extraída de algumas passagens de Fitch (2004), o qual, em todo o resto do seu trabalho, porém, revela-se mais um representante da visão tradicional.

De fato, no livro que dedica à filosofia de Kripke, Fitch o apresenta – a exemplo de Ahmed (2007) e outros – como um dos grandes responsáveis pela retomada da metafísica como área legítima de estudos. Desse modo,

[...] [u]ma das principais mudanças de direção que a filosofia adotou no último terço do século vinte é a revitalização da metafísica como área de pesquisa. Como área de interesse na filosofia, a metafísica acabara de morrer sob os ataques constantes dos positivistas lógicos, da escola de filosofia da linguagem ordinária e do nominalismo de W. V. Quine e de Nelson Goodman (embora a obra de Quine, claramente, estivesse preocupada com questões metafísicas). Kripke, primeiramente com a sua interpretação formal da lógica modal, e, depois, com as suas conferências sobre a natureza da necessidade e sobre a linguagem, teve um papel importante na mudança de direção da filosofia contemporânea (FITCH, 2004, pp. xi-xii).

Nesse juízo, a interpretação expressa não difere das linhas exegéticas tradicionais. O ponto de divergência em relação à interpretação dominante (e que aqui interessa) deve ser assim buscado em outra parte.

Com efeito, se é possível identificar, a partir da exposição feita por esse autor, algum traço capaz de determinar qualquer espécie de continuidade significativa nos escritos de Kripke sobre filosofia da linguagem, tal traço deve residir, sobretudo, na própria maneira ou atitude como Kripke abordaria a atividade filosófica. Isso porque, segundo Fitch, à diferença de Kant, por exemplo, Kripke não seria um pensador que encara a sua atividade teórica como marcada pela elaboração de sistemas filosóficos abrangentes ou por um corpo de doutrinas estreitamente articuladas.

Em vez disso, “[...] [a] sua abordagem à filosofia parece ser encontrar um enigma ou problema para deslindar e, depois, seguir a trilha deslindada aonde quer que ela leve” (FITCH, 2004, p. xiii).

Nessa mesma direção:

Um dos traços das preocupações filosóficas de Kripke que pode ser visto em muitas das suas obras é o seu interesse por enigmas e paradoxos. Encontramo-lo comentando o paradoxo da identidade, o enigma da crença, o paradoxo do mentiroso, o paradoxo do exame surpresa (em trabalho não publicado) e assim por diante (FITCH, 2004, p. 149).

Assim, é possível observar a mesma atitude orientada à resolução de problemas em *NN*, quando vemos Kripke investigando o problema da nomeação e da referência, o que logo o conduz ao exame de temas que, embora pareçam afastados, revelam-se associados uns com os outros, como a natureza da necessidade metafísica ou o tipo de relação de identidade existente entre estados mentais e estados físicos. Por sua vez, *WRPL* se ocupa de um paradoxo cético e da sua solução, os quais, baseados nas *IF*, de Wittgenstein, serão explorados até o seu limite (FITCH, 2004, p. 149).

No entanto, é necessário dizer que, com exceção do que seria essa atitude de caráter mais geral direcionada para a resolução de problemas ou *puzzles* conceituais – a qual, porém, não recebe por parte de Fitch qualquer tratamento mais desenvolvido ou aprofundado –, não parece haver para esse autor uma unidade mais substancial nos escritos de Kripke sobre a linguagem, o que é atestado pela análise completamente apartada que faz no seu livro *Saul Kripke* (2004) das ideias de *NN* e *WRPL*.

De todo modo, ainda que não seja desenvolvida nos seus detalhes, a sugestão de que há uma continuidade nas obras kripkeanas, sob o ponto de vista da abordagem ou da atitude, merece ser analisada com atenção. Essa possibilidade de leitura permite que se veja um acordo de fundo importante entre *NN* e *WRPL*, o que, de certo modo, torna mais fácil o esforço para contrabalançar uma atribuição não qualificada de dogmatismo a *NN*. De fato, mesmo em *NN* – que poderia mais facilmente ser vinculado a uma perspectiva dogmática em função sobretudo da sua defesa do essencialismo metafísico –, Kripke mais de uma vez afirma estar propondo, com as ideias ali expostas, apenas uma imagem melhor, e não propriamente uma teoria, com condições necessárias e suficientes claramente definidas.

Nesse mesmo sentido, Hacking afirma:

Deve sempre ser lembrado que Kripke deixou claro que ele não ‘enunciou uma teoria exata’ de nomes para espécies naturais (KRIPKE, 1980, p. 139). [...] Em geral, Kripke foi muito menos dogmático que muitos dos seus seguidores posteriores; ele estava bem consciente tanto das nuances da língua comum quanto das complexidades da natureza (HACKING, 2007, p. 4).

Por outro lado, conforme procuro mostrar adiante, essa possibilidade de leitura permite também que se veja *WRPL* – livro que talvez pudesse ser tido por alguém como um trabalho menos significativo de Kripke, dado que seria mais um comentário do que um desenvolvimento propriamente autoral – sob uma nova luz, pois agora se poderia dizer de *WRPL* que, sob o ponto de vista da atitude filosófica manifestada, essa é, de

certa forma, a obra mais kripkeana, na medida em que se organizaria formalmente, isto é, na sua própria estrutura textual, em torno de um problema ou paradoxo.

Assim, no que diz respeito a *NN*, a abordagem voltada para a resolução de problemas pode ser localizada, conforme afirmado antes, no exame da questão mesma da referência; isto é, de que modo podemos explicar o fato de que, quando usamos um nome como, por exemplo, “Sócrates”, sejamos capazes de nos referir a um determinado indivíduo que viveu muito tempo atrás na Grécia antiga? Dito de outro modo, como se determina a referência de “Sócrates”? Sob essa ótica, a relação de referência, isto é, de conexão entre termos linguísticos e objetos no mundo, é encarada como se fosse um problema a ser explicado em termos teóricos. Dado que o tema mesmo da referência – e também o da necessidade – é central para a concepção teórica exposta em *NN*, não é de surpreender que o desenvolvimento desses assuntos acabe por ter

[...] implicações de longo alcance para outros problemas da filosofia que tradicionalmente se poderia pensar que são bem distantes, como os argumentos sobre o problema da mente-corpo ou a assim chamada “tese da identidade” (KRIPKE, 1980, p. 23).

Por outro lado, no caso de *WRPL*, a atitude orientada para a resolução de problemas é claramente expressa e, numa primeira abordagem, mostra-se na própria investigação do paradoxo sobre o significado, com a consequente busca e exame das tentativas de solução. Assim é que, no prefácio desse livro, Kripke afirma ser o seu objetivo principal “[...] a apresentação de um problema e de um argumento [...]” (KRIPKE, 1982, p. ix). As consequências da análise desse problema serão depois aplicadas, no *Postscript*, ao tratamento da questão filosófica tradicional da justificação do nosso conhecimento das outras mentes¹⁴.

No entanto, diferentemente de *NN*, há ainda um outro sentido no qual talvez se pudesse dizer que *WRPL* exprime uma atitude orientada por problemas. Refiro-me aqui à própria estrutura desta última obra, que se revela marcada pela atuação de pelo menos três personagens que podem ser distinguidos (senão em todo o texto, pelo menos em

¹⁴ Comentando algumas características da interpretação kripkeana de Wittgenstein (com a qual, porém, não concorda), também Stern fala da existência, em *WRLP*, de uma “*problem-solving approach*” (STERN, 2004, p. 4).

algumas passagens marcantes): o próprio Kripke, o Wittgenstein tal como compreendido por Kripke e o cético sobre o significado¹⁵.

Assim, é como se *WRPL* exibisse, na sua própria estrutura textual (no âmbito da forma), uma dimensão de problematização ou de quebra-cabeça, a qual também encontra uma maneira de se expressar, de um modo diferente e singular, no próprio conteúdo tematizado na obra. Essa complexidade da armação do texto, que numa primeira leitura corre o risco de não ser devidamente percebida pelo leitor, oferece uma possibilidade de interpretação que pode, de algum modo, colaborar para uma certa revalorização de *WRPL* junto àqueles para quem *NN* é a principal contribuição filosófica de Kripke.

Como quer que seja, mais ainda se pode dizer sob o registro de uma abordagem comum sustentada nesses dois livros de Kripke. Assim, indo muito além da sugestão de Fitch, podem-se apontar também, para além de uma atitude geral voltada para a resolução de problemas, algumas outras características presentes tanto em *NN* quanto em *WRPL*. Refiro-me aqui, por exemplo, ao esforço de Kripke em estabelecer distinções conceituais entre noções que muitas vezes não são claramente separadas pelos demais filósofos. Em *NN*, esse traço da abordagem kripkeana pode ser visto, por exemplo, na diferenciação entre os vários tipos de modalidades. De fato, contra uma certa tradição de pensamento que tomava um enunciado necessário como devendo ser, por essa razão mesma, *a priori* (KRIPKE, 1980, p. 34), Kripke mostrará as diferenças entre as noções envolvidas, que serão então tomadas como pertencentes a diferentes campos (no caso, pertencentes à metafísica e à epistemologia, respectivamente).

Em *WRPL*, essa busca pela clareza e pela rigorosa delimitação conceitual assumirá uma outra forma. Pode-se encontrá-la, por exemplo, nas diferentes indicações de que o paradoxo semântico deve ser considerado sobretudo como um desafio de natureza metafísica e metalinguística (e não epistêmica ou matemática), o qual põe em questão a existência mesma de algum fato que fosse capaz de constituir o significado, respondendo pela sua aplicação correta.

Sob o ponto de vista do modo de se encarar o papel das intuições, há também um ponto de contato não desprezável entre *NN* e *WRPL*. Isso porque se pode dizer que, de certa maneira, nessas duas obras, procura-se respeitar as nossas intuições linguísticas

¹⁵ Ver, por exemplo, Kusch (2006, pp. 15-16), para quem, embora possa ao final ser feita a identificação do Wittgenstein de Kripke com o cético (é desse modo que, em geral, a literatura secundária aborda o assunto), há trechos em *WRPL* que sugerem uma separação entre essas duas “vozes”.

comuns, e não substituí-las por teorias filosóficas que estejam em claro desacordo com a autocompreensão que temos em relação ao nosso emprego da linguagem.

Com efeito, em *NN*, a concepção sobre a referência que aí é desenvolvida busca se apoiar claramente nas variadas intuições dos falantes. Há diferentes passagens ao longo do livro que demonstram a importância do recurso a esse princípio metodológico; eis alguns exemplos nesse sentido:

A minha principal observação, então, é que nós temos uma intuição direta da rigidez dos nomes [...] (KRIPKE, 1980, p. 14).

Como Russell pôde propor uma teoria claramente incompatível com as nossas intuições diretas de rigidez (KRIPKE, 1980, p. 14)?

Certamente, o filósofo dos “mundos possíveis” deve tomar cuidado para que o seu aparato técnico não o leve a por questões cuja significatividade não seja apoiada pelas nossas intuições originais de possibilidade que deram ao aparato a sua força (KRIPKE, 1980, p. 18).

E, principalmente:

Claro, alguns filósofos pensam que algo ter conteúdo intuitivo é um indício muito inconclusivo a seu favor. De minha parte, eu penso que é um indício muito forte em favor de algo. Num certo sentido, eu realmente não sei, falando em última análise, qual indício mais conclusivo alguém poderia ter sobre algo (KRIPKE, 1980, p. 42).

Por outro lado, também em *WRPL* se pode observar, ainda que de modo mais localizado (visto que limitado sobretudo à análise da solução cética), uma atitude de respeito e de continuidade em relação às intuições ordinárias dos falantes de uma língua. Esse último ponto fica mais claro se atentarmos para o fato de que a solução cética proposta em resposta ao paradoxo semântico não objetiva, no final das contas, alterar o modo como normalmente utilizamos a linguagem. De fato, ao rejeitar um modelo que, embora tradicional e amplamente compartilhado, revela-se inadequado para a compreensão e a explicação da linguagem (modelo cuja aceitação é exatamente o que permite a formulação do paradoxo sobre o significado), a solução favorecida em *WRPL* busca, antes de tudo, preservar o nosso discurso significativo comum.

Nesse sentido, cumpre notar que, se o paradoxo semântico pode ser qualificado como uma hipótese fantástica ou bizarra (KRIPKE, 1982, p. 9), a solução cética que ao final o responde está em acordo com o modo como comumente os falantes empregam a linguagem. Pois

[...] [n]ós não desejamos duvidar ou negar que, quando as pessoas falam delas mesmas e de outros como querendo dizer algo com as suas palavras, como seguindo regras, elas o fazem com plena razão. Nós nem mesmo desejamos negar a propriedade de um uso ordinário da expressão “o fato que Jones quis dizer adição com tal e tal símbolo”, e, de fato, essas expressões têm usos perfeitamente ordinários. Nós só desejamos negar a existência do “fato superlativo” que os filósofos equivocadamente anexam a essas formas ordinárias de palavras [...] (KRIPKE, 1982, p. 69).

Basta quanto ao que diz respeito aos aspectos de uma abordagem filosófica comum. Vejamos a seguir uma outra sugestão interpretativa – agora, sob o ponto de vista do conteúdo, e não mais da abordagem filosófica – para a identificação de uma continuidade entre *NN* e *WRPL*.

1.3.2 Tema comum

Um outro esforço de se encontrar semelhanças entre *NN* e *WRPL* é sugerido por Burgess, que identifica um mesmo tema ou assunto que apareceria nas duas obras kripkeanas.

De acordo com esse autor, Kripke não é, por causa do estilo claro e informal no qual se expressa, o tipo de filósofo que necessitaria de comentários seção-a-seção (BURGESS, 2013, p. viii) – à diferença, poderíamos pensar, de um Kant ou de um Hegel. Desse modo, os leitores encontrariam dificuldades não na compreensão dos textos, bastante legíveis por si mesmos, mas sobretudo em ver como as diferentes obras poderiam ser articuladas no seu conjunto – “[...] ver a floresta como um todo em vez de ver as árvores uma a uma” (BURGESS, 2013, p. viii)¹⁶.

Além disso, diferentemente dos outros comentadores já mencionados, Burgess faz referência às publicações mais recentes de Kripke, tais como aparecem em Kripke (2011). No entanto, desse conjunto mais amplo de textos disponíveis, Burgess privilegia aqueles de natureza acentuadamente filosófica, em oposição aos trabalhos de Kripke voltados para a história da filosofia analítica (BURGESS, 2013, p. vii). Essa opção acarreta que – nas palavras do autor – “[...] *Wittgenstein on Rules and Private Language* é, pois, examinado apenas pelo que nos diz sobre as próprias visões de Kripke, com exclusão de todas as questões controversas de exegese de Wittgenstein” (BURGESS, 2013, p. vii).

¹⁶ Ora, a se crer nessas palavras, na medida em que rejeitam a busca por traços comuns a *NN* e *WRPL*, os intérpretes de Kripke falhariam no que, segundo Burgess, seria o principal critério a justificar o seu trabalho.

De que modo, porém, essas visões filosóficas expostas em *WRPL* se conectariam com as ideias kripkeanas apresentadas em *NN*? Segundo Burgess, seria possível encontrar um tema central a uni-las. De fato, a tônica comum entre *NN* e *WRPL* seria dada pelas tentativas, nos dois livros (cada um ao seu modo), de se esclarecer em que consiste a natureza da necessidade. Compreendamos melhor esse ponto.

Ao oferecer o quadro de fundo de *NN*, Burgess chama a atenção para como a obra de Kripke se colocaria contra uma corrente geral de pensamento que, culminando com o trabalho de Carnap, sustenta a ideia de que a necessidade não passa de necessidade linguística (BURGESS, 2013, pp. 2-7). De fato,

[...] [m]uitos filósofos supuseram que a necessidade, digamos, das leis da aritmética, poderia ser explicada dizendo-se que aquelas leis se seguem simplesmente das regras linguísticas. Mas elas devem se seguir de que tipo de fato? (BURGESS, 2013, p. 8).

Na análise de Burgess, é para a questão geral envolvendo a fonte da necessidade linguística que *WRPL* se volta. Antes disso, porém, em *NN*, Kripke também já abordara – ainda que sob um outro ângulo – o tema da necessidade, ao distinguir claramente o que é necessário (metafisicamente) do que é *a priori* e do que é analítico, o que lhe permitirá elaborar o *framework* capaz de explicar a existência de verdades necessárias *a posteriori*.

Nesse sentido, a unidade da obra kripkeana poderia ser entendida, de certa forma, como um continuado esforço teórico voltado para a elucidação do “mistério da modalidade” (BURGESS, 2013, pp. 74-77) – a elucidação, em outras palavras, do “mistério” de como podemos saber algo a respeito da contingência e da necessidade, sendo que, em *WRPL*, o problema adquire uma forma linguística, associada ao que torna possível a aplicação indefinida de uma regra (BURGESS, 2013, p. 107).

É preciso reconhecer que, efetivamente, o tópico da necessidade e, de maneira mais geral, da modalidade, está no núcleo da discussão desenvolvida em *NN*, a começar pelo próprio título dessa obra. Dentre o conjunto das várias modalidades existentes (epistêmicas: *a priori* ou *a posteriori*; metafísicas: necessário, possível, contingente, impossível; semânticas: sintético e analítico), desempenham papel fundamental, em *NN*, as metafísicas e as epistêmicas, com Kripke se notabilizando por defender uma versão da tese do essencialismo científico; isto é, a visão de que há alguns enunciados que são necessariamente verdadeiros (e, portanto, válidos em todas as circunstâncias

contrafactuais) e, sob o ponto de vista epistêmico, cognoscíveis por nós apenas *a posteriori*. Nesse sentido, a concepção essencialista defendida em *NN* é dita “científica” por sustentar que é tarefa da ciência descobrir exemplos de verdades necessárias *a posteriori*¹⁷.

Nesse momento, porém, alguém talvez pudesse se perguntar: há em *WRPL* algo parecido com o necessário *a posteriori* tematizado em *NN*? Dito de outra maneira, na obra que Kripke dedica à interpretação de certos temas do Wittgenstein tardio, a concepção que antes ele sustentara em *NN* se faz de algum modo presente? Aqui, cabe apontar as diferenças evidentes que logo emergem do cotejo dos dois livros sob esse ponto de vista particular. Com efeito, como bem identifica Burgess, a análise da necessidade feita em *WRPL* assume um caráter claramente linguístico (ou metalinguístico, se quisermos), no sentido de ser associada ao que fundamentaria o emprego de um sinal em situações novas, não havendo assim a consideração de aspectos metafísicos ou epistêmicos tais como esses aspectos são tratados no quadro da discussão de *NN*. Da mesma maneira, em *WRPL*, não se atribui à ciência a mesma função de destaque conferida a essa atividade em *NN*. Deslocando um pouco o sentido da classificação das modalidades apresentada anteriormente, é como se, de certa maneira, Kripke se ocupasse, em *NN*, de uma investigação do tema da necessidade sobretudo enquanto modalidade epistêmica e metafísica, ao passo que, em *WRPL*, a questão é abordada exclusivamente na sua vertente semântica.

Sem aprofundar a sugestão e a partir de uma perspectiva declaradamente especulativa, talvez se possa tentar descrever de uma outra maneira o tema comum de *NN* e *WRPL* que Burgess identifica associando-o à ideia geral de necessidade. De fato, de um certo ponto de vista, não parece incorreto dizer que, nesses livros, Kripke examina a ligação entre – colocando nos termos mais abstratos possíveis e sem compromisso com qualquer concepção ontológica específica – *dois domínios ou ordens de objetos*. De fato, sob essa ótica, o problema central de *NN* aparece como sendo o da relação (e o nosso conhecimento dessa relação) entre o domínio ou a ordem da linguagem (a rigor, de um segmento específico da linguagem: expressões denotativas como nomes próprios e termos para espécies naturais) e o mundo (ou de um segmento do mundo), entendido esse último como o conjunto dos objetos referidos pelas

¹⁷ No capítulo 3 de Silva (2012), examinei com mais atenção as diferentes características do essencialismo científico kripkeano, bem como algumas críticas que lhe são feitas. De todo modo, exemplos de verdades necessárias *a posteriori*, descobertas pela ciência, seriam afirmações como: “A água é H₂O”, “O número atômico do ouro é 79” etc.

expressões designativas. *WRPL*, por sua vez, poderia ser visto como uma investigação em torno de um outro tipo de conexão, a saber, a conexão entre o domínio dos signos linguísticos e o domínio dos significados correspondentes, com o paradoxo semântico estabelecendo a conclusão de que, a se manter o modo tradicional de se pensar a respeito da linguagem, não há ligação possível entre essas duas ordens. Nos dois livros, ainda de acordo com essa visão, Kripke analisaria quais são os fundamentos que tornam possíveis as conexões entre os respectivos domínios de objetos.

Seja como for, essa sugestão não será aqui explorada em mais detalhes. Em vez disso, proponho neste estudo uma interpretação diversa (a ser desenvolvida nos próximos capítulos), a qual, jogando luz na importância – tanto em *NN* quanto em *WRPL* – de fatores sociais para a compreensão da linguagem, pode revelar um tema mais profundo a unir as duas obras kripkeanas.

No entanto, não é o caso de se dizer que a leitura defendida nesta tese seja incompatível com a interpretação extraída de Burgess (ou com a de Fitch); trata-se, em vez disso, de visões que salientam aspectos diferentes (não contraditórios) e que, nessa mesma medida, contribuem igualmente para a iluminação das várias dimensões contidas nas obras de Kripke.

1.3.3 *NN* como resposta para *WRPL*

Nesta parte do capítulo, examinarei uma última possibilidade de se relacionar os dois livros de Kripke. De maneira geral, para visão a ser considerada, é possível constatar em *NN* os elementos para uma resposta de tipo direto ao paradoxo semântico formulado em *WRPL*. Assim, à diferença das alternativas examinadas anteriormente, que procuravam encontrar continuidades quer seja em termos da abordagem ou atitude assumida nas duas obras, quer seja do ponto de vista de certos temas comuns, trata-se agora de conceber de que modo a concepção desenvolvida em um dos livros (*NN*) poderia constituir uma solução para o problema central formulado na outra obra (*WRPL*).

Nesse sentido, analisarei inicialmente McGinn (1984, pp. 164-166), com destaque para a crítica que Kusch (2006, pp. 133-135) lhe faz e com um breve excuro a respeito do pensamento tardio de Wittgenstein; e, em seguida, considerarei Bernecker. Tanto McGinn quanto Bernecker oferecem interpretações que, embora não plenamente

desenvolvidas, fogem de modo significativo da linha interpretativa tradicional descrita anteriormente.

1.3.3.1 McGinn

No que diz respeito a McGinn, o seu afastamento em relação à interpretação tradicional pode ser localizado na recusa ao que parece ser um pressuposto central da interpretação tradicional, segundo o qual *NN* e *WRPL* como que operariam em distintos níveis semânticos (referência e significado, respectivamente)¹⁸. Isso ocorre porque McGinn, ainda que não encampe realmente a sugestão que faz, aventa a possibilidade de o aparato semântico de *NN* (especificamente, a concepção das cadeias comunicativas) constituir a base para uma resposta direta ao paradoxo cético de *WRPL*.

De fato, para McGinn, a relação de referência entre um nome qualquer e o objeto por ele designado acarreta consigo uma dimensão normativa. A dimensão normativa identificada por McGinn na visão defendida em *NN* é um traço compartilhado também pela perspectiva descritivista. De fato, as duas perspectivas procuram não apenas dar conta do modo como supostamente utilizamos nomes próprios para nos referirmos aos objetos (dimensão descritiva), mas, principalmente, visam a explicar por que estamos justificados a agir da forma como agimos ao adotar a respectiva visão sobre a referência (no caso do descritivismo, a explicação da normatividade é encontrada na conformidade entre as descrições associadas ao nome próprio e o objeto correspondente que as satisfaz de modo único).

De todo modo, no caso de *NN*, “[...] o nome é corretamente usado apenas em aplicação àquele objeto” (McGINN, 1984, pp. 164-165). Nesse sentido, a investigação de *WRPL* por um fato capaz de constituir a correção linguística poderia ser resolvida indicando-se a conformidade que um termo e o objeto correspondente mantêm devido à relação de referência, que em *NN* é explicada – nas palavras de McGinn – por intermédio de uma “relação causal” (McGINN, 1984, p. 165).

Nessa proposta, empregamos um termo singular corretamente quando o aplicamos ao objeto que está na origem da cadeia causal relevante de que fazemos parte

¹⁸ Em *NN*, Kripke procura defender que tanto nomes próprios quanto termos para espécies naturais (por exemplo, “tigre”, “ouro” etc.) não têm significado, apenas referência (ver, por exemplo, KRIPKE, 1980, pp. 127-128). Dessa maneira, a partir dos marcos apresentados em *NN* (e contrariamente ao que alguém poderia ser tentado a pensar), não é uma opção viável, para facilitar o exame comparativo entre as duas obras e permitir que a discussão se mantenha apenas no nível do significado, defender uma aproximação entre esses livros de Kripke privilegiando-se o conjunto dos termos para espécies naturais em detrimento dos termos para nomes próprios.

(McGINN, 1984, p. 165). No caso de termos para espécies naturais, por sua vez, “[...] um tal predicado é corretamente aplicado a um objeto apenas se esse objeto for da mesma espécie [*kind*] da amostra que iniciou a cadeia causal que leva a esse uso” (McGINN, 1984, p. 165). Essa sugestão consegue explicar por que com “ouro”, por exemplo, falamos da substância *ouro*, e não de uma substância hipotética *quouro* (essa última substância fictícia poderia ser introduzida pelo cético a fim de sublinhar a possibilidade de que, com o nosso termo “ouro”, poderíamos estar nos referindo a algo diverso do que pensávamos): efetivamente, é alguma amostra de ouro (e não de quouro) que está na origem da cadeia comunicativa em que estamos inseridos e da qual faz parte o nosso emprego do termo em questão.

Se isso é assim, porém, por que Kripke não adotou em *WRPL* uma resposta ao paradoxo cético que se apoiasse na concepção exposta em *NN*, nos moldes do esboço delineado acima? McGinn apresenta duas razões possíveis para esse fato.

O primeiro motivo seria que, em *WRPL*, Kripke apresenta todo o problema em termos de significado, e não da noção de referência, “[...] fechando assim uma linha de resposta natural” (McGINN, 1984, p. 166). No entanto, a respeito desse aspecto, deve-se observar que, apesar de o paradoxo semântico de *WRPL* visar ao significado (numa apresentação bastante esquemática: qual é o fato que determina que, com o signo “X”, alguém quis dizer o significado *X* e não *Y*), pode-se tentar oferecer, no espírito do exemplo mencionado acima envolvendo *ouro-quouro*, uma formulação do paradoxo semântico em termos de referência. Nesse caso, a questão poderia ser: qual é o fato que determina que, com o nome “X”, alguém quis se referir ao referente *X* e não ao referente *Y*? Em outras palavras, qual é o fato que determina que com um nome como, digamos, “Feynman”, queremos nos referir a Feynman e não a Philman? A explicação que seria decorrente de *NN*, para a qual McGinn chama a atenção, é que o fato a ser apresentado ao cético como resposta para a sua questão não é senão a indicação da própria cadeia comunicativa efetiva do nome considerado, a qual estabelece uma relação de normatividade entre as ocorrências de “Feynman” e o indivíduo Feynman que se encontra na origem dessa cadeia linguística.

Além disso, em segundo lugar, a discussão de *WRPL* concentra-se em exemplos da matemática (é o caso da adição *versus* quadição). Ora, são conhecidas, segundo McGinn, as dificuldades que uma concepção da referência de tipo causal enfrentaria para explicar os vocábulos empregados pela linguagem matemática (McGINN, 1984, p. 166).

De todo modo, McGinn mesmo não endossa uma resposta ao problema de *WRPL* formulada nos termos da discussão de *NN*. Essa possibilidade, descrita nas suas linhas gerais acima, é por ele considerada apenas como uma forma de expor todo o conjunto das opções possíveis de resposta ao paradoxo do cético semântico (McGINN, 1984, p. 166). No entanto, alguém pode se sentir tentado a levar mais a sério a sugestão proposta. Assim, será que *NN* pode realmente oferecer a base, pelo menos para algum conjunto restrito de expressões linguísticas, para uma resposta viável ao paradoxo semântico de *WRPL*? Contra McGinn, Kusch se mostra bastante crítico dessa possibilidade (KUSCH, 2006, pp. 133-136).

Uma primeira razão para a descrença no caminho apontado por McGinn está relacionada ao escopo limitado da concepção exposta em *NN* comparativamente ao alcance abrangente do paradoxo cético (KUSCH, 2006, p. 133). Além de, à primeira vista, não ser imediatamente aplicável ao caso da matemática, o modelo causal não seria uma explicação satisfatória para categorias da linguagem como preposições ou termos lógicos (KUSCH, 2006, p. 133).

Porém, mesmo nos casos destacados por McGinn (nomes próprios e termos para categorias naturais), Kusch acredita que a concepção causal não se mostra adequada. A principal dificuldade residiria no chamado “problema do aspecto” (*qua problem*) (KUSCH, 2006, p. 134). Segundo essa objeção, é necessário que o introdutor de um nome conceba ou individue o objeto designado sob algum aspecto determinado. Para esclarecer essa dificuldade, Kusch dá o exemplo do batismo do hamster da sua família:

[...] na situação de batismo, minha esposa e eu estávamos em contato perceptivo não com o hamster como um todo, mas apenas com uma parte não separada dele (a sua cara, dado que ele estava tirando a sua cabeça da sua casinha). Isso significa que, por “Nutty”, queremos realmente dizer a *cara* do hamster das nossas filhas? Obviamente, não. E a razão por que não é que, durante a situação de batismo, a minha esposa e eu tínhamos estados mentais com significado que faziam com que “Nutty” pudesse se referir apenas ao hamster como um todo. Nós concebíamos a causa da nossa experiência perceptiva sob uma certa categoria geral (KUSCH, 2006, p. 134).

Assim, para Kusch, além da própria introdução do nome e do contato perceptivo com o objeto correspondente, qualquer ato de batismo envolveria uma dimensão perspectivística, digamos assim, na medida em que o objeto designado precisa ser concebido sob uma certa forma determinada. Isso significa que, nesse quadro teórico, estados mentais revelam-se elementos constitutivos da explicação; mas, se esse é o caso, então é sempre possível que o cético de *WRPL* redirecione o seu ataque agora a esse

plano formado pelas intenções, indagando qual é o fato que determina que se teve a intenção X, e não Y (KUSCH, 2006, p. 134).

Eis como esse ponto é resumido:

A teoria causal da referência parecia promissora à primeira vista porque um contato puramente causal com o referente parece evitar as dificuldades com estados intencionais [...]. Mas rapidamente se revela que a teoria causal da referência não pode sair do chão a menos que estados intencionais sejam reintroduzidos. E, uma vez que tais estados intencionais sejam parte da história, o cético pode continuar com os seus argumentos usuais (KUSCH, 2006, p. 134).

Nesse ponto específico, cumpre apontar uma aproximação, em geral não reconhecida pelos comentadores, entre *NN* e *WRPL*. Com efeito, se por um lado é possível dizer que, comparativamente à teoria descritivista que ataca, *NN* atribui um papel subordinado ao domínio mental individual na determinação da referência dos nomes próprios – é exatamente isso que Kripke procura demonstrar com os seus argumentos modal, epistêmico e semântico –; por outro lado, pode-se notar em *WRPL* um caráter anti-mentalista similar. De fato, conforme visto anteriormente, o cético semântico investiga qual seria o fato constitutivo do significado, sustentando, ao final, que “[...] nenhum fato sobre a minha história passada – nada que esteve na minha mente ou no meu comportamento externo – estabelece que eu quis dizer adição em vez de quadição” (KRIPKE, 1982, p. 13). Assim, a rejeição de fatos mentais como apoio fundamental do significado (a rejeição de fatos mentais como capazes de guiar a aplicação de expressões linguísticas) parece ser a manifestação, em *WRPL*, de uma tendência de fundo, a qual aparece em *NN* associada ao tema da referência, de rejeição de certa visão do mentalismo como fonte explicativa central para os fenômenos da linguagem.

Note-se, porém, que, ainda que, no que diz respeito à concepção proposta em *NN*, o que se passa na mente de um indivíduo tenha um papel bastante limitado na explicação da referência (trata-se, se quisermos, de uma espécie de subdeterminação da referência pelo conteúdo mental), isso não significa que, nesse livro, não se faça menção a expressões como “intenções”, “ter a intenção de” ou “pretender”. No entanto, a aceitação desse vocabulário intencional, além de aparecer na intenção do falante de querer se referir ao pronunciar um nome qualquer, cumpre apenas a função de garantir que um falante continue membro da cadeia comunicativa relevante – nas nossas práticas comunicativas, a determinação mesma da referência, segundo o modelo histórico-

causal, é operada pelas cadeias linguísticas, e não diretamente pelas ideias ou intenções do indivíduo.

Seja como for, e retomando a linha de ideias envolvendo o debate entre McGinn e Kusch, alguém poderia levantar nesse ponto a seguinte pergunta: será que, como Kusch quer, a “teoria causal” realmente não funciona, pelo menos para os casos de nomes próprios, como uma resposta efetiva para o paradoxo céptico? A fim de afastar esse questionamento, uma primeira observação que um defensor de tal concepção poderia fazer é que, para rejeitar a teoria como um todo, Kusch parece dar muito peso à introdução de nomes via batismo. No entanto, como se reconhece em *NN* (KRIPKE, 1980, pp. 115-116, nota de rodapé), poucos usuários da linguagem se encontram numa situação na qual o seu aprendizado de um nome próprio se dá por intermédio de um ato ostensivo de batismo (KRIPKE, 1980, p. 116, nota de rodapé). De fato, em geral não somos nós mesmos os introdutores dos nomes próprios que utilizamos no nosso discurso comum, mas, em vez disso, empregamos termos que nos foram transmitidos por outras pessoas.

Assim, a objeção de que o céptico semântico pode sempre relançar o seu argumento visando agora à esfera das intenções só atinge o grupo minoritário dos falantes que originalmente adquirem um nome por meio de um ato de batismo – a maioria das pessoas que simplesmente usa os termos legados por outros falantes não parece ser diretamente atingida pela reformulação do paradoxo. E quanto ao caso dos poucos falantes que aprendem o nome em uma situação de batismo? O que um seguidor da “teoria causal” poderia dizer ao seu favor? Aqui, indo além do âmbito estrito de *NN*, talvez uma opção possível seja invocar algumas noções presentes no pensamento tardio de Wittgenstein.

1.3.3.2 Excurso: o pensamento tardio de Wittgenstein¹⁹

Durante a fase tardia do seu pensamento, Wittgenstein elabora uma crítica abrangente à sua visão filosófica anterior, a qual rejeita vários aspectos relacionados à concepção que antes sustentara no *Tractatus Logico-Philosophicus*. É assim que, nas *IF*, é colocado em questão o modelo referencialista da significação, entendendo-se por isso,

¹⁹ Uma primeira versão da parte inicial das considerações feitas nesse excurso foi publicada em Silva (2016).

nesse contexto específico, a ideia geral de que o significado das palavras poderia ser explicado apontando-se para os objetos ou conceitos correspondentes.

No lugar do que seria essa imagem clássica da significação, Wittgenstein chama a atenção para o modo como os nossos usos das palavras (os nossos jogos de linguagem) se inscrevem no conjunto mais amplo das formas de agir. Dessa maneira, o princípio do contexto, inicialmente empregado por Frege (1884) como um recurso heurístico para a apreensão do conceito de número, tem o seu escopo de atuação alargado, passando a remeter a culturas e formas de vida inteiras e não mais se limitando a proposições de uma linguagem.

A respeito desse assunto, podemos ler as seguintes palavras de um comentador:

Está mais próximo da concepção de Wittgenstein do uso de uma expressão concebê-lo como o papel distintivo da expressão em todas aquelas atividades humanas nas quais é ou poderia ser empregada. Isso pode ser visto como uma generalização da ideia, presente em Frege e no *Tractatus*, de que o significado de uma expressão é revelado na contribuição que ela faz para a verdade ou falsidade de todos os enunciados nos quais aparece. A nova direção do pensamento para a qual Wittgenstein estava se movendo, depois do seu retorno à filosofia em 1929, vai além de condições-de-verdade e de itens puramente linguísticos como enunciados para abranger a contribuição de uma expressão para o que quer que os seres humanos façam ao proferi-la ou a ela responder (STROUD, 1996, pp. 301-302).

Essa guinada em direção à prática e a descrição de formas de vida efetivas caracteriza a “abordagem antropológica” presente no pensamento filosófico tardio de Wittgenstein. Nesse sentido, esclarece Hacker:

Que os seres humanos usem linguagem, participem de jogos-de-linguagem, realizem atos de fala no contexto de suas atividades – esses são fatos antropológicos sobre a história natural do homem. O que justifica usar os epítetos “abordagem etnológica” ou “abordagem antropológica” ao se descrever a filosofia tardia de Wittgenstein é a perspectiva a partir da qual ele vê as questões conceituais. Diferentemente de Frege, Wittgenstein trata os conceitos não como entidades a serem descobertas, mas como técnicas de usar palavras (HACKER, 2013, p. 114).

Desse modo, na concepção que emerge das *IF*, a análise da linguagem é associada a um contexto antropológico, sendo a linguagem então entendida como uma instituição de natureza pública. Como consequência dessa mudança de perspectiva, aprender uma linguagem, nessa visão, significará introduzir-se às práticas e costumes de um grupo ou comunidade particular, o que acarreta a exigência de haver experiências compartilhadas entre os diferentes membros do mesmo grupo.

Como esses breves elementos destacados do pensamento tardio desenvolvido por Wittgenstein poderiam ser mobilizados a serviço da sugestão de McGinn e contra as objeções de Kusch? Para os propósitos deste trabalho, o ponto fundamental a notar é que, a se acreditar em Wittgenstein, compartilhamos uma determinada forma coletiva de vida. Ora, isso significa, pelo menos segundo uma interpretação possível das observações wittgensteinianas, que há o desenvolvimento de certo acordo (o qual não é explicitamente tematizado, mas decorre do próprio fato de se partilhar uma forma de vida concreta) quanto às expectativas manifestadas pelos outros membros da mesma forma de vida nas mais diversas interações cotidianas: aprendemos a reagir de formas mais ou menos comuns diante das mesmas circunstâncias, de modo que seria possível dizer que, se as reações fossem, de modo sistemático, significativamente anômalas, tratar-se-ia de uma forma de vida diferente.

De certa forma, o que procuro descrever aqui pode ser aproximado do que Bridges assinala quando, de passagem, comenta a visão de Wittgenstein a respeito da explicação das palavras:

[...] se a explicação de nossas palavras e conceitos é possível, o alvo da explicação tem de ter, ou de adquirir, algo que não pode ele mesmo ser conferido por uma explicação. Deve-se ter, poderíamos dizer, a sensibilidade correta. Deve-se reagir e empregar e basear-se em nossas explicações de modos que se se situe no interior do círculo de usuários competentes de nossas palavras e conceitos (BRIDGES, 2010, p. 123).

Assim, se aceitarmos como corretas essas considerações, parece haver agora uma possibilidade de se superar a dificuldade salientada por Kusch concernente à ambiguidade referencial associada ao ato de batismo. Para isso, basta se atentar para o ponto fundamental de que fazer parte de uma forma de vida implica, dentre outras características importantes, aprender a reagir similarmente aos outros nas mesmas situações relevantes (aprender a “sensibilidade correta”, na formulação de Bridges)²⁰.

Nessa mesma linha de ideias, é possível ler o seguinte numa passagem de *WRPL*:

²⁰ Interpretando o tema dos gestos ostensivos no Wittgenstein tardio, Carvalho oferece uma descrição de como poderia se dar esse aprendizado, para o qual a noção de treino ocupa papel central (CARVALHO, 2014, ver, p. ex, p. 169 e seguintes). Ver também Carvalho (2014b), no qual se afirma: “Falar de treino aqui aponta para algo que precede a constituição dos jogos de linguagem de se perguntar pelo significado de uma palavra ou de se dar explicações ostensivas” (CARVALHO, 2014b, p. 7). A noção de treino é então associada a aprender a fazer algo (trata-se, pois, de uma ação ou de uma prática), o que permite que Wittgenstein ofereça uma explicação do aprendizado da linguagem que não se baseia em explicações ou significados (CARVALHO, 2014b, p. 7).

O conjunto de respostas com que concordamos e o modo como elas se entremeiam com as nossas atividades é a nossa *forma de vida*. Seres que concordassem em consistentemente dar respostas bizarras [...] compartilhariam uma outra forma de vida. Por definição, uma tal forma de vida seria bizarra e incompreensível para nós (KRIPKE, 1982, p. 96).

Logo após o último trecho citado, Kripke menciona as famosas palavras de Wittgenstein: “Se um leão pudesse falar, nós não conseguiríamos compreendê-lo” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 223).

Nessa perspectiva, é como se o compartilhamento de uma mesma forma de vida e de uma sensibilidade comum restringisse o conjunto de expectativas e possibilidades consideradas aceitáveis pelos membros de uma determinada comunidade quando da prática de determinado ato, incluindo o ato mesmo de se referir ao mundo por intermédio de palavras ou de atribuir nomes a objetos. Assim, o problema levantado por Kusch parece poder ser formulado apenas se se assumir uma perspectiva que faz abstração de circunstâncias fundamentais, encarando como *tabula rasa* a sensibilidade comum adquirida por todos os membros que compartilham uma mesma forma de vida (e que os leva a aprender reações e comportamentos mais ou menos similares). Esquece-se, desse modo, do contexto concreto no qual efetivamente ocorre o ato de batismo.

Em suma, de acordo com essa interpretação aqui somente esboçada, para explicar o aprendizado dos vocábulos de uma linguagem, inclusive os nomes próprios adquiridos em situação de batismo, cabe descrever as ações efetivas que são feitas com as palavras e o modo como o indivíduo se introduz a essas práticas mantidas pela comunidade, não parecendo haver, contra o que Kusch quer fazer crer, qualquer necessidade última e ineliminável de se recorrer a uma dimensão intencional ou mentalista contra a qual poderia o cético redirecionar o seu ataque.

Alguém poderia pensar que essa ênfase, de inspiração wittgensteiniana, conferida à descrição das ações efetivas que se faz com a linguagem poderia de algum modo tornar desnecessária ou entrar em conflito com a visão oferecida em *NN*, a qual recorre a noções como batismo ou cadeias causais. No entanto, a incompatibilidade aqui não é forçosa. De fato, a concepção histórico-causal da referência deve ser entendida como uma tentativa filosófica, conceitual, de dar conta de uma prática linguística determinada (dentro de um conjunto mais amplo que engloba outras ações que fazemos com a linguagem), que é a prática (bastante corriqueira) de, por intermédio de certos termos, referirmo-nos a pessoas, objetos, lugares etc.

Evidentemente, não é necessário que os falantes eles mesmos conheçam termos como “batismo” ou “cadeias causais” – eles podem referir com sucesso, e o fazem predominantemente, ignorando de modo solene o discurso acerca da referência. A questão é que esse discurso sobre a referência, pelo menos tal como elaborado em *NN*, não visa a corrigir ou a reformar o modo como usualmente encaramos a nossa própria prática de referir, mas objetiva tão somente esclarecer e explicitar algo que efetivamente todos nós já fazemos. Assim, num sentido bastante importante, a concepção sobre a referência delineada em *NN* está em plena continuidade com as nossas práticas linguísticas comuns.²¹

3.3.3 Bernecker

Assim como a sugestão de McGinn (de cuja crítica feita por Kusch foram seguidos alguns traços acima, com passagem por um excuro em torno de determinados aspectos do pensamento do Wittgenstein tardio), a proposta de Bernecker²² exhibe certo caráter heterodoxo comparativamente à linha interpretativa predominante na literatura especializada. A análise das ideias deste último autor aqui, porém, será mais breve, pois o que ele apresenta pode, em realidade, ser visto como estando em ligação com a visão já abordada de McGinn de relacionar *NN* com *WRPL*, na medida em que, em última análise, também acredita ser possível solucionar o paradoxo cético “[...] reduzindo o significado à referência” (BERNECKER, p. 33).

Para Bernecker, o paradoxo semântico exposto em *WRPL* é um caso do problema mais amplo da subdeterminação dos fenômenos mentais pelo significado; isto é, qualquer fenômeno intencional (como, por exemplo, a apreensão de uma regra ou uma crença) é suscetível de receber variadas interpretações, não sendo capaz de determinar por si mesmo de que é uma representação (BERNECKER, p. 33). Eis como o autor expressa esse ponto: “O problema do seguir regras é uma versão do problema geral de que o significado não determina univocamente as condições de verdade. A referência de um fenômeno intencional é subdeterminada por seu significado” (BERNECKER, p. 33).

²¹ Agradeço ao professor Tiago Tranjan por ter feito observações que me levaram a ver a necessidade de melhor elucidar esse ponto tal como constava numa versão anterior do texto.

²² Do artigo de Bernecker a ser examinado, não serão comentadas a seção sobre Wittgenstein e o externismo semântico nem a conclusão (em que é apresentada a observação de que, em geral, os problemas filosóficos não são resolvidos, mas apenas adquirem outra forma; sendo que esse seria exatamente o caso do problema do seguir regras).

Além disso, para Bernecker, o paradoxo apresentado em *WRPL* pressupõe o “internismo semântico”. Por internismo semântico, entende-se a tese segundo a qual a determinação do conteúdo de um estado mental requer tão somente fatores intrínsecos ao sujeito portador do estado mental em questão – não é necessário nada que vá além da mente ou da cabeça do indivíduo, por assim dizer (BERNECKER, p. 34). O internismo semântico opõe-se ao externismo semântico, o qual sustenta que a correta individuação dos estados psicológicos é dependente em algum grau de fatores externos – ligados ao ambiente – e, pois, de um domínio que extrapola o âmbito interno do sujeito (BERNECKER, p. 34).

De que maneira, porém, o paradoxo cético se mostraria comprometido com o internismo semântico? Como apoio para essa atribuição, Bernecker menciona a seguinte passagem de *WRPL*:

Sinto-me confiante de que há algo na minha mente – o significado que anexo ao sinal “mais” – que me *instrui* o que devo fazer em todos os casos futuros. Eu não faço uma previsão quanto ao que vou fazer [...] mas eu mesmo me instruo o que devo fazer para me conformar ao significado. [...] Mas quando eu me concentro no que está agora na minha mente, quais instruções podem ser encontradas lá? [...] Os infinitamente muitos casos da tabuada não estão na minha mente para o meu futuro eu consultar. [...] O que pode existir na minha mente que possa usar quando eu agir no futuro? Parece que toda a ideia de significado desaparece no ar (KRIPKE, 1982, pp. 21-22).

Em outras palavras, de acordo com Bernecker, é só porque se adota, numa das enunciações do paradoxo semântico, o pressuposto de que o conteúdo dos fenômenos mentais deva ser determinado de modo completamente interno (como sugere o início do trecho acima, que fala de “algo na mente” que estabelece como se deve aplicar um sinal em casos futuros), que surge o problema de o significado poder se reinterpretado de diferentes modos. Pois, admitindo-se que esse significado seja independente das circunstâncias existentes no mundo, “[...] uma lacuna lógica se abre entre significado e referência, intensão e extensão, ou intencionalidade e representação” (BERNECKER, p. 34). Nessa perspectiva, o externismo semântico simplesmente não cria o espaço no qual o paradoxo pode ser formulado, pois, a ser verdadeira a tese externista, significado e referência tornam-se equivalentes.

Contra a interpretação de Bernecker, porém, talvez seja melhor matizar a ideia segundo a qual o paradoxo cético esteja formulado nos termos do internismo semântico, pois, em outras passagens de *WRPL* – como, por exemplo, em Kripke (1982, p. 13) – fala-se em fatos internos constitutivos do significado, mas, também, em fatos ligados ao

comportamento (fatos externos, nesse contexto) que poderiam constituir o significado. Assim, não é o caso que o paradoxo semântico exija como resposta apenas fatos interiores à mente; ao contrário, a radicalidade desse paradoxo está justamente na rejeição, como constituintes do significado, tanto de fatos internos quanto de fatos externos – é a ideia mesma de fato semântico que é posta em questão. Assim, parece melhor descrever a situação afirmando que o paradoxo cético é compatível com pressupostos internistas e externistas (ou, colocando de outro modo, o paradoxo cético está tão comprometido com fatos subjetivos quanto com fatos objetivos). De fato, pode-se dizer que, na sua “vertente internista”, por assim dizer, o paradoxo semântico volta-se principalmente contra a imagem tradicional da linguagem (conforme será explicado nesta tese em capítulo posterior), ao passo que, quando igualmente rejeita fatos objetivos no mundo como capazes de constituir o significado, o paradoxo semântico põe em questão algumas tentativas de resposta direta que visam a sofisticar certos aspectos da imagem tradicional do significado.²³

Em todo caso, aceitando-se, pelo menos para fins de argumentação, que o desafio feito pelo cético semântico depende essencialmente de um compromisso implícito com a concepção do internismo semântico, como se poderia rejeitá-lo? A resposta de Bernecker é simples: uma solução direta ao paradoxo pode ser encontrada na adesão à visão externista; pois, se o significado for identificado com a referência, não é mais possível que o significado deixe a referência subdeterminada (BERNECKER, p. 34).

Desse modo, cabe olhar para “o uso cooperativo de um termo”, no espírito da sugestão de McGinn e da concepção exposta em *NN*:

Uma vez que um indivíduo saiba como a sua comunidade linguística usa um termo, ele sabe o que o termo significa. Analogamente, quando ele sabe o significado de um termo no seu vocabulário, ele sabe o que a sua comunidade linguística denota com o uso do termo. Reduzindo o significado à referência e conectando um indivíduo à sua comunidade linguística, o externismo (social) mina o fundamento do problema do seguir regras (BERNECKER, p. 34).

A proposta de Bernecker resumida acima (e a de McGinn) tem interesse não só por constituir um desvio em relação à corrente interpretativa dominante das obras de Kripke, mas também por indicar alguns marcos importantes que orientarão o desenvolvimento da hipótese central assumida nesta tese.

²³ Cf. igualmente Satne, para quem também é falsa a ideia de que o ceticismo semântico de *WRPL* pressuponha a concepção do internismo epistêmico (SATNE, 2005, p. 38).

A partir do próximo capítulo, ocupo-me então da elaboração inicial da hipótese privilegiada neste trabalho, tratando da maneira como, em *NN*, a dimensão social revela-se fundamental para a compreensão do fenômeno da referência semântica.

CONCLUSÃO

Este capítulo buscou apresentar a leitura tradicional acerca de *NN* e *WRPL*, bem como algumas possibilidades interpretativas divergentes. Segundo a interpretação ortodoxa, não cabe falar de unidade teórica entre as obras kripkeanas, merecendo *NN* e *WRPL* tratamento totalmente desarticulado. *Grosso modo*, parece estar subjacente à interpretação tradicional a crença de que, visto que *NN* e *WRPL* tratam de assuntos e partem de pontos de partida teóricos que, *prima facie*, são bastante diversos, não seria o caso de se sustentar qualquer tipo de acordo ou desacordo significativo entre as ideias apresentadas nas duas obras. Nesse sentido, como exemplos da interpretação tradicional, foram examinados, na seção 1.1, Hughes (2004), Preti (2003) e Ahmed (2007).

Na seção 1.2, o assunto foi a divergência aparente de temas, a partir do próprio conteúdo das obras, entre *NN* e *WRPL*, divergência essa que é uma importante base de sustentação da visão tradicional. Nesse sentido, em 1.2.1, apresentei breve sumário da concepção semântica desenvolvida em *NN*, com destaque para a crítica feita ao descritivismo. Um ponto fundamental ligado a *NN* é que, nessa obra, Kripke está expondo as suas próprias ideias a respeito da referência dos nomes próprios. A situação é menos clara quando se considera *WRPL*, tema de 1.2.2. De fato, em *WRPL*, Kripke estaria apenas apresentando um problema tal como esse problema lhe afetou a partir da sua leitura das *IF*, de Wittgenstein.

Na seção 1.3, intitulada “Outras possibilidades interpretativas acerca das relações entre *NN* e *WRPL*”, foram considerados alguns autores que recusam, de algum modo, o entendimento implícito segundo o qual *NN* e *WRPL* desenvolveriam discussões em níveis semânticos diferentes e como que incomunicáveis.

Desse modo, em 1.3.1, foi considerada uma ideia de Fitch (2004). Para essa visão, é possível identificar uma atitude comum, associada a uma abordagem filosófica voltada para a resolução de problemas, tanto em *NN* quanto em *WRPL*.

Para Burgess (2013), por sua vez, há uma unidade temática nos dois livros de Kripke; de fato, ambas as obras realizariam, de forma diferente, uma investigação a respeito da natureza da necessidade.

Por fim, há ainda uma outra maneira possível de se relacionar os dois livros. Assim, ainda que não defenda realmente essa opção, McGinn (1984) avança a proposta de se responder ao paradoxo semântico de *WRPL* por intermédio do aparato semântico introduzido em *NN*. Nessa parte, foi examinada ainda a crítica que Kusch (2006) realiza à proposta de McGinn, bem como – através de um excuro por alguns aspectos do pensamento do Wittgenstein tardio – um modo possível de se contornar as objeções de Kusch.

Por sua vez, como visto em 1.3.3.3, aliando-se ao espírito da sugestão de McGinn, Bernecker também acredita ser possível encontrar em *NN* a base para uma solução ao problema formulado em *WRPL*. A ideia nesse caso, em linhas gerais, é que o paradoxo cético poderia ser solucionado adotando-se uma perspectiva de natureza externista (tal como a que caracteriza a concepção da referência proposta em *NN*), reduzindo-se o significado à referência.

Tanto McGinn quanto Bernecker apontam, de modo importante, para o caminho perseguido nesta tese, que visa a colocar em evidência a dimensão social do significado em *NN* e *WRPL*. Assim, em que pese a existência de certas diferenças entre esses dois livros, cabe deslocar a atenção para os pontos comuns entre as obras. Nesse sentido, com vistas ao desenvolvimento dessa possibilidade de leitura, volto-me no próximo capítulo para a forma como a esfera social surge na imagem sobre a linguagem formulada em *NN*.

CAPÍTULO 2

A VISÃO DA COMUNIDADE EM *NN*

INTRODUÇÃO

O propósito central deste capítulo consiste em analisar a maneira específica pela qual a concepção exposta em *NN* se revela associada a uma visão social da referência. Em outras palavras, com este capítulo pretende-se apresentar uma leitura de *NN* que, examinando os principais elementos do modelo explicativo proposto por Kripke naquela obra, evidencia o seu compromisso com uma compreensão da referência semântica para a qual o conceito de comunidade desempenha uma função indispensável. Esse é um passo importante para o estabelecimento da tese mais geral sustentada neste estudo, segundo a qual há um acordo de fundo significativo entre *NN* e *WRPL* no que diz respeito à relevância conferida nas duas obras a certos fatores sociais na explicação dos aspectos linguísticos de que tratam. De fato, se em *NN* a visão da comunidade se expressa sobretudo por meio da importância atribuída, na explicação sobre a referência fornecida nessa obra, às noções de comunidade e de cadeia comunicativa, em *WRPL*, por sua vez, a visão da comunidade se apresenta, conforme será visto posteriormente, como um elemento constitutivo da própria solução cética ao paradoxo semântico. Tal é o ponto geral de aproximação das duas obras em torno do qual a tese deste estudo busca ser construída.

Por razões de simplicidade e para não fugir demasiado dos limites impostos para este trabalho, a discussão deste capítulo procura acompanhar os desenvolvimentos semânticos de *NN* principalmente no que concerne à referência dos nomes próprios, em oposição à referência dos termos para espécies naturais (termos como, por exemplo, “tigre” ou “ouro”). No entanto, a concepção da referência proposta em *NN* almeja explicar igualmente o funcionamento dos dois tipos de termos. Esse recorte mais limitado adotado se justifica em função da possibilidade de se obter um exame comparativamente mais detalhado das condições sob as quais opera a referência dos nomes próprios. Essa razão é tanto mais verdadeira quanto se considera que qualquer discussão mais aprofundada dos termos para espécies naturais deveria tratar de questões que se encontram na vizinhança do campo da filosofia da ciência, o que, apesar de não

deixar de ter o seu próprio interesse teórico, daria a esta tese uma feição diferente daquela que lhe foi originalmente proposta.²⁴

A fim de alcançar a sua finalidade, o capítulo está organizado em quatro grandes seções. Assim, na seção 2.1, exponho as linhas gerais da concepção histórico-causal, a qual é introduzida em *NN* como opção teórica alternativa à explicação descritivista para a referência dos nomes próprios.

Na seção 2.2, investigo especificamente as situações nas quais, segundo a visão elaborada por Kripke, novos nomes próprios são comumente introduzidos. O objetivo dessa seção é mostrar como os diferentes casos de batismo inicial (isto é, de atribuição originária de um nome próprio) podem ser devidamente acomodados, sem maiores dificuldades, no interior da perspectiva que emerge da discussão de *NN*.

Por sua vez, a seção 2.3 se volta para a análise da ideia mesma de cadeias comunicativas, um elemento-chave da nova perspectiva. Quais são o lugar exato e a função exercida pelo conceito de cadeia comunicativa na explicação da referência? Além de tratar dessa questão, aí considero também uma dificuldade importante a ser enfrentada pela concepção de referência examinada, que é o problema, primeiramente levantado por Gareth Evans (1985), da mudança não intencional de referência.

A quarta seção é dedicada ao exame da noção de comunidade tal como aparece em *NN*. Em outras palavras, nessa parte eu busco caracterizar o entendimento de comunidade que está presente no texto kripkeano, seja de forma explícita, seja de forma implícita. Em particular, procuro demonstrar de que maneira a noção de comunidade se

²⁴ Dito isso, cabe reconhecer que há pelo menos uma diferença notável entre nomes próprios e termos para espécies naturais. Enquanto um nome próprio, num contexto determinado, refere-se apenas a um dado indivíduo (supõe-se aqui que não se trata de um nome de um objeto não-existente), termos para espécies naturais abrangem todos os indivíduos da mesma espécie ou categoria natural. No entanto, apesar dessa diferença de função semântica (que se mostra relevante para a explicação do fundamento da designação rígida para termos de espécies naturais – sobre isso, ver SILVA, 2012, p. 85 – mas não tanto para a compreensão das linhas gerais do mecanismo de referência), a determinação da referência dos dois tipos de termos linguísticos não precisa ser significativamente diferente. De fato, se uma certa locução do nome “Sócrates” refere-se a Sócrates porque está integrada a uma cadeia comunicativa que remonta, em última análise, ao indivíduo a quem foi atribuído esse nome; pode-se imaginar que uma locução de um termo como “ouro” refere-se a todos os espécimes relevantes porque faz parte de uma cadeia comunicativa que remonta, em última análise, ao ato de batismo no qual se chamou de “ouro” à substância comum a certas amostras observadas originalmente (KRIPKE, 1980, p. 135). Evidentemente, não é necessário que, no momento de fixação da referência de “ouro” (ou de outro termo qualquer para espécie natural), sejam conhecidas as propriedades necessárias que explicam por que as diferentes amostras então observadas e a se observar no futuro fazem parte de uma mesma categoria natural – no âmbito da concepção de *NN*, o trabalho de descobrir as propriedades necessárias dos objetos é *a posteriori* e cabe à ciência (donde o “essencialismo científico” propugnado naquela obra por Kripke). De todo modo, cumpre observar que, tanto no caso dos nomes próprios quanto no caso dos termos para espécies naturais, as descrições associadas aos termos, se existentes, são de todo dispensáveis para a determinação da referência.

revela um ponto de apoio fundamental, e não apenas circunstancial, para a elaboração da explicação fornecida em *NN* nos seus diferentes momentos ou etapas.

Finalmente, a conclusão resume os pontos mais importantes discutidos neste capítulo.

2.1 A CONCEPÇÃO HISTÓRICO-CAUSAL

A visão histórico-causal é apresentada originalmente num movimento de crítica e rejeição da concepção descritivista, cujas origens remontariam às ideias de Frege e Russell. Assim é que, em *NN*, Kripke fala da sua vontade de expor uma imagem que seja melhor “[...] que a imagem apresentada pelas visões tradicionais (*received views*)” (KRIPKE, 1980, p. 93).

Em linhas gerais, pode-se dizer que, no descritivismo tal como reconstruído e atacado em *NN*, dada a ênfase que confere às descrições ou propriedades associadas por um falante ao nome próprio que utiliza, é como se fosse possível que a determinação ou fixação da referência do termo ocorresse no âmbito estritamente individual. De fato, essa visão descritivista vincula-se ao individualismo porque o descritivismo objetiva explicar a referência (e o significado) de um nome próprio atribuindo uma função central à mediação do conteúdo mental associado pelo usuário ao termo em questão.

Dito de outro modo, para o descritivismo, a referência de um nome é determinada pelas crenças (que em tese se aplicariam exclusivamente ao objeto designado) que um usuário particular da língua associa ao nome. Nesse sentido, de acordo com a imagem descritivista, é como se fosse possível que a referência ocorresse apenas com base nos recursos internos disponíveis ao falante, por assim dizer, cabendo ao mundo ou ao ambiente externo mais imediato um papel explicativo de somenos importância.

Tendo em vista essas observações, pode-se tentar estabelecer, a partir de um espírito mais especulativo, uma espécie de mapeamento sumário das possibilidades teóricas no que diz respeito ao debate internismo *versus* externismo na sua relação com os dois grandes modelos explicativos da referência em consideração neste trabalho. Desse modo, pode-se imaginar, pelo menos sob o ponto de vista da possibilidade lógica, que o espectro internista seja capaz de abranger tanto a posição da chamada teoria “causal” da referência quanto a concepção descritivista, que lhe é naturalmente mais

afim. Por outro lado, sob a rubrica “externismo”, podem se alinhar tanto a visão da referência apresentada em *NN* quanto, concebivelmente, alguma versão modificada do descritivismo. Entretanto, como seria a feição de uma teoria causal internista?

Não é fácil substanciar uma tal opção teórica, pois a teoria causal da referência, conforme se procura mostrar neste estudo, constitui-se enquanto recusa das principais características – individualistas (e também mentalistas) - do descritivismo e, nesse sentido, propõe outra matriz teórica para o entendimento da linguagem. Ainda assim, talvez se possa pensar em alguma concepção que, embora ainda atribuindo às cadeias comunicativas um papel importante (na transmissão das descrições que os falantes vinculam aos termos linguísticos, por exemplo), preserva para essas descrições – e não para as próprias cadeias de comunicação – a função precípua de determinar a referência dos nomes próprios e dos termos para espécies naturais. No entanto, essa opção logo se mostra vulnerável às mesmas objeções lançadas contra o descritivismo clássico, pois simplesmente não é caso que, para haver êxito na referência, seja necessário que se disponha de quaisquer descrições exclusivamente aplicáveis ao objeto designado – ao usar um nome próprio, um falante pode ser bem-sucedido em se referir a um indivíduo qualquer mesmo possuindo crenças equivocadas a respeito desse indivíduo.

A mesma frente de ataque delineada acima, aliás, poderia ser explorada no que concerne a um possível “descritivismo externista” (um descritivismo que, por exemplo, fizesse a referência depender de um conhecimento de descrições que de alguma maneira expressassem ou captassem fatores externos da transmissão de um nome, como as cadeias comunicativas associadas ao termo). Diante desse quadro, as alternativas tradicionais – descritivismo (individualista e mentalista) e teoria “causal” (comunitarista e externista) – parecem ser as opções mais teoricamente férteis e estáveis (o que não surpreende, dada a história do debate filosófico sobre a referência), sendo que, do cotejo das duas, sobressai a visão dita “causal”, pelas razões expostas ao longo destas páginas.

Os trechos a seguir ilustram em grandes traços o que parece ser uma consequência do modo como se opera a determinação da referência dentro dos marcos característicos da concepção descritivista:

Eu quero nomear um objeto. Eu penso em alguma forma de descrevê-lo unicamente e, então, eu passo por um tipo de cerimônia mental, por assim dizer: Por ‘Cícero’ eu vou querer dizer o homem que denunciou Catilina; e isso é o que será a referência de ‘Cícero’. [...] [M]inhas intenções são dadas primeiro, dando alguma condição que determina unicamente um objeto,

depois usando uma certa palavra como um nome para o objeto determinado por essa condição (KRIPKE, 1980, p. 79).

[...] Alguém está isolado numa sala; toda a comunidade dos outros falantes, todo o resto, poderia desaparecer; e se determina a referência para si mesmo dizendo-se – “Por ‘Gödel’ eu vou querer dizer o homem, quem quer que ele seja, que provou a incompletude da aritmética” (KRIPKE, 1980, p. 91).

Nos trechos citados, pode-se perceber claramente um aspecto central da importância conferida pelo descritivismo ao conteúdo mental do falante. De fato, é a intenção do falante que estabelece as condições (as propriedades) que, vinculadas a um nome próprio, precisam ser satisfeitas pelo objeto no mundo a fim de que ocorra a relação de referência. Em contraste com os elementos de natureza individualista e mentalista contidos nas imagens acima, a visão defendida em *NN* é de caráter comunitarista e anti-mentalista, pois toma como seu fundamento a ideia de que, para a explicação da função referencial dos nomes próprios e dos termos para espécies naturais que empregamos, é necessário postular a existência de uma cadeia histórico-social que, podendo se estender amplamente pelo tempo e pelo espaço, é formada por todos os diferentes usuários dos termos em questão. Ao supor a existência de uma cadeia comunicativa distribuída exteriormente, a visão desenvolvida em *NN* reconhece a necessidade inescapável de se recorrer, a fim de explicar a referência semântica, a elementos que extrapolam o âmbito do que poderia estar contido estritamente na mente ou na intenção de qualquer falante individual determinado.

Por isso, de acordo com o modelo exposto em *NN*, a referência não deve ser concebida como um ato exclusivamente privado ou como algum tipo de “cerimônia mental” (KRIPKE, 1980, p. 79) que poderia se dar no isolamento de uma sala, para continuar nos termos da imagem anterior. Ao contrário, a referência deve ser compreendida como um fenômeno linguístico de natureza eminentemente cooperativa (envolvendo transmissões e “empréstimos” de termos linguísticos por diferentes falantes no interior de uma comunidade), a qual, para a sua adequada concretização, requer de maneira fundamental o apelo à dimensão social.

Vejamos agora, nos seus contornos gerais, as características centrais desse modelo teórico sustentado por Kripke e apresentado *in nuce* acima, o qual terá os seus passos constituintes analisados posteriormente em seções separadas deste capítulo.

Segundo o quadro teórico formulado em *NN*, a primeira etapa a se assinalar ocorre quando da introdução de um nome num determinado grupo de falantes, ato que pode se dar quer via ostensão, quer via descrição. Essas duas modalidades parecem

efetivamente exaurir o campo das possibilidades de nomeação, de modo que qualquer caso de introdução de nome pode ser reconduzido a uma das duas alternativas indicadas. Evidentemente, podem existir casos nos quais não é claro quem foi inicialmente o autor (ou autores) do ato de nomeação, conforme será examinado mais adiante. No entanto, mesmo nessas circunstâncias, o aparato conceitual de *NN* fornece recursos para a reconstrução da situação, inserindo-a num quadro de maior inteligibilidade. Observe-se, ainda, que não é uma exigência dessa visão que o falante esteja em condições de individuar o autor do ato de nomeação – nenhum conhecimento desse tipo é necessário no âmbito da concepção aqui examinada.

Uma vez fixada a sua referência, o termo é então difundido a outros membros da comunidade linguística, os quais devem manter a intenção²⁵ de designarem o mesmo indivíduo referido por quem anteriormente lhes comunicou o nome – trata-se aqui do segundo momento-chave, constituído pela transmissão do termo linguístico. Desse modo, forma-se uma cadeia comunicativa que, por mais extensa que seja, remonta em última análise ao ato originário de batismo.

Na expressão do próprio do autor, podemos ler o seguinte:

Alguém, digamos, um bebê nasce; os seus pais o chamam por um certo nome. Eles falam dele para os seus amigos. Outras pessoas o conhecem. Através de vários tipos de conversas, o nome se espalha de elo a elo como se fosse por uma cadeia. Um falante que está no extremo dessa cadeia, que ouviu falar sobre, digamos, Richard Feynman, no mercado ou em outro lugar, pode estar se referindo a Richard Feynman mesmo se ele não puder se lembrar de quem ele pela primeira vez ouviu falar sobre Feynman [...]. Ele sabe que Feynman é um físico famoso. Uma certa passagem de comunicação, que em última análise alcança o homem mesmo [i.e. Feynman], alcança o falante. Ele então se refere a Feynman mesmo se não puder identificá-lo univocamente (KRIPKE, 1980, p. 91).

A trivialidade de um exemplo como esse envolvendo Feynman, em que se fala de um nome sendo repassado de ligação a ligação dentro de uma cadeia, mostra de forma clara, na sua simplicidade mesmo, que o que se pretende com a visão apresentada não é deformar ou, por outra, superdimensionar a noção de referência, tratando-a como se fosse algo quase mágico e, portanto, distanciado das nossas interações comunicativas

²⁵ Conforme mencionado nas pp. 45-46, é possível notar em *NN*, em oposição ao modelo descritivista, uma subordinação acentuada do domínio mental como fonte explicativa determinante para certos fenômenos da linguagem, o que não significa dizer que seja abolido por completo todo recurso à esfera psicológica individual. De fato, no âmbito da concepção histórico-causal, a intenção individual ainda guarda uma função (limitada) de permitir que o falante se mantenha ou não numa determinada cadeia comunicativa. Porém, não é a intenção individual (que no descritivismo é responsável por estabelecer condições a serem satisfeitas pelo objeto designado) o elemento determinante da referência.

efetivas. Na realidade, o que o projeto levado a cabo por Kripke pretende, tal como revelado a partir das considerações de *NN*, é explicar um fenômeno bastante corriqueiro de uma maneira que esse fenômeno (a referência) – não se diluindo ou, ao contrário, inflacionando-se a partir da análise filosófica – ainda seja plenamente reconhecível pelo falante comum. Nesse sentido, não se trata de propor uma reforma da nossa autocompreensão acerca de como usamos palavras para nos referir a objetos do mundo, mas, em vez disso, de elucidar conceitualmente uma prática com a qual já estamos familiarizados. Esse aspecto relaciona-se com um ponto tratado no capítulo 1 (1.3.1) a respeito da atitude kripkeana, exibida tanto em *NN* quanto em *WRPL*, de procurar não se afastar das nossas intuições comuns enquanto falantes da língua.

Tomando como base o último exemplo fornecido, é possível constatar claramente os dois momentos do modelo explicativo apresentado em *NN* sublinhados anteriormente. Em primeiro lugar, temos a situação de batismo propriamente dita, a qual dá início à cadeia de comunicação e ocorre quando da atribuição do nome – “Feynman”, no caso – ao indivíduo designado. Em seguida, temos o conjunto dos episódios de transmissão do nome, quando o termo é comunicado a diversos falantes e, desse modo, verifica-se uma expansão dos elos constitutivos da cadeia linguística inicial. Nesse ponto, a seguinte questão poderia ser levantada: dos dois momentos-chave constituintes da explicação proposta em *NN*, qual seria o mais importante para o fim da determinação da referência de um nome próprio? A isso, cabe dizer que a etapa de batismo ou atribuição originária de um nome parece se revelar mais fundamental, na medida em que são concebíveis situações nas quais a referência pode ocorrer a despeito da inexistência de episódios posteriores de transmissão do nome, mas não o inverso (isto é, a referência ocorrer apenas com base em episódios de transmissão, sem haver um ato prévio de batismo – esse último entendido no seu sentido amplo, conforme será esclarecido adiante).

De fato, uma situação na qual há apenas batismo, mas não a transmissão posterior do nome, pode ocorrer se imaginarmos, por exemplo, dois amigos que, numa determinada conversa informal, resolvem conjuntamente começar a se referir a um conhecido em comum, quando estão a sós, com um nome qualquer “X”. Nessa situação, há referência quando os dois amigos utilizam entre eles o nome “X”, mas não há propriamente a transmissão do nome; em vez disso, os dois amigos poderiam ser tomados como coautores do mesmo ato de batismo. Se isso é verdade, então a cadeia comunicativa, embora seja um elemento necessário para explicar o modo como

efetivamente utilizamos nomes próprios (é desnecessário dizer que a situação aqui imaginada está longe de ser um caso típico de referência), não é, de um ponto de vista estritamente lógico, um elemento indispensável para a determinação da referência. No entanto, mesmo se as cadeias comunicativas forem logicamente prescindíveis, não se segue imediatamente a conclusão de que a comunidade, no seu sentido mais largo, seja de todo dispensável para a referência, pois, conforme será abordado adiante ainda neste capítulo, o próprio ato de batismo, para que seja efetivo, parece pressupor uma certa noção ampliada de comunidade.²⁶

Assim, cabe reconhecer que, para um usuário típico de uma língua, os episódios de transmissão de nomes são mais numerosos que as circunstâncias de batismo. Realmente, para um falante qualquer, verifica-se que é mais comum a experiência de fazer parte de uma cadeia comunicativa já formada (de adquirir nomes comunicados por outros usuários e de, por sua vez, repassar os termos para outros falantes) que a experiência de, por meio de uma situação de batismo, estar na posição de iniciar uma nova cadeia comunicativa. Dessa forma, nas nossas trocas comunicativas diárias, em geral utilizamos nomes próprios que já circulam na comunidade linguística (para nos referirmos aos nossos colegas de trabalho, por exemplo), sendo mais limitadas as situações em que somos os responsáveis individuais por algum ato específico de nomeação (o batismo de um novo ser humano ou de algum produto comercial, digamos).

Em relação ainda à segunda fase do processo de transmissão de nomes, Kripke destaca como é necessário, para o sucesso da relação de referência pretendida, que os falantes a quem o nome é repassado tenham a intenção de, com a utilização do termo recém-adquirido, referirem-se ao mesmo indivíduo designado por quem lhes transmitiu o nome precedentemente. Dito de outra maneira, ao ouvirem numa sala de aula um professor falar de “Feynman”, é imprescindível que os alunos, ao empregarem “Feynman” no futuro (e desde que estejam interessados em falar do mesmo físico mencionado pelo professor, e não de um outro indivíduo com o mesmo nome), queiram designar o mesmo indivíduo referido por quem lhes introduziu esse nome.

Por que é importante que os novos usuários de um nome tenham a intenção de designar o mesmo indivíduo referido por aqueles de quem aprenderam o termo? A resposta é que, se essa exigência não for satisfeita, a vinculação à cadeia comunicativa

²⁶ Agradeço ao professor Jimmy Plourde por ter feito observações que me levaram a ter uma melhor compreensão dessas questões.

original do nome dito pelo falante poderá não ser mantida, tendo-se dessa maneira o início de uma outra corrente linguística. Em outras palavras, ao escolher deliberadamente utilizar “Feynman” para um fim diverso daquele pretendido pelos usuários que lhe repassaram o nome, o falante torna-se o iniciador de uma nova cadeia linguística. Isso é o que ocorre quando alguém, achando bonita a sonoridade de “Feynman”, por exemplo, resolve – afastando-se da intenção de manter a mesma referência das pessoas de quem aprendeu o termo – adotá-lo como o nome do seu novo cachorro de estimação.

Kripke enuncia o ponto acima do seguinte modo:

Quando o nome é “passado de conexão a conexão”, o destinatário do nome, penso eu, tem de pretender usá-lo, quando o aprende, com a mesma referência da do homem de quem ele o ouviu. Se eu ouço o nome “Napoleão” e decido que ele seria um bom nome para o meu porco-da-terra (*aardvark*), não satisfaço essa condição (KRIPKE, 1980, p. 96).

A necessidade de preservação da mesma intenção não deve ser confundida com algum tipo de requisito no sentido de se compartilhar o mesmo conteúdo descritivo individuador; a sua função aqui é bem distinta das exigências descritivistas e apenas visa, como já dito, à manutenção do pertencimento à mesma cadeia linguística. Nessa perspectiva, para retomar o último exemplo, quando alguém ouve falar pela primeira vez do nome “Napoleão” e o resolve utilizar, não é necessário que o sujeito associe ao termo as mesmas descrições ou conteúdos intencionais associados pela pessoa que lhe repassou o nome; de fato, tudo o que é necessário é que, ao empregar “Napoleão”, o novo falante não queira se desviar da cadeia já estabelecida – dentro da qual foi inserido – de usos referenciais do termo.

O requisito de preservação da mesma intenção descrito nos parágrafos anteriores mostra que Kripke não está envolvido em nenhum projeto teórico naturalista que visasse a eliminar ou a reduzir a noção de referência a noções mais básicas de um tipo completamente diferente. Em outras palavras, a análise levada a cabo em *NN*, na medida em que ainda preserva algum espaço para a ideia de se pretender empregar um termo com a mesma referência utilizada por quem repassou o nome (mas não a ideia de se associar os mesmos conteúdos mentais ao termo), não procura suprimir por completo o conceito de referência ou substituí-lo por outros conceitos menos “psicológicos” e, por isso, supostamente com melhores credenciais científicas.

Nesse ponto, convém reforçar um esclarecimento a fim de prevenir possível mal-entendido. Com efeito, anteriormente nesta tese, destaquei como é possível identificar uma certa tendência anti-mentalista na obra filosófica kripkeana, com manifestações tanto em *NN* quanto em *WRPL*. Alguém poderia querer ver nesse aspecto uma incoerência com o que eu afirmo agora a respeito da preservação, em *NN*, de certo espaço para a noção de intenção e da posição não-reducionista de Kripke acerca da referência. A questão é sutil, mas não creio que haja contradição. O que antes foi identificado como sendo uma tendência anti-mentalista caracteriza-se não por ser uma negação completa e absoluta do recurso ao domínio psicológico individual, mas, em vez disso, por constituir uma espécie de deslocamento, sob o ponto de vista da explicação teórica (e comparativamente à concepção descritivista), da importância desse domínio psicológico individual como base decisiva da compreensão linguística. Dito de outro modo, o que se observa na concepção defendida em *NN*, diferentemente do que ocorre com a tese do descritivismo, é que o conteúdo mental já não goza de um papel determinante como fundamento explicativo de alguns fenômenos da linguagem (como a referência dos nomes próprios, no caso sob consideração de *NN*, ou como o próprio significado, conforme se verá quando da análise de *WRPL*). Evidentemente, isso não equivale a dizer que não haja nenhuma menção ao vocabulário intencional ou mesmo que, em menor grau, a ele não seja atribuído nenhum papel elucidativo²⁷.

De todo modo, não é o caso de se tomar *NN* por uma concepção que, movida por algum ideal cientificista, visasse a substituir a ideia de referência (e as noções que de algum modo lhe acompanham, como a de pretender ou a de ter a intenção de se referir) por relações inteiramente objetivas, como – poder-se-ia pensar – seriam as relações causais. De fato, nesse aspecto, Kripke é favorável a uma posição antirreducionista, chegando a afirmar que “[...] é muito provável que fracassem análises filosóficas de algum conceito como a referência em termos completamente diferentes que não fazem menção à referência” (KRIPKE, 1980, p. 94).

Assim, deve-se reconhecer que, no que concerne a *NN*, não está em questão reduzir o conceito de referência a “[...] outros mais simples que não envolvam intencionalidade referencial. A finalidade é oferecer uma imagem geral da nomeação mais apropriada que a [...] da teoria Frege-Russell” (OTERO, 2006, p. 177).

²⁷ Agradeço aos professores Marcelo Carvalho e Tiago Tranjan por terem me indicado a necessidade de melhor clarificar esse ponto.

De fato, mais modestamente, Kripke volta-se somente para o exame do mecanismo geral da referência que opera efetivamente nas nossas práticas comunicativas cotidianas. Nessa direção, o objetivo de *NN* é explicar “[...] o que conecta um nome *particular* a uma pessoa ou lugar *particular* ou à coisa que porta esse nome” (BURGESS, 2013, p. 28).

Com base em Bar-Elli, é possível dizer que a nova visão que surge em substituição à concepção descritivista se apóia em dois fatores não-cognitivos:

[...] (a) relações causais entre falantes e entre eles e os objetos ou situações no mundo real; e (b) intenções de co-referência – intenções por parte de um falante de manter a referência que foi passada a ele por pontos anteriores na cadeia causal (BAR-ELLI, 2014, p. 130).

Em relação a essa última caracterização, convém fazer apenas um reparo, o qual diz respeito à ênfase que Bar-Elli (mas também vários outros autores) confere ao termo “causal”. De fato, falar em “relações causais”, nesse contexto, pode sugerir equivocadamente a necessidade de uma relação direta de causa-efeito – baseada, por exemplo, no modelo perceptivo – entre o introdutor de um nome e o objeto referido.

No entanto, não há uma tal exigência na visão descrita em *NN*, pois reconhece-se a possibilidade de a fixação da referência de um nome ocorrer por meio de um procedimento de natureza descritiva. Uma situação como essa – em que, no ato mesmo de batismo, não há contato direto entre o indivíduo que atribui o nome e o objeto nomeado – pode acontecer num exemplo banal, como quando alguém afirma, por exemplo: “Vou chamar o meu novo cachorro de estimação, que comprarei no *pet shop* na próxima semana, de ‘Rex’”.

Uma situação mais elaborada que a anterior, em que se constata conjuntamente um ato de batismo por ostensão e um outro ato de batismo através de descrição, pode ser encontrada no seguinte exemplo imaginado por Fitch:

[...] suponha que encontremos uma obra escrita antiga que detalha várias aventuras de várias pessoas, mas a obra não tem autor identificado. Dado que temos a obra diante de nós, porém, nós damos à obra o nome ‘*Nomus*’ (um personagem importante na obra). Nós podemos assim exibir a obra e nomeá-la por ostensão [aparece ‘baptism’ no original]. Não podemos, porém, exibir o autor de *Nomus*. Essa pessoa já se foi há muito tempo. Podemos, não obstante, referirmo-nos ao autor descrevendo-o como o autor de *Nomus* (podemos supor que especialistas nesses assuntos tenham nos informado que é a obra de um único autor). Usando a descrição ‘o autor de *Nomus*’, podemos assim batizar o seu autor como ‘Persis’. Fixamos assim a designação do nome ‘Persis’ via a descrição ‘o autor de *Nomus*’. Desse

modo, neste exemplo, temos tanto um exemplo de batismo por ostensão (a obra em questão) quanto um exemplo de batismo por fixação por descrição (FITCH, 2004, p. 41).

Dessa forma, deve-se reconhecer que a concepção sobre a referência exposta em *NN* não é de modo algum atingida por objeções que simplesmente apontem o fato de que aplicamos nomes próprios a objetos com os quais não mantemos relações causais ou perceptivas, como as entidades da matemática ou da lógica, por exemplo (FITCH, 2004, p. 171). De fato, podemos pensar que a introdução desses termos possa ser explicada por intermédio de algum tipo de expediente descritivo ou de construção formal.

Assim, a palavra “causal” que aparece em “concepção histórico-causal”, expressão corrente para se referir à visão introduzida por Kripke em *NN* (a qual, somente por razões de conveniência e simplicidade, é adotada por vezes nesta tese), deve sempre ser tomada tendo em mente as ressalvas anteriores. O outro termo do nome usualmente empregado para essa visão (“concepção **histórico**-causal”) também merece algumas clarificações²⁸. Isso porque com o adjetivo “histórico” ressalta-se a dimensão cooperativa e diacrônica; ou seja, o fato de, na visão apresentada, o nome poder ser transmitido a diferentes pessoas no transcurso do tempo.

Assim, a cadeia comunicativa de um nome qualquer pode ter uma significativa extensão temporal, abrangendo desde a situação originária de batismo até os – temporalmente distantes – mais recentes usuários do termo. Essa “história” formada pelas sucessivas utilizações de um nome é uma parte essencial do aspecto social ou comunitarista envolvido no mecanismo explicativo da referência tal como evidenciado em *NN*. Como afirma Kripke:

Em geral, a nossa referência depende não apenas do que nós mesmos pensamos, mas das outras pessoas na comunidade, da história de como o nome chegou até alguém e de coisas como essas. É seguindo-se uma tal história que se chega à referência (KRIPKE, 1980, p. 95).

Além de se chamar a atenção para essa dificuldade relacionada à melhor denominação do conjunto de ideias sobre a linguagem apresentadas em *NN*, cabe indicar uma observação adicional, a qual está associada à maneira como o próprio Kripke enuncia a sua visão. Aludo aqui ao fato de Kripke dizer de forma expressa estar

²⁸ Em Silva (2012, pp. 48-51), examinei algumas das dificuldades concernentes ao melhor modo de se denominar a visão exposta em *NN*. Ver também Linsky (2011, pp. 33-35) e Fitch (2004, pp. 171-173).

apenas propondo uma outra imagem (*picture*) sobre a referência, e não exatamente uma teoria; isto é, trata-se simplesmente da exposição de um modo alternativo de se encarar a determinação da referência semântica, e não de uma teoria abrangente – entendida como um conjunto plenamente desenvolvido de condições necessárias e suficientes – para a explicação desse fenômeno²⁹.

Dessa maneira, Kripke mesmo reconhece que a visão de *NN* é incompleta, carecendo de mais elaboração teórica. Eis o que é afirmado a esse propósito:

Assim, outras condições precisam ser satisfeitas para fazer disso [da concepção apresentada em *NN*] uma teoria realmente rigorosa da referência. Não sei se vou fazer isso porque [...] em vez de dar um conjunto de condições necessárias e suficientes que vão funcionar para um termo como referência, eu quero apenas apresentar uma imagem *melhor* do que a imagem apresentada pelas visões recebidas (KRIPKE, 1980, p. 93).

Realmente, a visão proposta em *NN* pode ser qualificada como incompleta com base em diferentes razões. Para ver isso, basta observar que, mesmo no que diz respeito aos nomes próprios, caso bastante discutido no livro, faltam alguns refinamentos importantes (por exemplo, em relação à análise de mudanças não-intencionais de referência ou mesmo em relação às circunstâncias de batismo, aspectos que merecerão algumas considerações mais adiante nesta tese). Além disso, alguém poderia indicar também, como ponto digno de um tratamento mais satisfatório que o apresentado inicialmente por Kripke, o modo como a visão exposta em *NN* responderia a algumas das motivações teóricas que estão na base da própria concepção descritivista, como o problema da identidade de termos co-designativos.

Ainda nessa mesma linha de ideias, a visão apresentada em *NN* precisa também ser desenvolvida em relação a outras classes de palavras (como advérbios ou adjetivos) que não foram originalmente abordadas de forma direta no âmbito da discussão de *NN*. Na realidade, o autor de *NN* mostra forte desconfiança por teorias filosóficas abrangentes capazes de oferecer definições (LINSKY, 2011, p. 33) – na sua opinião, correm todas o risco de serem falsas (KRIPKE, 1980, p. 93). Contudo, deixando de lado tal questão metafilosófica mais geral, que foge ao escopo deste trabalho, na próxima seção volto-me para a análise mais atenta das situações em que novos nomes são introduzidos na comunidade linguística.

²⁹ Ver, por exemplo, Kripke (1980, p. 94).

2.2 A INTRODUÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS NA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

De acordo com o modelo histórico-causal, um nome próprio é usualmente incorporado numa comunidade linguística seja via um ato de batismo por ostensão, seja com um ato de batismo via algum procedimento descritivo. Nesta seção, o objetivo é examinar mais de perto as principais características de cada uma dessas duas modalidades de atribuição de nomes a objetos.

Para iniciar a abordagem desse tema, talvez uma boa prática fosse, antes de tudo, adotar alguma expressão mais ampla tal como “circunstâncias fixadoras da referência” (HUGHES, 2004, p. 40) ou, ainda, “situações (ou modalidades) de atribuição de nomes próprios”. De fato, o termo “batismo” pode sugerir à mente a imagem de uma situação bastante formal, na qual um sujeito qualquer recebe o seu nome próprio em meio a ritos de caráter oficial. No entanto, conforme já mencionado nesta tese em outro momento, é possível conceber certos cenários nos quais, para todos os fins práticos, não é claramente determinável a maneira como se deu o estabelecimento do nome próprio nem quem foi a pessoa ou grupo de pessoas responsável pelo ato de nomeação. A esse propósito, Kripke mesmo afirma: “[...] eu reconheço que não precisa sempre haver um batismo inicial identificável [...]” (KRIPKE, 1980, p. 162).

Dessa forma, o fato de o batismo não ser claramente identificável em todas as situações possíveis não representa um obstáculo para a concepção exposta em *NN*, assim como não é um problema para essa visão o fato de um mesmo objeto ser batizado múltiplas vezes, quer pelo mesmo falante, quer por diferentes falantes. Nessa última possibilidade, o que se pode ter são diferentes cadeias comunicativas – que podem ou não se relacionar, a depender de se há falantes que são competentes nos diferentes nomes atribuídos ao mesmo objeto – remontando ao mesmo objeto inicial. Assinale-se, porém, que todas essas situações aventadas são casos-limite, fronteira, que estão longe de constituir a maior parte das instâncias reais de nomeação. Além disso, esses casos podem ser reconstruídos de modo a serem acomodados, sem muitos problemas, dentro das opções de ostensão e descrição, as quais efetivamente cobrem a maioria dos casos reais – imediatamente distinguíveis ou não – de introdução de nomes.

Os breves apontamentos anteriores, a serem desenvolvidos com mais detalhes ao longo deste capítulo quando da análise das modalidades específicas de introdução de

nomes e da cadeia comunicativa, auxiliam a ver algumas das diferenças entre a concepção de batismo de *NN*, de escopo mais abrangente e menos severa, se quisermos, e a visão sobre batismo – que, em comparação com o ponto de vista de *NN*, revelar-se-á mais formalista – expressa por uma perspectiva como a de Austin (1990). De fato, nessa última obra, ao desenvolver a sua investigação em torno dos atos de fala, Austin examina em alguns momentos a noção de batismo, à qual é compreendida naquele contexto de discussão como um ato performativo, isto é (e em linhas gerais), um ato por meio do qual a linguagem é empregada não para fins de descrição de um estado de coisas prévio, mas sim com o propósito de se realizar uma ação determinada (AUSTIN, 1990, pp. 24-25). À luz de tal perspectiva, uma situação de batismo ocorre quando, nas circunstâncias apropriadas, a pessoa adequada diz algo como, por exemplo, “Batizo este navio com o nome de *Rainha Elizabeth*” (AUSTIN, 1990, p. 24).

Observe-se, porém, que, em virtude do ângulo a partir do qual aborda esse tipo de fenômeno, é fundamental para a teoria de Austin que, além de se dar nas circunstâncias corretas, o proferimento em questão seja realizado por uma pessoa apropriada. Como ele mesmo afirma, “[...] para eu batizar um navio é essencial que eu seja a pessoa escolhida para fazê-lo [...]” (AUSTIN, 1990, p. 26); de outro modo, o ato malogra e dele se diz que – por não ter preenchido parte das condições necessárias para o seu sucesso – é infeliz (AUSTIN, 1990, p. 30). Assim, nessa visão, quando a pessoa que pretende batizar algo não tem a capacidade ou o direito para tal, o ato se qualifica como “nulo” ou “sem efeito”, isto é, não produz o efeito ou consequência de dar nome ao objeto (AUSTIN, 1990, p. 37; AUSTIN, 1990, p. 100). Uma última característica da concepção de batismo expressa por Austin digna de nota aqui por também constituir um contraponto à concepção de *NN* vincula-se à importância atribuída, no ato mesmo de batismo, ao domínio mental. Com efeito, Austin sustenta que, para que se consuma com êxito, o ato de batismo precisa ser realizado intencionalmente, isto é, o “batizador” precisa se guiar por uma intenção determinada de atribuir um nome a um objeto qualquer, sendo que seria exatamente a expressão dessa intenção o elemento adicional a completar o seu ato de batismo (AUSTIN, 1990, p. 50).

Em contraste, a concepção de batismo de *NN* tem um aspecto geral menos “rigorista”, por assim dizer. Desse modo, embora a ideia particular de se conceber o batismo como um ato performativo (isto é, um ato que, por intermédio da linguagem, realiza uma ação, e não descreve uma realidade anterior) não seja a princípio incompatível com o que é sustentado em *NN* (o que não significa dizer, evidentemente,

que Kripke mesmo endosse a teoria dos atos de fala), não é o caso que, para Kripke, ao contrário de Austin, deva ser atribuído qualquer peso particular à necessidade de haver pessoas apropriadas ou com a capacidade adequada por trás de um ato de batismo. Em princípio, pelo menos, qualquer falante da língua, e não apenas alguém investido com algum tipo de autoridade ou direito específico, pode se encontrar na origem da cadeia comunicativa de um nome qualquer. Dito de outro modo, há um amplo conjunto de situações que, não se qualificando como exemplos de batismos sob os critérios estritos de Austin (ou do direito), caracterizam-se como batismos a título pleno, se considerarmos a visão de natureza mais ampla exposta em *NN*.

Nesse mesmo sentido, e em conexão com o que foi dito antes, ainda que a noção do batismo como um ato que produz efeitos possa ser assimilada no interior do modelo de *NN*, não é compatível com a visão exposta por Kripke defender, como o faz Austin, que um ato de batismo é nulo, se produzido por uma pessoa sem a qualificação adequada. Realmente, de acordo com *NN*, mais que pelas “credenciais” do batizador, os efeitos de um ato de batismo são determinados pela persistência ou não da cadeia comunicativa que se forma após o ato inaugural de nomeação, conforme ficará mais claro na seção 2.3 deste capítulo. Também na seção 2.3 (2.3.1), examino, a propósito do problema da mudança não intencional da referência, por que, segundo a concepção de *NN*, o elemento intencional não é um requisito necessário, à diferença do que Austin crê, para o êxito de um ato de batismo, entendido esse último no seu sentido mais amplo.

Dentro da concepção de *NN*, os atos de batismo têm ainda uma importância adicional que merece ser agora objeto de atenção. Realmente, os atos de batismo poderiam constituir as bases para uma via possível, e diversa da trilha seguida pela resposta descritivista, para se explicar a informatividade de enunciados de identidade. Brevemente, o problema que se coloca associado ao caráter informativo dos enunciados de identidade poderia ser apresentado da seguinte maneira: suponha-se que “A” e “B” sejam nomes de um mesmo objeto *X*. Considere-se, agora, o seguinte par de enunciados: 1) “A é igual a A” e 2) “A é igual a B”. Diante disso, um falante qualquer pode tomar o enunciado 1 como sendo não informativo, na medida em que esse enunciado se limita a expressar que um objeto é igual a si mesmo. Por outro lado, o enunciado 2 parece ser informativo e, nesse sentido, constitui um aumento do conhecimento do falante. O desafio é, então, explicar a diferença de valor cognitivo entre esses dois enunciados, os quais, em última análise, não tratam senão do mesmo objeto *X*.

Para um descritivista, essa diferença de conteúdo informativo poderia ser explicada afirmando-se, *grosso modo*, que, no primeiro caso, o conjunto de descrições associadas ao nome “A” é idêntico a si mesmo, razão por que o enunciado não representa realmente nenhum aumento do conhecimento do falante. No entanto, no caso de 2, o caráter informativo do enunciado pode ser explicado sustentando-se que as descrições associadas ao nome “A” e as descrições associadas ao nome “B” são verdadeiras de um mesmo objeto (a saber, *X*). Pelas razões já expostas nesta tese, porém, uma resposta como a descritivista, que se apoia na vinculação estrita entre nomes e descrições, não é defensável, de modo que permanece o desafio de explicar esse fenômeno a partir de outro quadro teórico.

Como essa questão é tratada por Kripke? Em verdade, não há uma resposta para esse problema desenvolvida no âmbito de *NV*. Porém, afirma-se nesse livro que os diferentes modos de se fixar a referência de um nome desempenhariam algum papel na “[...] nossa atitude epistêmica em relação aos enunciados expressos” (KRIPKE, 1980, pp. 20-21). Pode-se pensar, com base nessa sugestão e indo-se além de qualquer declaração explícita de Kripke nesse livro, que um enunciado de identidade como “A é igual a B”, supondo-se que seja verdadeiro, revela-se informativo para um falante qualquer, à diferença do enunciado “A é igual a A”, porque no primeiro caso, mas não no segundo, indica-se o simples fato de que um mesmo objeto esteve na origem de pelo menos dois diferentes atos de nominação. Nessa perspectiva, é exatamente o reconhecimento de que diferentes nomes foram atribuídos a um mesmo objeto, o que é expresso pela identidade entre “A” e “B”, que explicaria a aparência de maior conteúdo informativo (e, portanto, a diferente atitude epistêmica) associada a esse enunciado. Desse modo, ao abrir mão da ideia de que descrições estariam associadas a nomes, essa solução mantém-se fiel ao espírito de *NV* e, ao mesmo tempo, consegue acomodar a diferença entre os dois tipos de enunciados de identidade assinalados.

Como quer que seja, consideremos a seguir as duas modalidades fundamentais de introdução de nomes.

2.2.1 Introdução de nomes via ostensão

O que significa introduzir um nome por ostensão? Para começar o exame desse tópico, vejamos primeiro uma conceituação para a expressão “definição ostensiva”, tal como oferecida por um dicionário de termos filosóficos:

Uma definição que procede por ostensão ou, em outras palavras, que se limita a mostrar o que se pretende, tal como se pode definir ostensivamente um tom como magenta, ou o sabor do abacaxi, exibindo um exemplo. Esse tipo de definição depende de o ouvinte conseguir compreender qual é a característica que se tenciona mostrar, e de conseguir saber o grau de literalidade com que tem de tomar o exemplo. Uma ostensão direta consiste em mostrar o objeto ou característica pretendido, ao passo que na ostensão diferida se mostra algo com o objetivo de dirigir a atenção para outra coisa, e.g., mostra-se uma fotografia para indicar uma pessoa, ou um termômetro para indicar a temperatura (BLACKBURN, 1997, p. 91).

Na discussão de *NN*, o batismo por ostensão ocorre quando o nome é introduzido em alguma situação ou cerimônia na qual, apontando para o próprio objeto ou indivíduo a ser nomeado, alguém diz aproximadamente o seguinte: “Ele vai se chamar *X*”. Em outras palavras, mostra-se diretamente o objeto que se pretende nomear, conforme esclarece a definição acima para o caso da ostensão direta. Essa é a situação que teria ocorrido quando da nomeação de Richard Feynman por seus pais, para voltar a um exemplo mencionado páginas atrás.

Podemos imaginar também facilmente o esboço geral de um modelo explicativo para situações nas quais alguma espécie natural é batizada via ostensão. Um tal caso usualmente pode ocorrer, por exemplo, quando um determinado indivíduo ou grupo de seres humanos identifica pela primeira vez, por meio de suas características externas recorrentes, uma substância ou animal na natureza, e o nomeia, transmitindo depois o nome (no caso, um termo geral, como “tigre” ou “ouro”, digamos) para outros usuários da língua. Nas palavras de *NN*:

[...] o nome de espécie pode ser passado de ligação a ligação, exatamente como no caso dos nomes próprios, de modo que quem viu pouco ou nenhum ouro pode ainda usar o termo. A sua referência é determinada por uma cadeia causal (histórica), não pelo uso de quaisquer itens (KRIPKE, 1980, p. 139).

A menção a itens, na citação acima, serve para apontar que, no quadro da explicação de *NN*, não é a amostra considerada no momento do batismo (ou os seus traços externos) que, em última análise, fixa a referência do termo considerado, e sim a cadeia comunicativa. Isso significa que não há impedimento para que a referência de um termo para espécie natural abranja, posteriormente, mais objetos que os inicialmente

considerados quando da amostra original. Da mesma forma, nesse quadro teórico, deve-se ter em mente também que, embora as características externas (por exemplo, a cor e as listras típicas de um tigre ou a cor e o peso do ouro) desempenhem um papel na orientação e identificação (por parte dos falantes) das espécies naturais, não são as características externas que determinam, num nível mais fundamental, o pertencimento a uma espécie natural (as descrições que expressam as características externas não fazem parte do significado de um nome para espécie natural, o qual é considerado como um designador rígido, assim como um nome próprio), podendo assim ocorrer o caso que um determinado termo para espécie natural faça referência mesmo se os objetos por ele referidos não mais exibirem as características externas por intermédio das quais a espécie natural foi inicialmente batizada.

De fato, segundo a concepção exposta em *NN*, o pertencimento a uma dada espécie natural é determinado por uma certa “estrutura interna” (no caso do tigre, talvez uma determinada configuração genética própria da espécie; no caso do ouro, a composição química) que, de algum modo sendo pressuposta pelo falante na circunstância de atribuição de um termo para espécie natural, só pode ser descoberta *a posteriori* pela atividade científica³⁰.

Em suma, como o próprio Kripke afirma:

De acordo com a visão que eu defendo, então, termos para espécies naturais estão muito mais próximos de nomes próprios do que se supõe normalmente. [...] É interessante comparar minhas visões com as de Mill. [...] Ele fala que nomes ‘singulares’, se forem nomes próprios, são não-conotativos. Por outro lado, Mill diz que todos os nomes ‘gerais’ são conotativos. [...] Minha própria visão, por outro lado, considera Mill mais ou menos certo a respeito de nomes ‘singulares’, mas errado a respeito de nomes ‘gerais’. [...] Num sentido significativo, nomes gerais como ‘vaca’ e ‘tigre’ não [expressam propriedades], a menos que *ser uma vaca* conte trivialmente como uma propriedade (KRIPKE, 1980, pp. 127-128).

No que diz respeito ao caso do batismo via ostensão diferida, Kripke não o examina explicitamente, mas poderíamos imaginar que estaríamos diante de uma possibilidade como essa quando cientistas da NASA, analisando fotografias feitas por alguma sonda enviada à Marte, nomeiam, com base somente nas fotos assim obtidas, crateras daquele planeta. Efetivamente, nesse caso, a referência é batizada de modo indireto, cumprindo as fotografias o papel de dirigir a atenção dos cientistas para os objetos designados.

³⁰ Sobre isso, ver Silva, 2012, pp. 77-84.

Cabe observar que, tanto no caso do batismo por ostensão direta quanto da introdução de um nome por ostensão indireta (diferida), as descrições porventura ligadas aos termos não desempenham nenhum papel relevante na explicação do funcionamento da referência e, muito menos, do sentido dos nomes – são semanticamente inertes, se quisermos. Esse ponto já foi mencionado a propósito dos termos para espécie natural; para o compreendermos em relação ao caso dos nomes próprios, basta considerarmos que os amigos dos pais de Feynmann até podem eventualmente vincular ao nome da criança algum tipo de informação descritiva (digamos, “o filho do casal Feynmann”), mas esse conteúdo atributivo não precisa de modo algum designar univocamente (o que ocorreria se o casal Feynmann tivesse tido mais de um filho). De qualquer forma, e mais importante, uma tal descrição, se existente, será simplesmente supérflua para a compreensão de como o mecanismo da referência efetivamente funciona.

Em vez disso, o que precisamos para dar conta do fenômeno da referência, de forma fundamental, é da ideia de um batismo linguístico (entendido de modo bastante abrangente), no qual o ato de introdução do nome se faz acompanhar pela posterior transmissão do termo para outros membros de um grupo humano. A partir do batismo, forma-se uma comunidade linguística que é composta por todos os usuários do termo e que tem, nessa situação de fixação de referência, o seu momento inaugural. Nessa perspectiva, ressalta-se claramente a importância do fator social e cooperativo para o novo modelo semântico proposto, o qual, dispensando a mediação de conteúdos descritivos e de ações estritamente individuais de referência, recorre, a fim de explicar a maneira como efetivamente empregamos nomes próprios, à existência de uma cadeia comunicativa de natureza pública e externa que remonta, em última análise, ao ato originário de designação nominal.

Contudo, além do batismo por ostensão (quer seja a ostensão direta, quer seja a ostensão indireta), é possível que a incorporação de um nome à comunidade linguística seja feita por intermédio de uma certa aplicação – bastante limitada – das descrições (não como fornecendo a definição ou o significado, mas como fixando a referência do termo). Examinemos essa alternativa a seguir.

2.2.2 Introdução de nomes via descrição

Em *NN*, são distinguidos dois modos possíveis – os quais não teriam sido claramente diferenciados no interior da concepção descritivista – de se considerar uma descrição. Dessa maneira, “[...] a visão de Frege-Russell de que os nomes são introduzidos por descrição poderia ser tomada como uma teoria do significado dos nomes [...] ou apenas como uma teoria da sua referência” (KRIPKE, 1980, pp. 33-34).

Em outras palavras, uma descrição definida qualquer associada a um nome pode ser entendida ou como um sinônimo do nome – caso em que lhe será semanticamente equivalente – ou, ainda, como somente uma forma de se estabelecer ou fixar a referência do termo singular em questão. Um exemplo da primeira possibilidade seria tomar a descrição “o último grande filósofo da Antiguidade”, digamos, como sinônima – e, portanto, como fornecendo o significado ou sendo parte – do nome próprio “Aristóteles”. No entanto, pelas razões já expostas na seção 1.2.1 do capítulo 1, essa possibilidade é rejeitada no âmbito de *NN*.

Em algumas circunstâncias, porém, um nome pode ser incorporado numa comunidade de falantes através de uma descrição. Uma dessas circunstâncias pode ter sido a introdução de “Netuno” por Le Verrier, caso mencionado anteriormente neste trabalho; ou, se quisermos um outro exemplo: o nome “Jack, o estripador”, dado pela polícia da Londres vitoriana a quem quer que tenha cometido uma determinada série de assassinatos no final do século XIX (KRIPKE, 1980, p. 79). Em nenhuma dessas situações, porém, a descrição deve ser entendida como fazendo parte do nome ou lhe sendo sinônima, mas tão-somente como lhe fixando a referência.

De fato, uma vez empregada para nomear um certo objeto, a descrição pode deixar de lhe ser aplicável. Assim, por exemplo, o objeto designado como “Netuno” em virtude de exibir uma determinada órbita poderia por algum motivo deixar de manter a mesma trajetória celeste. No entanto, uma vez introduzido o nome, dado que se trata de um designador rígido, o termo vai se referir ao mesmo planeta em diferentes circunstâncias contrafactuais; em particular, o termo refere-se ao mesmo corpo celeste mesmo naquelas situações em que o planeta não apresentar mais as características astronômicas por intermédio das quais foi inicialmente especificado.

No que diz respeito aos termos para espécies naturais, aplica-se uma distinção equivalente entre descrição fixadora e referência. Assim, no caso de uma hipotética introdução via descrição de um termo para espécie natural, as propriedades que figuram na descrição associada ao termo devem ser tomadas somente como dispositivo para orientação e fixação da referência, sendo que o objeto nomeado pode deixar de

apresentar as características externas por intermédio das quais foi inicialmente designado e, ainda assim, continuar sendo referido pelo nome introduzido.

Uma implicação aparente do batismo por descrição é que, nesse tipo de situação, o indivíduo introdutor do nome terá algum tipo de conhecimento *a priori* de que o objeto nomeado satisfaz a descrição associada ao nome. Assim, supondo a acuracidade histórica do exemplo envolvendo “Netuno”, Le Verrier, por ser o introdutor mesmo daquele nome via uma descrição como, digamos, “o planeta responsável por causar interferências nas órbitas de certos outros planetas X e Y”, saberia *a priori* (sem necessidade de investigações empíricas ulteriores) que Netuno, se existente, é o planeta responsável por causar interferências nas órbitas de certos outros planetas X e Y. Kripke parece aceitar essa implicação em algumas passagens de *NN*, como no trecho a seguir:

Um homem poderia em algum sentido saber *a priori* disso [que Aristóteles foi professor de Alexandre; que foi o último grande filósofo da antiguidade etc.], se ele de fato fixa a referência de Aristóteles como o homem que fez uma dessas coisas (KRIPKE, 1980, p. 63).

No contexto do qual foi extraído o trecho acima, Kripke procura argumentar que, contrariamente ao que quer fazer crer certa concepção filosófica tradicional, não é sempre o caso que a aprioricidade acarrete consigo a necessidade. Dessa forma, embora possa ser um tipo de conhecimento *a priori*, pelo menos para o falante que associa essa descrição ao nome próprio, que Aristóteles foi professor de Alexandre e o último grande filósofo da antiguidade, não é uma verdade metafisicamente necessária o enunciado “Aristóteles foi professor de Alexandre e o último grande filósofo da antiguidade”. De fato, esse último enunciado não é uma verdade necessária porque há situações contrafactuais nas quais Aristóteles não se interessa por questões de filosofia ou pedagogia – em outros mundos possíveis, o curso da sua vida poderia ter sido bastante diferente e Aristóteles poderia ter sido, por exemplo, um agricultor.

No entanto, deve-se ter em mente que, contrariamente ao que a passagem anterior de *NN* sugere, não é verdade que a introdução de um nome próprio via descrição implica sempre que o falante saiba *a priori* que o objeto nomeado satisfaz a descrição associada. Assim, em oposição ao teor aparente de algumas observações de *NN*³¹, pode ocorrer de a descrição fixadora da referência não ser verdadeira do objeto

³¹ Eis um outro exemplo: “Dado que eu não vou tentar uma tal reformulação, *eu vou consistentemente usar no texto o termo ‘a priori’ de forma a fazer enunciados cuja verdade se segue de uma ‘definição’ a priori que fixa a referência*” (KRIPKE, 1980, pp. 63-64, nota de rodapé 26, grifo meu). No entanto,

pretendido (e, pois, não se qualificar sequer como conhecimento) e, ainda assim, considerarmos que, num certo sentido, o batismo foi bem-sucedido, isto é, o objeto foi nomeado, tendo o seu nome sido transmitido a outros usuários da língua.

Uma situação como a descrita acima surge se concebermos circunstâncias nas quais um falante introduz um nome com uma descrição que, contrariamente ao que ele pensa, não se aplica ao objeto visado, isto é, o introdutor do nome tem uma crença errônea sobre o referente nomeado; no entanto, apesar da crença errônea por trás do ato de batismo, o nome atribuído, uma vez comunicado para outros falantes, é socialmente aceito, aceitação essa que, por diferentes razões, pode se manter mesmo depois de esclarecido o equívoco inicial. Não é difícil pensar em exemplos nesse sentido, como a situação a seguir: numa grande indústria, o funcionário encarregado do setor de marketing batiza de “EconoX” o produto mais barato ali feito, que ele pensa ser o produto Y. Assim, da perspectiva do falante inicial, o nome “EconoX” está associado a uma descrição como, digamos, “O produto mais barato feito em nossa fábrica.” Porém, sem que ele saiba, a unidade da empresa especializada em pesquisa e desenvolvimento recentemente aprimorou um determinado processo produtivo, o que permitiu que tenha se iniciado desde então, em caráter experimental, a produção de W, um produto ainda mais barato que Y. Nesse cenário, embora quisesse se referir a Y, o funcionário responsável pelo marketing, ao utilizar numa reunião a descrição “O produto mais barato feito em nossa fábrica” (supondo que essa seja a única descrição que ele tem), a rigor, acabou batizando W com o nome “EconoX”. Entretanto, mesmo depois de esclarecido o equívoco, os executivos responsáveis a quem o nome “EconoX” foi comunicado poderiam muito bem optar por continuar utilizando-o como o nome – inclusive lançando-o comercialmente – do produto Y, e não de W.

A ser verdadeira a possibilidade concebida nessas últimas observações, parecem ficar ainda mais afastadas as ligações mútuas entre os diferentes tipos de modalidade, mais ainda, possivelmente, do que inicialmente ressaltado na obra *NN*. De fato, se uma das grandes marcas de *NN* é, a despeito de uma certa tradição filosófica, ter argumentado contra a vinculação entre o necessário e o *a priori* (isto é, contra a vinculação estrita entre modalidades metafísicas e epistêmicas), talvez merecesse também igual destaque a desvinculação – pelo menos em certas circunstâncias bastante

reconheça-se que, na nota de rodapé 34, da página 80 de *NN*, Kripke mostra-se atento ao fato de que a referência de um nome próprio pode ser fixada por meio de uma descrição incorreta do objeto, situação em que o falante não terá conhecimento *a priori* de que o objeto designado satisfaz a descrição inicial.

específicas – entre o analítico e o *a priori* (isto é, entre modalidades semânticas e epistêmicas).

Isso não significa, porém, que, com base na discussão de *NN* (mas indo além do que aí é expressamente afirmado), seja necessário defender uma separação completa entre o *a priori* e o analítico. De fato, pode-se tentar garantir algum tipo de vinculação mínima entre analiticidade e aprioricidade nos casos ligados ao batismo por ostensão (modalidade que se caracteriza, contudo, exatamente por dispensar, para o sucesso do ato de batismo, qualquer descrição fixadora da referência nos moldes requeridos pelo batismo via procedimento descritivo); pois, nessas circunstâncias, talvez se possa argumentar que um falante que batiza um objeto dizendo algo como “este objeto aqui se chamará ‘X’” é capaz de saber *a priori*, num certo sentido trivial, que X é este objeto aqui – isto é, ele pode vir a reconhecer que a descrição (embora não seja utilizada por ele para fixar a referência do nome) poderia ser tomada como parte do significado do nome “X”.

Ainda a respeito da utilização de uma descrição como forma de fixar a referência, afirma Burgess:

[...] embora para Kripke as descrições possam desempenhar um papel na introdução de um nome, o seu papel não é o mesmo, e em geral as descrições mesmas não são do mesmo tipo, que aquele contemplado pela teoria fregeana e por variações dela (BURGESS, 2013, p. 30).

Numa nota de rodapé a *NN*, Kripke chega mesmo a afirmar que talvez a situação de introdução de nomes através de descrição seja mais básica, abrangendo os casos de introdução via ostensão (KRIPKE, 1980, p. 96, nota de rodapé n. 42).

Assim,

a aplicabilidade primária da teoria descritiva é a casos de batismo inicial. As descrições são também usadas para se fixar a referência em casos de designação que são similares à nomeação, com exceção de que os termos introduzidos não são usualmente chamados “nomes”. Os termos “um metro”, “100 graus centígrados”, já foram dados como exemplos e outros exemplos serão dados mais tarde nessas conferências (KRIPKE, 1980, p. 96, nota de rodapé n. 42).

Podemos aceitar que, se queremos reconhecer alguma validade na tese descritivista, convém circunscrever o seu âmbito de aplicação, adotando-a estritamente como uma explicação das situações de introdução de nomes via descrição, e não como uma explicação global de quaisquer situações de introdução e referência de nomes (e,

muito menos, como uma explicação geral para o seu significado). No entanto, por que se afirma que os casos de batismo por ostensão poderiam ser incluídos sob o conceito de descrição? A menos talvez que se esteja falando, a propósito do batismo por ostensão, de descrição na acepção trivial da página anterior, não está claro que essa seja uma exigência compatível com a concepção apresentada em *NN*.

Em realidade, pode-se tentar argumentar contra o que poderia ser uma das fontes da ideia de acordo com a qual o batismo por ostensão deve ser incluído sob o conceito de descrição. De fato, a preocupação aí expressa parece ser uma decorrência da visão de que, dado que todo ato de batismo precisa sempre especificar o que exatamente está sendo objeto de nomeação (*grosso modo*, com “Rex” se está batizando este cachorro ou suas partes não-destacadas?), a descrição se faz necessária a fim de que seja estabelecida a perspectiva sob a qual o objeto nomeado está sendo considerado. Dito de outra maneira, o ato de nomeação exigiria sempre algum tipo de descrição de forma a eliminar a equívocidade que seria inerente a qualquer procedimento ostensivo.

No entanto, se aceitarmos o espírito das observações feitas no capítulo 1 (1.3.3.2), poderíamos encontrar no compartilhamento de uma determinada forma de vida coletiva – o qual, conforme indicado anteriormente, traz consigo um certo aprendizado de reações e expectativas similares – uma base suficientemente capaz de excluir a ambiguidade porventura existente no ato ostensivo. De fato, essa exclusão se daria exatamente pela restrição – ocasionada pela aquisição por parte dos membros de uma mesma forma de vida de uma sensibilidade comum que é condição mesma para a constituição de significados – do conjunto de possibilidades interpretativas que se apresentariam no momento da nomeação via ostensão. Sob esse ponto de vista, os membros de uma mesma forma de vida, exatamente porque pertencem à mesma comunidade, aprendem a reconhecer, sem muitas dificuldades, o que está sendo visado quando presenciam uma cerimônia na qual alguém profere palavras como: “Vou chamá-lo [este cachorro aqui do lado] de ‘Rex’”.

Desse modo, fica claro que não é inevitável que se aceite, como uma espécie de dispositivo de desambiguação, descrições que se associariam ao ato de nomeação via ostensão, em particular se considerarmos a função central exercida pelo compartilhamento de uma determinada forma de vida. Da mesma forma, a fim de dar conta desse problema de ambiguidade referencial, não é necessário nem suficiente recorrer a uma visão mentalista nos moldes da concepção geral mencionada por Kusch e descrita no capítulo 1 desta tese no contexto da análise da interpretação de McGinn para

a relação entre *NN* e *WRPL* (1.3.3.1). Realmente, uma tal visão não é necessária visto que o problema a que visa enfrentar pode ser respondido com base numa outra perspectiva, nomeadamente, a concepção, de natureza comunitarista, favorecida neste trabalho e caracterizada anteriormente. Além disso, uma visão mentalista ou intencionalista não se revela suficiente, pois – se ampliarmos as nossas referências teóricas – qualquer explicação nessa linha estará sujeita a um redirecionamento do ataque cético elaborado em *WRPL*.

Por isso, não há senão que concluir pela adoção da proposta aqui privilegiada, a qual, com o seu recurso a uma forma de vida em comum, só reforça a principal hipótese adotada neste trabalho a respeito do tema da centralidade da dimensão social para a compreensão da linguagem em *NN* e *WRPL*. A relevância do fator social para a compreensão da mecânica de funcionamento da linguagem também se evidencia quando consideramos um outro elemento constituinte do quadro explicativo proposto por Kripke em *NN*, a saber, a cadeia comunicativa. Vejamos a seguir exatamente como isso acontece.

2.3 A CADEIA COMUNICATIVA

Assim como acontece com alguns dos outros conceitos fundamentais para a discussão desenvolvida em *NN*, não é possível encontrar nessa obra uma definição explícita da noção de cadeias comunicativas. No entanto, tomando como ponto de partida algumas afirmações de Kripke relacionadas ao tema, é possível extrair certos aspectos que nos permitem delinear uma caracterização mais geral da função, assim como da finalidade, exercida pelas cadeias comunicativas na perspectiva semântica exposta em *NN*.

Vejamos algumas passagens nessa direção:

Usualmente, o sentido fregeano é agora interpretado como o significado, que deve ser cuidadosamente distinguido de um “fixador da referência”. Veremos abaixo que, para a maioria dos falantes, a menos que eles sejam aqueles que inicialmente deram a um objeto o seu nome, o referente do nome é determinado, em vez de por uma descrição, por uma cadeia “causal” de comunicação (KRIPKE, 1980, p. 59, nota de rodapé 22).

Nesses casos [situações em que o falante tem crenças equivocadas a respeito do indivíduo que pretende designar], a referência, na realidade, parece ser determinada pelo fato de que o falante é um membro de uma comunidade de

falantes que usa o nome. O nome foi passado a ele por tradição, de elo a elo (KRIPKE, 1980, p. 106).

E, finalmente, um último trecho:

Usualmente, quando um nome próprio é passado de elo a elo, tem pouca importância para nós o modo como a referência do nome é fixada. Não importa em absoluto que diferentes falantes possam fixar a referência do nome de diferentes modos, desde que eles [os falantes] dêem a ele [ao nome] o mesmo referente (KRIPKE, 1980, p. 139).

O que podemos obter das citações acima visando a uma descrição geral do papel das cadeias comunicativas? Um primeiro ponto a notar, que de certa forma já apareceu neste trabalho anteriormente (quando da apresentação da concepção de *NV* no capítulo 1) e que fica bastante claro no primeiro trecho mencionado, é que, tal como efetivamente utilizamos nomes próprios nas nossas interações comuns com outros falantes, as cadeias comunicativas são propostas como sendo o mecanismo de determinação da referência. Em outras palavras, a função central de mapear ou rastrear no mundo os referentes das expressões linguísticas, que na teoria descritivista era desempenhada pelos sentidos ou descrições associados pelos falantes aos nomes, é agora realizada pelas cadeias comunicativas.

Com efeito, com a nova perspectiva, a função de individualização ou singularização (de seleção no mundo do objeto ao qual se aplica o termo linguístico), que no descritivismo é atribuída às descrições (portanto, a certo conteúdo mental do falante), fica agora sob o domínio “[...] de fatores externos à minha mente, fatores que não controlo e que não conheço por completo: os elementos – de natureza comunitária, social – que integram a cadeia de comunicação” (OTERO, 2006, p. 178).

Sob tal aspecto, fica claro como a ideia de cadeia comunicativa liga-se de modo estreito à noção de comunidade linguística. De fato, de acordo com a perspectiva examinada, a comunidade, nessa sua vertente linguística, é a rede que agrupa o conjunto de todos os usuários competentes de um mesmo termo – os falantes constituem os elos ou pontos da cadeia. Inicialmente formada pelos presentes à cerimônia de batismo (entendida no seu sentido amplo), a rede se expande à medida que o nome é posteriormente comunicado a outros indivíduos, formando-se assim uma comunidade que, não sendo circunscrita por limites temporais ou de espaço, pode muito bem abranger diferentes gerações – trata-se de uma tradição, como salienta o segundo fragmento citado acima.

Nesse sentido, para fins de entendimento do funcionamento da referência, não se mostra relevante, no quadro da concepção agora sob consideração, a maneira particular como cada membro individual da comunidade linguística conceberia ou descreveria (o conteúdo psicológico ou representacional individual vinculado ao nome) o objeto designado – para que a referência se efetive adequadamente, basta tão-somente o pertencimento do usuário ao mesmo grupo ou à mesma tradição de utilização do nome próprio. Da mesma forma, a fim de explicar como nomes próprios referem na língua comum, não é necessário, segundo a concepção apresentada, que o falante tenha algum conhecimento especial a respeito dos elos constituintes da cadeia que lhe legaram o nome ou a respeito do indivíduo que inicialmente batizou o objeto designado. Ressaltar esse último ponto é importante porque permite que se perceba claramente as diferenças entre a perspectiva de *NN* e alguma concepção que, embora ainda dentro dos marcos descritivistas, procurasse incorporar – tal como aventado pelo “descritivismo externista” imaginado em 2.1 –, como parte do mecanismo de fixação da referência, o conhecimento pelo falante das cadeias comunicativas efetivas que o ligam ao objeto designado.

Nas palavras de Lycan:

A ideia, então, é que o meu proferimento de ‘Feynman’ é o nóculo mais recente numa cadeia histórico-causal de empréstimos de referência, cujo primeiro nóculo é o acontecimento de se dar à criança Feynman esse nome. Eu obtive o nome de alguém, que o obteve de alguma outra pessoa, que o obteve de alguma outra pessoa, que o obteve de alguma outra pessoa... [...] Não preciso estar em nenhum estado cognitivo do tipo de Russell ou de Searle. Nem preciso ter alguma crença verdadeira interessante sobre Feynman ou sobre como adquiri o nome. Tudo o que é necessário é que a cadeia de comunicação de fato tenha sido estabelecida em virtude do meu pertencimento a uma comunidade linguística que passou o nome adiante de pessoa para pessoa [...] (LYCAN, 2008, pp. 53-54).

A despeito da sua simplicidade e das suas qualidades explicativas, esse modelo de compreensão da referência não escapou de críticas por parte de outros filósofos; mais adiante, analisarei um desafio central à concepção de referência indicada e à ideia de cadeias comunicativas, que é o problema da mudança não-intencional de referência. Antes disso, porém, consideremos uma situação mencionada em *NN* e que, pelo menos à primeira vista, também poderia ser vista por alguém como representando uma dificuldade adicional para essa visão. Aludo aqui à questão dos homônimos; isto é, nomes que, sendo fonética e ortograficamente idênticos entre si, referem-se a diferentes objetos. Podemos pensar, por exemplo, em “Sócrates” tal como usado para designar o

filósofo grego e no “Sócrates” que foi um jogador brasileiro de futebol. Como a explicação apresentada em *NN* poderia enfrentar esse problema?

No prefácio a *NN*, Kripke faz algumas observações a respeito da homonímia, mas tendo em vista, especificamente, a sua relação com a tese da designação rígida (KRIPKE, 1980, pp. 7-9). Assim, não há uma definição inequívoca, no âmbito estrito desse livro, quanto à maneira como Kripke enfrentaria o desafio colocado para a ideia de cadeias comunicativas. No entanto, uma resposta em acordo com o teor geral da discussão de *NN* não parece difícil de elaborar. O próprio Kripke, apesar de não endossá-la diretamente, considera a possibilidade de se adotar a prática de se conceber homônimos como termos singulares distintos nomeando objetos diversos (KRIPKE, 1980, p. 8).

Nessa linha de raciocínio, poderíamos dizer que termos homônimos estão associados a distintas cadeias comunicativas – afinal de contas, os termos referem-se a diferentes indivíduos. Desse modo, há uma cadeia própria formada pelos usuários de “Sócrates” filósofo (e que explica que, numa sala de aula de filosofia, todos se refiram ao mesmo indivíduo grego) e uma cadeia comunicativa formada pelos falantes de “Sócrates” jogador de futebol (o que explica que todos os participantes de uma mesa-redonda de futebol sobre a história do Corinthians consigam se entender aproximadamente).

Isso não quer dizer que essas cadeias não possam se cruzar em algum momento; ao contrário, o mais provável é que tenham efetivamente se tocado. De fato, sem conhecer detalhes da história familiar dos envolvidos, uma hipótese bastante plausível é que talvez o pai de Sócrates, o jogador de futebol, tenha lhe dado esse nome justamente por causa do filósofo. Assim, deve-se atentar para o fato de que um mesmo falante pode participar de diferentes cadeias comunicativas e ser competente no emprego de vários nomes ao mesmo tempo – “Sócrates” filósofo e “Sócrates” jogador de futebol (na hipótese acima, esse teria sido exatamente o caso do pai do ídolo do Corinthians) –, mas o ponto central é que, em geral, cada nome traz consigo a sua própria rede comunicativa, isto é, a cada termo introduzido como sendo o nome próprio de um objeto corresponde uma cadeia comunicativa distinta. Sob esse aspecto, a existência de homônimos não é senão um caso particular do problema de como explicar que, no interior da comunidade, nomes diferentes se referem usualmente³² a diferentes objetos³³.

³² “Usualmente” porque, claro, há nomes próprios diferentes que têm a mesma referência, como, para ficarmos num exemplo claro, “Pelé” e “Edson Arantes do Nascimento”. Nesses casos, um enunciado que

2.3.1 O problema da mudança de referência não intencional

Nesta seção, examino o problema da mudança não intencional da referência, inicialmente levantado por Gareth Evans (1985) e abordado no apêndice de *NN* (1985, p. 163). De modo geral, essa dificuldade é proposta com a intenção de se demonstrar a insuficiência da explicação de *NN*, na medida em que exhibe uma situação na qual há uma alteração do objeto originalmente designado mesmo a despeito da intenção do falante de manter a referência precedente.

Para estabelecer esse ponto, Evans descreve como o aventureiro veneziano Marco Polo, numa de suas várias viagens, teria adquirido de usuários nativos o nome correspondente ao nosso “Madagascar”. No entanto, essas pessoas usavam o termo para designar uma determinada parte no interior do continente africano. Sem que viesse a conhecer esse fato, porém, Polo equivocadamente disseminou o nome como designando a ilha que hoje conhecemos como “Madagascar”³⁴.

Evans cita o seguinte trecho do livro *Names and their History*, de Isaac Taylor, que parece ter sido a primeira pessoa a chamar a atenção para a confusão mencionada:

No caso de “Madagascar”, um relato oral de marinheiros malaios ou árabes mal compreendido por Marco Polo ... teve o efeito de transferir uma forma corrompida do nome de uma parte do continente africano para a grande ilha africana (EVANS, 1985, p. 11).

estabelece a identidade entre dois nomes diferentes mas correferenciais pode representar uma ampliação no conhecimento do falante (ver, sobre isso, o que é afirmado na página 71 desta tese).

³³ Uma outra situação que pode ser vista a princípio como constituindo um obstáculo para a concepção esboçada em *NN* concerne à referência a objetos fictícios ou inexistentes, como, por exemplo, “Sherlock Holmes” ou “Fênix”. Kripke oferece uma resposta para tais casos em Kripke (2013). Em grandes linhas, a abordagem de Kripke a nomes para entidades da ficção procura mostrar que um nome como “Sherlock Holmes” é ambíguo, podendo ser avaliado de dois modos diferentes: a partir de um ponto de vista interno à ficção (quando, por exemplo, dentro de alguma história específica, Watson se refere a Sherlock Holmes) e a partir de um ponto de vista externo à ficção (quando, por exemplo, um crítico literário se refere à personagem criada por Conan Doyle). No primeiro caso, o nome “Sherlock Holmes” apenas simularia fazer referência (não há referência real, pois na ficção operaria o que Kripke chama de “*the pretense principle*”) e os enunciados em que o nome figura não expressariam proposições genuínas. Por sua vez, no segundo caso, o nome “Sherlock Holmes” faria referência a uma entidade abstrata criada por Conan Doyle por meio das histórias fictícias que escreveu. Há vários outros aspectos importantes no tratamento oferecido por Kripke, mas, se não sigo aqui tais desenvolvimentos, é porque isso excederia em muito os limites deste trabalho.

³⁴ Para um relato mais detalhado e erudito de quando teria aproximadamente ocorrido a mudança de referência do termo e para uma análise de algumas imprecisões em torno da apresentação tradicional (por Evans e Kripke) desse exemplo histórico, ver Burgess (2014).

Como resultado, “[...] [h]oje, o uso do nome como um nome para a ilha se tornou tão difundido que ele certamente anula qualquer conexão histórica com o nome nativo” (KRIPKE, 1980, p. 163).

Nesse caso, a questão central a ser tratada é explicar como ocorreu a mudança de referência da porção continental para a ilha apesar de se querer preservar a mesma referência original (BURGESS, 2014, p. 195). De fato, Marco Polo pretendia empregar o termo do mesmo modo que a palavra era utilizada por aqueles de quem a aprendeu e, além disso, era membro de uma cadeia comunicativa que remontava ao ato inicial de nomeação. No entanto, em algum momento houve uma mudança não-intencional da designação.

“Não-intencional”, aqui, porque o problema indicado pelo exemplo de Evans deve ser claramente distinguido daquele relacionado a mudanças deliberadas de referência. Nesse último caso, que pode ser acomodado sem problemas no interior do quadro explicativo de *NV*, um falante utiliza um nome qualquer para se referir, de modo deliberado, a um objeto diferente daquele que os transmissores originais do termo pretendiam designar, dando origem assim a um novo tipo de “prática referencial” (HUGHES, 2004, p. 37). Um exemplo dessa situação, já mencionado anteriormente neste trabalho, seria o de alguém adotar “Napoleão” não para falar do político francês, mas para batizar o seu animal de estimação; ou, no exemplo de Burgess, adotar “Cambridge” para nomear – em alusão a Cambridge, na Inglaterra – a cidade que fica no estado de Massachusetts, Estados Unidos (BURGESS, 2014, p. 195).

No caso trazido à tona por Evans, porém, pelo menos à primeira vista, as condições gerais que fazem parte da concepção da referência de Kripke não se mostrariam aptas a explicar essa mudança nem a explicar adequadamente o fenômeno da referência.

Como é possível responder a essa objeção? Kripke trata brevemente do problema nos adendos a *NV* (KRIPKE, 1980, pp. 163-164). A sua estratégia geral de resposta consiste em indicar que, nessas situações de mudança de referência de entidade real para uma outra entidade real, mas também em situações envolvendo mudanças de referência de entidades reais para entidades míticas (as quais podem estar na origem de diversas lendas que não são senão uma fabulação de episódios e figuras a princípio reais), há dois tipos distintos de intenções, sendo que a intenção atual dos falantes (de se referir à ilha, por exemplo) supera ou anula a intenção original (de se referir à região na África) (KRIPKE, 1980, p. 163).

Nessa perspectiva, “o caráter social do uso dos nomes próprios”, que faz com que queiramos nos comunicar uns com os outros, estabelece que todos aqueles que aprenderam o termo “Madagascar” depois de Polo o empreguem como um designador para a ilha, e não para alguma parte do continente, como se pretendia originalmente. Assim, de acordo com essa explicação, o uso derivado de Polo, em virtude da sua maior difusão, como que anula ou derrota a vinculação original entre o termo nativo equivalente a “Madagascar” e a região continental africana.

Kripke não elabora explicitamente essa posição em *NN* nesses termos, mas podemos considerar também, como uma opção diversa da considerada anteriormente, que Polo, quando pela primeira vez transmitiu de forma equivocada o termo, ainda que sem a formalidade de uma cerimônia de batismo no sentido estrito, deu início a uma nova tradição ou cadeia linguística. Isso porque “[...] exemplos de mudança de referência são exemplos onde batismos identificáveis podem não estar disponíveis” (FITCH, 2004, p. 66).

Além disso, essa nova cadeia de utilização do termo, da qual fazem parte hoje praticamente todos os ocidentais, tem em seu começo um elo comum – o próprio Marco Polo – com a cadeia comunicativa formada pelos falantes nativos que comunicaram o nome ao viajante italiano.

Em suma, a ideia aqui nessa segunda opção é que, com o seu equívoco, Marco Polo teria começado uma outra cadeia comunicativa, da qual hoje somos todos tributários. Esse movimento foi feito por Polo involuntariamente quando, pensando seguir o costume precedente, acabou introduzindo um termo homônimo – o equivalente no idioma de Polo da nossa palavra “Madagascar” – para se referir a um objeto diferente daquele visado originalmente.

Há ainda pelo menos uma outra maneira conhecida, que procura se colocar dentro dos marcos de *NN*, de se tentar responder ao problema. No seu artigo dedicado ao assunto, Burgess desenvolve uma solução que parte da identificação de um princípio que estaria operando nos casos de mudança inadvertida de referência (BURGESS, 2014, p. 198). Segundo esse princípio,

um nome N que X usa para se referir a A pode inadvertidamente vir a ser usado por Y para se referir a B apenas se Y está suficientemente familiarizado com B para ser capaz de formar a crença de re sobre B de que isso [B] é o que X denota usando N (BURGESS, 2014, p. 198).

Assim, como ilustração de tal princípio, tem-se que o emprego dos nativos (X) do termo equivalente a “Madagascar” (N) para se referir ao continente (A) só pôde ser objeto da confusão feita por Polo porque Polo (Y), estando suficientemente familiarizado – via relatos e informações de terceiros – com a ilha (B), formou a crença *de re* sobre a ilha de que era a isso que os nativos estavam se referindo com o termo equivalente a “Madagascar”.

Em realidade, o caráter explicativo desse princípio pode ser melhor apreendido contrastando-o com outros dois princípios que, segundo Burgess, regem a intenção de um falante de se referir. Assim,

[...] [o] enunciado de que Y pretende usar N como X o faz abranger pelo menos três casos distinguíveis [o terceiro caso da formulação de Burgess é o relacionado a mudanças não-intencionais de referência e já foi apresentado acima e, por isso, não será repetido]: (1) Y forma a intenção *de dicto* de usar N para denotar o que X por ele denota, *o que quer que seja*, como Jefté jurou sacrificar a primeira criatura que o encontrasse no seu retorno, *qualquer que fosse*. (2a) Y está familiarizado com A e corretamente infere, das coisas que X diz usando N, que X está usando N para denotar A, e forma a intenção *de re* de usar N para denotar A. [...] (BURGESS, 2014, p. 198).

Com a formulação desses três princípios, Burgess consegue elaborar um esquema ou modelo geral que, estando em acordo com certas linhas de ideias indicadas em *NN*, torna inteligível por que ocorre (e em quais circunstâncias) o caso da mudança de referência associada ao nome “Madagascar”, o que serve também para revelar que esse caso não é uma ameaça tão decisiva, como talvez se pudesse pensar, contra a concepção apresentada em *NN* (BURGESS, 2014, p. 200). No entanto, a solução adotada por Burgess faz amplo uso de um aparato intencional, atribuindo aos falantes uma estrutura intencional (intenções *de re* e *de dicto*) que parece ser de todo dispensável para se obter uma resposta adequada ao problema inicialmente levantado.

De fato, uma solução mais simples para a dificuldade apontada por Evans já foi anteriormente considerada neste trabalho. Faço menção aqui à visão que, em resumo, trata Marco Polo como iniciando uma nova cadeia linguística quando pela primeira vez transmitiu a versão equivocada de “Madagascar”. A simplicidade relativa dessa visão para o tratamento da dificuldade em questão é facilmente percebida se atentarmos para o fato de que, mesmo abrindo mão do recurso às intenções tal como empregado por Burgess, ela consegue responder satisfatoriamente às duas partes que Burgess identifica no desafio posto por Evans: explicar a ocorrência de mudanças não intencionais de

referência e explicar por que essas mudanças não-intencionais são raras (BURGESS, 2014, p. 198).

Efetivamente, no que diz respeito à primeira parte do problema, a resposta favorecida toma como base, em resumo, a existência de circunstâncias ampliadas de batismo, conforme anteriormente considerado. No que concerne ao segundo aspecto do problema, isto é, à raridade das mudanças de referência, a chave para a resposta reside na tradição associada ao emprego de um determinado nome. De fato, embora haja poucas restrições a limitar ou regular as amplas circunstâncias capazes de constituir atos de introdução de nomes, nem todo batismo consegue assegurar a sua posteridade, por assim dizer; isto é, nem todo ato de batismo acarreta a formação de uma tradição (no sentido salientado na seção anterior deste capítulo). Em suma, trata-se aqui da atuação do caráter social dos nomes próprios, o qual determina em última análise se um termo recém-introduzido persistirá com a sua referência original no interior de uma comunidade.

Sob esse aspecto, note-se a diferença entre o caso envolvendo Madagascar e o caso fictício Gödel/Schmidt (KRIPKE, 1980, p. 84). Nesse último exemplo, Kripke concebe uma situação em que um homem chamado “Schmidt” – e não o próprio Gödel – foi o verdadeiro autor do teorema a respeito da incompletude da aritmética; no entanto, sem que qualquer outra pessoa saiba, Gödel se livra de Schmidt e se apossa do manuscrito que contém o teorema, publicando-o sob o seu nome. No contexto no qual se insere na discussão de *NN*, essa situação é mobilizada no esforço argumentativo mais geral de rejeição do descritivismo, pois, ao passo que a tese descritivista atacada implica que com “Gödel” estamos nos referindo na verdade a Schmidt (supondo que a única descrição associada a “Gödel” seja “o autor do teorema da incompletude da aritmética”), a concepção defendida em *NN* sustenta que com “Gödel” estamos nos referindo a Gödel, mesmo quando consideramos circunstâncias nas quais ele não foi o autor do trabalho lógico-matemático pelo qual veio a se tornar conhecido posteriormente.

Sob a perspectiva do problema da mudança não-intencional de referência, contudo, uma questão que poderia ser colocada em relação ao cenário anterior é a seguinte: por que, no caso Gödel-Schmidt, não houve mudança de referência? Em outras palavras, por que houve mudança da referência no caso de “Madagascar” (da parte continental para a ilha) e não se considera que, no exemplo imaginado envolvendo Gödel-Schmidt, houve uma mudança de referência similar (com o nome “Gödel”

passando a se referir a Schmidt, o qual teria sido o real autor do teorema atribuído a Gödel)? Nesse sentido, Burgess menciona as opiniões de alguns filósofos, como Dummett e Noonan, que vêem nesse ponto um problema fatal para a visão apresentada em *NN* (BURGESS, 2014, p. 196). Segundo Noonan, por exemplo (citado por BURGESS, 2014, p. 196):

[...] Kripke precisa [...] fornecer [...] uma explicação de por que Schmidt não é a referência do nome no cenário sobre Gödel, enquanto Madagascar é a referência do nome na situação que Evans descreve. Porém, ele não faz isso (NOONAN, 2013, p. 122).

Divergindo, porém, da explicação proposta pelo próprio Burgess (que utiliza na sua elucidação do exemplo os seus princípios anteriormente formulados e descritos), cabe dizer que, no caso Gödel-Schmidt, simplesmente não é o caso que haja a ocorrência de uma nova situação fixadora da referência (não há novo batismo). De fato, alguém que, sendo apresentado ao teorema da incompletude e ao seu suposto autor (Gödel), não está por isso inserido ou dando início a uma cadeia de comunicação que remonta a Schmidt, mesmo supondo que Schmidt seja o real autor do teorema.

Além disso, pressupor, como o faz Burgess em certo momento do seu artigo (BURGESS, 2014, p. 199), que uma situação na qual um falante associa ao nome “Gödel” exclusivamente a descrição “o autor do teorema da incompletude” e depois é informado que o verdadeiro autor do teorema é Schmidt, não Gödel, é um exemplo de situação na qual há mudança da referência do nome “Gödel” de Gödel para Schmidt, é assumir de partida que a concepção descritivista – que em *NN* é rejeitada com base em razões independentes, como os argumentos modal e epistêmico – oferece a explicação correta da referência.

Alterando ligeiramente a situação acima, poderia haver um equívoco aproximado ao que ocorre na situação envolvendo Madagascar apenas se alguém, ao ser apresentado ao indivíduo denominado “Gödel”, por alguma razão o confundisse com Schmidt e, a partir daí, chamasse Gödel de “Schmidt”, dando assim início a uma cadeia comunicativa que, em virtude do caráter social do nome, anulasse a vinculação original entre “Gödel” e o indivíduo assim originalmente designado (Gödel) – por exemplo, pode-se imaginar o desaparecimento, por alguma razão, de todos os falantes que associam “Gödel” a Gödel, sendo que aos novos usuários seria transmitida a associação “Schmidt”-Gödel.

Nesse segundo cenário, improvável como é, de fato ocorre mudança de referência e o estabelecimento de um novo batismo. Diante de uma mudança tão radical, porém, não parece restar a qualquer teoria da referência adequada senão captar de forma apropriada a realidade da nova situação, como o faz a visão exposta em *NN*. De todo modo, não é esse cenário *recherché* que parece estar em questão inicialmente com o exemplo fictício envolvendo Gödel-Schmidt e, assim, não é de se esperar na situação original mudança de referência, sendo que os casos Gödel-Schmidt e Madagascar – contrariamente ao que se pode constatar em parte da literatura secundária – não deveriam ser tratados de forma similar.

Por último, algumas observações finais antes da próxima seção. Como Reimer e Michaelson apontam, uma solução como a favorecida neste estudo para a explicação do caso Madagascar tem como consequência a aceitação de que não é o caso que seja intencional todo uso fixador da referência de um nome (REIMER, MICHAELSON, 2016). Dito de outra maneira, pode ocorrer que um indivíduo qualquer dê início a uma determinada prática referencial, como ocorreu com Marco Polo, mesmo sem que ele soubesse que estava na origem de um ato de nomeação. Contudo, para além do que já foi aqui dito, deve-se observar que essas situações de batismo involuntário não são majoritárias e, de outro lado, parecem somente ressaltar os fatores anti-mentalistas, externistas e comunitaristas da perspectiva de *NN*.

De fato, para a visão apresentada em *NN*, conforme visto anteriormente, o aspecto fundamental para compreensão do fenômeno da referência localiza-se não numa cerimônia de designação que seria encenada exclusivamente pelo sujeito introdutor do nome, como a imagem descritivista pode levar a crer, mas, principalmente, na relação existente com uma cadeia comunicativa externa formada pelos diferentes usuários competentes do termo linguístico em questão.

Nesse sentido, não é necessário que os fatores que justificam a correção da referência estejam sob o alcance consciente do falante. Esse aspecto da natureza externista e objetiva das cadeias comunicativas é bem apreendido por Otero:

[...] o sujeito não precisa saber de que objeto está falando quando usa um nome. Os nomes estão conectados aos seus referentes em virtude de cadeias causais de comunicação. Essa comunicação pode dar-se ainda que o referente do nome seja desconhecido para o falante (OTERO, 2006, p. 177).

Em realidade, em relação ao trecho acima, poderia ser acrescentado que, não só não é necessário, para o êxito da referência, que o falante saiba de que objeto está

falando quando usa um nome, como também não é necessário, para que haja o estabelecimento bem-sucedido de um ato de batismo (como mostra o exemplo de “Madagascar”), que o falante saiba que está introduzindo um novo nome próprio.

2.4 COMUNIDADE EM *NN*

Esta seção busca delinear o entendimento da noção de comunidade e da sua relação com a linguagem que está presente – seja de forma explícita, seja, mais especulativamente, de forma implícita – no texto de *NN*. É necessário assinalar desde logo, contudo, que, assim como se verifica no caso de outros conceitos fundamentais, não há, ao longo de *NN*, uma definição explícita de “comunidade”. Diante disso, o procedimento aqui inicialmente adotado será tentar apreender o papel desempenhado por essa noção na explicação da linguagem, em geral, e da referência, em particular, a partir do exame de um conjunto representativo de ocorrências do termo em *NN*.

Vejamos, então, algumas passagens significativas nessa direção, em que “comunidade” (*community*) figura explicitamente:

[...] Alguém está isolado numa sala; toda a comunidade dos outros falantes, todo o resto, poderia desaparecer; e se determina a referência para si mesmo dizendo-se – “Por ‘Gödel’ eu vou querer dizer o homem, quem quer que ele seja, que provou a incompletude da aritmética” (KRIPKE, 1980, p. 91).

[...] uma cadeia de comunicação remontando a Feynman mesmo foi estabelecida, em virtude do seu pertencimento a uma comunidade que passou o nome de elo a elo, não por uma cerimônia que ele [o falante] faz em particular no seu quarto (KRIPKE, 1980, p. 91).

Essas condições seriam muito complicadas, mas o que é verdadeiro é que é em virtude de nossa conexão com outros falantes na comunidade, a qual remonta ao referente ele mesmo, que nós nos referimos a um certo homem (KRIPKE, 1980, p. 94).

Em geral, a nossa referência depende não apenas do que nós mesmos pensamos, mas das outras pessoas na comunidade, da história de como o nome chegou até alguém e de coisas como essas. É seguindo-se uma tal história que se chega à referência (KRIPKE, 1980, p. 95).

Nesses casos, a referência realmente parece ser determinada pelo fato de que o falante é um membro de uma comunidade de falantes do nome. O nome foi passado a ele por tradição, de elo a elo (KRIPKE, 1980, p. 106).

Desse modo, nós, como parte de uma comunidade de falantes, temos uma certa conexão entre nós mesmos e um certo tipo de coisa. O tipo de coisa é *pensado* como tendo certas marcas identificadoras (KRIPKE, 1980, p. 118).

Alguns dos trechos indicados acima já foram citados anteriormente nesta tese. É o caso, por exemplo, da primeira e da quarta passagens, mencionadas a propósito da contraposição entre as imagens sobre a referência derivadas do modelo explicativo do descritivismo e da concepção sobre a referência exposta em *NN*. No caso da primeira citação, trata-se não de uma expressão da visão sobre a referência defendida em *NN*, mas, antes, de uma representação do modo como, segundo Kripke, a referência é concebida pela teoria descritivista. Nesse sentido, para a visão descritivista tal como caracterizada em *NN*, a referência poderia ser determinada de maneira privada, uma vez que o essencial para essa explicação é a satisfação do conteúdo descritivo associado pelo falante ao nome próprio empregado, não havendo qualquer atuação mais decisiva por parte da comunidade.

Mesmo nessa citação inicial, porém, assim como nos outros trechos arrolados, pode-se perceber que a comunidade de que se fala é entendida no sentido de comunidade de falantes, isto é, como grupo ou conjunto de usuários de uma determinada linguagem. Tal noção de comunidade linguística, longe de ser algo meramente circunstancial, exerce uma função de fundamental importância na elaboração da perspectiva própria de *NN*, estando associada, conforme já foi salientado em outros momentos ao longo deste trabalho, à própria ideia de cadeia comunicativa (isto é, a associação ou conexão com outros falantes no interior da comunidade), a qual, na visão de *NN*, é, nas situações em que normalmente utilizamos nomes próprios, o mecanismo responsável pela determinação da referência.

Assim, para os casos efetivos de referência, isto é, para as situações cotidianas em que usualmente empregamos termos linguísticos a fim de designarmos os objetos correspondentes, a comunidade, materializada sob a forma da cadeia comunicativa relevante, desempenha papel central. Claro, podemos imaginar situações nas quais se poderia afirmar que contamos apenas com atos de batismo, não havendo propriamente a existência de uma comunidade como antes caracterizada, conforme examinado neste capítulo em 2.1. No entanto, é justo dizer que tais cenários não apreendem a forma como a referência realmente ocorre nas nossas trocas comunicativas mais comuns, e a concepção de *NN* visa a explicar o modo usual como utilizamos nomes próprios e nos engajamos em práticas de batismo.

Por outro lado, se consideramos somente exemplos mais formais de batismo, tais como investigados por Austin (AUSTIN, 1990) e mencionados na seção 2.2 deste capítulo, a noção de comunidade se mostra igualmente relevante, ainda que agora

assumindo certas características diferentes daquelas que possui no quadro da explicação de *NN*. De fato, quando alguém pronuncia, por exemplo, “Batizo este navio com o nome de *Rainha Elizabeth*” (AUSTIN, 1990, p. 24), para que o ato se complete com sucesso, é necessário, segundo a análise austiniana, que existam condições adequadas, dentre as quais, que o batizador seja a pessoa apropriada a proferir tal sequência de palavras. Ora, isso sugere ser indispensável haver, antes mesmo do ato de batismo, a existência de um conjunto de falantes de uma língua – de uma certa estrutura social apta a reconhecer o proferimento feito – no interior do qual se desenrola o ritual ou cerimônia formal de batismo. A esse conjunto de falantes que validam o ato de designação produzido pelo batizador, poder-se-ia muito bem chamar de “comunidade”, embora, de novo, trate-se aqui de uma acepção do conceito ligeiramente diferente daquela que se constata em *NN*.

De todo modo, “o sentido austiniano de comunidade”, se podemos nos expressar assim, oferece pistas para se tentar identificar um outro sentido e papel desempenhados pela noção de comunidade, os quais, não estando visíveis na superfície do texto kripkeano, não deixam de se colocar como condição igualmente fundamental, ainda que implícita (e cuja função não está associada diretamente à cadeia comunicativa), para a armação da explicação oferecida em *NN*. De fato, nos trechos de *NN* anteriormente citados, expressa-se claramente a importância da comunidade linguística sobretudo na sua relação com a segunda etapa da explicação fornecida em *NN*, isto é, sobressai a importância da comunidade de falantes para os episódios de transmissão de nomes próprios. Assim é que, por exemplo, de acordo com a segunda citação acima, fala-se da transmissão de um termo – “Feynman”, no caso – de elo a elo da cadeia, remontando desse modo ao próprio indivíduo batizado com o nome próprio em questão.

O que dizer, porém, a respeito da relação da comunidade com a primeira etapa da explicação oferecida pela concepção de *NN*, isto é, o ato mesmo de batismo? Nos casos típicos de batismo, o ato de batismo, ao ser o momento inaugural de uma cadeia histórico-causal, como que constitui o primeiro elo dessa cadeia e, nesse sentido, poderia ser visto como de algum modo associado à própria comunidade linguística. Isso ocorre porque, conforme já visto, não basta, usualmente, que um indivíduo receba um nome de modo privado, mas é preciso que os outros sejam comunicados a respeito desse nome, o que está na base dos elementos de “tradição” ou “história” enfatizados como componentes da explicação da referência elaborada em *NN*.

No entanto, cumpre a ideia de comunidade alguma outra função explicativa quando consideramos não as circunstâncias de comunicação ou transmissão de um

termo, mas tão somente o próprio ato inicial de nomeação? A respeito desse aspecto, nada é explicitamente afirmado em *NN*. Entretanto, mesmo assim se pode realizar um esforço a fim de se observar a importância aí da atuação (pressuposta) da comunidade, ainda que, nesse caso, devamos considerar um sentido mais ampliado de comunidade, distinto da noção de comunidade linguística ou associada somente à transmissão dos nomes. Isso porque, no ato de batismo, momento inaugural de estabelecimento de uma nova “cadeia causal”, é possível constatar também a exigência de haver, de algum modo, a presença de uma comunidade, entendida agora, contudo, como sendo o pertencimento a uma determinada forma coletiva de vida.

As considerações acima se tornam mais claras se atentarmos para a relevância de que o introdutor de um nome já esteja inserido, previamente ao ato de batismo que realiza, num contexto concreto compartilhado com outros indivíduos, o que lhe permitirá desenvolver, juntamente com os outros indivíduos desse mesmo grupo, o aprendizado de inclinações, atitudes e expectativas similares (em suma, o desenvolvimento de uma sensibilidade comum). Trata-se aqui do mesmo ponto geral considerado no capítulo 1 (1.3.3.2) por meio de um excuro em torno de algumas ideias do Wittgenstein tardio. De fato, parece razoável supor que, para que alguém seja capaz de nomear algum objeto e a fim de se eliminar uma possível ambiguidade relacionada ao que estaria sendo realmente referido, é necessário, antes de tudo, que o falante tenha os recursos adequados para pelo menos reconhecer e distinguir o objeto a que se refere dos demais objetos, podendo assim comunicar posteriormente o nome relevante para outros indivíduos detentores das mesmas capacidades.

Nessa perspectiva, que vai além do que é explicitamente sustentado por Kripke, mas não está em desacordo com a linha de ideias desenvolvida em *NN*, ganha relevo o modo de aquisição dessas capacidades de identificação e de reconhecimento de objetos, as quais, é razoável supor, devem ser desenvolvidas num ambiente em comum com outros indivíduos a fim de que haja alguma possibilidade de sucesso na etapa posterior envolvendo a comunicação intersubjetiva. Na interpretação aqui avançada, é somente contra o pano de fundo de um acordo já existente (não explicitamente tematizado e não necessariamente fundado sobre a linguagem) de atitudes e formas de ver o mundo, entre os diferentes indivíduos de uma mesma comunidade, que o batismo pode ser realizado e transmitido com êxito, superando assim a ambiguidade ou indeterminação que pode estar associada a todo ato de nomeação – desse modo, num sentido bastante importante, o ato de batismo, para ser bem-sucedido (para que o nome possa ser eficazmente

introduzido e, assim, ser capaz de circular, gerando posteriormente uma tradição ou história de uso), não pode ser privado, mas pressupõe sempre a existência de certa estrutura compartilhada com os demais falantes.

A interpretação aqui oferecida, segundo a qual, para além dos episódios de transmissão de um nome próprio, deve-se pressupor uma dimensão da comunidade atuando antes mesmo do ato de batismo, é diferente do tratamento, bastante rápido, dado pelo próprio Kripke ao problema da ambiguidade do ato de nomeação (KRIPKE 1980, pp. 114-116, nota de rodapé 58). Com efeito, em *NN*, essa questão é tratada brevemente numa nota de rodapé, num contexto em que Kripke polemiza com Peter Geach, o qual é considerado como oferecendo uma noção de essência afim à concepção descritivista.

Das observações que Kripke então faz a esse propósito, dois pontos são ressaltados pelo próprio autor: 1) ainda que se aceite, para eliminar a ambiguidade da ostensão, que todo ato de batismo deve envolver uma propriedade “sortal” (isto é, uma propriedade que apresenta o tipo de objeto que está sendo batizado; assim, dir-se-ia, “chamarei este *cachorro* de ‘Rex’”; “chamarei este *homem* de ‘José’” etc.), essa propriedade não é conhecida de modo *a priori* pelo falante; 2) falta um argumento, a ser apresentado pelo descritivista, estabelecendo que essa propriedade de tipo “sortal” faça parte do significado do nome (KRIPKE, 1980, p. 116, nota de rodapé 116). Desse modo, para além de apontar as dificuldades inerentes à concepção descritivista rival, Kripke não possui uma solução propriamente positiva para essa dificuldade. A sugestão interpretativa oferecida neste trabalho, segundo a qual deve-se postular um certo sentido de comunidade antes mesmo do batismo, permite oferecer uma resposta ao problema da ambiguidade do ato da referência, a qual está em consonância com as principais ideias de *NN*.

O aspecto de acordo associado à comunidade aponta para a existência inescapável de um elemento de estabilidade pressuposto na concepção de *NN*. Com efeito, é necessário haver determinados marcos estáveis na sensibilidade comum adquirida e desenvolvida no interior da comunidade a fim de que os falantes possam compreender, por exemplo, o que está sendo exatamente nomeado e sobre o que se fala numa situação de batismo por ostensão. Pode-se tentar esclarecer esse ponto de uma outra maneira ainda. Com efeito, no seu artigo dedicado a mostrar o que seriam as diferenças entre as visões de Putnam e Kripke a respeito da discussão sobre espécies naturais e termos para espécies naturais, Hacking atribui a Putnam, no contexto do

debate de 1960 com Paul Feyerabend e Norman Malcom, a defesa da constância do significado e da ideia de que a referência é a âncora do significado (HACKING, 2007, p. 7). De certa forma, alterando os termos de Hacking, o que está em questão aqui é considerar a constância da referência e *daquilo que torna possível* o ancoramento da própria referência.

Realmente, se não houvesse uma certa base ou estrutura minimamente fixa, é difícil conceber como poderia haver entendimento mútuo em questões de referência e de linguagem, em geral. Isso não equivale a dizer que a concepção de comunidade de *NN* seja totalmente imune a qualquer tipo de mudança. Ao contrário, reconhece-se a possibilidade de mudanças de referência, inclusive de mudanças não-intencionais de referência, de que dá exemplo o problema envolvendo Madagascar, como discutido anteriormente.³⁵

Em suma, cabe reconhecer que há tanto mudança quanto estabilidade na ideia de comunidade (a qual, por sua vez, não há por que limitar à comunidade entendida na sua expressão linguística e aos episódios de transmissão de nomes). Pois, se por um lado há espaço no seio da comunidade para modificações das nossas práticas linguísticas; por outro lado, não menos fundamental é constatar que, para o sucesso da comunicação humana, faz-se necessária também a existência de uma dimensão mais estável (ou, pelo menos, de mudança mais lenta) inerente ao próprio contexto comum dos falantes, a qual se mostra vinculada ao compartilhamento de uma forma de vida efetiva; e, dessa forma, ao eliminar as ambiguidades porventura associadas ao ato de batismo, revela-se uma condição para a compreensão intersubjetiva mesma.³⁶

CONCLUSÃO

Este capítulo teve como finalidade precípua trazer para o primeiro plano a centralidade da visão da comunidade para a explicação da função referencial dos nomes próprios tal como apresentada em *NN*. Evidenciar esse pressuposto da concepção sobre a referência elaborada por Kripke é um passo importante para o desenvolvimento da

³⁵ No entanto, deve-se notar que, na transmissão de um nome, a mera mudança das crenças associadas a um objeto não implica, por si só, a mudança de referência (KRIPKE, 2011, p. 136, nota de rodapé 21).

³⁶ Agradeço ao professor Marcelo Carvalho por ter feito observações a respeito da estabilidade da comunidade pressuposta em *NN* e que me levaram a esclarecer melhor o meu entendimento sobre esse aspecto da discussão de *NN*.

hipótese mais geral desta tese, que visa à identificação da dimensão social da linguagem como tema comum a percorrer tanto *NN* quanto *WRPL*.

Nesse sentido, na primeira seção, foram abordados os principais aspectos da perspectiva histórico-causal da referência. Tal visão, de natureza comunitarista, é introduzida como substituta ao descritivismo, de traço individualista.

No novo quadro teórico formulado por Kripke, é possível identificar dois momentos importantes, sendo que o primeiro é formado pela introdução do nome na comunidade linguística, ao passo que a segunda fase se caracteriza pela transmissão do termo aos demais usuários. Nesse sentido, a seção 2.2 examinou os dois modos de incorporação de nomes a um determinado grupo de falantes: a introdução via ostensão e a que se dá via descrição. Dessa discussão, resulta clara a importância de se ter em mente uma concepção ampliada de batismo, pois não é sempre facilmente identificável o momento exato da atribuição inicial de um nome.

A seção 2.3 teve como tema a noção de cadeia comunicativa. Dado que Kripke não define o termo de forma explícita, a estratégia adotada consistiu em, com base em certas passagens de *NN*, extrair um entendimento implícito do conceito. Dessa forma, é possível assinalar, dentre outros pontos, que, tal como efetivamente utilizamos nomes próprios, cabe às cadeias comunicativas a função que, no descritivismo, é exercida pelas descrições ou pelos sentidos, qual seja, a de ser o mecanismo de determinação da referência.

Na subseção 2.3.1, foi abordado o problema da mudança não intencional de referência como enfatizado por Evans a partir do exemplo de “Madagascar”. Esse problema pode, pelo menos à primeira vista, ser tomado como uma dificuldade para a concepção histórico-causal, na medida em que exibiria uma situação que mostraria a insuficiência das condições gerais postuladas pela visão kripkeana. No entanto, conforme visto, não é difícil elaborar uma resposta em conformidade com espírito da discussão de *NN*; ademais, o próprio Kripke apresenta algumas indicações nesse sentido, ressaltando o caráter social da comunicação.

Um bom sumário dos pontos essenciais da visão histórico-causal, de que se procurou dar conta nas primeiras seções deste capítulo, talvez possa ser encontrado nas seguintes linhas de Hughes:

Um nome *n* tipicamente se refere (numa ocasião de seu uso) à coisa que o introdutor de *n* batizou de *n* – pelo menos desde que não haja, entre a introdução do nome e a ocasião de uso, uma saída consciente da cadeia

(como no caso de Napoleão), e que não haja, na comunidade do usuário, uma intenção difundida e consolidada, no momento do uso, de se referir a algo diferente do referente batismal de *n* (HUGHES, 2004, p. 39).

Por sua vez, na seção 2.4, busquei identificar a compreensão de comunidade que está subjacente à discussão de *NN*. Assim como no caso da cadeia comunicativa, não há uma conceituação explícita da noção de comunidade em *NN*. No entanto, nota-se que esse conceito opera, de forma clara, como estando associado ao conjunto de falantes da linguagem no interior do qual se estabelecem as conexões entre os usuários de um mesmo nome (isto é, as cadeias comunicativas). A seção procurou identificar, também, um outro sentido de comunidade, que, embora não esteja visível na superfície do texto de *NN*, pode ser entendido como pressuposto e em consonância com as ideias kripkeanas. Nessa última acepção, mais ampliada, a comunidade aparece como a forma de vida comum que é o pano de fundo mesmo para os atos de nomeação e, nesse sentido, oferece uma solução para o problema da ambiguidade associada ao batismo inicial.

Tendo considerado a presença da visão social ou comunitarista em *NN*, no próximo capítulo volto-me para a investigação do modo próprio como esse tema aparece na obra *WRPL*.

CAPÍTULO 3

A VISÃO DA COMUNIDADE EM *WRPL*

INTRODUÇÃO

Se no capítulo anterior o assunto foi a visão da comunidade subjacente ao tratamento dado em *NN* à explicação da referência, neste terceiro capítulo o objetivo principal consiste em apresentar uma interpretação de *WRPL* capaz de evidenciar a forma particular como a dimensão social da linguagem se faz aí presente. Nesse último caso, como será demonstrado, é com a solução cética que se expressa mais claramente a preocupação comunitarista de *WRPL*.

Para o desenvolvimento de tal abordagem, na seção 3.1 examino o desafio posto pelo cético. Nessa parte, são analisados também os principais pressupostos ou condições subjacentes ao desafio semântico formulado; em particular, destaco a maneira como o paradoxo só pode ser enunciado quando se aceita um ponto de vista bastante determinado acerca do significado, o qual será aqui qualificado como sendo a imagem ou concepção tradicional da linguagem.

Na seção 3.2, a atenção se volta para a solução cética, a qual traz consigo um modelo diferente, não mais baseado nas condições de verdade, mas sim nas condições de assertibilidade, para a compreensão do significado. Um tema importante discutido nessa parte em conexão com a solução cética é a ideia de comunidade. Assim, busco analisar as características centrais do conceito de comunidade tal como empregado na discussão de *WRPL*. Nessa seção, examino ainda as razões pelas quais a noção de comunidade não se mostra sujeita às mesmas dificuldades dirigidas às tentativas de resposta direta ao paradoxo semântico.

Na seção 3.3, são analisados os principais candidatos apresentados como solução direta ao paradoxo semântico. Na medida em que fracassam como tentativas de resposta ao desafio do cético, esses candidatos constituem um apoio indireto para a solução cética favorecida em *WRPL* e exposta na seção anterior.

Finalmente, a exemplo dos capítulos anteriores, segue-se uma conclusão, que reúne os principais pontos aqui discutidos.

3.1 O PARADOXO SEMÂNTICO

3.1.1 Formulação e pressupostos do paradoxo semântico

A despeito dos vários temas de que trata, *WRPL* é um livro que, diferentemente de outros exemplos de clássicos da história da filosofia, não apresenta grandes dificuldades do ponto de vista da fluência da leitura. Escrito numa linguagem quase coloquial, a obra não é de modo algum hostil ao leitor não especialista. No entanto, é importante que não nos deixemos enganar por esse traço de acessibilidade, levando-o muito longe. Em particular, para que se possa compreender devidamente a discussão desenvolvida, deve-se estar alerta aos diferentes aspectos e temas articulados no texto, bem como à maneira como eles se relacionam entre si.

Nessa direção, a primeira questão a ser enfrentada é compreender em que consiste realmente o paradoxo semântico e como ele é formado. Ou, dito de outra maneira, como poderíamos expor adequadamente o argumento central desenvolvido em *WRPL*? O desafio lançado em *WRPL* pelo cético quanto ao significado pode ser enunciado, numa primeira abordagem, pela seguinte pergunta: Qual fato poderia ser apontado como sendo aquilo que faz com que por “+” eu queira dizer a função de adição e não uma outra função qualquer? Em outras palavras, e de modo mais geral, qual é o fato que constitui o significado de uma dada palavra? Por sua vez, a conclusão que o cético semântico procura estabelecer veio a ser conhecida como “a tese da não-factuality” e pode ser sintetizada na afirmação de que “[...] não há fatos objetivos que determinam o significado” (SMITH, 2002, p. 102).

Em realidade, de um ponto de vista mais amplo, podem ser identificadas pelo menos duas variantes de ceticismo semântico associadas à defesa da tese da não-factuality do significado. Assim, Smith distingue o ceticismo semântico dialético e o ceticismo semântico científico (SMITH, 2002, p. 103). O ceticismo semântico científico é a visão – associada sobretudo às considerações de Quine sobre a indeterminação da tradução e sobre a inescrutabilidade da referência – que, com base no projeto de uma certa ciência empírica da linguagem, visa a mostrar a prescindibilidade da noção de significado para a explicação das nossas interações comunicativas cotidianas (SMITH, 2002, p. 103).

Por sua vez, o ceticismo exposto em *WRPL* é dito “dialético” por partir – e rejeitar – um certo ponto de vista acerca da linguagem. De fato, o ceticismo sobre o significado de *WRPL* coloca-se como uma consequência e um problema somente para

quem adota o que poderia ser qualificado como a imagem natural ou tradicional sobre a linguagem. Nas palavras de Smith, o alvo do ceticismo semântico dialético é

[...] uma determinada e dogmática concepção do significado que deveria ser substituída por outra concepção melhor. Se a determinada e dogmática concepção do significado é aceita, então se seguiriam conclusões absurdas, como a de que a própria linguagem, no seu uso comum e cotidiano, não tem significado (SMITH, 2002, p. 104).

E, ainda:

É um argumento dialético porque o cético semântico não pede nenhuma premissa que já não seja aceita e endossada pelo filósofo dogmático (SMITH, 2002, p. 115).

Esse é realmente um ponto importante a ser notado. Em *WRPL*, pode-se ver a hipótese cética sendo qualificada de “maluca”, “bizarra”, “ridícula” e “fantástica” (KRIPKE, 1982, p. 9). No entanto, essa possibilidade tão implausível deve ser tomada, conforme indicado acima, como uma decorrência de um modo bastante comum de se conceber o significado linguístico. Nesse sentido, não é correto afirmar que Kripke endosse ele mesmo, como sendo a sua própria posição definitiva sobre o assunto, o ceticismo apresentado em *WRPL*, mas, sim, que ele expõe um problema que está inextricavelmente ligado à imagem tradicional da linguagem, o que colocará a necessidade de uma outra concepção a respeito do significado. De certa maneira, o paradoxo semântico constitui uma verdadeira redução ao absurdo: “[...] [s]e aceitamos que a linguagem tem significado, segundo uma certa concepção de significado, então devemos aceitar que a linguagem não tem significado” (SMITH, 2002, p. 115).

Em *WRPL*, pode-se constatar a tese da não-factuality em diferentes momentos. Por exemplo, ainda no início do capítulo inicial pode-se ler que:

[...] o cético sustenta que nenhum fato sobre a minha história passada – nada que esteve na minha mente ou no meu comportamento externo – estabelece que eu quis dizer mais em vez de quais (*quus*). [...] Porém, se isso está correto, não pode, claro, haver fato sobre que função eu quis dizer [...] (KRIPKE, 1982, p. 13).

Dessa forma, o cético semântico conclui que não há fato algum que possa determinar se, com o sinal “+”, por exemplo, um determinado falante quis dizer adição ou quis dizer, *malgré lui*, uma outra função diversa. A ideia, nesse exemplo, é que a

nossa aplicação do sinal “+” (o nosso comportamento linguístico) é compatível com a instanciação de diferentes funções e não há qualquer fato para o qual se possa apontar como estabelecendo que se quis dizer, com a utilização do termo em questão, uma função determinada e não uma outra função qualquer.

Na realidade, há pelo menos dois aspectos dignos de nota associados ao argumento sustentado pelo cético semântico, os quais são apresentados em *WRPL* como condições a serem satisfeitas por qualquer candidato à resposta ao paradoxo quanto ao significado (KRIPKE, 1982, p. 11). O primeiro deles, núcleo de toda a argumentação desenvolvida, diz respeito à não-factuality e, conforme indicado anteriormente, envolve o questionamento a respeito de qual fato seria constitutivo do significado de determinado signo linguístico. Porém, ligado ao primeiro aspecto, o cético também questiona “[...] se eu tenho qualquer razão para estar tão confiante que agora eu devo responder ‘125’ em vez de ‘5’” (KRIPKE, 1982, p. 11). Em outras palavras, qualquer solução proposta ao paradoxo semântico deve oferecer um fato constitutivo do significado que, ao mesmo tempo, também seja capaz de explicar por que se está justificado a aplicar um determinado termo em oposição a outro qualquer.

Este último ponto está estreitamente relacionado com o caráter normativo da concepção sobre a linguagem visada pelo paradoxo sobre o significado. De fato, para armar o seu ataque, o cético explora uma característica central da imagem tradicional sobre o significado. Como afirma Smith, para a perspectiva visada em *WRPL*,

[...] a linguagem é uma atividade normativa, ou seja, [...] uma atividade regida por regras que determinam o uso das palavras e permitem distinguir entre o uso correto e o uso incorreto de um signo (SMITH, 2005, p. 141).

Dito de outra forma, o cético questiona inicialmente a ideia, pressuposta pela imagem tradicional sobre o significado, de acordo com a qual o significado de um termo é dado pela compreensão de uma regra para a aplicação do termo, sendo que essa regra determinaria as condições em que se deve aplicar o termo em circunstâncias futuras – daí se falar, na introdução de *WRPL*, que um paradoxo cético “[...] é apresentado no que concerne à noção de uma regra” (KRIPKE, 1982, p. 4).

Como exatamente a noção de regra se vincula com a concepção sobre o significado criticada em *WRPL*? O ponto central diz respeito à crença, subjacente ao modo tradicional de se encarar a linguagem, a ser rejeitado posteriormente, de que, para compreender o significado de um termo, é necessário apreender a regra que governaria a

sua correta aplicação em todas as situações. Nesse quadro, supõe-se de forma geral que, quando se diz que um determinado falante sabe o significado de uma certa expressão, é porque o falante, tendo apreendido alguma regra prévia, mostrar-se-ia capaz de identificar adequadamente as situações nas quais deve ou não utilizar o termo em questão. Assim, na formulação do exemplo matemático anteriormente mencionado, o significado do signo “+” seria dado por uma regra que determinaria o modo como o termo deve ser aplicado em novas circunstâncias – determinaria uma resposta única num número indefinido de casos futuros (KRIPKE, 1982, p. 8). O cético semântico, porém, aponta que, num caso como “ $68 + 57 = ?$ ” (supondo-se, para fins de argumentação, que ainda não se tenha realizado essa soma), não é óbvio que a resposta deva ser 125, isto é, não é óbvio que o sinal “+” seja regido pela regra que exemplifica a função da adição.

Efetivamente, há diferentes regras concebíveis que, sendo todas compatíveis com o curso passado de ação do falante (com as suas utilizações precedentes de “+”), poderiam gerar nesse caso concreto resultados diferentes de 125, o resultado esperado apenas se se pressupuser que o significado de “+” seja dado pela função de adição. Desse modo, a questão se torna: qual fato determina que “5” seja a resposta certa ou qual fato determina que a adição (e não uma outra função qualquer) seja a resposta certa? Enfim, qual fato determina o significado de “+”?

Note-se como uma certa interpretação da noção de regra é essencial para a concepção tradicional sobre o significado. De fato, é o conceito de regra, entendido como sendo um fato cognoscível capaz de fixar o significado, o fundamento da normatividade associada a essa concepção, o qual permitiria estabelecer, como ressalta Smith na citação anterior, a separação entre as aplicações corretas e as aplicações incorretas de um termo linguístico – de onde vem a importância, para toda essa discussão, do tema tratado por Wittgenstein do seguimento ou observação das regras (*rule-following*). Nessa concepção, é como se existissem regras previamente dadas que, sendo captadas pelos falantes em algum momento, prescrevem como devem ocorrer as aplicações subsequentes dos termos da linguagem.

Conforme se pode observar nas páginas anteriores, o paradoxo semântico é introduzido a partir de um exemplo matemático. Pode-se ler em *WRPL*, por exemplo, as seguintes palavras:

[...] Seguindo Wittgenstein, eu vou desenvolver o problema inicialmente com respeito a um exemplo matemático, embora o problema cético relevante se aplique a todos os usos significativos da linguagem (KRIPKE, 1982, p. 7).

No capítulo 1 (1.2.2), foi considerada uma maneira de se estender, por intermédio de uma estratégia à la Goodman, o paradoxo semântico a outros termos que não os de origem matemática, o que mostra um caminho possível para a ampliação do problema semântico “a todos os usos significativos da linguagem”. No entanto, pode-se apontar uma razão importante para o paradoxo ser apresentado em termos de um exemplo originário da matemática, consoante a escolha inicialmente adotada em *WRPL*. A razão é que as expressões matemáticas parecem constituir o melhor e mais rigoroso exemplo de expressões cujos significados são determinados pela apreensão de uma regra que estabelece previamente o modo de sua aplicação subsequente. Ora, se isso é verdade, então, nessa mesma medida, as expressões matemáticas ofereceriam uma clara ilustração de um domínio no qual não parece haver espaço para se conceber uma explicação alternativa do significado tal como será sustentado pela solução cética.

Assim, a matemática seria um contraexemplo óbvio à proposta positiva do cético (à solução cética) (KRIPKE, 1982, p. 79), razão por que é tão mais necessário começar o ataque pelo que se mostra ser a exemplificação mais bem-acabada da pertinência da imagem tradicional da linguagem. De fato,

[...] [n]a matemática elementar, eu não apreendo regras como as da adição, que determinam todas as aplicações futuras? Não é da natureza mesma de tais regras que, uma vez que eu apreendi uma delas, eu não tenho escolha futura na sua aplicação? [...] E não é a apreensão de uma regra matemática o feito solitário de cada matemático, independente de qualquer interação com uma comunidade mais ampla (KRIPKE, 1982, pp. 79-80)?

Explicada a razão de se introduzir o desafio cético por meio de um exemplo matemático, alguém pode agora se sentir tentado a perguntar o seguinte: em poucas palavras, qual é a origem mesma do paradoxo semântico? A isso, pode-se dizer que a base para todas essas considerações sobre o paradoxo semântico, tal como apresentado em *WRPL*, é a famosa passagem do parágrafo 201 das *IF*, de Wittgenstein:

[...] este era o nosso paradoxo: nenhum curso de ação poderia ser determinado por uma regra, porque se pode fazer todo curso de ação concordar com a regra (KRIPKE, 1982, p. 7; WITTGENSTEIN, 1999, §201).

Realmente, *WRPL* pode ser visto como o desenvolvimento de uma determinada interpretação a respeito desse trecho wittgensteiniano citado. Trata-se da interpretação proposta pelo próprio Kripke, o qual ressalta, por meio do paradoxo semântico, que, contrariamente ao que a imagem tradicional sublinhada anteriormente pressupõe, não se deve ver, de um ponto de vista lógico, na conduta passada de um falante em relação a um determinado termo linguístico, incluindo termos matemáticos, qualquer tipo de orientação ou determinação fixando as condições de correção para as suas aplicações futuras. Com efeito, como procura mostrar o paradoxo de *WRPL*, a ser verdadeira a imagem tradicional do significado, estaríamos numa situação em que seria sempre possível conceber alguma regra que estivesse em acordo com o comportamento linguístico do falante.

Em relação ao marco temporal a ser considerado para a formulação do paradoxo, cabe afirmar que, a rigor, para não anular a si mesmo, o paradoxo semântico, tal como apresentado em *WRPL*, tem de ser enunciado em termos de usos passados de uma palavra. Assim, para fins de argumentação, pode-se supor que o cético não está pondo em dúvida a maneira como a linguagem é atualmente utilizada, mas sim apenas os usos linguísticos passados do seu interlocutor. Ele, porém, é facilmente extensível ao presente, na medida em que, no futuro, o mesmo problema poderia ser novamente colocado em relação às nossas aplicações linguísticas. Esse procedimento do cético, longe de ser *ad hoc*, tem caráter metodológico, visando a assegurar um território compartilhado na linguagem no qual o seu argumento possa ser plenamente desenvolvido. Nesse sentido, não é uma objeção ao paradoxo afirmar que o argumento faz um uso ilegítimo da linguagem, como se ao mesmo tempo estivesse pressupondo e negando a possibilidade de se utilizar um termo – o uso presente, num primeiro momento, não é posto em questão (KRIPKE, 1982, p. 12)³⁷.

Desse modo,

[...] [o] problema não é ‘Como eu sei que $68 + 57$ é 125?’, o qual seria respondido oferecendo-se um cálculo matemático, mas, em vez disso, ‘Como eu sei que ‘ $68 + 57$ ’, tal como eu *quis dizer* ‘mais’ no *passado*’, deve denotar 125? (KRIPKE, 1982, p. 12).

Da mesma forma, e como também indicado na citação precedente, o cético não está colocando em dúvida a verdade aritmética de que 125 seja o resultado da soma de

³⁷ Neste trabalho, contudo, por motivos de simplicidade, vou me referir ao questionamento cético sem fazer distinção entre aplicações passadas e presentes de uma expressão linguística.

68 e 57; não sendo um ceticismo acerca da matemática, o problema diz respeito ao significado das expressões empregadas (sob essa perspectiva, trata-se de um problema metalinguístico). O que está em questão é como, tendo aprendido uma regra ou função a partir de um número limitado de casos, eu poderia estar certo quanto aos resultados de sua aplicação em novas circunstâncias. De fato, quando fui instruído pelo professor no ensino fundamental, em vez de “mais”, poderia estar aplicando a regra “quais” (simbolizada por *). Eis a definição de *quais* (KRIPKE, 1982, p. 9):

$$x * y = x + y, \text{ se } x, y < 57$$

$$= 5 \text{ nos outros casos.}$$

A definição de *quais*, para números menores que 57 – os únicos com os quais, por hipótese, já efetuei contas – gera respostas que coincidem com as da função *mais*. Assim, o que assegura que, numa situação como a envolvendo 68 e 57, ao utilizar o sinal “+”, eu esteja aplicando a regra *mais*, e não *quais*? Nesse sentido, qual fato determina o significado do termo “adição” (distinguindo-o de “quadição”) ou, em outras palavras ainda, o que responde pela correção do nosso emprego de “+”?

Anteriormente, indiquei como há dois aspectos ou condições associados ao paradoxo semântico de *WRPL*. O primeiro aspecto, central a toda discussão de *WRPL*, diz respeito à tese da não-factualidade e expressa a dimensão constitutiva do argumento. O outro aspecto envolve a exigência de que o suposto fato constitutivo do significado seja capaz de justificar, em oposição a apenas descrever, a aplicação linguística do falante. Nesse ponto, convém notar a natureza específica do tipo de argumento considerado. Isso porque não se trata, aqui, de um questionamento de tipo meramente epistemológico, que objetivasse apenas destacar a nossa falta de razões ou justificativas para o conhecimento de que, com a utilização de “mais”, estamos nos referindo à função de soma ou a uma outra qualquer. Apesar da adoção ocasional de termos epistêmicos, o ponto central do argumento é de caráter metafísico ou constitutivo, pois concerne à própria existência (ou inexistência) de fatos – quer sejam ligados ao comportamento, quer sejam ligados à vida mental do indivíduo – que pudessem determinar o significado das expressões utilizadas (KRIPKE, 1982, p. 21).

Evidentemente, o ponto acima não significa que, em *WRPL*, não haja o desenvolvimento de linhas argumentativas subsidiárias de tipo epistêmico ou que o próprio paradoxo semântico, vez ou outra, não seja apresentado fazendo uso do

vocabulário ligado à epistemologia. De fato, em alguns momentos, *WRPL* oferece uma formulação do argumento em termos de justificação, como ilustram os dois trechos a seguir:

Deixe-me repetir o problema. O cético questiona se alguma instrução que eu mesmo me dei no passado obriga (ou justifica) a resposta “125” em vez de “5” (KRIPKE, 1982, p. 13).

Como eu posso justificar a minha aplicação atual dessa regra, quando o cético poderia facilmente interpretá-la de forma a produzir qualquer resultado de um número indefinido de outros resultados (KRIPKE, 1982, p. 17)?

A formulação do paradoxo em termos epistêmicos, de que dão mostras os trechos acima, ressalta a componente normativa da concepção tradicional sobre o significado que é explorada pelo ataque do cético semântico de *WRPL*. O aspecto essencial a se ter em mente, contudo, é que, no seu sentido mais fundamental e próprio, o paradoxo apresentado pelo cético não é dependente exclusivamente de considerações epistêmicas, deixando-se enunciar sob um ponto de vista constitutivo ou metafísico, que coloca em questão a existência mesma de uma determinada categoria de fatos (a saber, fatos constitutivos do significado).

Em *WRPL*, utiliza-se uma espécie de recurso dramático a fim de elaborar com mais ênfase essas diferenças. Trata-se da imagem de um Deus que pudesse vasculhar as mentes individuais (KRIPKE, 1982, pp. 14 e 21, por exemplo). Dessa forma, mesmo se Deus, que é onisciente, olhasse no interior da mente e examinasse “a história mental do meu comportamento passado” (KRIPKE, 1982, p. 21) – ou seja, mesmo se houvesse algum indivíduo especial com acesso pleno a todos os fatos relevantes, numa idealização para fins de argumentação das nossas capacidades cognitivas – não se estaria em condições de se encontrar um fato que determinasse por que o sinal “+” deve ser entendido como querendo dizer adição e não quadição.

A importância atribuída, em *WRPL*, à compreensão nítida de que o paradoxo semântico se trata de um argumento de natureza constitutiva, e não apenas epistemológica, parece encontrar um paralelo distante nas distinções feitas em *NN* entre as diferentes modalidades – epistêmicas (*a priori* e *a posteriori*), metafísicas (necessário, contingente, possível, impossível) e semânticas (analítico e sintético) (KRIPKE, 1980, pp. 34-41). A sugestão aqui é que, nos dois momentos assinalados, visando a oferecer uma apresentação mais clara do que está sob investigação, Kripke

busca diferenciar conceitos e aspectos que muitas vezes não são devidamente separados por outros filósofos. Nesse sentido, talvez se pudesse falar, como uma característica a percorrer tanto *NN* quanto *WRPL*, de um esforço em prol de distinções filosóficas, isto é, de um esforço de claramente delimitar as noções tratadas, que está subjacente à visão kripkeana em relação à filosofia tal como manifestada nos seus dois principais escritos dedicados à linguagem.

Retornemos à ideia de uma imagem tradicional da linguagem ou do significado, aludida mais de uma vez ao longo das últimas páginas, a propósito da qual cabem alguns esclarecimentos aqui. Na sua obra, Kusch adota a noção de imagem por oposição ao conceito de teoria, sendo que, enquanto teorias são entendidas como arcabouços explicativos explicitamente descritos e estruturados, imagens são perspectivas incompletas e não sistematizadas, que muitas vezes não estão de todo claras mesmo para aqueles que as sustentam. Além disso, uma imagem se presta a ser desenvolvida em termos teóricos de mais de uma maneira (KUSCH, 2006, p. 4). Nesse sentido, quando se fala da imagem tradicional da linguagem que aparece em *WRPL*, não se trata de modo algum de uma perspectiva teórica articulada de maneira rigorosa. Em vez disso, trata-se de uma visão de limites difusos, por assim dizer, a qual, embora frequentemente não seja objeto da atenção consciente dos seus partidários, nem por isso deixa de exercer influência decisiva no modo como normalmente a linguagem e o significado são concebidos.

O próprio texto de *WRPL*, quando se volta para a descrição de determinados aspectos da filosofia tardia de Wittgenstein, faz uso em diferentes momentos da ideia de imagem (*picture*). Assim, pode-se ler, por exemplo, que:

Isso [não atribuir primazia especial a asserções ou a enunciados no indicativo] em si mesmo desempenha um papel importante no seu [de Wittgenstein] repúdio da imagem realista clássica (KRIPKE, 1982, p. 73).

[...] podemos dizer que Wittgenstein propõe uma imagem da linguagem baseada, não em *condições de verdade*, mas em *condições de assertibilidade* ou *condições de justificação* [...] (KRIPKE, 1982, p. 74, a nota de rodapé foi omitida).

Nesse sentido, a ideia de imagens permite que melhor se apreenda o movimento argumentativo de *WRPL*. Assim é que, a fim de superar o desafio do cético semântico, pode-se tentar de algum modo refinar ou sofisticar a imagem tradicional sobre a linguagem (chamada por Kusch de *low-brow meaning determinism*). Esse esforço de

sofisticação da imagem tradicional se encontra na origem do *high-brow meaning determinism*, isto é, do conjunto de concepções filosóficas que estão na base das tentativas de resposta direta ao paradoxo céptico (disposicionalismo, empirismo clássico, platonismo etc.), conforme será analisado posteriormente neste capítulo. Quais são, porém, de maneira mais específica, as características da imagem tradicional sobre o significado?

Uma das características já foi aqui abordada, que é a normatividade. Kusch trata a normatividade como uma suposição básica (a quarta de uma lista de sete suposições que ele constata na imagem tradicional sobre o significado visada em *WRPL*), que se desdobra ainda em cinco aspectos relacionados. No que segue, não pretendo examinar em detalhes todas as suposições ou aspectos que Kusch identifica, mas tão somente o que me parecem ser os pontos mais importantes contidos na sua proposta (não sigo também a ordem por ele adotada). Assim, consideremos as linhas gerais das suposições identificadas a fim de que se possa obter uma leitura que faça mais justiça à riqueza da articulação temática e argumentativa de *WRPL*.

Nesse sentido, no que diz respeito à ideia de normatividade, além de seu papel central na distinção entre usos corretos e incorretos de um termo linguístico (papel que já foi comentado anteriormente e que, na classificação de Kusch, recebe o nome de “normatividade semântica como orientação”, KUSCH, 2006, p. 8), observam-se outras funções por ela exercidas, principalmente em sua relação com a ideia de justificação. De fato, nessa visão, é também a normatividade que poderia explicar por que a aplicação de um termo pelo falante não se dá às escuras nem se trata de uma “inclinação bruta” (KRIPKE, 1982, p. 15) ou, ainda, é a normatividade que torna possível elucidar a pronta utilização por um falante das expressões da linguagem (KUSCH, 2006, p.9). A respeito deste último caso, não hesitamos, por exemplo, em responder “4” diante da questão de quanto é “2 + 2” ou a empregar “azul” se perguntados a respeito da cor do céu. “Justificação da aplicação imediata” seria, então, o componente da normatividade semântica que explicaria essa última característica da comunicação humana.

Para além dos diferentes aspectos abrangidos pela ideia de normatividade, um outro ingrediente da imagem tradicional da linguagem que também pode ser identificado a partir da discussão de *WRPL* recebe a denominação de “conhecimento imediato”. Trata-se da exigência de que o falante deve conhecer de maneira introspectiva e indubitável o estado mental que determina o significado (KUSCH, 2006, p. 4). Fala-se de estado mental, aqui, pois, para uma das manifestações da imagem sobre

a linguagem criticada em *WRPL*, é um dado conteúdo interno à mente do falante – por exemplo, a apreensão pelo falante de uma regra, a qual estabeleceria as condições de correção para a aplicação do signo linguístico – que determinaria o significado de uma palavra. É nessa linha que se pode compreender um trecho como o seguinte, que visa a apresentar uma das exigências feitas pela imagem tradicional sobre a linguagem: “[...] tem de se dar uma explicação de *qual é o fato (sobre o meu estado mental)* que constitui eu significar mais, não quais (*quus*)” (KRIPKE, 1982, p. 11, grifos meus). Nesse sentido, para essa formulação particular do desafio cético, o significado revela-se concebido sob um modelo marcadamente mentalista.

Assim, de acordo com esse segundo componente da imagem tradicional sobre o significado, quando eu emprego um termo qualquer, eu sei, sem qualquer necessidade de raciocínio ou inferência, o significado da expressão empregada. Essa característica, presente na imagem contra a qual o cético argumenta, revela-se em trechos de *WRPL* como os seguintes: “Eu não sei, diretamente e com um grau de certeza razoável, que com ‘mais’ ele quer dizer adição?” (KRIPKE, 1982, p. 40). Ou ainda: “[...] cada um de nós sabe imediatamente e com certeza razoável que ele quer dizer adição com ‘mais’” (KRIPKE, 1982, p. 41).

Um terceiro traço básico que caracteriza a visão espontânea sobre o significado está relacionado ao conceito de “privacidade”. Trata-se da condição que estabelece que o estado que determina o significado é interno ao falante, de modo que seria possível alguém estar nesse estado mesmo se “[...] nunca tivesse tido qualquer contato com outros seres humanos” (KUSCH, 2006, p. 5). Desse modo, o significado é tomado como uma noção cuja análise não requer que se faça referência a nenhum elemento para além daquilo que se mostra no plano individual – essa é uma expressão do ponto de vista individualista mais geral subjacente à imagem tradicional do significado. Eis um trecho que aponta na direção de que a imagem tradicional do significado abordada em *WRPL* atribui um papel fundamental para a noção de privacidade tal como caracterizada antes: “[...] [um] único indivíduo, considerado em si mesmo e em isolamento, [pode] significar algo” (KRIPKE, 1982, p. 68-69).

Há também uma característica da imagem tradicional do significado que atende pelo nome de “apreensão”, a qual se divide em cinco diferentes aspectos (KUSCH, 2006, p. 5). O ponto básico, porém, é que se considera que o conteúdo na mente associado ao significado, quando seguido pelo falante, determina de modo fixo como

ocorre a aplicação subsequente do termo linguístico. Eis uma citação de *WRPL* que exemplifica esse aspecto da ideia de apreensão:

Admitido que eu quero dizer adição com '+', então, claro, se fosse agir em acordo com as minhas intenções, deveria responder, dado qualquer par de números a ser combinado com '+', com a sua soma (KRIPKE, 1982, p. 28).

As três características finais a compor a imagem tradicional do significado são a objetividade, o realismo clássico e a justificação metafísica. Com o nome “objetividade”, ressalta-se, de modo mais articulado, uma ideia que está implícita nas considerações sobre os pressupostos anteriores (KUSCH, 2006, p. 9). Trata-se da crença de que, de algum modo, o estado constituinte do significado determina ou contém em si desde o início todas as possíveis aplicações corretas de um termo. Nessa imagem, é como se houvesse “[...] ‘um fato superlativo’ [...] a respeito da minha mente que constitui eu querer dizer adição com ‘mais’ e que determina de antemão o que eu devo fazer para estar de acordo com esse significado” (KRIPKE, 1982, p. 65).

Por sua vez, no contexto da discussão de *WRPL*, o realismo clássico refere-se à ideia de que são as condições de verdade que determinam o significado de um enunciado. Nessa perspectiva, existem fatos que correspondem às proposições expressas pelos enunciados, de modo que um enunciado é dito verdadeiro ou falso em virtude da ocorrência ou não de tais fatos (KUSCH, 2006, p. 10; KRIPKE, 1982, p. 72).

Chamamos algo de proposição, e, portanto, de verdadeiro ou falso, quando aplicamos na nossa linguagem o cálculo de proposições a ele. Isto é, é uma parte primitiva da nossa linguagem, não suscetível de explicação mais profunda, que funções de verdade são aplicadas a certos enunciados (KRIPKE, 1982, p. 86).

Por fim, a justificação metafísica indicaria a motivação teórica mais ampla ligada à imagem tradicional do significado (KUSCH, 2006, p. 11). Dessa forma, é como se os filósofos que endossam essa imagem sobre a linguagem de algum modo se concebessem a si mesmos como envolvidos num projeto de tipo justificacionista, no qual estaria em questão encontrar considerações ontológicas – sobre fatos constituidores do significado – que pudessem fundamentar a significatividade do nosso uso da linguagem. Esse tipo de empreendimento filosófico, que se esforça para elaborar conceitualmente a importância de haver fatos aptos a embasar o significado, contrapõe-se à atitude por trás da visão associada à solução cética, segundo a qual “[...] a nossa

prática ou crença comum está justificada porque – apesar das aparências contrárias – não exige a justificação que o cético mostrou ser inviável” (KRIPKE, 1982, p. 66).

Uma ideia central que aparece em algumas das características destacadas acima e que está na base da formulação do paradoxo semântico é o pressuposto de que a noção de significado poderia ser explicada a partir da consideração de uma pessoa isoladamente. Esse pressuposto figura, por exemplo, nas características relacionadas ao conhecimento imediato e à privacidade, conforme examinado anteriormente, e merece mais observações. Nessa direção, um primeiro ponto que poderia ser ressaltado é que o desafio semântico lançado pelo cético é dependente, para a sua armação, de uma visão que se mostra, num sentido importante, bastante restrita no que diz respeito à natureza do “fato” qualificável para fins de solução. Com efeito, ainda que, nessa perspectiva, as tentativas de resposta possam incluir tanto fatos internos (pertencentes ao domínio mental) quanto fatos externos (como disposições comportamentais, por exemplo), percebe-se a operação de uma importante limitação implícita, visto que os fatos candidatos à solução devem poder ser remetidos, em última análise, ao âmbito individual.

Em suma, trata-se da exigência de haver um *fato sobre o indivíduo*, como indica o trecho abaixo:

Agora, o cético de Wittgenstein argumenta que ele não sabe de nenhum fato sobre um indivíduo que pudesse constituir o seu estado de querer dizer mais em vez de quais (KRIPKE, 1982, p. 39).

Desse modo, não surpreende que, no movimento argumentativo do texto de *WRPL*, a solução cética surja após a aceitação de que, se consideramos os falantes em isolamento e individualmente, não existem fatos aptos – quer seja no mundo “interno”, quer seja no mundo “externo” (KRIPKE, 1982, p. 69) – a determinar o significado linguístico. Nesse ponto, os paralelos com o descritivismo são notáveis. De fato, se o descritivismo, tal como examinado nos capítulos anteriores, sugere uma imagem ilusória em que um único falante poderia encenar individualmente um ato de batismo e de referência, agora se constata a crença, igualmente ilusória, de que um falante, em situação de isolamento similar, poderia por si mesmo ser capaz de conferir significado às suas palavras.

Além de haver fatos semânticos relativos ao indivíduo, outra suposição básica da imagem tradicional sobre o significado digna de nota, a qual é captada por Kusch por

meio da característica do realismo clássico, é a crença de que há uma vinculação estreita entre as condições de verdade de uma proposição e a determinação do significado por ela expresso. O papel dessa crença na geração do paradoxo semântico é devidamente sublinhado em *WRPL*, pois

[...] se supusermos que fatos, ou condições de verdade, são essenciais para a asserção significativa, vai se seguir da conclusão cética que as asserções de que alguém quer dizer algo são sem significado (KRIPKE, 1982, p. 77).

Com efeito, a conclusão cética se segue porque, *grosso modo*, qualquer fato que possa ser apresentado, no âmbito da imagem tradicional sobre a linguagem, como determinando que, com o termo “X”, por exemplo, o falante quer dizer X, é passível de ser interpretado de uma maneira desviante, a qual, sendo compatível com a utilização pregressa de “X” pelo falante, poderia, numa aplicação subsequente do termo, vir a significar Y, e não X. Nesse sentido, de acordo com essa linha de raciocínio, não haveria um fato objetivo final ao qual se pudesse recorrer a fim de se determinar o significado mesmo de “X” e, por isso, em última análise – supondo-se que essa é a única maneira de se conceber o significado – a linguagem seria desprovida de significado, como quer o cético semântico.

No entanto, a despeito da conclusão paradoxal que implica quando levada às últimas consequências, essa visão parece ser a que surge espontaneamente à cabeça de quem se debruça sobre o assunto da significatividade dos nossos enunciados. Dito de outro modo, parece natural que, diante de uma pergunta como “O que determina o significado das nossas afirmações?”, alguém responda “Os fatos referidos” ou, talvez, “Aquilo que as torna verdadeiras”. Assim, pode-se ter a impressão de que essa imagem constitui a única maneira imaginável e razoável de se conceber os enunciados e o significado (KUSCH, 2006, p. 4). Realmente, apenas para ilustrar a abrangência desse tipo de perspectiva, considere-se essa menção que, dentro de uma discussão sobre o que torna possível o entendimento de um número potencialmente ilimitado de enunciados da linguagem, Strawson faz a ela:

Essa suposição [feita por aqueles que buscam explicar a compreensão semântica recorrendo a princípios fornecidos por modelos da lógica formal e de uma notação canônica] diz que o ponto central da compreensão de sentenças é a apreensão das suas condições de verdade: compreender uma sentença é conhecer o pensamento que ela expressa (ou é capaz de expressar, em dadas circunstâncias contextuais); é conhecer aquilo em que acreditamos

quando o pensamento é tomado como verdadeiro (STRAWSON, 2002, pp. 131-132).

Na citação anterior, Strawson descreve uma concepção de acordo com a qual a apreensão do “pensamento” expresso por uma sentença envolve a apreensão das condições de verdade da sentença pertinente, o que demonstra o compromisso dessa visão com o realismo clássico característico da imagem tradicional do significado discutida em *WRPL*.

No entanto, quando devidamente analisada, a imagem tradicional sobre o significado, contrariamente ao que os seus adeptos fazem crer, revela-se insustentável, precisando ser então substituída. Diante dessa situação, *WRPL* apresenta outra concepção sobre o significado, a qual dispensa, dentre outros aspectos, a ideia de condições de verdade como base para o significado. A situação em questão sob esse ângulo é bem descrita por Smith, que afirma:

[...] A ideia é mostrar que, se concebemos o significado como alguma coisa dada pelas condições de verdade, isto é, se uma frase declarativa tem significado em virtude de sua correspondência a fatos que devem ocorrer se essa frase é verdadeira, então se segue que a linguagem é desprovida de significado. [...] A melhor maneira de evitá-la [a conclusão do paradoxo semântico] é a de rejeitar a premissa que leva, inevitavelmente, a esse paradoxo absurdo, a saber, a semântica das condições de verdade [...]. O cético semântico proporá, então, uma outra concepção do significado, que ficou conhecida como “a solução cética”, em que se explique satisfatoriamente o aspecto normativo da linguagem (SMITH, 2005, p. 141)

Com a nova visão sobre o significado, não apenas o individualismo e a semântica das condições de verdade são abandonados, mas também são rejeitados os outros elementos da imagem tradicional do significado identificados e examinados anteriormente. Dessa forma, é todo o modelo tradicional do significado que cai por terra, na medida em que são adotados outros pressupostos para a explicação da linguagem. Contudo, antes de analisarmos as características próprias da solução cética, que traz no seu bojo a nova perspectiva a respeito do significado, consideremos ainda um outro aspecto fundamental de *WRPL*, a saber, as diferentes vozes que aparecem no livro.

3.1.2 As diferentes vozes de *WRPL*

Além das diferentes imagens sobre o significado, é importante também, para o desenvolvimento discursivo de *WRPL*, a atuação de diferentes personagens ou “vozes”. Em realidade, nesse último caso, trata-se de diferentes posições ou perspectivas argumentativas a partir das quais é focalizada a discussão de *WRPL*. Kripke mesmo não utiliza a expressão “vozes” para se referir às diferentes linhas argumentativas que percorrem o texto de *WRPL*. Essa noção, tal como utilizada aqui, é tributária sobretudo de Kusch (2006). O emprego desse vocabulário de empréstimo, porém, mostra-se bastante útil na evidenciação da complexidade do movimento de posições filosóficas avançadas na obra sob exame e, por isso, merece ser aqui brevemente considerado.

Nesse sentido, a primeira das vozes a salientar é a que sustenta a própria imagem tradicional do significado, cujas características foram apresentadas anteriormente. Na obra de Kusch, a voz associada a essa primeira imagem é identificada ao que seria uma espécie de senso comum filosófico a respeito da linguagem. Isso porque, supondo que as pessoas comuns, nos seus afazeres cotidianos, em geral não se interessam, à diferença dos filósofos, por questões teóricas relacionadas ao significado, o que nesta tese é chamado de “a imagem tradicional do significado” seria a visão que melhor se adaptaria à visão natural ou espontânea dos filósofos a respeito do significado e ao que os próprios filósofos igualmente atribuem ao que seria o senso comum humano (KUSCH, 2006, p. 4).

Note-se, porém, que, diferentemente do grupo dos filósofos, as pessoas em geral não estão engajadas na produção de teorias ou imagens visando à explicação dos nossos usos linguísticos (KUSCH, 2006, p. 12). Desse modo, é o filósofo que endossa sem muita reflexão (poderíamos dizer) a imagem tradicional sobre o significado o principal atingido quando o cético inicialmente lança o seu paradoxo semântico. Em *WRPL*, essa voz aparece, principalmente, ao longo de todo o capítulo 2 (“O Paradoxo Wittgensteiniano”), pois não é senão o quadro de fundo mesmo que permite a elaboração do questionamento semântico elaborado pelo cético.

Pode-se identificar, ainda, uma segunda voz no interior de *WRPL*, que seria expressa pelo conjunto das posições dos filósofos que, buscando ser fiéis ao espírito sistematizador, desenvolvem e articulam vários aspectos da imagem tradicional do significado, o que também pode ser verificado ao longo do capítulo 2 desse livro. Nesse último caso, já não se trata mais do senso comum filosófico sobre o significado, como era o caso da voz descrita no parágrafo anterior, mas de um esforço teórico devidamente motivado e refletido. Essa tentativa de refinamento de determinados aspectos da

imagem tradicional do significado pode ser constatada na elaboração dos candidatos à resposta direta ao paradoxo semântico e encontra-se próxima de algumas teses filosóficas mais gerais, como o redutivismo ou o fisicalismo. Assim, por exemplo, a tentativa disposicionalista de resposta direta ao paradoxo cético poderia ser encarada como uma expressão do “disposicionalismo redutivista semântico”, o qual, afirmando que o significado se reduz a disposições, poderia ser visto por alguém como capaz de oferecer uma ontologia mais aceitável sob o ponto de vista fisicalista (KUSCH, 2006, p. 13).

O cético, por sua vez, tem função proeminente em todos os capítulos de *WRPL*, sendo o responsável pela enunciação do paradoxo semântico. O cético quanto ao significado é o grande crítico tanto da imagem tradicional da linguagem como das suas versões refinadas e mais sistematizadas (essas últimas expressas pela voz – ou conjunto de vozes – mencionada anteriormente). Apesar de, por vezes, em prol da argumentação, utilizar expressões de natureza epistemológica, o seu desafio, como vimos, é de caráter metafísico, na medida em que investiga a existência de algum fato que seja capaz de constituir o significado.

Na mesma direção, outra voz passível de ser identificada é a do próprio Wittgenstein, ou a de Wittgenstein tal como compreendido por Kripke. Nesse ponto, uma questão surge: deve o Wittgenstein de Kripke ser necessariamente identificado com o cético semântico? Em outras palavras, é o Wittgenstein (tal como compreendido por Kripke) portador da mesma voz que o cético, sustentando ambos as mesmas posições a respeito do paradoxo semântico e da solução cética? *WRPL* não oferece uma resposta inequívoca a esse respeito, sendo possível encontrar na obra passagens que apontam nas duas direções (KUSCH, 2006, p. 15).

Assim, por um lado, afirma-se, por exemplo, que Wittgenstein “[...] aceita o seu próprio argumento cético e oferece uma ‘solução cética’ para superar a aparência de paradoxo” (KRIPKE, 1982, p. 68), o que parece apontar para a ideia de uma coincidência entre o Wittgenstein de Kripke e o cético, sendo que Wittgenstein seria o autor mesmo do argumento cético. Por outro lado, há momentos do livro que sugerem relação menos estreita ou uma ausência de identificação completa entre as duas personagens. É o caso da seguinte passagem: “[...] Wittgenstein sustenta, com o cético, que não há fato quanto a se eu quero dizer mais ou quais. Mas, se isso for concedido ao cético, não será o fim da discussão?” (KRIPKE, 1982, p. 70-71).

No excerto acima, parece que temos duas figuras distintas – Wittgenstein e o cético – que se assemelham apenas por acabarem tendo posições semelhantes no que concerne ao tópico da não-factualidade do significado linguístico. Tomando como base o último trecho, seria possível, então, interpretar o ceticismo da “solução cética de Wittgenstein” como sendo devido não ao fato de se originar de um cético, mas sim porque surge como resposta ao desafio semântico posto pelo cético (KUSCH, 2006, p. 15-16). Formulada nesses termos, a questão parece não poder mesmo, a partir apenas do quadro interno a *WRPL*, ser respondida de uma maneira definitiva a favor de nenhum dos dois lados. O ponto importante aqui, porém, é outro. De fato, conforme já sublinhado em outros momentos deste trabalho, o paradoxo cético deve ser visto como o desdobramento da adoção de uma determinada concepção sobre o significado. Sob esse aspecto, nota-se bem o caráter dialético do ceticismo semântico explorado em *WRPL*, conforme aponta Smith (2002), pois parte-se de uma determinada concepção de significado para mostrar como tal visão gera consequências absurdas. Nesse sentido, o cético e Wittgenstein (tal como Kripke o interpreta) são simplesmente artifícios mobilizados para a formulação de um problema fundamental a ser enfrentado por quem quer que aceite determinada perspectiva bastante difundida acerca do significado.

As observações do último parágrafo, se verdadeiras, podem nos ajudar a lidar com uma outra questão. De fato, alguém poderia fazer agora a seguinte pergunta: quais das ideias de *WRPL* poderiam ser tomadas como sendo a posição do próprio Kripke? Dito de outra maneira, tendo em vista toda discussão desenvolvida em *WRPL*, é possível identificar alguma voz específica que seja a do próprio Kripke, refletindo assim posições que poderiam lhe ser atribuídas com plena confiança? Essa questão se justifica tanto mais porque, já no prefácio, como é bem sabido, Kripke afirma que, nesse texto, não “[...] tenta falar por mim mesmo, ou, exceto em apartes ocasionais e menores, dizer algo sobre as minhas próprias visões sobre questões substantivas” (KRIPKE, 1982, p. ix). Dessa observação, pode-se concluir que a maior parte do conteúdo de *WRPL* não representaria a visão em si mesma do próprio Kripke, mas é a exposição “de um problema e de um argumento” que ele julga encontrar em Wittgenstein. Dessa perspectiva, as diferentes vozes mencionadas anteriormente poderiam ser consideradas como parte de uma estratégia complexa objetivando a exposição, em todo o seu alcance, desse problema filosófico e das consequências que dele podem ser extraídas.

Quais seriam, porém, os “apartes menores e ocasionais” nos quais Kripke falaria “por si mesmo” e nos quais diria algo sobre a sua visão substantiva a respeito das

questões discutidas em *WRPL*? Um desses momentos – no qual, porém, não é possível dizer que se trata exatamente de uma abordagem de tipo substantivo – é o prefácio, no qual se fala, principalmente, da natureza do livro, da sua origem e das pessoas que lhe influenciaram. A introdução do livro também pode ser claramente atribuída a Kripke, embora também nessa parte se vislumbre um caráter sobretudo metodológico. Com efeito, na introdução, Kripke comenta, por exemplo, como a sua visão do tema da “linguagem privada” em Wittgenstein difere da interpretação de Wittgenstein então em voga, a qual propunha um recorte textual das *IF* diferente para a localização do argumento contra a linguagem privada. Na introdução, também se afirma que

[...] o presente *paper* não deve ser concebido nem como expondo o argumento de Wittgenstein nem o argumento de Kripke; em vez disso, é o argumento de Wittgenstein tal como ele afetou Kripke, tal como ele lhe apresentou um problema (KRIPKE, 1982, p. 5).

Por outro lado, os capítulos 2 e 3 de *WRPL* se ocupam, respectivamente, da formulação do paradoxo semântico e da solução cética (este último, com o seu corolário para o tema da possibilidade de uma linguagem privada). Nesse sentido, esses dois capítulos, juntamente com o quarto, dedicado à extensão do problema à tradicional questão filosófica relativa às outras mentes, refletiriam principalmente a voz do cético ou do Wittgenstein de Kripke, e não a posição do próprio Kripke sobre esses temas³⁸.

Entretanto, ainda no capítulo 3, há pelo menos um momento claro no qual Kripke expressa a sua própria visão. Isso ocorre na página 103, dentro de uma nota de rodapé, quando, após a rejeição de uma posição atribuída a Wittgenstein (segundo a qual qualquer tipo de sensação interior deve estar vinculada a um critério externo para a sua identificação), afirma-se que:

Neste ensaio, eu em grande medida suprimi as minhas próprias visões, que não estão de modo algum sempre de acordo com as de Wittgenstein. Entretanto, eu vou me permitir observar aqui que qualquer visão que supõe que, nesse sentido, um processo interior tem sempre “critérios externos” me parece ser *empiricamente* falsa (KRIPKE, 1982, p. 103, nota de rodapé 83).

³⁸ No capítulo 4, que constitui um anexo (pós-escrito) à discussão principal de *WRPL*, há, contudo, pelo menos um momento claro no qual Kripke apresenta a sua própria visão. Isso ocorre quando ele rejeita uma interpretação de Norman Malcolm para o parágrafo 302 das *IF*, segundo a qual, *grosso modo*, se o meu conceito de dor é formado a partir da minha experiência, então se seguiria que *eu* seria o único capaz de experimentar dor. Em relação a isso, Kripke afirma: “Seja como for, é mais importante – aqui eu falo por mim mesmo! – perceber que o princípio implicado aqui não parece ser correto” (KRIPKE, 1982, p. 116). O capítulo 4, porém, não está dentro do escopo deste trabalho e, por isso, essa questão não será investigada para além desse registro.

Em seguida, Kripke apresenta as considerações que o levam a não aceitar, contrariamente ao que afirma a posição atribuída a Wittgenstein, a ligação necessária entre sensações e critérios externos. Em conexão com esse ponto, podem ser identificadas pelo menos duas teses associadas à rejeição da possibilidade de uma linguagem privada. A primeira tese, de caráter mais forte e que é atribuída em *WRPL* ao que teria sido a posição do próprio Wittgenstein (e que Kripke diz rejeitar por parecer ser empiricamente falsa), sustenta que qualquer sensação ou fenômeno interno de um falante precisa se amparar em critérios externos, de modo que haveria sempre um critério externo – que poderia ser constatado por outros indivíduos – para além da própria declaração do falante de que está tendo a sensação ou o fenômeno interior em questão (KRIPKE, 1982, pp. 102-104, nota de rodapé 83). Nessa primeira concepção, é como se, a fim de que pudessem figurar numa linguagem significativa, cada um dos elementos do conjunto possível das sensações ou estados psicológicos tivesse de estar vinculado a algum critério externo próprio.

Por outro lado, na mesma passagem antes mencionada, que é um dos poucos lugares em *WRPL* onde se vislumbra um posicionamento filosófico substantivo e claramente expresso por Kripke, a tese mais forte descrita anteriormente é contraposta a uma compreensão mais “liberal” das considerações contrárias à possibilidade de uma linguagem privada. De acordo com essa última versão, podemos conceder a existência de algumas sensações ou estados psicológicos – Kripke chega mesmo a dizer que isso é empiricamente constatável – para os quais não haja uma manifestação externa, de forma que, nesses casos, só se poderá contar com a declaração do próprio indivíduo de que ele está experienciando tal fenômeno. No entanto, mesmo nessas situações “[...] a linguagem do falante, mesmo a sua linguagem das sensações, não vai ter a forma objetável de uma ‘linguagem privada’” (KRIPKE, 1982, p. 103, nota de rodapé 83), desde que o falante tenha sido previamente reconhecido pela comunidade como um usuário competente das expressões para sensações nos outros casos de fenômenos internos para os quais há critérios públicos para a identificação da sua manifestação.

A despeito de qual seja a posição do próprio Wittgenstein a respeito desse tópico, a segunda versão, de caráter mais liberal, parece mais razoável e está em pleno acordo com a solução cética desenvolvida em *WRPL*. De fato, não parece uma implicação ou exigência necessária dessa solução que a todo estado interno corresponda um critério ou padrão externo a ser objeto da averiguação por parte da comunidade. Em realidade, uma vez que os demais indivíduos constatam a competência de um falante na

aplicação de um termo num número suficiente de casos e constatam que, usualmente, as suas respostas e inclinações estão de acordo com as expectativas da comunidade, o indivíduo é tomado como um membro da comunidade. Não há por que esperar que o comportamento linguístico de um indivíduo – antes de se tornar excessivamente desviante em casos óbvios – seja a todo momento colocado sob suspeição, sendo-lhe, ao contrário, reconhecida a título pleno a sua participação na comunidade de falantes. Assim, nessa perspectiva, pode-se dizer que Kripke rejeita a vinculação estrita, apresentada como sendo a posição de Wittgenstein, entre linguagem privada e a necessidade de critérios externos, ao mesmo tempo em que parece se mostrar mais inclinado em aceitar o que seria uma interpretação mais liberal (e, parece-nos, mais alinhada com o conteúdo das próprias ideias desenvolvidas em *WRPL*, além de ser empiricamente mais plausível) das considerações relativas à linguagem privada, segundo a qual alguns termos da linguagem privada ou de sensações podem ser significativos desde que o falante os declare (*avowal*) com sinceridade, não sendo preciso que estejam necessariamente associados a critérios externos (KRIPKE, 1982, p. 103, nota de rodapé 83).

Seja como for, o saldo final parece ser que, excetuando-se o prefácio, a introdução e algumas notas de rodapé, em geral de caráter metodológico e de esclarecimento conceitual, não sobra muito que possa ser atribuído com certeza como sendo a própria visão substantiva de Kripke a respeito dos temas discutidos em *WRPL*. Ficamos até mesmo por saber qual seria a própria solução kripkeana ao paradoxo semântico. Com efeito, a solução final examinada, a qual rejeita os pressupostos característicos da imagem tradicional sobre a linguagem e introduz uma compreensão comunitarista do significado, não é apresentada como sendo a do próprio Kripke, mas sim como a solução cética de Wittgenstein (ver, por exemplo, KRIPKE, 1982, p. 81, nota de rodapé 70)³⁹.

³⁹ Se as observações do parágrafo precedente são verdadeiras, então não parece correto afirmar que a razão decisiva pela qual Kripke não aceita uma solução comunitarista seja devido à possibilidade de haver significados (associados ao discurso sobre o âmbito privado das sensações) sem critérios externos, pois a solução comunitarista apresentada como resposta ao paradoxo cético não precisa ser vista como estando necessariamente comprometida com essa leitura mais estrita acerca da vinculação entre significado e critérios. De fato, a propósito de uma interpretação mais liberal sobre essa questão, pode-se ler o seguinte em *WRPL*: “[...] a versão liberal permite que, uma vez que o falante, julgado pelos critérios de domínio de várias regras, é aceito na comunidade, deve haver algumas regras em relação às quais não é possível que os outros verifiquem o seu domínio, mas esse domínio é simplesmente presumido com base no seu pertencimento à comunidade” (KRIPKE, 1982, p. 104, nota de rodapé 83).

Além da referência indicada antes, há ainda pelo menos outro indício forte de que Kripke não endossa a visão cética, que seria de Wittgenstein, apresentada em *WRPL*. Esse indício aparece quando Kripke rejeita o que aponta como sendo uma estratégia filosófica adotada por Wittgenstein, mas que também teria sido empregada por outros filósofos como Berkeley e Hume (tais como interpretados em *WRPL*) (KRIPKE, 1982, pp. 65-66). Em grandes linhas, essa estratégia filosófica consistiria em defender, por razões filosóficas, uma visão que, acerca de um objeto qualquer, encontra-se em desacordo aparente com o senso comum. No entanto, em vez de rejeitar a posição que seria do senso comum (dada a sua discrepância em relação a uma visão filosoficamente motivada), a estratégia prossegue sustentando que a aparência de conflito entre as perspectivas do senso comum e a filosófica é ilusória, sendo devida a uma má interpretação filosófica do discurso ou linguagem na qual se formula a perspectiva do senso comum.

Assim, resumidamente, no caso de Berkeley, por exemplo, tem-se a impressão de que o senso comum acredita na existência de objetos materiais, exteriores à mente. No entanto, segundo Berkeley, tal como Kripke o apresenta, essa impressão é um equívoco fruto de uma interpretação filosófica inadequada das crenças do senso comum, o qual, se interpretado adequadamente (isto é, em consonância com os princípios da filosofia do próprio Berkeley), mostra-se comprometido tão somente com (na frase de autoria de Berkeley citada em *WRPL*) “uma idéia produzida em mim independentemente da minha vontade” (KRIPKE, 1982, p. 64).

Nessa mesma linha, Wittgenstein empregaria estratégia similar. Nesse caso, o desacordo se daria entre duas visões sobre o significado. Para a perspectiva do senso comum, a atribuição de significado a uma expressão é dependente da existência de algum fato semântico que lhe determine. Por outro lado, em virtude da solução cética, a posição de Wittgenstein (tal como Kripke o vê) é que, para conferir significatividade à linguagem, não é necessário pressupor a existência de fatos semânticos, pois, do contrário, teríamos como resultado o paradoxo semântico. No entanto, também aqui a aparência de desacordo entre essas duas perspectivas seria uma ilusão decorrente de uma má interpretação da linguagem comum, pois, numa análise filosófica adequada, revelar-se-ia que, a despeito do que possa parecer, a visão do senso comum sobre o significado não está comprometida com a existência de fatos semânticos. É assim que Kripke afirma: “Pessoalmente, eu posso apenas dizer que, a despeito das garantias de Wittgenstein, a interpretação ‘primitiva’ [isto é, a interpretação imediata da visão do

senso comum, não a sua análise filosófica] frequentemente soa bastante boa para mim” (KRIPKE, 1982, p. 66).

Alguém poderia ver nesses fatos um problema para a interpretação avançada nesta tese. No entanto, deve-se ter sempre em mente que não está em questão neste trabalho identificar qual seria a opinião específica do indivíduo Kripke – numa perspectiva biográfica, por assim dizer – a respeito desses assuntos; mas sim identificar, a partir de um ponto de vista exclusivamente argumentativo e filosófico (trata-se de uma reconstrução racional, se quisermos), uma linha de continuidade, usualmente não notada pelos especialistas, entre as duas principais obras que ele escreveu sobre filosofia da linguagem. Assim, a partir do ponto de vista particular aqui adotado, mais importante que saber o que Kripke mesmo pensaria sobre esses temas e em que medida ele se encontra ou não em acordo com o que teriam sido as posições reais de Wittgenstein, é constatar as conexões objetivas entre as concepções filosóficas sobre a linguagem expressas nos dois livros considerados.

3.2 A SOLUÇÃO CÉTICA

Em *WRPL*, é bastante clara a ordem geral em que os temas principais são tratados. Assim, depois do prefácio e da introdução (a qual aparece como sendo o capítulo 1), no capítulo 2 formula-se o paradoxo semântico e são examinadas as tentativas de solução direta. Por sua vez, o capítulo 3 aborda a solução cética e as suas implicações para a possibilidade de uma linguagem privada. Há ainda um capítulo final no livro (*Postscript*), intitulado “*Wittgenstein and Other Minds*”. Neste trabalho, contudo, a fim de melhor ressaltar a contraposição com a imagem do significado descrita anteriormente, considerarei agora, após ter examinado a formulação do paradoxo semântico, a própria solução cética, deixando para a próxima seção a discussão dos candidatos à resposta direta. Desse modo, espero que fique mais claro como a solução cética constitui um verdadeiro abandono das características ou pressupostos centrais que formam a imagem tradicional do significado.

Nesse sentido, eis o que se pode ler logo no primeiro parágrafo do capítulo 2 de *WRPL*:

O argumento cético permanece, então, não respondido. Não pode haver nenhuma coisa como significar algo com uma palavra. Cada nova aplicação

que nós fazemos é um salto no escuro; cada intenção presente poderia ser interpretada de forma a estar de acordo com qualquer coisa que escolhermos fazer. Assim, não pode haver nem acordo nem conflito [...] (KRIPKE, 1982, p. 55).

Esse trecho sintetiza bem o resultado do ataque anunciado pelo cético, ao mesmo tempo em que sugere a importância de haver algum modo de se rejeitar o paradoxo semântico. De fato, por um lado, o argumento permanece até então sem uma resposta capaz de o neutralizar, o que ocorre porque as tentativas de solução direta ao paradoxo consideradas no capítulo 2 de *WRPL* são ao final todas rejeitadas, conforme será examinado na próxima seção desta tese. No entanto, por outro lado, não é possível simplesmente aceitar a conclusão estabelecida pelo paradoxo cético, a qual colocaria em risco a própria possibilidade de inteligibilidade das nossas interações comunicativas. Com efeito, como salienta a citação precedente, não havendo um fato que determine o que se quer dizer com um dado signo, o significado do termo em cada nova utilização fica como que em aberto – tratar-se-ia, em cada aplicação linguística, de “um salto no escuro”.

Em face dessa situação, é necessário mostrar de que maneira, a despeito do que o cético quer fazer crer, a significatividade da linguagem está preservada. Para cumprir essa tarefa, *WRPL* apresenta um modo de compreensão da linguagem e do significado que se afasta radicalmente dos traços característicos da imagem tradicional. A solução que é então adotada é qualificada de “cética” porque, em vez de apontar algum problema no argumento que leva ao paradoxo semântico ou de apresentar algum fato que lhe respondesse diretamente – o que mostraria assim que a conclusão obtida pelo cético é no fundo injustificada (KRIPKE, 1982, p. 66) –, reconhece, em vez disso, a validade da conclusão estabelecida desde que partamos de certas pressuposições bem determinadas, como o faz o cético.

Dessa forma, não é o caso de simplesmente se resignar à ideia segundo a qual “o significado desaparece no ar” (KRIPKE, 1982, p. 22). Com efeito, as exigências ou condições subjacentes à imagem tradicional da linguagem exploradas pelo cético e que estão na origem do seu paradoxo não são de modo algum necessárias a fim de se conferir significado às palavras que utilizamos. Na explicação de *WRPL*:

Uma solução *cética* de um problema filosófico cético começa [...] concedendo que as afirmações negativas do cético são irrespondíveis. Não obstante, a nossa crença ou prática comum está justificada porque – apesar das aparências contrárias – ela não exige a justificação que o cético mostrou ser inviável. E muito do valor do argumento cético consiste precisamente no

fato de que ele mostrou que uma prática comum, se é que precisa ser defendida, não pode ser defendida de uma determinada forma (KRIPKE, 1982, p. 66-67).

Por isso, *WRPL* identifica a resposta favorecida com uma perspectiva que adota fundamento diverso, de natureza comunitária, e não individualista, e que destaca, de maneira geral, o papel dos demais utentes da língua na correção dos usos linguísticos de um falante. Dessa forma, assim como no caso de *NN*, também em *WRPL* revela-se central a ideia de que o entendimento adequado do funcionamento da linguagem envolve, fundamentalmente, a consideração do conjunto mais ampliado de usuários dessa linguagem. No caso da discussão desenvolvida em *WRPL*, porém, o que se mostra necessário considerar sob uma perspectiva comunitarista ou social é a compreensão não dos pilares da referência, mas do significado linguístico: as nossas práticas envolvendo atribuições de significado possuem fundamento desde que estejam “ajustadas num sistema adequado de atividades na comunidade” (KRIPKE, 1982, p. 81, nota de rodapé 70)

Eis duas passagens que indicam a maneira como a noção de comunidade se revela importante em *WRPL*:

Se as nossas considerações estão corretas, a resposta é que, se uma pessoa for considerada isoladamente, a noção de uma regra como orientando a pessoa que a adota *não* tem conteúdo substantivo. [...] A situação é muito diferente se nós ampliarmos o nosso olhar da consideração do seguidor de regras isolado e nos permitirmos considerá-lo como interagindo com uma comunidade mais ampla (KRIPKE, 1982, p. 89).

De fato, a nossa comunidade real é (de modo geral) uniforme nas suas práticas relacionadas à adição. Qualquer indivíduo que afirme ter dominado o conceito de adição será julgado pela comunidade como tendo conseguido isso se as suas respostas particulares concordam com aquelas da comunidade num número suficiente de casos [...] (KRIPKE, 1982, p. 91-92).

Nessa nova perspectiva, é porque somos membros de uma comunidade, e não indivíduos isolados, que a noção de regra se mostra provida de conteúdo substantivo para nós (KRIPKE, 1982, p. 89). Assim, a própria normatividade da linguagem, elemento-chave da imagem tradicional que estabelece a exigência de que haja aplicações corretas e incorretas de um dado termo, é entendida agora sob outras bases. De fato, como esclarece Penco, “A única garantia da correteza da regra está na prática da comunidade linguística, e não na mente ou nas disposições do indivíduo falante” (PENCO, 2006, p. 141, nota de rodapé 3).

Desse modo, a noção de regra perde também a sua primazia como fator decisivo na elucidação do significado. Em outras palavras, não é o fato de um falante apreender e seguir uma certa regra previamente fixada que explica a razão pela qual a expressão por ele utilizada significa *X*, e não *Y*. Em vez disso, a compreensão da normatividade deve envolver agora o acordo com a prática da comunidade linguística. Com efeito, vivendo coletivamente, podemos contar com as correções dos outros, os quais “[...] vão ter condições para justificar a correta ou incorreta atribuição ao sujeito de obediência à regra [...]” (KRIPKE, 1982, p. 89). Nesse quadro, a competência de um falante na aplicação de uma determinada expressão é avaliada não por sua adequação com um padrão objetivo extrínseco à comunidade, mas em função do seu grau de acordo com as respostas e expectativas dos demais falantes que compartilham a mesma forma de vida.

Nessa mesma linha de ideias, é também rejeitado o pressuposto de que um enunciado é significativo em função de suas condições de verdade. De fato, conforme já visto neste trabalho, parece natural e intuitivo dizer que um enunciado qualquer tem significado em virtude dos objetos no mundo que o tornam verdadeiro. Para muitos, essa pode ser, pelo menos à primeira vista, a única maneira de se responder à questão sobre o que torna um enunciado significativo. No entanto, contrariamente a essa reação comum, a solução cética visa a substituir a pergunta sobre as condições de verdade – por exemplo: “o que tem de ser o caso para que essa sentença seja verdadeira?” (KRIPKE, 1982, p. 73) – por duas outras, que poderiam ser apresentadas sob a forma das duas seguintes questões:

[...] primeira, ‘Sob que condições esse tipo de palavras pode ser apropriadamente afirmado (ou negado)?’; segunda, [...] ‘Qual é o papel e a utilidade nas nossas vidas da nossa prática de afirmar (ou negar) o tipo de palavras sob essas condições?’ (KRIPKE, 1982, p. 71).

Assim, para que um enunciado qualquer seja significativo, não é necessário que exista algum fato semântico que lhe corresponda. No lugar dos fatos semânticos correlatos (condições de verdade), pressupostos pela imagem tradicional sobre a linguagem, basta que existam condições em que se está publicamente justificado a afirmar o enunciado e que o ato de o afirmar nessas circunstâncias desempenhe alguma função no interior da nossa forma de vida. Assim, por exemplo, saber operar com enunciados envolvendo adição é central para as nossas transações mais corriqueiras, como aquelas envolvendo o quitandeiro e o seu cliente (KRIPKE, 1982, p. 92); ou saber

empregar um termo como “dor” pode se mostrar importante, em determinadas situações, para provocar certas reações (como de ajuda, por exemplo) no interlocutor (KRIPKE, 1982, p. 105).

Em outras palavras, temos agora dois componentes em substituição à ideia de condições de verdade como base do significado. O primeiro deles diz respeito ao reconhecimento da existência de situações no interior de uma comunidade nas quais há certas expectativas dos seus membros quanto ao modo como se deve agir linguisticamente. Assim, há contextos no interior de uma forma de vida em que, usualmente, é apropriado e esperado que sejam utilizadas certas expressões ou palavras, e não outras. Por sua vez, o segundo componente da nova perspectiva sobre o significado envolve o propósito mais geral da aplicação dessas expressões. Se quisermos formular sob a forma de uma pergunta, a questão que está por trás do segundo componente poderia ser: qual seria o objetivo, sob o ponto de vista coletivo, da aplicação desse conjunto de expressões? Trata-se, nesse caso, da finalidade socialmente reconhecida de se operar com o tipo de signo linguístico em questão. Nesse quadro, uma expressão qualifica-se como significativa, *grosso modo*, se é possível reconduzir o ato de afirmá-la ou negá-la a alguma função dentro da forma de vida.

Na explicação que se pode ler em *WRPL*,

[...] [t]udo que é necessário para legitimar afirmações de que alguém significa algo é que haja circunstâncias especificáveis em linhas gerais sob as quais elas [as afirmações] são legitimamente afirmáveis e que o jogo de afirmá-las sob tais condições tenha um papel em nossas vidas. Não é necessária nenhuma suposição de que “fatos correspondem” àquelas afirmações (KRIPKE, 1982, p. 77-78).

Entretanto, deve-se ter cuidado para que a menção a “afirmações” no trecho acima não leve a equívocos, como se se tratasse, na nova explicação, apenas do conjunto de expressões linguísticas capazes de expressar fatos sobre o mundo. Assim, não se deve pensar que a concepção apresentada em *WRPL* em substituição à imagem tradicional sobre o significado seja aplicável apenas à nossa utilização de palavras sob a forma de afirmações ou asserções, ou, ainda, que qualquer enunciado, a despeito de sua aparência superficial contrária (p. ex, uma pergunta, uma ordem etc.), deva em última análise expressar fatos (KRIPKE, 1982, p. 73). Na realidade, o que está em questão com a nova abordagem são as condições em que um determinado “[...] movimento (uma forma de expressão linguística) deve ser feito num ‘jogo de linguagem’” (KRIPKE,

1982, p. 74). Assim, não se atribui qualquer primazia ao modo verbal indicativo e a enunciados declarativos. De fato, de maneira mais geral, trata-se de considerar as condições em que um falante está justificado a operar qualquer tipo de movimento linguístico no interior de um jogo de linguagem. Por isso, a rigor, talvez seja mais apropriado se falar não tanto de “condições de asserção” quanto de “condições de justificação” (KRIPKE, 1982, pp. 73-74), destacando-se as circunstâncias específicas nas quais se pode dizer que o falante está justificado, de acordo com os padrões e circunstâncias reconhecidos dentro da sua comunidade, a utilizar a expressão linguística pertinente, qualquer que ela seja.

O título do capítulo 3 de *WRPL* é “A solução e o Argumento sobre a ‘Linguagem Privada’”. Até o momento, examinei nesta parte da tese sobretudo a solução cética; qual é, porém, a sua vinculação com as observações sobre a possibilidade de uma linguagem privada? Na interpretação de Wittgenstein oferecida por Kripke, a rejeição da possibilidade de uma linguagem privada pode ser tomada como uma aplicação específica das observações sobre a linguagem feitas pela solução cética (KRIPKE, 1982, p. 79). Assim, de acordo com essa interpretação, e contrariamente ao que alguns comentadores de Wittgenstein sustentariam, o núcleo desse argumento, segundo *WRPL*, localiza-se nas seções 138-242 das *IF*, de modo que Wittgenstein já rejeitaria, no essencial, a possibilidade de uma linguagem privada na seção 202 (KRIPKE, 1982, p. 79). A partir da seção 243 das *IF*, o que encontramos seria uma determinada utilização desse argumento em relação ao “problema das sensações” (KRIPKE, 1982, p. 79).

Em outras palavras, a rejeição da possibilidade de uma linguagem privada seria a consequência da aplicação, num âmbito particular de fenômenos, das considerações mais gerais associadas ao novo modo de compreensão da linguagem elaborado como resultado do questionamento feito pelo cético semântico. Com efeito, o domínio das sensações, sobre o qual incidiria a possibilidade de uma linguagem privada, poderia ser encarado por alguns como um claro contraexemplo à solução cética. Isso ocorre pois se poderia pensar em algo como o seguinte: “[...] [c]ertamente que eu posso identificar isso [uma sensação ou uma imagem mental] depois que eu sinto, e qualquer participação numa comunidade é irrelevante!” (KRIPKE, 1982, p. 80). Por isso, na medida mesma em que poderia representar uma objeção à concepção final sobre a linguagem desenvolvida em *WRPL*, figura com destaque o tratamento da possibilidade de uma linguagem privada, sendo necessário demonstrar por que essa aparente objeção não

ameaça realmente a perspectiva comunitarista sobre a linguagem introduzida como alternativa à imagem tradicional sobre o significado.

Nesse sentido, ocorre algo parecido com a adoção de exemplos matemáticos para a formulação do paradoxo semântico. Realmente, assim como a matemática pode parecer ser a melhor exemplificação da imagem tradicional da linguagem e, por consequência, parece a princípio constituir um domínio no qual não há lugar para uma explicação do significado alternativa nos moldes decorrentes da solução cética; da mesma forma, uma linguagem acerca do domínio que envolve as sensações, em função da sua natureza privativa, poderia surgir como um obstáculo à concepção cética decorrente do paradoxo semântico (KRIPKE, 1982, pp. 79-80), razão pela qual se deve demonstrar que tal possibilidade está de partida excluída caso adotemos uma determinada imagem sobre a linguagem diferente da tradicional.

Assim, em resumo, a solução cética contém em si o núcleo das considerações que levam à rejeição da possibilidade de uma linguagem privada. De fato, “[...] [r]evela-se que a solução cética não permite que falemos de um único indivíduo, considerado em si mesmo e em isolamento, como sendo capaz de significar algo” (KRIPKE, 1982, p. 69). É por esse caminho que se deve compreender de que maneira se dá a rejeição da possibilidade aventada nas *IF* de que pudesse existir uma linguagem que em princípio fosse compreensível por apenas uma pessoa, por se tratar de experiências e sensações interiores exclusivas de tal falante.

Dito de outra maneira ainda, no movimento argumentativo de *WRPL*, a possibilidade de uma linguagem privada revela-se incompatível com o ponto de vista da solução cética, o qual é anteriormente estabelecido no livro a partir de bases independentes. Dessa forma, tendo já sido filosoficamente rejeitada uma certa compreensão geral da linguagem – a imagem tradicional do significado, que numa passagem de *WRPL* é qualificada de “modelo particular da linguagem”, enfatizando-se assim o seu pressuposto individualista (KRIPKE, 1982, pp. 110-109) –, é necessário extrair as implicações dessa rejeição para uma certa interpretação do discurso acerca de um âmbito específico de fenômenos. Na realidade, tal como exposta em *WRPL*, toda a questão a respeito da possibilidade de uma linguagem privada deveria ser vista sob uma luz diferente daquela que se encontra em geral na literatura especializada:

[o] principal problema é *não* “Como podemos mostrar que a linguagem privada – ou alguma outra forma especial de linguagem – deve ser *impossível*”; em vez disso, é “Como podemos mostrar que *qualquer*

linguagem (pública, privada, ou que você quiser) deve ser possível?” (KRIPKE, 1982, p. 62, nota de rodapé omitida).

De todo modo, na situação que Wittgenstein pede que imaginemos, um indivíduo atribui sinais escritos ou sonoros a suas experiências interiores. A ideia é que as “[...] palavras individuais desta linguagem devem se referir ao que pode ser conhecido apenas pela pessoa que a fala, a suas sensações privadas imediatas” (WITTGENSTEIN, 1999, §243). No entanto, a partir da perspectiva final obtida com a solução cética, isso não deve ser tomado como uma possibilidade real, visto que o usuário de uma linguagem privada está preso a uma situação que não consegue exibir as exigências necessárias para a significatividade linguística. Pois, “se alguma coisa é uma linguagem, então é um fenômeno público e constituído pelo acordo dos falantes quanto ao uso dos signos” (PENCO, 2006, p. 143).

Dito de outra forma, qualquer sistema de signos, para que seja provido de significado e possa se qualificar como linguagem, precisa depender de um acordo público. Assim, um indivíduo tomado isoladamente não está em posição de reunir as devidas condições de correção para a sua utilização da linguagem, isto é, condições que lhe permitam distinguir entre uma aplicação correta e uma aplicação incorreta do mesmo signo. Aqui, por “indivíduo tomado isoladamente”, não se deve entender um indivíduo tomado em situação de isolamento físico, mas um indivíduo cuja aplicação de uma expressão se desse de maneira privada ou particular, ou seja, cuja aplicação de uma expressão pudesse ser analisada fazendo referência exclusivamente a fatos relacionados ao próprio indivíduo considerado (KRIPKE, 1982, p. 109).

Dessa maneira, se se considera um falante isoladamente, no sentido especificado, e se se considera que o significado é determinado por se seguir uma regra ou por algum conteúdo mental, “qualquer coisa na cabeça deixa subdeterminado” (KRIPKE, 1982, p. 82) o que se quer dizer com o termo em questão. De fato, nesse caso, a regra ou o conteúdo mental poderia em tese ser sempre reinterpretado de maneira diferente, não havendo, assim, critério ao qual recorrer que não fosse ele mesmo, por sua vez, passível de reinterpretação. No entanto, a coisa muda de figura quando se considera a utilização de um signo pelo indivíduo no contexto da sua relação com uma comunidade de falantes mais ampla. Nesse último caso, os demais usuários da língua poderão constatar se o falante aprendeu adequadamente a aplicar o termo, comparativamente aos padrões e práticas da comunidade, ou se é necessário, em vez disso, corrigir-lhe o uso linguístico (KRIPKE, 1982, p. 89). Dessa forma, é a dimensão

social ou a natureza comunitária intrínseca ao novo modo de compreensão da linguagem o principal fator a responder pela rejeição da possibilidade de uma linguagem privada.

Nesse sentido, pode-se ler o seguinte em *WRPL*:

Qualquer indivíduo que alegue ter dominado o conceito de adição será julgado pela comunidade como tendo feito isso se as suas respostas particulares concordam com aquelas da comunidade em casos suficientes, especialmente nos simples [...]. Um indivíduo que passa em tais testes é admitido na comunidade [...]. Aqueles que se desviam [do que era esperado dentro da comunidade] são corrigidos e informados (usualmente, quando crianças) que eles não apreenderam o conceito de adição. Alguém que é um desviante incorrigível em um número suficiente de aspectos simplesmente não pode tomar parte na vida da comunidade e na comunicação (KRIPKE, 1982, pp. 91-92).

Em *WRPL*, toda essa discussão em torno da solução cética aparece vinculada a três conceitos que teriam sido centrais para a filosofia tardia de Wittgenstein tal como interpretada em *WRPL* (KRIPKE, 1982, p. 96). O primeiro deles é o conceito de *acordo*. *Grosso modo*, para se falar que um determinado indivíduo é competente no uso de determinado signo, é necessário que haja como pano de fundo uma comunidade cujos membros, de forma geral, concordam quanto às suas próprias aplicações da expressão considerada. Tal como inicialmente entendida em *WRPL*, a noção de acordo diz respeito sobretudo à conformidade das respostas linguísticas dos membros da comunidade. No entanto, pode-se dizer que há um outro sentido no qual a noção de acordo é fundamental, sendo de certa forma condição mesma para a existência de acordo quanto ao uso da linguagem conforme mencionado no parágrafo anterior. Esse outro sentido de acordo é captado pela noção de compartilhamento de uma mesma *forma de vida*, o segundo conceito central nessa análise.

De maneira geral, pode-se entender por forma de vida, para os propósitos aqui relevantes, o “[...] conjunto de respostas com as quais concordamos e da forma como elas se entrelaçam com as nossas atividades” (KRIPKE, 1982, p. 96). Em realidade, trata-se do contexto de práticas e costumes de que tomam parte os membros de uma comunidade e que, poderíamos acrescentar, tornam possível o aprendizado e a aquisição de uma sensibilidade comum por parte dos seus integrantes, na linha do que foi examinado no capítulo 1 (1.3.3.2). É importante assinalar que essas práticas com as quais concordamos devem ser tomadas como um “fato bruto” que, não carecendo de explicação, são, ao contrário, o fundamento para explicações ulteriores (KRIPKE, 1982, pp. 97-98). Pois “[t]odo o ponto do argumento cético é que, em última análise,

alcançamos um nível onde agimos sem qualquer razão em termos da qual possamos justificar nossa ação” (KRIPKE, 1982, p. 87).

Por fim, a última noção a merecer destaque é a de *critério*. Certamente, há muita controvérsia por parte dos comentadores de Wittgenstein a respeito de como se deve compreender tal conceito (para não falar das outras noções mencionadas). De todo modo, no âmbito da solução cética, a noção de critério aparece implicitamente na convicção de que é possível averiguar se a utilização de uma expressão por determinado falante está ou não em conformidade com as respostas linguísticas dos demais membros da comunidade (KRIPKE, 1982, p. 99). De fato,

[...] [a] solução baseia-se na ideia de que cada pessoa que alega estar seguindo uma regra pode ser averiguada (*checked*) pelos outros. Os outros na comunidade podem averiguar se o candidato a seguidor de regras está ou não dando respostas particulares que eles endossam, que estejam em acordo com as suas próprias (KRIPKE, 1982, p. 101).

Como a noção de critério colabora para o estabelecimento de um acordo quanto ao uso da linguagem no interior da comunidade? Em *WRPL*, são delineadas duas formas gerais quanto ao modo como poderia se dar o desenvolvimento de um acordo quanto ao uso de um termo, para o qual a noção de critério contribui de maneira fundamental. Assim, para o caso de palavras como “*mesa*”, por exemplo, uma criança aprende, *grosso modo*, a utilizar o termo observando o comportamento dos adultos e sendo por eles corrigida quando aplica a palavra em circunstâncias que estão em descompasso com o emprego linguístico dos demais membros da comunidade (KRIPKE, 1982, p. 99). Por sua vez, para o caso de um termo para sensação, como “*dor*”, por exemplo, diz-se, de acordo com essa perspectiva, que uma criança é competente no uso da palavra quando ela a utiliza em circunstâncias nas quais o seu comportamento “[...] (choro, movimento agitado etc.) e, talvez, as circunstâncias externas [...] [ao seu redor] [...] indicam que ela está com dor” (KRIPKE, 1982, pp. 99-100).

Observe-se que, tanto no caso de palavras para “objetos externos”, como “*mesa*” ou “*cadeira*”, quanto no caso de palavras para sensações interiores, como “*dor*”, é de modo geral indispensável levar em consideração, sob o ponto de vista dessa explicação do significado, a participação de outros falantes. De fato, no modelo explicativo em consideração, é de início somente em relação com os outros falantes da comunidade que se pode dizer se um dado indivíduo está aplicando os termos apropriadamente (se está seguindo as regras apropriadamente). Nesse sentido, mesmo para o caso da expressão de

um enunciado como “Eu estou com dor”, para que ele possa ser dito significativo, é necessário, em alguma medida, ter contado inicialmente com o acordo da comunidade linguística.

No caso de um termo para objeto externo, como “mesa”, pode-se dizer que, de certa forma, o acordo com a comunidade opera de maneira mais simples (KRIPKE, 1982, p. 105). De fato, os adultos podem logo concordar ou não com a utilização por uma criança da palavra “mesa” a propósito de um objeto que está à vista de todos. A situação é diferente quando se considera a utilização pela criança de um enunciado como “Eu estou com dor”. Nesse caso, evidentemente, não é possível para os demais indivíduos assumir a perspectiva da própria criança e, a partir desse ponto de vista, dizer se o termo foi por ela bem empregado. Por isso, no caso da utilização de termos para sensações, o acordo com a comunidade se dá com base em certos critérios externos que estão, dentro daquela comunidade, associados à expressão em primeira pessoa de que se está experienciando determinado tipo de sensação ou estado psicológico⁴⁰ (KRIPKE, 1982, p. 105).

Não há, pois, um modelo único para se entender como ocorre a contribuição da comunidade para o nosso emprego da linguagem. No entanto, isso não deveria ser visto como um problema. De fato,

[...] [n]enhum paradigma *a priori* da forma como conceitos devem ser aplicados governa todas as formas de vida, ou mesmo a nossa própria forma de vida. O nosso jogo de atribuir conceitos aos outros depende do acordo. Ocorre assim que, no caso da atribuição da linguagem da sensação, esse acordo opera em parte através de “critérios externos” para as declarações de primeira pessoa. Nenhuma “justificação” ou “explicação” posteriores para esse procedimento é exigida; isso simplesmente é *dado* em como alcançamos o acordo aqui (KRIPKE, 1982, p. 105).

Convém agora examinar uma objeção que poderia ser levantada em relação à toda a discussão de *WRPL*, qual seja: por que a introdução da comunidade resolveria o problema do significado linguístico tal como enunciado em *WRPL*? Em outras palavras, por que não seria possível ao cético redirecionar o seu ataque, agora visando não mais ao conteúdo mental apreendido individualmente, mas ao próprio plano da comunidade? Essa questão não é objeto de um tratamento explícito em *WRPL*, mas pode-se tentar oferecer uma resposta aqui. Para se entender por que a comunidade não está sujeita ao ataque cético, é necessário atentar-se para uma diferença fundamental entre a

⁴⁰ Ver, porém, o que é afirmado na página 119 desta tese.

comunidade linguística e os candidatos a fatos semânticos reivindicados pela imagem tradicional do significado.⁴¹

Diferentemente do que se poderia ser levado a pensar, a comunidade linguística não deve ser entendida como algo fixo e totalmente unitário. Dito de outra maneira, não se deve pressupor que a comunidade se comporta sempre da mesma forma sob o ponto de vista dos usos linguísticos concretos nela contidos. Em vez disso, a comunidade deve ser considerada como sendo formada por uma pluralidade de indivíduos e como tendo caráter dinâmico, modificando-se assim com o tempo. Disso decorre que há, em qualquer momento considerado, uma multiplicidade de falantes e aplicações linguísticas. Por outro lado, para elaborar o seu argumento, o cético semântico deve eleger uma aplicação linguística em particular, indagando qual é o fato que determina que, com esse termo, se queira dizer *X*, e não *Y*, por exemplo.

Se isso é verdade, então revela-se que, no caso da comunidade como um todo, não parece sequer que o cético possa enunciar adequadamente o seu desafio, pois, no interior da comunidade, há uma diversidade de atos com a linguagem, não um único. De fato, a comunidade linguística não deve ser encarada como se fosse um organismo ou ente superdimensionado que age sempre em uníssono. O cético pode lançar o seu ataque contra aplicações linguísticas particulares dentro da comunidade, mas a isso se pode responder que o que confere significado a tais aplicações linguísticas é não um fato, e sim as condições de assertibilidade das expressões e os critérios e julgamentos compartilhados pelos demais membros da comunidade, conforme já descrito anteriormente. Diante de alguém que indagasse, porém, qual fato determina o significado em bloco de todos os usos linguísticos de uma comunidade, cabe somente mostrar o pressuposto enganador de que parte o questionamento, pois não há por que esperar que as diversas aplicações linguísticas no interior de uma comunidade derivem todas o seu significado de um mesmo e único fato.

Uma outra objeção que poderia ser feita, relacionada com a anterior, é a seguinte: quando se diz que o significado de um enunciado ou palavra é dado pelas suas condições de assertibilidade, não se está com isso especificando os fatos sob os quais essa expressão é verdadeira? E, dessa forma, não ocorreria que “[...] o valor da função que queremos dizer com ‘mais’ é (por definição) o valor que (quase) toda a comunidade linguística daria como resposta” (KRIPKE, 1982, p. 111)? Em outras palavras, de

⁴¹ Parte do que segue no próximo parágrafo desenvolve, do meu próprio modo, uma observação contida numa nota de rodapé no final do capítulo 3; ver Kripke (1982, p. 112, nota de rodapé 88).

acordo com essa objeção, a solução cética seria na verdade uma forma de solução direta (e, portanto, sujeita às mesmas críticas dirigidas às tentativas de solução direta, as quais serão investigadas com mais detalhes na próxima seção), a qual teria como fato constitutivo de um termo o próprio comportamento linguístico da comunidade.

No entanto, essa objeção também erra o alvo. Com a ideia de condições de assertibilidade, não se está buscando oferecer, sob um outro nome, condições necessárias e suficientes para o significado de uma expressão. Assim, não se trata de dizer algo como: “*mesa* é o significado de ‘*mesa*’ se e somente se a comunidade linguística concorda que *mesa* é o significado de ‘*mesa*’”. Em vez disso, as condições de assertibilidade (ou de justificação) visam a indicar as circunstâncias nas quais se está usualmente justificado, perante a comunidade, a aplicar uma determinada expressão. Efetivamente,

[...] [o] que se segue dessas condições de assertibilidade é *não* que a resposta que todos dão a um problema de adição é, por definição, a correta, mas, antes, a platitudo de que, se todos concordam com uma certa resposta, então ninguém se sentirá justificado a chamar a resposta de errada (KRIPKE, 1982, p. 112, nota de rodapé omitida).

Pode-se já se ver que, com essa nova visão sobre o significado, não se tem apenas a mudança de um pressuposto individualista para um pressuposto comunitarista. Nesse ponto, o esforço reconstrutivo de Kusch pode se mostrar proveitoso, na medida em que contribui para ressaltar os principais aspectos da dialética de posições promovida em *WRPL*. Num tal quadro, a solução cética pode ser vista, antes de tudo e de forma geral, como envolvendo uma passagem de uma imagem intuitiva (mas problemática) sobre o significado, que seria a imagem tradicional sobre o significado (o *low-brow meaning determinism*) para uma visão atenta às condições concretas em que, no interior de uma comunidade efetiva, é apropriado ou se está justificado a afirmar os nossos usos linguísticos comuns.

Essa passagem de uma imagem natural (mas insustentável) sobre o significado para a concepção da linguagem decorrente da solução cética acarreta consigo uma rejeição, ponto a ponto, das pressuposições centrais da imagem tradicional. De fato, conforme já examinado neste capítulo (3.1.1), a imagem tradicional do significado pode ser reconstruída trazendo-se para o primeiro plano o seu compromisso com algumas suposições básicas. Segundo Kusch, essas suposições abrangeriam os seguintes aspectos gerais (sendo que algumas delas conteriam subaspectos internos): normatividade,

conhecimento imediato, privacidade, apreensão, objetividade, realismo clássico e justificação metafísica. Como ficam essas características com a introdução da solução cética?

Começemos com o pressuposto da privacidade. É o abandono, em função da solução cética, da característica da privacidade, tal como adotada na imagem tradicional do significado, que permite captar a mudança de uma perspectiva individualista sobre a linguagem para uma concepção comunitarista. Essa mudança foi mencionada anteriormente, mas pode ser esclarecida de um outro modo quando examinada em conjunto com as outras modificações por que passam os pressupostos centrais da imagem tradicional do significado.

Nesse caso, nota-se a passagem da ideia de privacidade para a noção de intersubjetividade, elemento que está na base da rejeição da possibilidade de uma linguagem privada. Realmente, antes se concebia como possível, por exemplo, que a explicação do significado pudesse de alguma forma recorrer tão-somente a fatores intrínsecos ao sujeito (internismo). Esse requisito da imagem tradicional pode ser observado quando se considera uma das enunciações do paradoxo, pois o cético está em busca de algum fato *em relação ao falante* que possa determinar o significado da expressão empregada (ver a esse respeito, por exemplo, KRIPKE, 1982, p. 9). Entretanto, com o novo modelo proposto para o entendimento da linguagem, mostra-se agora indispensável o recurso à existência de outros falantes, conforme já salientado. Assim, “[...] [n]enhum conjunto de diretrizes que eu mesmo me dou, argumenta o cético, pode obrigar o que eu devo fazer em novos casos” (KRIPKE, 1982, p. 117). Essa característica está associada a um traço essencial desse novo quadro teórico, que é a noção de comunidade linguística, de natureza externista. Esse aspecto pode ser sintetizado da seguinte maneira:

Ao rejeitar o determinismo sobre o significado, a solução cética descarta também a privacidade e a substitui pela intersubjetividade. A intersubjetividade tem de ser compreendida no contexto da assertibilidade. Em vez de olhar para (possíveis) fatos sociais explicativos que correspondam a atribuições de significado, precisamos notar que a correção por, e a comparação com, outros é essencial [...] (KUSCH, 2006, p. 29).

Consideremos, a seguir, a ideia de normatividade. Tal como opera na imagem tradicional da linguagem, o pressuposto da normatividade semântica recobriria diferentes dimensões (KUSCH, 2006, p. 8). De forma geral, pode-se dizer que a

normatividade atua tanto no estabelecimento das condições para a distinção entre as aplicações corretas e as aplicações incorretas de uma palavra quanto na justificação da utilização de um termo pelo falante. No entanto, se aceitamos a validade da argumentação cética, então não há mais espaço para a crença em fatos que sejam capazes de justificar e orientar os empregos corretos de uma palavra. Efetivamente, de acordo com esse novo modelo, em linhas gerais, uma aplicação particular de uma palavra será considerada significativa e adequada não porque a ela corresponderia algum tipo de fato que determinaria o seu significado, mas porque a sua utilização pelo falante, nas circunstâncias em que ocorre o seu emprego, pode ser justificada em relação à comunidade e a ela pode ser atribuído um propósito ou finalidade consoante as práticas dessa mesma comunidade.

Dessa maneira, não é o caso que a solução cética rejeite de todo a ideia de normatividade, ou seja, a distinção – em outras palavras – entre seguir uma regra e apenas parecer fazê-lo. Ocorre apenas que agora a normatividade deve poder ser encontrada no domínio intersubjetivo, o que é uma outra forma de destacar a ideia de comunidade linguística e a dimensão social inerente à linguagem. Esse conceito de normatividade intersubjetiva pode ser claramente exemplificado se pensarmos num contexto de ensino-aprendizagem, no qual o professor é capaz de corrigir os erros de uma criança na aplicação de um determinado termo, dessa forma treinando-a na utilização da língua. Um esboço de como pode se dar esse tipo de processo é apresentado em *WRPL*:

Considere o exemplo de uma criança pequena aprendendo a adição. É óbvio que o seu professor não aceitará qualquer resposta da criança. Ao contrário, a criança deve preencher várias condições para o professor atribuir-lhe o domínio do conceito da adição. Primeiro, para números suficientemente pequenos, a criança tem de produzir quase sempre a resposta “certa”. Se uma criança insiste em responder “7” à pergunta sobre “2+3”, e “3” a “2+2”, e faz vários outros erros elementares, o professor vai lhe dizer, “Você não está somando” [...]. Para cálculos maiores, a criança pode cometer mais erros do que para problemas “pequenos”, mas tem de acertar algum número e, quando ele estiver errado, tem de estar de maneira reconhecível “tentando seguir” o procedimento adequado [...] (KRIPKE, 1982, pp. 89-90).

Convém reconhecer que a situação formal envolvendo o professor e o aluno tem a vantagem de ilustrar de forma bastante vívida como atua a normatividade intersubjetiva. No entanto, não é verdade, evidentemente, que só se possa identificar a atuação desse tipo de normatividade nesse tipo específico de interação humana. O fenômeno é bem mais geral, como quer a visão sobre a linguagem resultante da solução

cética, e está presente em qualquer situação imaginável na qual um indivíduo realize ajustes no seu modo de empregar a linguagem em função do que ele observa no comportamento linguístico de outros falantes e em função de como os outros falantes reagem à sua própria utilização da linguagem – não é necessário limitar esse tipo de relação aos ambientes formais de aprendizagem.

Nesse processo de ajuste linguístico intersubjetivo, não cabe nenhum papel de relevo, do ponto de vista da explicação da atribuição de significado, à apreensão de uma regra ou de algum conteúdo mental específico, como a apreensão do conceito ou regra da adição, por exemplo, que supostamente determinaria como o termo deve ser empregado no futuro. Em vez disso,

[...] [a]o atribuir significado aos outros, nós todos fazemos uso de condições de assertibilidade gerais; nós todos somos guiados pelo modo como outros falantes falam; e todos nós justificamos os nossos usos de palavras com referência ao modo como outros, usualmente pessoas com alguma autoridade em questões linguísticas, se expressam (KUSCH, 2006, p. 34).

Desse modo, se ocorre de um indivíduo se afastar muito dos padrões de resposta que a comunidade espera, não resta senão declarar que ele está aplicando o termo incorretamente e, por conseguinte, negar-lhe competência no uso da expressão. Isso pode acontecer mesmo no caso de um falante que, até então empregando os termos de acordo com os demais membros da comunidade, começa subitamente a se afastar dos usos estabelecidos por essa comunidade, situação em que não se estará mais justificado a atribuir-lhe o domínio linguístico relevante (KRIPKE, 1982, p. 95). Em caso graves, nos quais a aplicação do termo se revela excessivamente desviante a ponto de não se reconhecer no comportamento linguístico do indivíduo que ele está sequer tentando seguir o mesmo procedimento adotado na comunidade, ele pode até mesmo ser qualificado como “louco” e ser considerado como alguém não merecedor de confiança para a realização de certos tipos de interações comunicativas (KRIPKE, 1982, p. 93).

Um outro pressuposto básico da imagem tradicional do significado era a ideia de conhecimento imediato. Por essa noção, deve-se entender a exigência de que o falante esteja em condições de conhecer e de ter acesso de maneira imediata ao conteúdo mental – à apreensão e identificação da regra da adição, por exemplo – que determinaria o significado do termo e que lhe daria confiança no emprego da expressão por ele utilizada. Essa exigência aparece em *WRPL* quando nos atentamos para alguns trechos nos quais se descreve o que parece ser um requisito da imagem tradicional da

linguagem. Assim, afirma-se, por exemplo: “Sinto-me confiante de que há algo na minha mente – o significado que anexo ao sinal ‘mais’ – que me *instrui* o que devo fazer em todos os casos futuros” (KRIPKE, 1982, p. 22). Em suma, nessa visão, o significado é alguma entidade que, uma vez apreendida pela mente do falante, mostra-se capaz de orientar-lhe plenamente na utilização da expressão linguística relevante.

Porém, como era de se esperar, essa suposição também sofre uma transformação com o advento da solução cética. Agora, com a solução oferecida, não é mais necessário supor, como base para a confiança do falante na utilização do termo, nenhum acesso especial a algum conteúdo mental; em vez disso, a sensação de confiança que o falante experimenta quando utiliza a linguagem, que na imagem tradicional seria explicada postulando-se o conhecimento por parte do sujeito de determinados estados mentais, pode ser melhor elucidada como sendo devida ao resultado de um treino por que passou o falante quando da sua socialização numa forma de vida efetiva (KUSCH, 2006, p. 29). Com efeito, colocando de lado casos excepcionais como insanidade ou desordem de aprendizagem, o fato é que

[...] quase todos nós, depois de suficiente treino, respondemos a problemas concretos de adição com aproximadamente os mesmos procedimentos. Nós respondemos sem hesitar, considerando o nosso procedimento como o único compreensível [...], a problemas como “68 + 57”, e nós *concordamos* com as respostas não hesitantes que damos [...] (KRIPKE, 1982, p. 96).

Nesse sentido, também não passa incólume pela solução cética o pressuposto da apreensão. Essa característica pode ser subdividida em diferentes aspectos (KUSCH, 2006, p. 5), mas o essencial por trás é a ideia de que as diversas aplicações de uma expressão linguística são de algum modo determinadas pela apreensão anterior do conteúdo mental relevante. Dito de outra forma, o que está em questão com esse pressuposto da imagem tradicional é a maneira como a apreensão prévia do significado seria capaz de estabelecer os passos subsequentes na utilização de uma palavra. Entendida desse modo geral, pode-se encontrar uma ilustração dessa característica no trecho a seguir de *WRPL*:

Esse é todo o ponto da noção de que, ao aprender adicionar, eu apreendo uma regra: as minhas intenções passadas relativas à adição determinam uma resposta única para muitos casos, indefinidamente, no futuro (KRIPKE, 1982, pp. 7-8).

Alguns dos traços da noção antiga de apreensão são capturados pela confiança associada ao treinamento e ao processo de aprendizagem do indivíduo no interior de uma forma de vida concreta (KUSCH, 2006, p. 38). Assim, as aplicações linguísticas de um falante não precisam ser consideradas como a extrapolação de um momento prévio no qual teria havido a apreensão por parte desse falante de algum conteúdo mental específico. Em vez disso, o seu comportamento linguístico pode ser visto como decorrência do seu processo de socialização dentro de uma forma de vida particular, o que o habilita a fazer um uso significativo da linguagem mesmo na ausência da identificação da associação de um conteúdo mental ao seu emprego inicial do termo.

Nessa mesma linha, na concepção que emerge da solução cética, também desempenha um papel de relevo a noção de “primitividade”. Nesse caso, por essa expressão deve-se compreender a ideia de que muitas das nossas inclinações linguísticas devem ser encaradas como um “fato bruto”, não sendo decorrentes, num sentido importante, de nada anterior ou mais primitivo, ao contrário do que quer fazer crer a imagem tradicional do significado ao destacar o que seria o papel da apreensão de certo conteúdo mental na determinação do emprego das expressões linguísticas.

Observe-se o tipo de modificação associado ao destaque que adquire a noção de primitividade. De fato, segundo a imagem tradicional do significado, há acordo linguístico entre diferentes falantes porque todos apreenderam o mesmo fato constituidor do significado, estando assim seguindo a mesma regra. Dessa forma, diferentes falantes aplicam o sinal “+” para significar a adição, e não a quadição, porque os falantes apreendem igualmente a função da adição como sendo aquilo que estabelece o significado de “+”. Com a solução cética, por outro lado, a perspectiva resultante é diferente. Não é a apreensão de um conceito – digamos, a função da adição – que está na base do acordo quanto à utilização de uma expressão (digamos, “+”). Na realidade, de acordo com a solução cética, é porque há um acordo primitivo (um “fato bruto”), associado ao compartilhamento da mesma forma de vida, que os falantes concordam quanto à sua utilização das expressões (KRIPKE, 1982, p. 97). Assim, colocando de maneira geral, em vez de ser consequência da apreensão do mesmo conceito, o acordo entre os falantes é na verdade a condição mesma para haver a apreensão do mesmo conceito⁴².

⁴² Essa mudança pode ser associada, também, a uma inversão do modo de se entender enunciados de atribuição de significado. No novo quadro, um condicional como "Se Jones quer dizer adição com '+', então ele deve responder '125' a '68 + 57 = ?'" não é verdadeiro porque há no sujeito – Jones – algum

Um outro pressuposto central da imagem clássica do significado pode ser apresentado sob o nome de “objetividade” e, de certa forma, já apareceu implicitamente quando do exame das suposições tradicionais anteriores. Essa noção de objetividade figura tacitamente, por exemplo, quando se considera que certo conteúdo mental permite estabelecer distinções entre os usos corretos e os usos incorretos de um signo ou que a apreensão do significado num momento anterior traz consigo instruções para a aplicação do termo em quaisquer circunstâncias futuras. Em suma, trata-se da ideia segundo a qual o fato constituidor do significado contém em si e determina de antemão, objetivamente, todas as infinitas aplicações de um termo. É como se existisse um “fato superlativo” a ser apreendido pela mente, o qual seria, em última análise, o responsável pela constituição do significado (KRIPKE, 1982, p. 65). Dessa forma, seria possível encontrar quando da apreensão do significado todas as diretrizes necessárias para a aplicação correta de um termo, quer o termo seja empregado no presente, quer o termo seja empregado em circunstâncias futuras. Com efeito, conforme se pode ler em *WRPL*, as “ [...] indicações mencionadas [...], que determinam o que eu devo fazer em cada instância, precisam de algum modo estar ‘contidas’ em qualquer candidato a fato do que eu quis dizer” (KRIPKE, 1982, p. 11).

Não surpreendentemente, esse último pressuposto será abandonado com a solução cética. De fato, conforme procura demonstrar a argumentação que leva ao paradoxo semântico, diretrizes para a utilização de um termo estão sujeitas a serem reinterpretadas de diferentes maneiras, não podendo, assim, exercer o papel de fundamento último da objetividade do significado. Por isso, no lugar da objetividade tal como entendida pela imagem tradicional, a solução cética reconhece como um fato básico a nosso respeito, ao lado da “primitividade” mencionada anteriormente, a finitude das nossas inclinações linguísticas, a qual não deve mais ser tomada como uma limitação ou problema (KUSCH, 2006, p. 40).

Dessa maneira, não há razão para esperar que a apreensão de qualquer conteúdo mental seja capaz de determinar objetivamente todas as circunstâncias de aplicação de uma palavra. No novo modelo de explicação sobre o significado, os falantes são levados

estado subjacente que determina o significado correspondente ao que aparece à direita do condicional. Em vez disso, é proposta uma outra interpretação, segundo a qual condicionais desse tipo devem ser tomados na sua forma contrapositiva, o que poderia ser chamado, traduzindo-se a expressão inglesa utilizada por Kusch (2006, p. 9), de “interpretação dos condicionais da esquerda para a direita”. Nas palavras de *WRPL*: “O condicional geral expressa assim uma restrição em relação ao jogo da comunidade de atribuir a um dos seus membros a apreensão de um certo conceito: se o indivíduo em questão não mais se conforma ao que a comunidade faria nessas circunstâncias, a comunidade não pode mais atribuir o conceito a ele” (KRIPKE, 1982, p. 95).

a utilizar uma mesma palavra – inclusive em novas situações – de forma similar não em virtude de estarem todos seguindo as instruções emanadas da apreensão de algum conteúdo mental, mas porque compartilham as mesmas inclinações linguísticas. Essa uniformidade de inclinações linguísticas, por sua vez, deve ser explicada em função da participação na mesma forma de vida. Assim, “[...] atribuímos o domínio do conceito de adição a uma criança com base no seu acordo conosco em relação a um número de exemplos da tabela de adição” (KRIPKE, 1982, pp. 106-107); isto é, com base no modo como a sua utilização da linguagem, a partir de um número limitado de casos, mostra convergência em direção às práticas adotadas na nossa comunidade.

Nesse sentido, o aprendizado da linguagem é também o desenvolvimento de uma sensibilidade comum, o que faz com que os diferentes membros de uma comunidade adquiram inclinações e reações que são em grande medida similares. Não é necessário postular a existência de uma noção factualista (e insustentável, dado que leva ao paradoxo semântico) de significado, que contemplaria todos os passos da aplicação de um termo. De fato, do ponto de vista da solução cética, as aplicações futuras de um termo estão justificadas – e essa é toda objetividade de que precisamos em matéria de significado – na medida em que estiverem em consonância com os traços compartilhados pelos indivíduos que tomam parte numa mesma forma de vida. Isso torna

[...] improvável, empiricamente improvável, que as nossas inclinações se desviem no futuro. E é essa probabilidade que faz com que seja natural para nós sempre dizer mais [...] do que é abrangido pelo nosso número finito de testes (KUSCH, 2006, p. 40).

Um outro pressuposto fundamental da imagem tradicional da linguagem que também cairá por terra é a vinculação do significado à ideia de condições de verdade. Trata-se aqui da crença no realismo clássico, de acordo com o qual são as condições de verdade que determinam o significado de um enunciado. Conforme já indicado, esse é um componente central da imagem espontânea sobre o significado, pois parece natural explicar o significado das expressões apontando-se para algum conjunto de objetos ou fatos correspondentes no mundo. No entanto, com a adoção da solução cética, essa suposição também será abandonada, sendo substituída por uma outra maneira de se compreender a origem da significatividade linguística.

Em *WRPL*, a mudança entre esses dois modos de se entender a fonte do significado das expressões linguísticas encontra um paralelo numa interpretação da passagem, no interior do pensamento filosófico de Wittgenstein, da concepção filosófica do *Tractatus Logico-Philosophicus* para a concepção desenvolvida nas *IF* (KRIPKE, 1982, pp. 71-73). Assim, como grande exemplo da visão tradicional, encontraríamos no *Tractatus* a ideia de que “[...] uma sentença declarativa obtém o seu significado em virtude das suas *condições de verdade*, em virtude da sua correspondência aos fatos que têm de ocorrer se ela é verdadeira” (KRIPKE, 1982, p. 72). Por outro lado, nas *IF*, de acordo com a leitura exibida em *WRPL*, esse pressuposto será substituído justamente pela noção de condições de assertibilidade. Nesse sentido, a atribuição de significados não exige a existência de fatos semânticos, mas apenas a de condições em que se está publicamente justificado a afirmar algo (condições de assertibilidade) ou a utilizar a expressão (razão por que se pode falar também em “condições de uso”).

Deve-se ter clareza quanto à função exercida pelas condições de assertibilidade. De fato, a introdução dessas condições visa a oferecer as bases para um outro modelo para a explicação do significado linguístico. Nessa nova concepção, mais atenta à diversidade das formas e empregos da linguagem, as asserções não gozam de nenhuma primazia teórica, não havendo assim o compromisso de que a linguagem se revele portadora, em última análise, da função de exprimir fatos sobre o mundo (KRIPKE, 1982, p. 73). Em vez disso, uma expressão será dita significativa, de modo geral, na medida em que a sua utilização em circunstâncias concretas se mostrar justificada perante as práticas da comunidade. No entanto, essa concepção não deve ser tomada, evidentemente, como uma posição ontológica geral no sentido de que não há fatos *simpliciter*.

Em outras palavras, não se trata de defender a inexistência, sem qualificação, de quaisquer categorias de fatos no mundo. Parece até mesmo possível sustentar, sem incompatibilidade com a solução cética de *WRPL*, a tese de que um enunciado é verdadeiro ou falso em função das suas condições de verdade (mas não, evidentemente, que um enunciado adquire significado em função das suas condições de verdade)⁴³.

⁴³ A interpretação oferecida de Wittgenstein em *WRPL* parece ser contrária a essa observação, na medida em que é atribuída ao Wittgenstein das *IF* a defesa, também, da concepção da verdade como redundância, segundo a qual “[...] afirmar que um enunciado é verdadeiro (ou, presumivelmente, precedê-lo com ‘É um fato que ...’) é simplesmente afirmar o próprio enunciado, e dizer que ele não é verdadeiro é negá-lo: (‘p’ é verdadeiro = p)” (KRIPKE, 1982, p. 86). No entanto, independentemente de qual seja, sob um ponto de vista exegético, a posição a ser atribuída a Wittgenstein, não é logicamente incoerente sustentar as duas teses a seguir: i) as condições de verdade de um enunciado desempenham algum papel ao tornar um

Com efeito, a rigor, o que se afirma com a solução cética tem caráter localizado, dizendo respeito apenas à inexistência de fatos semânticos, isto é, de fatos no mundo capazes de determinar ou constituir o significado das palavras que utilizamos. Nessa perspectiva, a lição da solução cética é que a inexistência de fatos semânticos simplesmente não representa um problema, pois não é por meio deles que conferimos sentido às nossas palavras.

Por fim, passemos agora à alternativa ao pressuposto da justificação metafísica, a última suposição a considerar no quadro das modificações trazidas pela solução cética. Por justificação metafísica, deve-se entender a motivação teórica mais geral que poderia ser identificada por trás da imagem tradicional da linguagem (KUSCH, 2006, p. 11). Dito de outro modo, “justificação metafísica” seria o rótulo para nomear todo o programa de pesquisa dentro do qual se inseriria a tentativa de se compreender o significado das palavras com base no modelo de fatos determinadores do significado, condições de verdade etc., conforme as características da imagem do significado já descritas. Ainda que os filósofos que se sentem atraídos por essa imagem tradicional da linguagem não se vejam todos como participantes de um mesmo empreendimento teórico, a ideia é que o tipo de análise do significado com que estão comprometidos apresentaria alguns elementos comuns notáveis, principalmente a crença de que seria necessário algum fundamento filosófico-metafísico a fim de conferir significado às expressões.

Nessa perspectiva, na imagem tradicional da linguagem, essa motivação assume a forma de uma busca ontológica, digamos assim, por fatos que seriam capazes de constituir e determinar o significado (fatos semânticos). Numa passagem de *WRPL* que ilustra bem o que seria a postulação ontológica da imagem tradicional (e a sua conseqüente rejeição pelo cético), fala-se de um “fato superlativo”: “Nós apenas desejamos negar a existência do ‘fato superlativo’ que os filósofos equivocadamente anexam a essas formas ordinárias de palavras, não a adequação das formas mesmas de palavras” (KRIPKE, 1982, p. 69). De fato, o cético volta-se para um outro tipo de empreendimento justificatório: dado que a razão do significado está agora assentada em práticas no interior de comunidades ou formas de vida concretas, a busca por justificativa ganha um caráter bastante diverso, em linha com as considerações

enunciado verdadeiro ou falso e ii) as condições de verdade não conferem significado aos enunciados. Tal como entendido neste trabalho, o ceticismo semântico de *WRPL* deve ser compreendido principalmente como a defesa da última dessas duas teses.

filosóficas do Wittgenstein tardio. Assim, enquanto na imagem tradicional se procura fundamentar a significatividade linguística com base em considerações de natureza ontológica, o adepto da visão cética põe ênfase em considerações “pragmáticas, sociológicas ou antropológicas” (KUSCH, 2006, p. 35). Realmente, é necessário que o cético recorra a considerações dessa ordem porque, de acordo com a perspectiva que sustenta, a compreensão do significado não pode ser feita abstraíndo-o do contexto mais amplo de práticas e instituições dentro do qual a linguagem tem lugar.

A importância desses aspectos fica bastante clara quando se consideram as duas perguntas que, no novo modelo, substituem a questão tradicional a respeito das condições que tornam um enunciado verdadeiro, a saber: i) quais são as condições sob as quais se pode empregar a expressão e ii) qual é o papel e a utilidade que a utilização dessa expressão desempenha nas circunstâncias consideradas (KRIPKE, 1982, p. 73)? Dessa forma, o exercício de conferir significatividade às expressões, na medida em que leva em conta a descrição de características associadas às formas de vida concretas, passa a exibir um caráter lógico-antropológico, por assim dizer, e não mais lógico-metafísico (como era o caso anteriormente quando, na visão tradicional, a atribuição de significado apoiava-se na noção de fatos semânticos)⁴⁴.

3.3 AS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO DIRETA AO PARADOXO SEMÂNTICO

Diferentemente da solução cética, as soluções diretas, na acepção adotada em *WRPL*, procuram apresentar algum fato que seria capaz de determinar o significado linguístico. Em outras palavras, se a solução cética concorda com o paradoxo semântico no sentido de que – se aceitarmos certas pressuposições bem determinadas sobre a linguagem – não há fatos capazes de constituir e determinar o significado; as tentativas de solução direta rejeitam a conclusão mesma que estabelece o paradoxo semântico, pois procuram, cada uma ao seu modo, oferecer algum tipo de fato que poderia se enquadrar dentro das exigências da imagem tradicional da linguagem e, assim, satisfazer ao cético quanto ao significado (KRIPKE, 1982, p. 66).

O exame dessas tentativas de resposta é importante porque permite perceber as várias limitações que se colocam às respostas ao desafio do cético que são elaboradas dentro dos marcos da imagem tradicional da linguagem. Dito de outra forma, o fracasso

⁴⁴ Agradeço ao prof. Tiago Tranjan por ter feito observações que me levaram a essa atual formulação, a qual difere em alguns aspectos da versão apresentada em Kusch (2006, pp. 34-38).

das diferentes propostas de solução direta traz para o primeiro plano os problemas intrínsecos do modo usual de se conceber a fonte da significatividade linguística. Nessa mesma medida, esse fracasso constitui um forte apoio indireto para a imagem alternativa sobre o significado expressa como resultado da solução cética.

Ressalte-se também que as propostas de solução direta devem ser vistas como tentativas de aperfeiçoamento da imagem tradicional do significado. Em outras palavras, os candidatos à solução direta constituem um esforço para se analisar filosoficamente a linguagem salvaguardando os pressupostos centrais da imagem tradicional do significado. Nesse sentido, as tentativas de solução direta, as quais podem se apoiar em concepções filosóficas como o empirismo clássico ou o platonismo, devem ser vistas como estando em continuidade direta com a imagem tradicional – formam, se quisermos, o seu aprimoramento filosófico. De fato, se a imagem tradicional pode ser qualificada como a visão do senso comum filosófico sobre a linguagem, os candidatos à solução direta que serão analisados a seguir constituem, no seu conjunto, uma tentativa de se refinar teoricamente a imagem tradicional do significado sendo, contudo, fiel aos princípios que lhe são mais característicos. É dentro desse quadro que se deve entender a introdução, pelos candidatos à solução direta considerados, de elementos novos como pretendentes ao posto de fatos constituidores do significado.

Neste trabalho, adotei uma ordem de exposição diferente da observada em *WRPL*. Com efeito, antes de considerar a solução cética, descrita na seção anterior, *WRPL* passa em revista algumas tentativas de solução direta ao problema, apresentando assim como resultado a seguinte ordem geral: paradoxo semântico, tentativas de solução direta e solução cética. Nesta tese, depois de analisar o paradoxo semântico e as principais condições para a sua formulação, passei a discutir, na seção anterior, a solução cética e as suas características centrais. Essa inversão se justifica, porém, por razões de clareza. De fato, penso que se torna mais clara a compreensão da mudança entre a imagem tradicional do significado e a concepção decorrente da solução cética quando os pressupostos das duas visões são diretamente contrapostos.

Em *WRPL*, os candidatos à solução direta considerados são: regra ou instrução internalizada (KRIPKE, 1982, pp. 15-16), disposicionalismo (KRIPKE, 1982, pp. 22-37), explicação a partir da hipótese mais simples (KRIPKE, 1982, pp. 38-41), experiência introspectiva (KRIPKE, 1982, pp. 41-42), imagem empirista clássica (KRIPKE, 1982, pp. 42-51), estados mentais *sui generis* (KRIPKE, 1982, pp. 51-53) e

realismo matemático ou platonismo (KRIPKE, 1982. pp. 53-54). Examinemos, agora, cada um deles.

3.3.1 Regra ou instrução internalizada

A primeira tentativa de resposta ao paradoxo cético pode ser chamada de “regra ou instrução internalizada”. De acordo com essa opção, que põe em xeque o que seria o modelo de aprendizado pressuposto pelo argumento, não aprendemos a somar considerando alguns exemplos de contas a partir dos quais extrapolamos para toda a tabela da adição (KRIPKE, 1982, p. 15). Na verdade, durante a nossa aprendizagem, apreendemos uma regra geral ou algoritmo que forneceria instruções a respeito de como devemos empregar o termo para a adição. Em outras palavras, o primeiro candidato à resposta procura solucionar o paradoxo cético com base no que seria o modelo efetivo de aprendizado da linguagem, que não estaria sendo devidamente considerado pelo cético, e para o qual desempenha papel fundamental a assimilação pelo falante, quando do seu aprendizado de um termo, de um conjunto de instruções para o seu emprego da palavra. Assim, para essa explicação, quando aprendemos uma palavra, internalizamos uma regra geral ou algoritmo (o conjunto de instruções) que estabelece o modo como o termo deverá ser aplicado posteriormente.

A ideia, aqui, é que não aprendemos a utilizar um termo – como “+”, por exemplo – com base na sua aplicação a um grupo restrito de casos e, depois, com a sua extrapolação para outras situações, possibilidade que poderia parecer mais suscetível ao argumento semântico, pois o cético pode perguntar pelo fato que garante que o significado do termo tal como aplicado nas novas situações está em consonância com o significado visado nas utilizações anteriores da expressão. Em vez disso, segundo a tentativa de resposta em consideração, desde o início já haveria a apreensão de uma regra geral determinando todos os passos na aplicação do sinal. Como se pode ler em *WRPL*, “[...] [é] esse conjunto de indicações [que constituem a regra geral], não a lista finita das adições particulares que eu realizei no passado, que justifica e determina a minha resposta atual” (KRIPKE, 1982, pp. 15-16). Desse modo, nessa primeira proposta de solução, há uma tentativa de se explicitar como exatamente a apreensão de uma regra poderia ser capaz de exercer o papel de fato semântico demandado pelo cético. Essa função seria realizada concebendo-se a regra constituidora do significado como um

algoritmo que, uma vez internalizado pelo falante, forneceria uma espécie de fórmula capaz de determinar a aplicação do termo em qualquer situação considerada.

Qual seria, porém, a regra geral ou algoritmo para a adição, por exemplo?

Bem, digamos, para tomá-la em sua forma mais primitiva: suponha que desejemos somar x e y . Pegue um conjunto grande de bolinhas de gude. Primeiro, conte x bolinhas de gude num monte. Depois, conte y bolinhas num outro. Coloque os dois montes juntos e conte o número de bolinhas de gude da união assim formada. O resultado é $x + y$. (KRIPKE, 1982, p. 15).

A essa tentativa de se enunciar o que seria a regra da adição, contudo, o cético objeta que os meus empregos no passado de “contar” poderiam muito bem querer dizer *quontar*, “em que ‘quontar’ um monte é contá-lo no sentido comum, a menos que o monte tenha sido formado da união de dois montes, um dos quais tendo 57 ou mais coisas, caso em que se deve automaticamente dar a resposta ‘5’” (KRIPKE, 1982, p. 16). Em outros termos, qualquer formulação proposta para uma tal regra geral será interpretada pelo cético de modo desviante, de forma que a palavra poderá ser aplicável a casos que não foram inicialmente previstos pelo usuário do termo. Em resumo, o ponto central a ser destacado é que, contrariamente à pretensão daqueles que recorrem como resposta à ideia de algoritmo, qualquer regra apresentada estaria sujeita a ser interpretada de maneira heterodoxa ou imprevisível, não servindo, portanto, como refúgio seguro contra as investidas do cético.

De acordo com Ahmed (2007, p. 108), na realidade, existem duas sugestões contidas nas passagens de *WRPL* dedicadas a essa primeira resposta (KRIPKE, 1982, pp. 15-16).

A primeira é que você querer dizer adição com “mais” consistiu em ter ouvido ou vocalizado *palavras* que estabelecem a regra em questão. A segunda – indicada pela afirmação de que a regra é “internalizada” ou “gravada” na mente – é que o seu significado consistia em você possuir alguma representação *mental* da regra (AHMED, 2007, p. 108).

Dessa forma, esse candidato à resposta poderia ser interpretado de pelo menos duas formas diferentes. De acordo com a primeira versão, a regra ou algoritmo geral que determinaria a aplicação da expressão correspondente consistiria numa sequência de palavras a ser apreendida pelo ouvinte quando do seu aprendizado do termo correlato. Por sua vez, para a segunda interpretação, a regra ou algoritmo a ser apreendido não precisaria necessariamente ter chegado ao falante via uma expressão escrita ou sonora

definida, sendo fundamental, apenas, que o usuário da linguagem esteja de algum modo em posse de uma clara representação mental que lhe corresponda. Supondo-se a existência dessas duas possibilidades, é então apenas à primeira versão – regra geral enunciada via palavras – que de início se aplicaria a resposta de acordo com a qual o cético poderia interpretar qualquer formulação da regra de maneira não *standard*. Dessa forma, quando o cético afirma que a regra proposta poderia ela mesma ser interpretada de uma maneira heterodoxa, ele estaria com isso atacando exclusivamente a primeira formulação dessa tentativa de resposta, a qual, por fazer a regra ou algoritmo depender de uma sequência de palavras, prestar-se-ia mais facilmente a ter alguma das suas expressões componentes interpretada de um modo incomum. Restaria ainda, contudo, a segunda possibilidade – que escaparia da objeção anterior – de se interpretar a noção de uma regra ou algoritmo. Com efeito, para Ahmed, no aprendizado da linguagem, o significado poderia consistir na internalização “[...] não de instruções *verbais* mas em possuir algum estado *mental* que codifica a regra” (AHMED, 2007, p. 108).

Cabe dizer, contudo, que a solução explorada por Ahmed não se sustenta. Ainda que, no texto kripkeano, não haja uma distinção nítida entre as duas variantes da tese da regra geral, os elementos para uma réplica do cético já estão à vista. Essa resposta consistirá em afirmar que, mesmo se aceitarmos que existe algum estado mental complexo que de alguma maneira determina a regra da utilização de uma palavra, o paradoxo não desaparece. De fato, o paradoxo permanece porque é de se esperar que a regra geral codificada num tal estado mental – a representação mental que determinaria a aplicação da expressão – contenha diferentes partes ou componentes (em suma, que seja estruturada). Ora, nesse caso (e colocando em termos gerais), a “parte mental” que corresponderia à “adição” continua suscetível a ser interpretada ao modo do exemplo da “quadição” (AHMED, 2007, p. 109).

Explicando de uma outra forma, o ponto é que, no âmbito da imagem tradicional da linguagem, qualquer estado mental cuja função fosse determinar o significado de uma palavra precisaria ele mesmo, no seu conjunto ou em alguma de suas partes, ser interpretado, o que apenas repõe num outro nível o problema introduzido pelo cético. A situação aqui pode ser descrita da seguinte maneira:

Tentando identificar o estado mental que constitui Jones querer dizer adição com “+”, o determinista quanto ao significado invoca outro dos estados mentais de Jones [...]. Assim, a questão real – o que faz com que Jones tenha um conceito ou significado em vez de outro – não foi respondida (KUSCH, 2006, p. 17).

De fato, embora o paradoxo formulado pelo cético seja tratado em *WRPL* sobretudo na sua manifestação linguística, por assim dizer, isto é, no plano dos significados das palavras que utilizamos, não parece implicar grandes dificuldades – contra o que Ahmed parece crer – a extensão desse desafio de modo que ele abarque também, de forma mais direta, o âmbito dos conteúdos mentais. Dentro dessa linha, o cético poderia muito bem indagar: qual é o fato intencional (e não mais semântico) que faz com que o seu conteúdo mental *X* seja sobre *X*, e não sobre *Y*? Desse modo, fica claro que as considerações de *WRPL* possuem caráter bastante geral, no sentido de que o cético é capaz de estabelecer a sua conclusão independentemente do meio particular adotado para a substanciação da regra.

3.3.2 Disposicionalismo

Outra opção analisada é a que procura se escorar no disposicionalismo. De fato, na literatura que se seguiu à publicação de *WRPL* não foram poucos os que recorreram a alguma versão da visão disposicionalista como forma de sair do impasse criado pelo cético. Na medida em que explica o significado por meio de fatos disposicionais ligados ao comportamento linguístico, essa perspectiva oferece, ainda, uma possibilidade de redução da semântica a uma base fisicalista, o que é um objetivo desejável para muitos filósofos que se vêem vinculados a um projeto naturalista mais amplo.

Grosso modo, o disposicionalismo sustenta que a solução para o paradoxo cético deve ser buscada não em fatos ou estados ocorrentes, mas nas disposições exibidas pelo indivíduo no seu comportamento com a linguagem. Dessa forma, o que tornaria verdadeiro que “+” refere-se à adição, e não à quadição, é o fato de que, diante de “68 + 57”, o indivíduo estaria disposto a dar “125” (exemplificando a função da adição) como resposta, e não “5” (que seria uma exemplificação da função da quadição). Essa explicação disposicionalista geral pode se apresentar sob diferentes formas, consoante as modificações feitas nessa visão em função das objeções que lhe são feitas. Dessa maneira, podem ser distinguidas pelo menos as seguintes variantes, que serão aqui examinadas: disposicionalismo simples, disposicionalismo sofisticado, disposicionalismo com cláusula “sob correção”, disposicionalismo sob a forma

mecânica e disposicionalismo com cláusula “sob reflexão”. Para o cético semântico, contudo, qualquer uma dessas alternativas se mostrará insatisfatória.

Assim, segundo a versão básica dessa tese, calcular a adição de x e y é estar disposto a dar como resultado a *soma* de x e y , e não a *quoma*. Dessa forma, calcular “ $68 + 57$ ” é estar disposto a oferecer como resposta, se solicitado, “125”, e não “5” (KRIPKE, 1982, p. 22). Desse modo, haveria um fato disposicional a nosso respeito capaz de fundamentar por que, com o sinal “+”, queremos dizer adição, e não uma função diversa. Em outras palavras, a ideia é que com o sinal “+” queremos dizer adição, e não uma outra função, porque, se colocados diante de uma situação envolvendo “+”, estaríamos dispostos a empregar essa expressão como um sinal para a adição, e não para uma outra função. Como resultado, parece que se tem, então, um fato semântico – o fato disposicional relativo ao comportamento do indivíduo com a expressão linguística em questão – que poderia pôr fim ao questionamento lançado em *WRPL*.

Diante disso, porém, o cético não se deixa impressionar. Ele poderá observar que a nossa disposição para responder é limitada de várias maneiras, dada a finitude intrínseca dos seres humanos. Pode ocorrer, por exemplo, que, diante de somas envolvendo números suficientemente grandes, não tenhamos nenhuma disposição determinada quanto a oferecer algum número definido como resposta. Pois “[...] alguns pares de números são simplesmente muito grandes para que a minha mente – ou o meu cérebro – possa compreender” (KRIPKE, 1992, pp. 26-27). Em outros termos, segundo essa linha de crítica ao disposicionalismo, não parece razoável pressupor que o falante sempre tenha disposições para empregar corretamente uma expressão linguística em quaisquer circunstâncias que possam se apresentar. Ora, nesse caso, então o cético pode elaborar o seu desafio com base exatamente numa dessas circunstâncias para as quais o falante não demonstraria uma disposição definida. Realmente,

[...] [n]ão é verdade, por exemplo, que, se perguntado sobre a soma de quaisquer dois números, não importa quão grandes sejam, eu vou responder com a sua soma real, pois alguns pares de números simplesmente são muito grandes para a minha mente – ou o meu cérebro – apreender (KRIPKE, 1982, pp. 26-27).

Se isso é verdade, fica assim enfraquecida a proposta de que o significado das expressões linguísticas é determinado por fatos disposicionais. Desse modo, um primeiro obstáculo importante a ser enfrentado pelo disposicionalismo nas suas formas

mais simples diz respeito à limitação efetiva das nossas disposições. Essa dificuldade leva a uma reformulação da tese disposicionalista inicial. Com efeito, na nova explicação (forma sofisticada), o significado é determinado não pelas disposições reais exibidas por um indivíduo, as quais se mostrariam limitadas conforme apontado anteriormente, mas por fatos disposicionais idealizados. Numa caracterização dessa situação especial,

se o meu cérebro fosse preenchido com suficiente material extra para apreender números grandes e se a ele fosse dada capacidade suficiente para realizar uma adição tão grande, e se a minha vida (num estado saudável) fosse suficientemente prolongada, então, dado um problema de adição envolvendo dois números grandes, m e n , eu responderia com a sua soma [...] (KRIPKE, 1982, p. 27).

Nessa proposta, procura-se fortalecer o disposicionalismo introduzindo cláusulas do tipo *ceteris paribus*, estabelecendo dessa forma o que estaríamos dispostos a fazer em certas condições ideais. Assim, de acordo com o trecho anterior, seria possível dizer que, supondo-se certas condições ideais (e mantendo-se todas as outras condições inalteradas), haveria um fato disposicional determinado que fundamentaria a aplicação por parte de um falante do sinal quando quer que se encontrasse diante de somas envolvendo números suficientemente grandes. Dessa maneira, com a introdução da possibilidade de idealização das nossas disposições linguísticas, busca-se oferecer uma resposta à objeção anterior do cético, segundo a qual as disposições humanas mostram-se limitadas em algum ponto determinado.

No entanto, essa proposta tem também as suas falhas. Assim, uma primeira dificuldade que surge é a de como especificar exatamente quais seriam essas condições ideais a que se faz apelo quando se procura apresentar essa versão mais sofisticada do disposicionalismo. Em circunstâncias tão diferentes, não é claro como poderíamos ter certeza quanto a como seriam as nossas reações (KRIPKE, 1982, p. 27). De fato, todo o problema é que essa nova sugestão, se não for uma proposta circular (que já pressupõe de algum modo que o indivíduo tem disposições para operar em conformidade com a regra esperada, e não com alguma interpretação incomum dessa regra), revela-se muito distante das atividades com as quais estamos familiarizados, carecendo ser melhor especificada nos seus detalhes. Não possuímos parâmetros compartilhados para avaliar adequadamente o que aconteceria em circunstâncias tão extraordinárias. Nesse sentido, pode-se ler em *WRPL* o seguinte:

Como posso ter qualquer confiança nisso? Como posso eu dizer o que aconteceria se o meu cérebro fosse preenchido com matéria cerebral a mais ou se a minha vida fosse prolongada por algum elixir mágico? Certamente, tal especulação deve ser deixada aos escritores de ficção científica e aos futurólogos. Nós não temos ideia de quais seriam os resultados de tais experimentos (KRIPKE, 1982, p. 27).

Ademais, o disposicionalismo incorre também numa outra falha fundamental, o que vale inclusive para a sua versão mais simples, examinada anteriormente, e para as outras variantes que ainda serão consideradas aqui⁴⁵. Em poucas palavras, trata-se da identificação entre o que efetivamente fazemos e o que deve ser feito (KRIPKE, 1982, p. 24), o que não contribui para explicar adequadamente a dimensão normativa associada ao significado, pois estar disposto a fazer algo não é o mesmo que estar justificado a fazê-lo. Nessa perspectiva, a concepção disposicionalista fornece uma explicação descritiva do significado, quando o que se busca é uma explicação de natureza justificatória (KRIPKE, 1982, p. 37); isto é, está em questão não apenas dizer como utilizaríamos uma expressão (qual seria o nosso comportamento ou disposição), mas por que deveríamos utilizar uma expressão dessa maneira (qual seria a justificativa para o nosso comportamento ou disposição).

Desse modo, por exemplo, se um indivíduo tiver disposições para, em determinadas condições, cometer erros recorrentes em cálculos matemáticos envolvendo a adição – digamos, quando ele está sonolento ou quando a conta envolver certos números específicos –, então, de acordo com essa concepção, o significado de “+” será dado pela função que captura esse traço do comportamento linguístico do indivíduo nas circunstâncias consideradas.

A maioria de nós têm disposições para fazer erros. Por exemplo, quando solicitadas a somar certos números, algumas pessoas esquecem de “subir”. Eles estão assim dispostos, para esses números, a dar respostas que diferem da tabela de adição. Normalmente, dizemos que essas pessoas fizeram um *erro*. [...] Mas o disposicionalista não pode dizer isso (KRIPKE, 1982, p. 28-29, a nota de rodapé foi omitida).

Nesse sentido, ficamos sem espaço para mantermos a distinção entre o que é correto e o que somente nos parece como tal, condição que, no âmbito da imagem tradicional da linguagem, deve ser levada em conta por qualquer explicação para o significado. De fato, esse requisito da normatividade é fundamental aqui, pois qualquer

⁴⁵ Lê-se em *WRPL*: “Em última análise, quase todas as objeções à explicação disposicional se reduzem a essa” (KRIPKE, 1982, p. 24).

candidato à resposta ao desafio do cético, conforme já assinalado, deve satisfazer pelo menos duas condições expressas (KRIPKE, 1982, p. 11). Primeiro, deve indicar o fato constitutivo do significado; isto é, qual é o fato que determina que eu signifique, digamos, *X* e não *Y*? Em segundo lugar, precisa estabelecer uma explicação para a normatividade dos usos linguísticos de um falante; ou seja, tem de dar conta da característica de haver empregos de uma expressão linguística considerados corretos e incorretos.

Nesse momento, alguém poderia tentar proteger a tese disposicionalista introduzindo uma cláusula no sentido de excluir, como parte do significado, erros como os descritos acima. O problema que então surge é como especificar os erros que devem ser ignorados sem pressupor de antemão uma determinada função – como a de adição, por exemplo – como sendo a correta (KRIPKE, 1982, pp. 30-31). Pois, se já tiver sido determinado previamente qual é o significado expresso pelo termo, a argumentação torna-se incapaz de estabelecer de modo válido a conclusão almejada.

Da mesma maneira, não obtêm sucesso tentativas de se manter o disposicionalismo com base em alguma forma de correção oferecida pelos outros (KRIPKE, 1982, p. 32), como se agora houvesse alguma cláusula do tipo “sob correção” a qualificar as disposições. Nesse caso, a ideia é que a função associada ao significado de um termo é aquela que o indivíduo estaria disposto a seguir depois de se submeter à correção de outras pessoas. Porém, como se pode ler em *WRPL* (KRIPKE, 1982, p. 30), por um lado, podemos pensar em sujeitos obstinados no seu modo de pensar, que, mesmo diante da insistência alheia, não mudariam de opinião quanto ao que acham que é correto. Nesse caso, o requisito de que as disposições do falante sejam submetidas à correção de outros seria inócuo. Por outro lado, se “correção por outros” não for algo circular, que já pressupõe determinada função e significado como certos, fica aberta a possibilidade de pessoas influenciáveis “substituírem as suas respostas corretas por erradas” (KRIPKE, 1982, p. 32), de modo que, nessa última situação, a exigência de correção por outros se revelaria contraproducente. Assim, qualquer que seja a alternativa considerada, a introdução de uma cláusula do tipo “sob correção” está longe de sanar as principais dificuldades associadas à visão disposicionalista.

WRPL examina também uma variante mecânica da explicação disposicionalista. Segundo tal versão, uma máquina é capaz de seguir estritamente as regras que foram estabelecidas quando da sua construção. Tendo estabelecido esse ponto, o próximo passo é afirmar que, pelos menos para os fins aqui relevantes, os seres humanos podem

ser concebidos como máquinas, cuja operação com a linguagem gera mecanicamente o resultado esperado (KRIPKE, 1982, p. 33). Essa perspectiva é uma forma de disposicionalismo, pois entende que o comportamento é explicável com base em fatos sobre disposições físicas; a determinação de tais disposições, porém, ocorreria de modo mecânico.

Diante dessa visão, o cético de *WRPL* observa inicialmente como a noção de “máquina” – pressuposta na crença de que os seres humanos poderiam ser concebidos como máquinas – é ambígua, podendo ser compreendida de maneiras diferentes. Assim, por um lado, “máquina” pode ser tomado como se referindo a um conjunto de instruções ou programa implementado no dispositivo físico. Assim, nessa situação, máquina seria, na realidade, o programa concreto que incorpora as intenções do técnico ou programador quanto ao funcionamento de certo dispositivo (KRIPKE, 1982, p. 33). Se esse for o caso, porém, e se o programa for entendido como algo que em princípio poderia ser registrado em papel, fica aberta a via para o cético alegar que tal programa escrito pode ser compreendido de maneira desviante, em conformidade com o estilo das objeções levantadas antes a respeito de *adição-quadição* (KRIPKE, 1982, p. 33). Em outras palavras, o cético poderia afirmar que o conjunto de instruções que definem a máquina, por ser formado por uma série de expressões linguísticas, é ele mesmo suscetível de diferentes interpretações, da mesma forma como o sinal “+” poderia ser interpretado como querendo dizer adição ou quadição.

Por outro lado, uma acepção diferente de “máquina” consistiria em entender por isso não um programa específico, concebido como uma codificação escrita formada por diferentes expressões, mas sim como um objeto abstrato que poderia ser concretamente exemplificado de diversos modos. Nessa perspectiva, programas logicamente equivalentes mas fisicamente implementados em diferentes dispositivos seriam diferentes instanciações de um mesmo objeto abstrato, que seria a máquina nesse sentido agora considerado. Esse sentido de máquina como programa abstrato, passível de ser implementado fisicamente de forma diversa, é o mesmo que se encontra numa expressão como “máquina de Turing” (KRIPKE, 1982, p. 33), que, antes de ser um dispositivo físico, é principalmente um artefato ou modelo teórico-conceitual. No entanto, diante dessa possibilidade, o interesse do cético será então inquirir sobre que fato determina a correspondência do programa abstrato ao programa fisicamente implementado. Isto é, se se trata dessa segunda forma de se conceber a noção de máquina, é necessário que se aponte por que os programas logicamente equivalente,

mas implementados em diferentes dispositivos físicos, são considerados todos como sendo instâncias de um mesmo programa abstrato. Num movimento parecido à sua pergunta pelo fato semântico, o cético pergunta agora pelo fato ou fundamento da correspondência entre o programa abstrato e os diferentes programas físicos que são tomados como sendo a sua instânciação.

Em face dessas objeções, o termo “máquina” poderia ser entendido, ainda, como designando não um programa abstrato, mas sim uma máquina concreta, “feita de metal e engrenagens (ou de transistores e fios)” (KRIPKE, 1982, pp. 33-34). Entretanto, mesmo nesse caso, as dificuldades não serão menores. Em primeiro lugar, mesmo uma máquina física – se for seguir uma regra ou função qualquer, como a de ‘+’, por exemplo – precisa ter as instruções devidamente codificadas. Nesse caso, contudo, o cético então ficará livre para fazer o seu movimento habitual e propor uma interpretação não *standard* para o significado da linguagem de máquina. Em segundo lugar, toda máquina é um objeto finito e, como tal, pode produzir apenas um número limitado de *outputs* (KRIPKE, 1982, p. 34). Além disso, mesmo os resultados limitados gerados por uma máquina podem ser colocados em dúvida se atentarmos para a sua possibilidade de mau funcionamento. Todavia, para avaliar essa possibilidade, é necessário recorrer ao programa que orientou a construção do dispositivo, o que retoma os problemas associados com a máquina entendida como conjunto de instruções.

Eis como a situação pode ser descrita:

Se uma máquina funciona mal e, se sim, quando o faz, não é uma propriedade da máquina em si mesma enquanto objeto físico, mas é bem definida apenas em termos do seu programa como estipulado pelo seu criador. Dado o programa, de novo o objeto físico se torna supérfluo para a finalidade de se determinar qual função é significada. Como antes, o cético pode então concentrar as suas objeções no programa (KRIPKE, 1982, p. 35).

Em sua discussão sobre o disposicionalismo, Ahmed considera uma outra sugestão, que consiste em responder ao cético distinguindo entre “[...] (a) a resposta que se está imediatamente disposto a dar e (b) a resposta que se daria *sob reflexão*” (AHMED, 2007, p 132). Assim, depois de refletir sobre a matéria, alguém poderia perceber que, enquanto a adição é associativa, a quadição não exhibe essa propriedade. Com efeito,

[...] [o] valor de 1#(484#516) é diferente daquele de (1#484)#516. Mas se acreditava que “+” denota uma função associativa. Assim, sob reflexão, seria

retirada a resposta “990” a “484 + 516” e, em vez disso, no final, provavelmente se chegaria “1000” (AHMED, 2007, p. 132).

Um problema imediato para essa alternativa, contudo, é que a ideia de se recorrer a uma cláusula do tipo “sob reflexão” parece estar suscetível a obstáculos análogos àqueles enfrentados pela alternativa que se baseia na correção dada por outros usuários do termo em questão. Além disso, no caso específico dessa sugestão apresentada, se é possível distinguir adição da quadição por meio da propriedade da associação, o cético pode inquirir então a respeito do que diferencia a associatividade da quaditividade. Por quaditividade, deve-se entender uma propriedade que é idêntica àquela exemplificada pela adição (e pela multiplicação) para todas as situações envolvendo números até um certo limite – digamos, para fins de argumentação, que o limite seja 1000. Para todos os outros valores, a quaditividade determina que o resultado da operação seja 5.

A lição geral a ser extraída dessas considerações é que qualquer tentativa de se responder ao cético por essa via disposicionalista, se não for circular (já pressupondo significado e função corretos), precisa ser minuciosamente caracterizada. Entretanto, ao ser especificada nos seus detalhes, a proposta parece agora ficar vulnerável a alguma versão da objeção cética.

3.3.3 Explicação a partir da hipótese mais simples

A terceira tentativa de resposta direta busca um caminho diferente para fazer face ao cético. Com efeito, diante da conclusão paradoxal obtida em *WRPL*, alguns podem se sentir tentados a respondê-la com base em considerações de simplicidade. A motivação para essa opção é proveniente da filosofia da ciência, quando muitas vezes se adota ou se promove metodologicamente o princípio da simplicidade a fim de se escolher entre diferentes explicações científicas (KUSCH, 2006, p. 20). Assim, a ideia nessa proposta é que, de forma similar ao que ocorreria em algumas discussões da filosofia da ciência, o desafio semântico poderia ser resolvido dando-se preferência para a hipótese que, do conjunto de alternativas disponíveis, constituísse a explicação mais simples. Desse modo, diante da pergunta a respeito de se o sinal “+”, por exemplo, quer dizer adição ou quadição, esse ponto de vista defende que, por ser a hipótese mais

simples, “+” significaria *mais*, e não *quais* – no exemplo, a adição seria uma função mais simples comparativamente à outra possibilidade.

Cabe observar, porém, que o apelo à simplicidade é ineficaz como estratégia de resposta ao paradoxo semântico. Um primeiro aspecto a se destacar nesse sentido, apenas mencionado em *WRPL*, diz respeito às próprias dificuldades de se definir o que seria a hipótese mais simples no âmbito da discussão atinente ao paradoxo semântico. De fato, como justificar a crença de que a adição seria uma função mais simples que a quadição e, portanto, que um falante que emprega “+” quer dizer a função de adição, e não a de quadição? Pode-se até mesmo imaginar que talvez “[...] um Marciano achasse a função *quais* mais simples que a função *mais*” (KRIPKE, 1982, p. 38).

No entanto, a principal razão por que essa estratégia falha é que ela simplesmente interpreta de maneira equivocada o argumento do cético. Com efeito, o recurso ao critério da simplicidade erra o alvo, visto que o desafio cético não é um exercício de caráter epistemológico, de dúvida sobre a nossa relação de conhecimento com a realidade, mas é antes de tudo um questionamento de tipo metafísico, que visa a colocar à prova a existência mesma de certos fatos. Nesse quadro, o recurso à simplicidade poderia ser empregado eficazmente somente se o paradoxo levantado pelo cético fosse não de natureza constitutiva (como é efetivamente o caso), mas sim de natureza epistemológica, dizendo respeito à nossa incapacidade de saber, ante um conjunto de teorias que parecem ter igual poder explicativo, qual é a alternativa verdadeira (KRIPKE, 1982, p. 38).

Isso é assim porque o recurso à simplicidade, tal como empregado enquanto resposta ao paradoxo semântico, sugere que há dois fatos semânticos definidos – a função da adição e a função da quadição, no exemplo anterior – igualmente aptos a constituírem uma resposta à pergunta do cético a respeito do fato que constituiria o significado de “+”. Sob essa perspectiva, parece que toda a dificuldade residiria somente em *saber* qual das duas hipóteses de fatos existentes realmente determina o significado da expressão em questão, sendo que o princípio da simplicidade apareceria exatamente como o critério a definir a escolha de uma hipótese ou fato (a adição) em detrimento da outra explicação (a quadição).

Entretanto, como já explicado anteriormente quando da formulação do paradoxo semântico, o cético propõe um desafio bastante radical, o qual questiona a própria existência de fatos semânticos. Para esse efeito, o cético se mostra disposto até mesmo a idealizar as nossas capacidades epistêmicas, de modo que mesmo um ser onisciente, que

pudesse ter acesso a todo tipo de fato fora do nosso escopo cognitivo, por assim dizer, ainda assim se revelaria incapaz de encontrar qualquer fato que pudesse cumprir a função de constituinte do significado. Eis uma passagem que exprime esse ponto:

Considerações de simplicidade teriam sido relevantes contra um cético que argumentasse que a natureza indireta do nosso acesso aos fatos de significado e intenção *impede-nos sequer de saber* se significamos mais ou quais. Mas *não* está em questão tal ceticismo meramente epistemológico. O cético não argumenta que as nossas próprias limitações de acesso aos fatos nos impedem de conhecer algo escondido. Ele afirma que um ser onisciente, com acesso a *todos* os fatos disponíveis, ainda não descobriria qualquer fato que diferenciasses as hipóteses do mais e do quais. (KRIPKE, 1982, p. 39).

A invocação acima do papel de um ser onisciente pode ser melhor compreendida por meio de um exemplo (KRIPKE, 1982, p. 38). Imagine-se que existam duas hipóteses diferentes, mas igualmente confirmadas pelos dados experimentais, a respeito dos elétrons. Como seres cognitivamente limitados nesse particular, não podemos ter acesso à natureza mesma dos elétrons, os quais são para nós entidades inobserváveis. Tudo o que podemos fazer é averiguar em condições de laboratório os efeitos dos comportamentos dos elétrons em aparelhos especialmente criados para a sua investigação. Um ser onisciente, porém, não tendo as mesmas limitações cognitivas que nós, poderia empregar as suas capacidades sobrenaturais a fim de apreender de imediato todas as propriedades dos elétrons. Assim, enquanto nós, para decidirmos (indiretamente) entre as duas teorias rivais sobre os elétrons, poderíamos adotar o princípio da simplicidade e escolher, como resultado, a explicação mais simples; Deus ou um outro ser onisciente poderia decidir a questão diretamente, apreendendo num só golpe todas as características relevantes dos elétrons.

Note-se como, no exemplo acima, há uma realidade – os elétrons – com relação à qual são propostas as duas teorias alternativas empiricamente adequadas. Um ser onisciente pode ter acesso direto a essa realidade, ao passo que nós devemos nos contentar com procedimentos indiretos para dela nos acercarmos. No caso do paradoxo semântico de *WRPL*, o que se alega é que não existe uma realidade – os fatos semânticos – com relação à qual são propostas diferentes hipóteses. E essa realidade é declarada inexistente, em *WRPL*, não apenas porque seres cognitivamente limitados como nós não podem constatar-la, mas mesmo um ser onisciente nada encontraria que correspondesse aos fatos semânticos postulados pela imagem tradicional do significado.

Dessa forma, contrariamente ao que faz essa tentativa de resposta, não se pode pressupor que o problema do paradoxo formulado em *WRPL* se limita apenas ao nosso conhecimento de qual tipo de fato determinaria o significado – como se apenas não soubéssemos, ainda para voltar à situação imaginada acima, qual das duas teorias melhor explica o comportamento dos elétrons, os quais já teriam a sua realidade assegurada. Em realidade, o cético coloca em dúvida a existência mesma de tais fatos, de forma que seria descrever erroneamente o que está em discussão recorrer ao princípio da simplicidade como critério para a escolha entre hipóteses sobre fatos que de antemão já são tomados como existentes e definidos. Como se pode ler em *WRPL*:

O cético argumenta que não há fato quanto ao que eu quis dizer, se mais ou quais. Ora, considerações de simplicidade podem nos ajudar a decidir entre hipóteses alternativas, mas não podem obviamente nos dizer quais são as hipóteses alternativas. Se não entendemos o que as duas hipóteses *estabelecem*, o que significa dizer que uma é “mais provável” porque é “mais simples”? Se as duas hipóteses alternativas não são hipóteses genuínas, não são asserções de questões de fato genuínas, nenhuma consideração de “simplicidade” vai mudá-las (KRIPKE, 1982, p. 38).

3.3.4 Experiência introspectiva

Na ordem da discussão de *WRPL*, após a rejeição da tentativa de se resolver o paradoxo semântico com base em considerações de simplicidade, examina-se a possibilidade de se recorrer, como fundamento para o fato semântico, a alguma experiência mental particular cognoscível por meio de introspecção (KRIPKE, 1982, p. 41). De acordo com essa nova proposta, possuiríamos certas experiências qualitativas específicas, cujo “caráter qualitativo” poderia ser conhecido através da introspecção, as quais estariam vinculadas aos significados das regras que seguimos e, por isso, poderiam atuar no papel dos fatos semânticos solicitados pelo cético.

Em outras palavras, a sugestão é que o uso de expressões por parte de um falante se faria sempre acompanhar por certos estados subjetivos específicos, de modo que a cada palavra se vincularia um determinado estado mental ou *qualia*. Dessa forma, assim como se pode dizer de alguém que está com dor que ele experimenta um estado subjetivo particular, da mesma forma quem emprega uma certa palavra experimentaria um estado interno próprio. Assim, nessa perspectiva, a experiência associada a *mais*, por exemplo, seria, do ponto de vista do indivíduo, claramente distinguível, em termos qualitativos, daquela associada a *quais*. Além disso, essa estratégia também sustenta

que, ao sinal “+”, por exemplo, estaria vinculada a experiência introspectiva associada à adição, e não à quadição. Dessa forma, o questionamento do cético a respeito de qual fato determina que por “+”, por exemplo, alguém quer dizer a função de adição (e não a de quadição), poderia ser respondido diretamente apontando-se para o estado mental específico que estaria associado ao emprego de “+”. Nas palavras de *WRPL*:

[...] presumivelmente, a experiência de *querer dizer adição* tem a sua própria qualidade irreduzível, como a de sentir uma dor de cabeça. O fato de que eu queira dizer adição por meio de “mais” deve ser identificado com a minha posse de uma experiência dessa qualidade (KRIPKE, 1982, p. 41).

Note-se como essa tentativa de resposta direta constitui uma certa forma de não-reducionismo quanto ao significado. De fato, diferentemente do disposicionalismo, por exemplo, que considerava que o significado poderia ser reduzido a fatos de uma outra forma (a fatos sobre as disposições do falante quanto ao emprego da linguagem), a proposta atual sustenta que a “[...] experiência de querer dizer adição com ‘mais’ é tão única e irreduzível quanto a de ver amarelo ou ter uma dor de cabeça” (KRIPKE, 1982, p. 41). Em outros termos, segundo essa perspectiva, não seria possível explicar a intenção de querer significar algo com uma palavra com nada que não seja a experiência de se estar no próprio estado mental em questão.

No entanto, também essa tentativa de solução direta deve ser rejeitada. Com efeito, ainda que aceitemos que temos tais *qualia*, isto é, estados mentais claramente distinguíveis, não é claro como o recurso à existência desses estados mentais poderia *justificar* (em oposição a apenas cumprir o papel de descrever) os nossos usos linguísticos. Trata-se aqui de um problema de certa forma similar ao que foi apontado em relação ao disposicionalismo, considerado anteriormente, a saber, qualquer explicação do significado deve ser capaz de acomodar devidamente a dimensão normativa da linguagem, não podendo somente oferecer um relato descritivo do modo como a usamos. No caso da concepção que se baseia em *qualia*, mesmo se aceitarmos a existência de experiências desse tipo, ainda resta explicar por que a mera existência de *qualia* justifica que devo responder “125”, e não “5”, diante de “68 + 57”.

Além disso, como impedir que o cético alegue que o suposto estado mental associado, digamos, ao sinal “+” refere-se, na realidade, à adição (quando usamos “+” envolvendo um determinado conjunto de números) e também à quadição (quando usamos números superiores a um limite qualquer)? Em outras palavras, supondo-se para fins de argumentação que existam *qualia* e que esses estados mentais estão associados

ao nosso emprego de expressões, o cético poderia afirmar que o que é apontado pelo defensor dessa tentativa de resposta direta como sendo simplesmente o estado mental correspondente a “+” (o *quale* da adição) é, na verdade, algo mais complexo, significando a função da adição apenas quando calculamos números até 100 (suponhamos, a título de argumentação, que o falante não tenha feito contas com números maiores que 100), sendo que, para números maiores que 100, o mesmo estado mental significa a função de quadição. Nesse caso, a dificuldade que surge é como separar claramente o *quale* referente à adição daquele associado à quadição. O defensor dessa posição pressupõe que seja possível estabelecer uma tal distinção, mas ficamos sem saber em que ela consistiria exatamente.

3.3.5 Imagem empirista clássica

Depois da rejeição da possibilidade, pelas razões expostas anteriormente, de que uma experiência subjetiva cognoscível introspectivamente possa ser capaz de responder ao desafio do cético, *WRPL* examina uma tentativa de solução direta ao paradoxo semântico que seria uma decorrência aparentemente mais plausível do que é ali chamado de “imagem empirista clássica” (KRIPKE, 1982, p. 42). Basicamente, por “imagem empirista clássica”, tal como essa expressão é entendida no contexto da discussão de *WRPL*, deve-se entender a visão geral que, dentre outras características, sustenta que as expressões linguísticas estariam associadas a imagens mentais, as quais são então tomadas como um tipo específico de estado mental.

Evidentemente, não é objetivo deste trabalho avaliar a pertinência da atribuição dessa perspectiva ao empirismo clássico. Não se trata de saber, assim, se Locke ou Hume realmente sustentaram – e em quais bases – algo próximo dessa visão. Em vez disso, o ponto aqui é avaliar o mérito, como solução independente para o paradoxo semântico, do que seria uma implicação do que é considerado como sendo a concepção do empirismo clássico, de acordo com a qual o significado linguístico é determinado pela imagem visual associada a uma palavra. Assim, para essa concepção, ao uso do termo “cubo”, por exemplo, estaria associado um desenho ou uma imagem de um cubo. Desse modo, o emprego pelo falante dessa expressão seria sempre acompanhado por uma imagem de cubo na sua mente. Em outras palavras, a ideia daqueles que recorrem a essa visão é vincular o emprego das palavras a certas imagens mentais (em geral, de

natureza visual) que determinariam o significado dos termos utilizados (KRIPKE, 1982, p. 42).

No entanto, podem ser invocadas aqui, contra essa possibilidade, considerações semelhantes àquelas que levaram à rejeição do candidato anterior à resposta. De fato, mesmo se supusermos, para fins de argumentação, que a utilização de cada expressão linguística sempre se faz acompanhar pelo aparecimento, na mente do falante, da imagem correspondente, ainda fica por se explicar como essa vinculação entre palavras e intermediários mentais cumpriria o papel de justificar o emprego da linguagem (em oposição a meramente descrever o que ocorre quando o falante a utiliza). Além disso, deve-se observar que não parece ser uma condição necessária para a nossa utilização da linguagem que os nossos termos sempre se façam acompanhar de imagens mentais correspondentes. Em outras palavras, é plenamente concebível que um falante qualquer empregue o termo “cubo” numa determinada situação sem que alguma imagem de cubo tenha de surgir concomitantemente na sua mente. De fato, muitas pessoas “[...] usam palavras como ‘cubo’ mesmo se nenhum desenho ou imagem vem à mente” (KRIPKE, 1982, p. 42).

Por outro lado, a resposta apresentada não parece também fornecer uma condição suficiente para a justificação do uso da linguagem. De fato, mesmo se aceitarmos a ocorrência de imagens mentais quando da utilização de expressões linguísticas, não se segue que tais imagens justifiquem necessariamente os usos das palavras empregadas. Em outros termos, ainda que aceitemos que o emprego pelo falante de uma palavra qualquer acarreta na sua mente uma imagem, não está claro que o mero fato de se ter essa imagem mental possa ser visto como *determinando* – e, assim, *justificando*, conforme a imagem tradicional da linguagem – o significado da expressão que foi empregada. Isso ocorre porque a ligação entre uma expressão linguística e uma imagem mental pode ser suscetível à interpretação, de forma que no final das contas uma mesma imagem mental poderia se ver relacionada a mais de uma expressão. Para se constatar um exemplo dessa possibilidade, podemos imaginar que a imagem mental de um cubo poderia ser interpretada como vinculada à palavra “cubo”, situação em que, se o falante utilizar a expressão querendo com ela falar sobre outra figura geométrica, estaria aplicando erroneamente o termo. Essa possibilidade é a única considerada pelos defensores dessa proposta de resposta direta. No entanto, a mesma imagem mental de cubo, se interpretada pelo falante com base num método de projeção adequado, pode também ser compreendida como estando vinculada, por exemplo, a um prisma

triangular (KRIPKE, 1982, p. 42). Nesse último caso, a mesma imagem mental estaria associada tanto a “cubo” quanto a uma expressão como “prisma triangular”.

Em resumo, o ponto é que qualquer imagem mental, para ser tomada como vinculada a “X” e não a “Y”, precisa ser interpretada como tal; isto é, precisa ser interpretada como vinculada a “X”, e não a “Y”. De fato, nenhuma “[...] impressão interna [...] poderia possivelmente me dizer em si mesma como ela deve ser aplicada nos casos futuros” (KRIPKE, 1982, p. 43). Porém, o cético pode dizer que, embora haja uma interpretação aparentemente espontânea entre *X* e “X”, se adotarmos um esquema de interpretação diferente, é possível que *X*, na verdade, queira significar “Y”. Ora, se isso é assim, então as imagens mentais poderiam ser facilmente entendidas, desde que se mobilize o método de interpretação apropriado, de modo a não corresponderem ao que seriam os seus referentes linguísticos usualmente esperados (KRIPKE, 1982, p. 42). Desse modo, o paradoxo cético agora se tornaria: qual fato determina que a imagem mental *X*, por exemplo, significa “X” e não “Y”?

Tomando as imagens mentais como um tipo de estado mental, Ahmed separa em dois aspectos as considerações feitas em *WRPL* a propósito de toda essa discussão (AHMED, 2007, p. 110). Assim, a argumentação cética teria mostrado que i) não é claro o mecanismo pelo qual estados mentais determinariam o que falantes devem dizer com os sinais e ii) que estados mentais são incapazes de determinar como o falante deve proceder. Desses dois pontos, Ahmed concorda com a avaliação de *WRPL* somente em relação ao primeiro. Com efeito, Ahmed pensa que tudo o que a argumentação do cético semântico estabelece é que, concebidos a partir do modelo de imagens e tabelas físicas, estados mentais realmente se mostram incapazes de guiar o comportamento (AHMED, 2007, p. 111).

No entanto, essa não seria a única maneira possível de se conceber os estados mentais que corresponderiam às expressões linguísticas; em particular, em vez de compreendê-los como imagens mentais, poderíamos concebê-los a exemplo de sensações subjetivas como cócegas, coceiras etc. (aqui tomadas como constituindo um outro tipo de estado mental). A ideia é que, assim como uma sensação de dor no pé nos orienta em direção àquela parte do corpo, assim também associado a “+” haveria alguma sensação que guia o nosso comportamento e faz com que queiramos dizer adição mesmo quando lidamos com números até então desconhecidos para nós. O cético de *WRPL* teria mostrado apenas a obscuridade quanto à maneira como tais correspondentes mentais operariam se entendidos como imagens mentais, mas não

estabeleceu a sua impossibilidade completa no caso de o entendermos sob um outro modelo (AHMED, 2007, p. 112).

É difícil ver, porém, como – supondo uma situação em que existam sempre vinculadas a expressões linguísticas – tais sensações poderiam constituir uma resposta adequada para o desafio cético. Como possuir essas sensações poderia justificar qualquer modo de proceder? Aqui, parece que encontramos de novo a confusão entre o que de fato fazemos e o que deve ser feito, ou, ainda, entre o que é correto e o que apenas nos parece como tal. Além disso, no dia-a-dia, não é raro que, depois de determinado tempo, ignoremos, ainda que por alguns momentos, certas dores moderadas que nos acometem. Ora, isso sugere que uma sensação concebida a partir desse modelo também possa não ser trazida ao centro da atenção. Se esse é o caso, parece que, no limite, uma tal sensação pode se mostrar de todo dispensável para a explicação do nosso emprego das palavras. Qual é, então, o papel exato que esses intermediários desempenhariam na nossa utilização da linguagem? É necessário que o defensor de uma tal proposta nos ofereça uma explicação mais completa.

3.3.6 Estados mentais *sui generis*

De acordo com a última proposta examinada acima, o fundamento do significado deveria ser tomado como sendo uma imagem visual ou, na versão destacada por Ahmed, como um estado subjetivo tal como a sensação de dor. Não se poderia conceber, porém, que o significado é algo tão peculiar a ponto de constituir um estado mental em si mesmo? Dito de outra forma, quando um falante emprega o sinal “+” querendo dizer adição, não experienciaria ele um estado mental tão particular (o qual não poderia ser confundido com uma imagem mental ou com sensações) e que seria distinto do estado mental da quadição? Essa é uma tentativa investigada em *WRPL*, a qual, contudo, também se mostrará ao final insustentável.

De fato, em *WRPL* considera-se a “possibilidade de que o significado seja um estado mental primitivo, o qual, de tão peculiar, não poderia ser identificado com sensações nem com qualquer outro tipo de experiência mental” (KRIPKE, 1982, p. 51). Assim, nessa perspectiva, o que constitui e determina, por exemplo, o significado de adição expresso pelo sinal “+”, tal como empregado por um falante, seria o fato de o falante ter, quando da sua utilização da expressão, um certo estado mental específico

não assimilável a nenhum outro tipo de conteúdo ou experiência subjetiva. Assim, de forma importante, nessa visão radicalmente antirreducionista, os estados mentais relevantes para a análise do significado seriam tão singulares que não é possível identificá-los com nenhum outro tipo de experiência mental ou sensação.

Talvez possamos tentar nos recuperar, argumentando que querer dizer adição com “mais” é um estado até mais *sui generis* do que havíamos argumentando antes. Talvez ele seja simplesmente um estado primitivo, que não pode ser assimilado a sensações ou dores de cabeças ou a quaisquer estados “qualitativos”, nem pode ser assimilado a disposições [...] (KRIPKE, 1982, p. 51).

Entretanto, essa proposta também deve ser rejeitada. A objeção óbvia é que essa resposta torna bastante misteriosas as características de tal estado mental supostamente primitivo. Com efeito, por um lado, deve ser um estado mental diferente de todos os outros estados mentais cognoscíveis introspectivamente com os quais estamos familiarizados. Por outro lado, deve ser algo em relação ao quê o sujeito possa ter certeza, “[...] pois devemos supostamente estar conscientes dele com algum grau de certeza quando quer que ocorra” (KRIPKE, 1982, p. 51). Realmente, é necessário que o sujeito possa conhecer com certeza esses supostos estados mentais *sui generis*, visto que seriam eles a determinar os significados das expressões empregadas, explicando assim o uso confiante da linguagem pelo falante (KRIPKE, 1982, p. 51). Entretanto, parece inexistir um modelo com referência ao qual pudéssemos conceber o funcionamento desses estados mentais *sui generis*. Dessa forma, a postulação desses estados mentais não oferece grande ajuda para a explicação de como mentes finitas como as nossas podem efetivamente apreender significados determinados. De fato, não é de forma alguma clara a natureza desse suposto estado mental nem como ele seria capaz de dar conta da dimensão normativa do significado (KRIPKE, 1982, p. 52).

Na discussão que faz desse assunto, Ahmed identifica dois argumentos usados por Kripke para rejeitar a ideia de estados mentais *sui generis*. O primeiro deles é chamado por Ahmed de “epistemológico” e consiste na alegação de que a resposta proposta não explica verdadeiramente em que consistiria a diferença entre o estado mental *sui generis* da adição e o estado mental *sui generis* da quadição, não sendo assim capaz de esclarecer como um estado mental guiaria o falante nos seus usos linguísticos (AHMED, 2007, pp. 119-122). Por sua vez, o segundo argumento identificado por

Ahmed é chamado por ele de “lógico” e pode ser encontrado no trecho abaixo de *WRPL*:

Um tal estado teria de ser um objeto finito, contido nas nossas mentes finitas. Ele não consiste em eu pensar explicitamente em cada caso da tabela de adição, nem mesmo em eu codificar cada caso separado no meu cérebro: carecemos da capacidade para isso [...]. Podemos conceber um estado finito que *poderia* não ser interpretado como quadição? Como isso poderia ser? (KRIPKE, 1982, p. 52).

Em outros termos, se existente, um tal estado mental teria evidentemente de ser algo finito, apto a ser apreendido por mentes finitas como as nossas. No entanto, se for finito, é de se supor que esse estado mental não seja capaz de oferecer instruções definidas para todas as circunstâncias de aplicação da sua expressão correspondente com que um falante possa se deparar. Ora, nesse caso, o cético poderia dizer que o que parecia ser o estado mental *sui generis* da adição é, na verdade, o estado mental *sui generis* da quadição, pois esse estado mental pode ser interpretado como sendo o de adição para os casos explicitamente previstos e já realizados pelo falante de aplicação do sinal de “+”; porém, para as circunstâncias não abrangidas devido à finitude desse estado mental (para as aplicações do sinal pelo falante para números maiores que 100, digamos a título de argumentação), a função por ele expressa seria a quadição, não a adição.

De forma geral, o movimento geral feito por *WRPL* para a rejeição desse candidato à solução direta é similar ao ponto levantado, a propósito do exemplo do cubo, contra a imagem empirista clássica. Em ambos os casos, a ideia é que, *grosso modo*, o estado postulado não é necessário nem suficiente, dado que deixa em aberto a possibilidade de ser reinterpretado de diferentes maneiras.

3.3.7 Realismo matemático ou platonismo

No desenvolvimento argumentativo de *WRPL*, o último candidato à resposta direta analisado e criticado é a proposta do platonismo ou do realismo matemático. De maneira geral, para essa concepção, deve-se responder ao desafio cético postulando a existência de um domínio de fatos que, à diferença das soluções anteriores, seriam objetivos e independentes de qualquer mente individual. Essas entidades externas, devido à própria natureza que têm, seriam capazes de determinar todas as instâncias

particulares de aplicação de uma regra, impedindo desse modo que o cético estabeleça a sua conclusão semântica paradoxal. Assim, a função de adição, por exemplo, teria uma existência objetiva, fora de qualquer mente particular, sendo que a apreensão desse objeto de “natureza não-mental” por um falante constituiria o significado de adição quando o sinal “+” é por ele empregado. Nessa perspectiva, uma vez captada a função de adição, tem-se um fato objetivo que determina o significado de “+” para todas as circunstâncias em que o sinal pode ser utilizado, incluindo aquelas envolvendo números até então não calculados pelo indivíduo. Dessa forma, devido ao seu próprio caráter infinito, tal objeto poderia conter a explicação para todas as suas instâncias ou aplicações particulares (KRIPKE, 1982, p. 53).

Em síntese, para a proposta sob exame,

[...] [a] função de adição não está em nenhuma mente particular nem é a propriedade comum de todas as mentes. Ela tem uma existência “objetiva”, independente. Não há, então, nenhum problema [...] quanto a como a função de adição (tomada, digamos, como um conjunto de triplos) contém em si todas as suas instâncias, tais como o triplo (68, 57, 125). Isso simplesmente está na natureza do objeto matemático em questão [...] (KRIPKE, 1982, p. 53).

No entanto, essa proposta é igualmente rejeitada em *WRPL*. De fato, a questão de fundo do desafio cético, ao exigir que se indique o fato que constitui o significado de uma expressão linguística, poderia ser expressa como uma demanda para se explicar como uma mente finita como a nossa pode apreender qualquer significado determinado em detrimento de outro. Esse é um requisito, porém, que não é enfrentado pela versão da tese platonista examinada. Nesse sentido, pode-se ler o seguinte em *WRPL*:

Para Wittgenstein, o platonismo é em grande medida uma evasão inútil do problema de como as nossas mentes finitas podem dar regras que se supõem aplicáveis a uma infinidade de casos. Os objetos platônicos podem ser autointerpretáveis ou, ao contrário, não precisar de interpretação alguma; mas, em última análise, tem de existir alguma atividade mental envolvida que levanta o problema cético. (KRIPKE, 1982, p. 53).

Em outros termos, a alegação fundamental é que o platonismo não afasta de todo o desafio cético, apenas o deslocando para um outro nível. Isso é assim porque ainda resta ser respondido qual é o exato correspondente “platônico” de uma ideia qualquer na minha mente. Afinal, “[...] [a] ideia na minha mente é um objeto finito: ela não pode ser interpretada como determinando uma função quais em vez de uma função mais” (KRIPKE, 1982, p. 54)? Isto é, essa proposta platonista abrange de forma geral a

relação entre o domínio das entidades objetivas e as expressões linguísticas, mas não fornece qualquer resposta mais específica para o modo como um falante com a sua mente finita poderia, quando da sua utilização do sinal “+”, apreender o significado objetivo de adição, e não quaisquer outros, como, por exemplo, o significado objetivo da quadição, por exemplo. Dessa forma, se por um lado é verdade que essa proposta pode oferecer uma solução para o problema de compreender como uma regra determina todos os passos de sua aplicação – sendo infinito, o sentido platônico de algum modo conteria em si todas as suas instâncias –, não estando assim sujeita à objeção da finitude levantada contra o disposicionalismo; por outro lado, o platonismo ainda deve uma explicação a respeito de como um conteúdo mental qualquer se vincula a um sentido objetivo determinado (qual é o fato em virtude do qual a minha ideia de adição corresponde ao sentido platônico de adição e não ao sentido platônico de quadição? – poderia agora o cético perguntar).

Em suma, parece que, como resultado, não cabe senão concordar com Zalabardo, mencionado por Ahmed: falta um relato mais completo de como seres finitos, não-platônicos, como nós, poderiam ser orientados por entidades platônicas (AHMED, 2007, p. 124).

CONCLUSÃO

Este capítulo buscou apresentar uma leitura de *WRPL* que ressaltasse como a visão da comunidade aí figura de maneira central. Assim, mais que acompanhar os debates e análises provocados por essa obra na literatura especializada, o objetivo principal aqui perseguido foi examinar a forma como, no âmbito desse livro, em substituição à imagem tradicional do significado – rejeitada em função do paradoxo semântico – surge, com a visão cética, uma concepção comunitarista da linguagem. Antes de desenvolver esse tema, porém, foi necessário, na seção 3.1, analisar o paradoxo semântico e os pressupostos ou condições que devem ser observados para a sua adequada enunciação. Nesse sentido, a fim de melhor ressaltar a especificidade do ceticismo quanto à linguagem tratado em *WRPL*, considerei inicialmente, de forma breve, duas variantes do ceticismo semântico (científico e dialético), as quais têm em comum a defesa da tese da não-factuality do significado.

Ainda nessa primeira parte, analisei como, em *WRPL*, está sob questão a imagem tradicional do significado. Por isso, deve-se entender a perspectiva teórica que surge espontaneamente quando se pretende explicar a significatividade da linguagem. Essa visão tradicional sobre a linguagem, muitas vezes não expressa articuladamente pelos que a sustentam, pode ser reconstruída de forma a se trazer para o primeiro plano os seus pressupostos centrais, os quais são devidamente explorados pelo cético para a elaboração do paradoxo semântico.

Por sua vez, em 3.1.2, foram examinadas as diferentes vozes que estão presentes em *WRPL*. Nesse sentido, uma primeira voz que pode ser ressaltada é a que expressa o compromisso com a imagem tradicional do significado e com as suposições básicas mencionadas anteriormente. Note-se também a presença da voz do conjunto de teóricos ou filósofos que, embora mantendo-se fiéis às principais características da imagem tradicional, buscam refinar ou sofisticar alguns dos seus aspectos fundamentais. Há, igualmente, a voz do cético e do Wittgenstein tal como interpretado por Kripke e, ainda, a voz do próprio Kripke. Essa última, de modo geral, só aparece explicitamente em alguns poucos momentos, como, por exemplo, em certas notas de rodapé.

Na seção 3.2, o assunto foi a solução cética. É por meio da solução cética que se revela a maneira própria como a dimensão social da linguagem aparece em *WRPL*. Nesse sentido, rejeitando a exigência da imagem tradicional de que haja fatos constituintes do significado, a solução cética visa a responder o paradoxo semântico encontrando um outro fundamento para a significatividade da linguagem. De fato, em vez de condições de verdade, busca-se agora preservar a significatividade da linguagem através da noção de condições de assertibilidade. De forma mais concreta, sob a noção de condições de assertibilidade, devem ser feitas duas perguntas gerais: sob quais circunstâncias se justifica a asserção de um dado enunciado ou expressão e qual é a finalidade, no interior da forma de vida do falante, de se asserir esse enunciado ou expressão? Para tudo isso, revela-se imprescindível o compartilhamento de uma forma de vida efetiva, isto é, o acordo quanto a “[...] um conjunto de respostas com que concordamos e da forma como elas se entremeiam com as nossas atividades” (KRIPKE, 1982, p. 96). Como consequência da nova perspectiva, a base da correção linguística deve ser buscada não mais na observância por parte do indivíduo de alguma regra ou fato semântico que o orientaria na sua utilização das expressões, mas, intersubjetivamente, no seu pertencimento efetivo a uma comunidade linguística e na sua relação com os demais usuários da linguagem.

É exatamente em função dessa sua natureza comunitarista que a solução cética, tal como apresentada em *WRPL*, tem como corolário a rejeição da possibilidade de uma linguagem privada. De fato, a solução cética estabelece como qualquer linguagem (inclusive, uma suposta linguagem privada) precisa atender a certas condições que não são satisfeitas no interior do quadro teórico fornecido pela imagem tradicional do significado. Nessa perspectiva, pode-se caracterizar a visão final defendida em *WRPL* como uma rejeição completa dos pressupostos definidores da imagem tradicional sobre o significado.

Por fim, na seção 3.3, foram analisados os candidatos à resposta direta discutidos em *WRPL*. Nesse livro, as tentativas de solução direta são examinadas logo após a formulação do paradoxo semântico, ficando assim em último lugar a discussão da solução cética. Nesta tese, ao contrário, preferi antecipar o tratamento da solução cética com o objetivo de melhor evidenciar o seu contraste com a imagem tradicional do significado, base para a elaboração do argumento do cético. De todo modo, o exame das razões que levam à rejeição dos candidatos à solução direta constitui uma fonte indireta de apoio para a defesa da solução cética, na medida em que exhibe as limitações das tentativas de solução do paradoxo semântico feitas a partir da aceitação dos pressupostos da imagem tradicional da linguagem.

Assim, no que se refere à regra geral, foi examinada uma distinção, introduzida por Ahmed (2007, p. 108), entre regra geral enunciada via palavras e regra geral internalizada sob a forma de estado mental. No entanto, essa distinção parece não ter força para atenuar o ataque realizado pelo cético semântico, na medida em que as considerações de *WRPL* exibem caráter mais geral e parecem estabelecer o seu ponto a despeito do meio particular adotado para a expressão da regra geral.

Quanto ao disposicionalismo, foram analisadas algumas das suas principais versões. Nenhuma delas, porém, consegue resistir com sucesso ao escrutínio cético, dado que, quando devidamente especificadas, exibem algum tipo de circularidade ou sucumbem diante das considerações de normatividade e de finitude das nossas disposições linguísticas.

Por sua vez, a tentativa de se responder ao desafio cético recorrendo a alguma forma do princípio da hipótese mais simples erra de todo o alvo. Isso fica bastante claro se atentarmos para o caráter constitutivo ou metafísico (em oposição a epistemológico) do desafio do cético.

Alguns poderiam se sentir tentados a fazer frente ao paradoxo com base na ideia de *qualia*, o que, de acordo com essa explicação, permitiria distinguir de forma nítida se queremos dizer adição ou quadição, por exemplo, com o sinal '+'. No entanto, essa opção enfrenta o obstáculo de mostrar exatamente como uma suposta experiência mental desse tipo poderia justificar (e não apenas descrever) o nosso emprego da linguagem. Esse mesmo problema, aliás, surge para a imagem empirista clássica, além de não parecer de forma alguma necessário que o nosso emprego das palavras se faça sempre acompanhar por intermediários mentais desse gênero.

Por seu turno, o problema de se conceber estados *sui generis* como fatos que determinariam o significado é que essas entidades primitivas, se realmente existentes, seriam muito misteriosas, além de não satisfazerem à exigência de normatividade.

Por fim, o platonismo ou realismo matemático também não se mostra uma opção melhor, pois apenas desloca o desafio cético para um outro nível. De fato, supondo para fins de argumentação a verdade da opção platonista, o cético irá agora perguntar: qual fato determina que a sua mente finita apreendeu o significado platônico de adição, e não o significado platônico de quadição?

CAPÍTULO 4

DIFERENÇAS E SIMILARIDADES. OBJEÇÕES E RESPOSTAS

INTRODUÇÃO

Neste capítulo final da tese, busco ressaltar de forma mais organizada, com base no trabalho realizado nos três capítulos anteriores, as diferenças e continuidades mais relevantes entre *NN* e *WRPL*. O capítulo também aborda e procura responder algumas objeções que poderiam ser feitas à minha interpretação acerca das obras kripkeanas. Nesse sentido, o propósito geral almejado aqui consiste em extrair, a título de conclusão geral, uma posição final quanto à interpretação defendida neste estudo.

Para tanto, a discussão a seguir se divide em torno de duas grandes partes. Na seção 4.1, retomo o exame comparativo entre *NN* e *WRPL*, destacando alguns resultados centrais obtidos antes na tese. Ainda dentro dessa parte inicial, analiso igualmente em que medida a interpretação sustentada ao longo destas páginas pode ser mantida diante do saldo comparativo obtido previamente.

Por sua vez, na seção 4.2 são analisadas três importantes objeções que, se bem-sucedidas, poderiam ser vistas como constituindo um sério problema para a interpretação proposta neste estudo. Desse modo, considero, primeiramente, o desafio segundo o qual a interpretação tradicional a respeito de *NN* e *WRPL* estaria devidamente justificada no seu modo de proceder, na medida em que os dois livros de Kripke apresentariam concepções semânticas bastante díspares entre si; isto é, enquanto *NN* se vincula a uma semântica de condições de verdade, *WRPL* adotaria uma concepção semântica de tipo justificacionista ou de condições de assertibilidade, e essa diferença seria suficiente para fundamentar o tratamento independente habitual dedicado aos dois escritos.

Por sua vez, a segunda objeção a ser examinada afirma que, a menos que queiramos atribuir a Kripke uma contradição flagrante, *NN* e *WRPL* devem mesmo ser tratados de maneira não relacionada, pois as obras desenvolveriam perspectivas teóricas de todo incompatíveis, sendo que a concepção cética desenvolvida em *WRPL* seria fatal para a concepção sobre a referência de *NN*.

Por último, considero a objeção de acordo com a qual seria exagerada, constituindo uma espécie de expediente *ad hoc*, a ênfase dedicada neste trabalho à ideia

de comunidade, elemento-chave para a interpretação aqui defendida a respeito dos dois principais escritos de Kripke sobre filosofia da linguagem.

4.1 DIFERENÇAS E SIMILARIDADES

É escusado dizer que, dependendo do ângulo de análise adotado, qualquer exame comparativo mais metucioso entre dois livros está fadado a revelar tanto diferenças quanto continuidades. Por isso, desde o início uma questão central subjacente à abordagem adotada nesta tese consistiu em averiguar em que medida as diferenças entre *NN* e *WRPL* se sobreporiam ou não às continuidades existentes entre as duas obras. Além disso, não seriam as continuidades entre essas obras, contrariamente ao que pode ser constatado consultando-se a literatura especializada, muito mais substanciais que as suas diferenças?

Efetivamente, como procurei mostrar nos capítulos anteriores, em que pesem várias divergências facilmente identificáveis entre *NN* e *WRPL*, há também, de uma forma importante, uma série de elementos que aproximam significativamente as duas obras, aos quais usualmente não é dada a devida atenção. Recapitulemos, agora a partir de um espírito mais sistemático, as principais dessas diferenças e similaridades.

4.1.1 Diferenças

Tendo em vista a discussão realizada nos capítulos precedentes, pode-se agrupar as diferenças mais importantes entre *NN* e *WRPL* em torno de alguns eixos ou categorias principais. Assim, essas diferenças serão agora reapresentadas, numa perspectiva mais ordenada, vinculadas aos seguintes pontos de vista: quanto à atitude do autor em relação às ideias apresentadas nos dois livros, quanto ao conteúdo teórico das duas obras e quanto à possível filiação filosófica de cada um dos dois escritos. Consideremos a seguir cada uma dessas categorias.

No que diz respeito à atitude exibida pelo autor em relação às ideias apresentadas, as divergências entre os dois livros são imediatamente perceptíveis e não poderiam parecer maiores. Efetivamente, *NN* é apresentado, e tem sido assim reconhecido desde o início pela comunidade filosófica, como sendo a exposição das próprias ideias de Kripke acerca dos temas de que trata. Dito de outra maneira, a

concepção teórica avançada e argumentada nessa obra pode, com propriedade e sem risco de erro, ser plenamente atribuída ao próprio Kripke. Nesse sentido, lê-se, por exemplo, o seguinte no prefácio, a propósito das modificações efetuadas para a publicação das conferências que formam *NN*: “Eu realmente mantenho as principais teses do meu trabalho” (KRIPKE, 1980, p. 2).

Ainda nessa direção, pode-se mencionar uma outra declaração clara em relação à aceitação pelo seu autor da visão formulada em *NN*:

No final, eu vim a perceber – essa percepção inaugurou o trabalho antes mencionado de 1963-1964 – que eram incorretas as pressuposições recebidas contra a necessidade de identidades entre nomes comuns, que pode de fato ser sustentada a intuição natural de que os nomes da linguagem comum são designadores rígidos. [...] Assim, nesse estágio, eu rejeitei, como explicação do significado, a convencional teoria da descrição [...] (KRIPKE, 1980, p. 5).

Portanto, é o próprio Kripke quem claramente afirma estar na origem da rejeição, tal como levada a cabo em *NN*, do descritivismo e, conseqüentemente, da elaboração do modelo alternativo proposto naquela obra para se compreender a referência dos nomes próprios.

Em contraste com o completo endosso autoral de *NN*, o caso de *WRPL* revela-se mais complicado. Com efeito, se *NN* é consensualmente tomado pelo conjunto dos filósofos profissionais como sendo o *locus classicus* das ideias kripkeanas sobre a linguagem e a referência, para nada falar da versão do essencialismo científico ali elaborado; *WRPL*, por sua vez, é amplamente visto como não constituindo senão uma exegese – para muitos, bastante inadequada – de parte do pensamento do Wittgenstein tardio. Nessa perspectiva, uma prática comum nas discussões envolvendo esse escrito é distinguir entre, por um lado, o tratamento de *WRPL* como trabalho interpretativo acerca de Wittgenstein e, por outro, o tratamento de *WRPL* como trabalho filosófico independente avaliável a partir dos seus próprios méritos. Realmente, ilustrações da prática de se distinguir entre *WRPL* como trabalho filosófico próprio e como interpretação de Wittgenstein, com a usual rejeição da adequação desta última possibilidade, podem ser encontrados, por exemplo, em Baker e Hacker (1984), os quais, a rigor, fazem questão de rejeitar *WRPL* também como discussão filosófica original, e McGinn (1984). Kusch (2006), por outro lado, é um dos poucos a defender *WRPL* não somente como contribuição filosófica independente, mas também como exegese adequada das *IF*.

De maneira resumida, por que a situação das ideias expostas em *WRPL* é bastante mais complexa em relação ao que se passa com *NN*? Evidentemente, a fonte principal do problema vincula-se ao fato de toda a análise de *WRPL* ter como pano de fundo basilar a figura de Wittgenstein. De fato, conquanto *NN* mencione diferentes filósofos, como Frege, Russell, Searle ou o próprio Wittgenstein, nenhum desses pensadores assume aí um papel de relevo comparável ao papel que Wittgenstein ocupará no desenvolvimento das reflexões de *WRPL*. Realmente, a esse propósito, é interessante observar como Wittgenstein, enquanto interlocutor filosófico de Kripke, desempenha uma função notavelmente diferente em *NN* e em *WRPL*.

Nessa perspectiva, constatam-se em *NN* poucas menções ao nome “Wittgenstein”, sendo que, de forma geral, o pensador austríaco é associado à defesa de uma versão ampla e menos rígida da concepção descritivista. Como resultado, Wittgenstein é aí então tomado praticamente como um adversário a ser combatido (não é, porém, o principal adversário, papel que caberá sobretudo a Frege e Russell, na medida em que esses últimos seriam os fundadores da teoria descritivista). Numa perspectiva bastante diferente, em *WRPL*, por sua vez, Wittgenstein assume função crucial, de protagonismo mesmo, estando no centro da trama argumentativa e filosófica montada por Kripke. É assim que, nessa última obra, Wittgenstein – ou pelo menos uma certa interpretação admitidamente controvertida do seu pensamento – é um verdadeiro aliado para a elaboração das ideias que são discutidas naquela obra. Com efeito, desde o início de *WRPL*, Kripke afirma que realizará uma “exposição elementar” do que eu considero ser uma linha central da obra tardia de Wittgenstein sobre a filosofia da linguagem e a filosofia da matemática [...]” (KRIPKE, 1982, p. vii).

No entanto, a situação de *WRPL* é também mais complexa por um outro (e relacionado) motivo. Isso porque, contrariamente ao que se poderia esperar tomando-se em consideração somente o último trecho citado acima, o livro não se limita a ser uma mera exegese do pensamento wittgensteiniano, não sendo assim simplesmente um comentário erudito que não avança nenhuma ideia ou temática nova. Nessa direção, é bastante conhecida uma outra passagem de *WRPL*, na qual Kripke afirma que pretende explorar um problema teórico do modo como esse problema lhe atingiu – nas suas próprias palavras: “Posso ser lido, principalmente, [...] quase como um advogado apresentando um importante argumento filosófico tal como ele me afetou” (KRIPKE, 1982, p. ix). Não à toa, alguns introduzirão o nome “Kripkenstein” a fim de se referir ao

autor presumido da análise bastante heterodoxa (mas nem por isso menos rica, filosoficamente falando) desenvolvida em *WRPL*.

Em todo caso, por mais complexa que seja a questão da “atribuição autoral” de *WRPL*, é inegável que há uma clara distinção entre essa última obra e *NN* se tomarmos como critério de avaliação o compromisso ou atitude explicitamente assumido em relação ao conjunto de ideias apresentadas nos dois livros.

Uma segunda diferença significativa entre *NN* e *WRPL* prende-se não tanto ao endosso geral de Kripke relativamente às ideias exploradas em cada obra, mas ao próprio plano do conteúdo teórico desenvolvido nos livros. Em outras palavras, há algumas diferenças importantes também no que concerne à matéria investigada em cada um desses escritos. Com efeito, como vimos, toda a discussão semântica elaborada em *NN* tem como ponto de partida a investigação do problema da referência, ou seja, a investigação do problema de como termos singulares como nomes próprios ou termos para espécies naturais se referem ou designam os seus objetos correspondentes no mundo. É assim que, na esteira da análise que faz da referência, Kripke é levado a rejeitar o descritivismo, a explicação mais aceita para esse fenômeno à época do pronunciamento das conferências que formarão *NN*, introduzindo no percurso conceitos como, por exemplo, o de designação rígida e de mundos possíveis. Nesse esforço de recusa da concepção descritivista, Kripke elabora a sua própria explicação da referência – diversamente conhecida como “teoria causal da referência”, “concepção histórico-causal” etc. –, para a qual desempenham papéis centrais as noções de cadeias comunicativas e de comunidade. Desse modo, não é incorreto afirmar que, num sentido fundamental, a referência é o tema nuclear de *NN*, e isso é tão mais verdade quanto se constata que a análise de outros assuntos importantes igualmente abordados em *NN*, como o essencialismo científico ou a crítica à certa identificação entre estados mentais e estados físicos, pressupõe conceitos inicialmente introduzidos dentro da discussão acerca da referência.

Por outro lado, *WRPL* elege uma temática central aparentemente bastante diversa. De fato, no caso desta última obra, examina-se, como é bem sabido, um paradoxo céptico em torno da noção de significado. Efetivamente, como procurei demonstrar ao longo desta tese, o céptico semântico de *WRPL* lança um desafio radical à imagem tradicional do significado, de modo que, segundo o céptico, se nos encontramos sob o poder dessa imagem tradicional e se consideramos certas demandas e características que são usualmente associadas à noção usual de significado, não restaria

senão concluir, paradoxalmente, que não há fatos capazes de constituir o significado e, por conseguinte, que as nossas expressões linguísticas careceriam de sentido. Com efeito, num tal quadro, cada uma das nossas aplicações linguísticas seria um verdadeiro “salto no escuro”, pois seria sempre uma opção disponível ao cético oferecer uma reinterpretção da intenção – ou de qualquer outro suposto fato semântico – de qualquer falante de pretender utilizar uma expressão com um significado determinado (KRIPKE, 1982, p. 55). Sob esse aspecto, não é demais ressaltar que a lição a ser extraída de *WRPL* é que, no âmbito estrito da imagem tradicionalmente assumida, não é possível dar conta do conceito de significado, razão por que urge conceber um outro modelo para a compreensão da fonte da significatividade linguística (a solução cética). É claro, assim, que, à diferença do que se verifica com *NN*, cuja análise gira em torno, precipuamente, da referência; *WRPL* exhibe de forma mais evidente, no núcleo da sua discussão, uma preocupação essencial com a questão do significado linguístico.

Em relação a essa distinção entre os temas centrais inicialmente privilegiados nos dois livros, há de se observar o que pode ser um seu efeito no que concerne ao fortalecimento do que nesta tese se chamou de “interpretação tradicional” sobre *NN* e *WRPL*. Dito de outra maneira, não parece incorreto apontar que a percepção de que *NN* e *WRPL* abordam assuntos diferentes (em resumo, referência e significado, respectivamente) contribua parcialmente para a manutenção do ponto de vista bastante compartilhado segundo o qual as duas obras aqui analisadas, substancialmente, nada têm em comum, merecendo por isso serem tratadas de modo desconjuncto. Nessa hipótese, o que se sugere é que, ainda que os comentadores do pensamento kripkeano possam se valer implicitamente de diferentes razões ou motivos para justificar a abordagem desarticulada que consagram a *NN* e *WRPL* (como até mesmo, por exemplo, a divergência mencionada anteriormente, relativa ao estatuto ou compromisso do autor com as ideias veiculadas nos dois livros), atuaria também, de maneira não desprezível, a compreensão de que as duas obras se dedicariam a diferentes planos da linguagem, não sendo óbvio que as conclusões ou resultados obtidos num desses níveis possam ser imediatamente transferidos para o outro.

Recapitulemos agora um último tipo de desacordo entre *NN* e *WRPL*. Aludo aqui ao que seriam as distintas filiações teóricas das duas obras. Com efeito, em virtude do teor mesmo da sua discussão e da defesa expressa de teses sobre a referência semântica e – de forma menos importante para esta tese – a natureza do empreendimento científico, *NN* pode muito bem ser vinculado, a partir de uma certa leitura da história do

pensamento filosófico, à tradição do dogmatismo em filosofia. Com efeito, apesar do seu caráter por vezes “tentativo” ou de, em mais de um momento, Kripke dizer, no que concerne à explicação da referência, que não está fornecendo senão uma imagem melhor (em oposição a uma teoria, com condições necessárias e suficientes nítidas) que a descritivista, não parece haver dúvidas de que o discurso de *NN* visa a revelar o que seria a verdade acerca de alguns domínios específicos. Assim é que se pode ler o seguinte nesse livro, por exemplo: “As identidades teóricas, de acordo com a concepção que eu advogo, são em geral identidades envolvendo dois designadores rígidos e, portanto, são exemplos do necessário *a posteriori*” (KRIPKE, 1980, p. 140). Ou ainda:

Quero mencionar nesse ponto que outras considerações sobre a modalidade *de re*, sobre um objeto ter propriedades essenciais, só podem ser vistas corretamente, na minha visão, se reconhecermos a distinção entre aprioricidade e necessidade. Pode-se muito bem descobrir a essência empiricamente (KRIPKE, 1980, p. 110).

Ora, se isso é verdade, pode-se assinalar que o resultado do modo de proceder de Kripke em *NN* se insere bem na divisão dogmática da classificação realizada por Sexto Empírico, segundo quem:

Quando as pessoas estão investigando qualquer assunto, o resultado provável é ou uma descoberta, ou uma negação da descoberta e confissão da inapreensibilidade, ou, ainda, uma continuação da investigação. É por isso, sem dúvida, que, no caso das investigações filosóficas, também, alguns disseram que tinham descoberto a verdade, alguns afirmaram que ela não pode ser apreendida e outros ainda estão investigando. Aqueles que são chamados Dogmáticos no sentido próprio da palavra pensam que descobriram a verdade – por exemplo, as escolas de Aristóteles e Epicuro e os Estóicos, e alguns outros. As escolas de Clitômaco e Carnéades, e outros acadêmicos, afirmam que as coisas não podem ser apreendidas. E os céticos ainda estão investigando. Portanto, é razoável pensar que as espécies mais razoáveis de filosofia são três: a Dogmática, a Acadêmica e a Cética (SEXTUS, 2000, p. 3).

É interessante, no trecho acima, a menção a Aristóteles como exemplo de filósofo dogmático. Em *NN*, o filósofo grego comparece algumas vezes, principalmente no contexto da introdução da tese da designação rígida e da crítica ao descritivismo. No entanto, sob o aspecto focalizado neste momento, o interesse reside em que, assim como a Aristóteles em geral se atribui a defesa de um tipo de essencialismo, também Kripke, em *NN*, sustenta uma versão da concepção essencialista, ainda que, nesse último caso, deva-se observar a variante essencialista específica que é proposta, isto é, um essencialismo que, tomando como base noções inicialmente introduzidas em *NN* no

contexto de análise da referência, como a de designação rígida e a distinção entre os diferentes tipos de modalidades, atribui à ciência a função de revelar as propriedades essenciais dos objetos investigados.

Consideremos agora qual seria a filiação teórica de *WRPL*. No caso desta última obra, de forma geral, o alinhamento doutrinal se dá não com o dogmatismo, mas com o ceticismo, ou, melhor ainda, com um tipo bem específico de posicionamento cético. Realmente, trata-se do ceticismo quanto ao significado, sendo esse uma contribuição importante da filosofia analítica para a tradição do pensamento cético (SMITH, 2005, p. 141). É o próprio Kripke que, apoiando-se na sua interpretação de Wittgenstein, afirma que o desafio lançado em *WRPL* constitui “uma nova forma de ceticismo filosófico” (KRIPKE, 1982, p. 7). Nessa perspectiva, o elemento cético se manifesta e deve ser identificado no esforço de colocar em xeque e de problematizar a noção de significado tal como admitida pela imagem tradicional da linguagem.

Deve-se notar, porém, que, a rigor, o caráter cético de *WRPL* não se filia diretamente à visão expressa por Sexto Empírico, de quem foi citado um trecho mais acima. Com efeito, se nos limitarmos à classificação das filosofias feita por Sexto Empírico, talvez alguém pudesse dizer que a concepção apresentada em *WRPL* é mais bem considerada como uma variante da filosofia acadêmica, na medida em que a conclusão do paradoxo de *WRPL*, após o fracasso das diferentes tentativas de solução direta, conforme notado na parte final do capítulo precedente, deixar-se-ia ser apreendida na ideia de que, no âmbito da imagem tradicional da linguagem, o significado é inalcançável. Ou, ainda, num sentido diferente, talvez se apontasse, alargando-se ligeiramente a divisão tripartite de Sexto Empírico, que *WRPL* não exhibe propriamente uma forma de ceticismo (e isso a despeito das diversas afirmações em contrário existentes no próprio livro), mas sim uma espécie de dogmatismo negativo, visto que a conclusão do paradoxo semântico poderia ser apresentada como sendo a afirmação de que, no domínio do significado linguístico concebido sob o modelo da imagem tradicional da linguagem, simplesmente não há verdade a ser descoberta (não há fatos semânticos).

No entanto, o fato é que, para se compreender apropriadamente em que sentido *WRPL* está em continuidade com uma certa tradição do pensamento filosófico cético (e, pois, em que sentido são verdadeiras as próprias afirmações contidas em *WRPL* no sentido da existência de um paradoxo cético ou de um ceticismo semântico), cabe remontar diretamente não a Sexto Empírico e à sua classificação inaugural, mas sim à

perspectiva posterior elaborada por David Hume. De fato, é Hume, e não Sexto Empírico, a referência intelectual mais importante quando se trata de analisar a auto-apresentação de *WRPL* como expressando um tipo específico de ceticismo quanto ao significado. É o próprio Kripke quem ressalta esse ponto, ao afirmar logo na introdução, comentando o que teria sido a visão do Wittgenstein tardio que *WRPL* procura expor, que “[...] [u]m certo problema, ou, na terminologia humeana, um ‘paradoxo cético’, é apresentado no que concerne à noção de uma regra” (KRIPKE, 1982, pp. 3-4). Em seguida a isso, é apresentado o que Hume teria chamado de uma “solução cética” ao problema” (KRIPKE, 1982, p. 4). Mais adiante no livro, é dito que “[...] [é] importante e esclarecedor comparar a nova forma de ceticismo de Wittgenstein com o ceticismo clássico de Hume [...]” (KRIPKE, 1982, p. 62).

Qual é, porém, a relação entre o que teria sido o ceticismo de Wittgenstein, tal como *WRPL* o entende, e a visão cética professada por Hume? De acordo com *WRPL*, a ligação entre essas duas perspectivas se daria, *grosso modo*, na medida em que tanto Hume quanto Wittgenstein interrogariam a vinculação entre determinado conjunto de eventos do passado com eventos do futuro (KRIPKE, 1982, p. 62). De fato, ao passo que Hume disputaria o nexos tradicionalmente suposto segundo o qual um acontecimento passado causa um acontecimento futuro e, ainda, o nexos relacionado ao raciocínio indutivo, o qual permite inferir conclusões sobre o futuro com base no conhecimento do passado; Wittgenstein, por sua vez, “[...] questiona o nexos entre a “intenção” ou “os significados” passados e a prática [linguística] atual” (KRIPKE, 1982, p. 62).

WRPL enumera pelo menos quatro razões que teriam contribuído para a não percepção imediata por parte dos estudiosos das similaridades entre o que teria sido o ceticismo semântico de Wittgenstein e as visões céticas de Hume a respeito da causalidade e da indução. Assim, em primeiro lugar, embora possam ser relacionados, os problemas tratados pelos dois filósofos são claramente distintos e separados. Além disso, Wittgenstein tinha pouca simpatia por Hume e pelo seu estilo de escrita. Uma terceira razão a obscurecer as proximidades entre os dois tipos de ceticismo seria que, como representante do empirismo, Hume está associado a certas noções, criticadas por Wittgenstein, sobre a mente e o papel explicativo das ideias. E, finalmente, Wittgenstein, à diferença de Hume, nunca aceitaria de bom grado o rótulo de cético, parecendo preferir, em vez disso, ser um “[...] ‘filósofo do senso comum’, ansioso para defender as nossas concepções comuns e dissolver as dúvidas filosóficas tradicionais.

Não é Wittgenstein quem sustentou que a filosofia apenas afirma o que todo mundo admite?” (KRIPKE, 1982, p. 63).

Seja como for, como parte ainda dessa visão cética na acepção indicada anteriormente, haveria também, tanto por parte de Hume quanto por parte de Wittgenstein, a elaboração de uma explicação de caráter cético das crenças colocadas sob suspeita, bem como uma análise em termos céticos das crenças ordinárias (KRIPKE, 1982, p. 64). Em *WRPL*, esse trabalho de reinterpretação e resgate, sob o ponto de vista cético-humano, por assim dizer, das práticas linguísticas que foram colocadas em questão fica a cargo da solução cética ao paradoxo semântico, a qual, concordando com a conclusão paradoxal segundo a qual não há fatos semânticos, aponta, contudo, que esse gênero de fatos não é de modo algum necessário para explicar a maneira como usualmente empregamos expressões linguísticas e atribuímos significado.

Finalmente, uma última observação sobre essa diferença (relativa às tradições do dogmatismo e do ceticismo filosóficos) identificada entre *NN* e *WRPL*. Kripke mesmo, quer em *NN*, quer em *WRPL*, não se mostra preocupado em associar tão explicitamente as suas obras às correntes do dogmatismo e do ceticismo. Evidentemente, no caso de *WRPL*, há diversas menções ao problema ou paradoxo “cético” que teria sido introduzido por Wittgenstein. No entanto, com exceção do momento no qual se busca comparar o que teria sido esse ceticismo semântico do Wittgenstein tardio com a concepção cética de Hume (KRIPKE, 1982, p. 62), não se observa naquela obra qualquer esforço mais pronunciado por parte do seu autor no sentido de reivindicar a sua inserção numa tradição de pensamento anterior. Da mesma forma, embora adote, principalmente a partir da segunda e da terceira conferência, uma perspectiva essencialista própria, que ressalta a atividade da ciência na tarefa de descoberta das propriedades necessárias, *NN* não oferece qualquer consideração mais clara no sentido da sua vinculação com uma tradição metafísica prévia de defesa da existência e da capacidade humana para a descoberta de essências⁴⁶.

Contudo, em que pesem essas omissões constatáveis nos dois livros, pode-se apontar pelo menos uma razão importante a justificar o procedimento aqui adotado. Realmente, ao forçar a ampliação dos limites do que se poderia considerar como sendo

⁴⁶ Em virtude da defesa que faz do essencialismo científico, *NN* chega a ser visto por alguns como estando na origem de certa reabilitação da teorização metafísica no interior da filosofia analítica; cf., por exemplo, Linsky (2011, p. 17) ou Fitch (2004, pp. xi-xii).

o campo de interlocução próprio de *NN* e *WRPL*, a saber, o universo da filosofia analítica produzida nos séculos XX e XXI, a tentativa anterior de vinculação dos escritos de Kripke a correntes filosóficas mais gerais procura contribuir para o tratamento dessas obras como estando em continuidade com certos movimentos filosóficos já tradicionais e, nessa mesma medida, busca contribuir para o reconhecimento do seu lugar de direito como participantes plenos na mesma grande conversação filosófica. Nesse sentido, objetiva-se assim colaborar para que as propostas desenvolvidas em *NN* e em *WRPL* possam ser vistas em todo o seu alcance e relevância não só para o debate filosófico contemporâneo, mas, igualmente, para o debate filosófico no seu sentido mais amplo.

4.1.2 Similaridades e a dimensão social da linguagem em *NN* e *WRPL*

Anteriormente, foram arrolados alguns motivos que podem servir como fundamento para a interpretação natural de acordo com a qual *NN* e *WRPL* são incompatíveis. Retomemos agora, por sua vez, as principais razões que justificam que essas duas obras sejam consideradas de forma muito mais próxima do que até então se observa nos estudos especializados. É possível também agrupar essas últimas razões em torno de algumas categorias gerais, a saber: semelhanças quanto à atitude filosófica geral; quanto a certo tema comum abordado nos dois livros; quanto ao papel limitado atribuído às intenções como fonte fundamental da explicação de certos fenômenos linguísticos; e, principalmente – dado ser a hipótese privilegiada pelo presente estudo –, quanto à importância atribuída à dimensão social da linguagem.

Assim, uma primeira similaridade a embasar uma aproximação entre os livros diz respeito ao que se poderia observar como sendo uma mesma atitude filosófica exibida por Kripke na feitura das duas obras, a qual pode ser vista como reunindo em si diferentes características. Com efeito, é possível verificar alguns traços comuns, sob o ponto de vista da abordagem e não tanto do conteúdo, que informam tanto *NN* quanto *WRPL*. Nesse sentido, pode-se destacar inicialmente uma perspectiva metodológica kripkeana orientada para a apresentação e a resolução de problemas ou *puzzles*, conforme indicado por Fitch (2004), em oposição ao que seria uma perspectiva ou atitude que, à maneira filosófica clássica (pensemos, por exemplo, num Kant ou num Hegel), fosse dirigida para a construção de grandes sistemas filosóficos.

Em *NN*, essa atitude marcada pela análise e solução de problema pode ser vista no modo como, paralelamente ao movimento efetuado nessa obra de rejeição do descritivismo, o tema da referência é então investigado sob vários aspectos e em sua ligação com assuntos conexos, como o da necessidade ou, ainda – na terceira conferência de *NN* –, em sua vinculação com o tema tradicional da relação mente-matéria. Por sua vez, em *WRPL* uma atitude filosófica baseada na exploração de problema pode ser identificada em pelo menos dois níveis diversos. Efetivamente, por um lado, sob o ponto de vista do objeto do livro, constata-se, de modo nítido, a exposição e investigação do *puzzle* introduzido pelo cético a respeito dos fatos constitutivos do significado linguístico, com a concomitante rejeição das tentativas de solução direta ao paradoxo.

No entanto, adicionalmente ao que pode ser percebido nesse plano material, há também uma dimensão de problema ou quebra-cabeça no que concerne à própria forma como *WRPL* se apresenta. Para que esse último ponto se torne mais claro, basta atentar-se para a presença das diferentes vozes que percorrem o texto. Realmente, há pelo menos três linhas discursivas que se cruzam em *WRPL*, as quais são representadas pelas figuras do cético semântico, que conduz o principal da discussão do livro; do Wittgenstein tal como interpretado por Kripke, cujas ideias expressas nas *IF* constituem a fonte de inspiração intelectual para o desenvolvimento das considerações que permeiam *WRPL*; e do próprio Kripke, o qual afirma não pretender nada dizer sobre as suas próprias visões a respeito de questões substanciais ou de falar por si mesmo, com exceção do que poderia ser verificado em passagens pontuais e menores de *WRPL* (KRIPKE, 1982, p. ix). Nesse sentido, é como se também a própria estrutura ou armação textual de *WRPL* se deixasse ser organizada em torno de um problema – o problema da autoria do posicionamento filosófico aí expresso – a demandar algum tipo de resolução por parte do seu leitor mais atento.

Como quer que seja, para além de uma abordagem de tipo *problem-solving* exibida nos livros analisados, pode-se apontar ainda um outro elemento no que diz respeito ao que seria uma mesma atitude geral a informar tanto *NN* quanto *WRPL*. Aludo aqui ao esforço kripkeano, que pode igualmente ser observado nos dois escritos, de buscar, de certa forma, uma clara delimitação e distinção dos conceitos tratados, muitas vezes estabelecendo diferenciações que não são devidamente observadas pelos demais filósofos. Assim, no caso de *NN*, destacam-se, por exemplo, as distinções entre

os diferentes tipos de modalidades. Com efeito, eis o que se pode ler na obra a esse propósito:

[...] Eu quero falar sobre uma outra distinção que será importante para a metodologia dessas conferências. Os filósofos têm falado (e, claro, tem havido em anos recentes controvérsia considerável sobre a significatividade dessas noções) [sobre] várias categorias de verdade, que são chamadas “*a priori*”, “analítica”, “necessária” – e, às vezes, até mesmo “certa” é jogada nesse monte. Os termos são frequentemente usados como se fosse uma questão interessante se existissem coisas correspondendo a esses conceitos, mas poderíamos também encará-los todos como significando a mesma coisa. [...] Na discussão contemporânea, muito poucas pessoas, se é que alguém o faz, distingue entre os conceitos de um enunciado ser *a priori* e de ser necessário. De qualquer forma, eu *não* vou aqui usar indistintamente os termos “*a priori*” e “necessário” (KRIPKE, 1980, p. 34).

Pode-se dizer que é exatamente esse trabalho de esclarecimento conceitual, ao tornar possível a exploração de certas regiões do espaço lógico dificilmente disponíveis para os enquadramentos filosóficos tradicionais, uma das bases que permitirá que sejam avançadas por Kripke contribuições importantes e originais, como, no âmbito de *NN*, a ideia de que uma descrição pode ser tratada como oferecendo o significado de um nome ou como apenas fixando a sua referência (distinção que não é apropriadamente enfatizada pela própria teoria descritiva); ou a ideia de que são metafisicamente necessários os enunciados de identidade envolvendo dois nomes próprios; ou, ainda, de que existem verdades necessárias *a posteriori*.

Por sua vez, é possível também constatar em *WRPL* uma preocupação similar à indicada, relativa à procura por uma demarcação nítida de noções centrais para o desenvolvimento da discussão apresentada por Kripke. No caso deste último livro, tal característica se manifesta, principalmente, na relevância atribuída a que seja devidamente compreendida a dimensão constitutiva do paradoxo semântico. De fato, embora o desafio cético possa também ser formulado em termos epistêmicos, cenário em que se estará interessado sobretudo nas razões que possam justificar por que, com um sinal como “+”, por exemplo, alguém quer dizer adição (e não uma função matemática diversa qualquer); o que está realmente em jogo em *WRPL* é uma questão constitutiva, entendida como sendo uma indagação que diz respeito à existência mesma de supostos fatos que seriam determinantes do significado linguístico.

Desse modo, não está em causa em *WRPL* simplesmente a ideia de que, embora existentes, os fatos semânticos são, de algum modo, cognitivamente opacos para os falantes. Em vez disso, o problema reside em que, se aceitarmos certas demandas

impostas à noção de significado decorrentes da imagem tradicional da linguagem, nada parece ser encontrável que possa desempenhar o papel esperado de fato semântico. Não é por outra razão – isto é, por não levar devidamente em conta a força do questionamento de natureza constitutiva – que erra de todo o alvo uma tentativa de resposta ao paradoxo semântico com base no apelo a considerações de simplicidade (KRIPKE, 1982, p. 38).

Pode-se assinalar ainda um outro elemento associado à atitude ou abordagem filosófica mais geral mantida tanto em *NN* quanto em *WRPL*. Com efeito, para além de uma perspectiva com base em problemas e de um certo cuidado com distinções conceituais, sobressai também nos dois livros a preocupação com a manutenção das intuições comuns dos falantes, bem como uma valorização das nossas práticas linguísticas efetivas. Assim, no que diz respeito a *NN*, podem ser apontadas diferentes passagens como ilustração dessas características. Realmente, nota-se em toda essa obra uma tentativa de se manter as teses filosóficas que aí são avançadas alinhadas com o que seriam as intuições ordinárias dos usuários da linguagem. Nesse quadro, Kripke afirma, por exemplo, que a “[...] nossa ideia intuitiva da nomeação sugere que os nomes são rígidos” (KRIPKE, 1980, p. 4) ou, ainda acerca desse mesmo assunto, que “[...] pode ser de fato sustentada a intuição natural de que os nomes da língua ordinária são designadores rígidos” (KRIPKE, 1980, p. 5). Uma manifestação relacionada dessa característica, que ressalta a busca por se valorizar o modo como a linguagem é efetivamente empregada – a certa altura de *NN*, a propósito da distinção entre nomes e descrições, Kripke afirma que “[...] aqui estou fazendo uma distinção que é certamente feita na linguagem” (KRIPKE, 1980, p. 27) – pode ser vista na própria rejeição do descritivismo como explicação da referência, na medida em que a concepção descritivista impõe ao falante certas exigências de conhecimento *a priori* e necessário do conteúdo descritivo associado ao nome utilizado que simplesmente não são reais; isto é, um falante pode muito bem empregar um nome próprio mesmo se não tiver nenhum conhecimento do conteúdo descritivo associado ao termo tal como exigido pelo descritivismo.

Por seu turno, também o texto de *WRPL*, se lido com a atenção que merece, busca não colocar em questão as intuições comuns e as práticas linguísticas efetivas dos falantes. De fato, embora a hipótese cética possa parecer extravagante ou “bizarra” (KRIPKE, 1982, p. 9), cabe notar que a solução que supera o paradoxo semântico não visa a negar, ao final, que as pessoas utilizam expressões linguísticas com significado,

podendo assim livremente falar do mundo e dos objetos nele contidos. Ocorre apenas que, sob um ponto de vista teórico ou conceitual, a significatividade precisa ser explicada a partir de um modelo diferente daquele pressuposto pela concepção factualista da linguagem. Nesse quadro, “[...] a nossa prática ou crença comum está justificada porque – não obstante as aparências em contrário – ela não exige a justificação que o cético mostrou ser insustentável” (KRIPKE, 1982, p. 66). Ou, ainda: “Nós apenas desejamos negar a existência do ‘fato superlativo’ que os filósofos equivocadamente anexam a essas formas comuns de palavras, não a propriedade das formas mesmas de palavras” (KRIPKE, 1982, p. 69). Assim, percebe-se da dinâmica da discussão de *WRPL* que a imagem tradicional da linguagem só é tradicional e encontra bastante adeptos porque é aceita quase de modo irrefletido, não tendo em geral as suas implicações últimas devidamente extraídas; pois, de outro modo, e sendo verdadeiras as considerações céticas desenvolvidas em *WRPL*, seria percebido sem dificuldade que essa concepção tradicional não poderia, já de início mesmo, ser capaz de explicar de maneira apropriada o caráter significativo da linguagem que empregamos cotidianamente.

Vejamos agora outra similaridade entre *NN* e *WRPL*, a qual foi sugerida inicialmente por Burgess (2013). Realmente, nessa obra é possível notar como os dois livros de Kripke poderiam ser tomados como sendo contribuições à investigação de um mesmo tema geral, qual seja, a necessidade. Desse modo, no caso de *NN*, está em questão sobretudo a análise e defesa da existência das necessidades descobertas *a posteriori*. Nessa perspectiva, uma questão que se impõe para o Kripke de *NN* é como explicar a capacidade humana, pressuposta pela sua concepção científico-essencialista, de descobrir verdades necessárias, uma vez que a necessidade não se reduz à analiticidade, não podendo ser assim associada, portanto, simplesmente ao conhecimento de fatos sobre a linguagem; ou, para formular o mesmo problema em termos mais kantianos, como seria possível o conhecimento *a posteriori* da necessidade? (BURGESS, 2013, p. 74). Essas questões tocam no que Burgess denomina de “mistério da modalidade” e são objeto de atenção de *NN*. Em vez de seguir aqui essa explicação, contudo, o mais importante, para os propósitos atuais, é notar que, de certa forma, também *WRPL*, ao se ocupar de uma determinada vertente do problema da necessidade, tangencia o mistério da modalidade.

Efetivamente, poder-se-ia pensar, equivocadamente (à luz de *NN*), que, em última análise, a fonte da necessidade – de qualquer necessidade – não reside senão nos

próprios seres humanos, na medida em que, para essa visão (que, de novo, destoa das linhas argumentativas sustentadas em *NN*), toda necessidade seria redutível à linguagem e às suas regras. No entanto, como revela *WRPL*, “[...] a noção mesma de ‘regra’ esconde mistérios” (BURGESS, 2013, p. 8). Assim, sob a ótica da sugestão de Burgess, é como se, enquanto *NN* oferece uma perspectiva que permite agora a concepção de necessidades *a posteriori*, *WRPL*, por intermédio do paradoxo semântico e do seu questionamento da noção de regra, atacasse o próprio modelo de linguagem que poderia ser visto por alguém como contendo as bases para uma explicação puramente linguística – e, nesse sentido, contrária ao espírito da visão de *NN* – da necessidade. Como resultado, sob essa abordagem, tanto *NN* quanto *WRPL* lidam com uma mesma questão de fundo: *grosso modo*, *NN* propõe uma certa concepção essencialista determinada e *WRPL* rejeita uma determinada compreensão da linguagem que poderia ser vista como oferecendo as bases para o esvaziamento do próprio projeto essencialista de *NN*.

Outra semelhança entre *NN* e *WRPL* pode ser encontrada num certo anti-mentalismo exibido pelas duas obras no que concerne à explicação da referência e do significado, respectivamente. Assim, por um lado, conforme visto nos capítulos anteriores desta tese, *NN* atribui uma importância bastante limitada para o conteúdo mental como elemento determinante da referência de nomes próprios e de termos para espécies naturais. Nesse sentido, embora haja no livro, no âmbito da exposição da chamada “teoria causal da referência”, menções ao termo “intenções” e se fale, por exemplo, que, para que haja a referência, o falante deve ter a intenção ou pretender se referir ao objeto designado pelo termo empregado, não é o caso que, para que a referência seja bem-sucedida, o objeto designado deva satisfazer qualquer tipo de conteúdo mental associado pelo falante ao termo aplicado. De fato, de acordo com a concepção da referência sustentada em *NN*, a função de determinação da referência dos nomes que efetivamente utilizamos nas nossas interações comunicativas cabe às cadeias comunicativas que remontam ao ato de batismo dos objetos designados. Essa explicação é bastante diferente daquela decorrente do ponto de vista descritivista, segundo o qual, para além de ser necessário que o falante também tenha a intenção de se referir ao objeto nomeado, sustenta-se, resumidamente, que “[...] minhas intenções [como falante] são dadas primeiramente, dando alguma condição que determina unicamente um objeto” (KRIPKE, 1980, p. 79).

Por outro lado, também na discussão explorada em *WRPL* se pode apreender o compromisso com uma explicação que exhibe certa natureza anti-mentalista. Nesse

último caso, o tópico surge em conexão com a solução cética, analisada a partir do capítulo 3 de *WRPL*, e não com o exame das tentativas de solução direta ao paradoxo semântico. Realmente, a imagem tradicional da linguagem e alguns dos seus desenvolvimentos mais elaborados sob o ponto de vista teórico (alguns candidatos à solução direta) incorporam explicitamente o recurso ao conteúdo mental como opção de resposta ao cético. Assim é que se pode ler, por exemplo, que, para uma manifestação da visão atacada pelo desafio semântico, por meio “[...] da minha representação simbólica externa e da minha representação mental interna, eu ‘apreendo’ a regra para a adição” (KRIPKE, 1982, p. 7). Ou ainda, segundo a visão criticada em *WRPL* que concebe os significados com base na noção de *qualia*, haveria um estado mental cognoscível introspectivamente associado a cada significado, de modo que a experiência subjetiva de querer dizer adição com “+” seria claramente distinta da experiência subjetiva de querer dizer quadição com “+”, razão por que não se colocaria o paradoxo semântico (KRIPKE, 1982, p. 41). No entanto, por razões já examinadas neste estudo, também em *WRPL* o apelo ao conteúdo mental como explicação determinante não se mostra sustentável, sendo que, em seu lugar e a fim de desempenhar as funções que se poderia pensar que somente uma explicação de natureza mentalista seria capaz de prover, *WRPL* introduz, com a solução cética ao paradoxo semântico, o recurso indispensável à comunidade.

O compromisso com a comunidade mencionado acima a propósito da explicação do significado oferecida pela solução cética toca num aspecto central para a hipótese interpretativa defendida nesta tese, que é o tema da dimensão social da linguagem presente tanto em *NN* quanto em *WRPL*. Essa é, pelo menos sob o enfoque deste estudo, a principal semelhança a ser assinalada entre os dois livros; por isso, vou retomá-la abordando-a abaixo separadamente.

4.1.2.1 A dimensão social da linguagem em *NN* e *WRPL*

Como pode ser definida a hipótese central defendida nesta tese? Formulando de maneira resumida, a ideia geral é que tanto *NN* quanto *WRPL* exibem um certo compromisso com a importância de aspectos sociais para a elaboração das concepções que propõem para a referência e o significado. Nesse sentido, há uma continuidade substancial, em geral não notada pelos especialistas, entre os dois livros. Realmente,

trata-se de uma continuidade substancial, e não acessória, porque a valorização da dimensão social se encontra no núcleo mesmo das explicações fornecidas para os fenômenos linguísticos de que essas duas obras primariamente se ocupam.

Não se deve concluir da descrição acima, porém, que a questão da dimensão social deva aparecer exatamente do mesmo modo, em todos os seus detalhes, nas duas obras indicadas. De fato, não é isso o que esta tese sustenta. Há uma série de razões, que podem ser observadas na subseção 4.1.1 deste capítulo, dedicada às diferenças entre *NN* e *WRPL*, que justificam as diferentes modulações que o tópico da dimensão social da linguagem recebe nos dois livros. Em vez disso, o que constituiu aqui um objetivo desde o início foi averiguar como, em que pesem alguns aspectos distintos que existem inegavelmente em *NN* e em *WRPL*, seria possível, a partir de certa reconstrução da discussão desenvolvida nessas obras, identificar uma determinada linha temática comum e significativa a percorrer os dois tratamentos de temas semânticos.

Da mesma forma, ao se falar de tema comum em *NN* e em *WRPL*, não se deve entender por isso que o próprio Kripke endosse ou defenda explicitamente a abordagem interpretativa aqui avançada. Dito de outra maneira, esta tese não buscou oferecer um relato das opiniões de Kripke a respeito do modo como os seus dois livros se relacionam ou a respeito do seu ponto de vista pessoal acerca da dimensão social da linguagem. Um trabalho como esse exigiria a adoção de métodos e procedimentos diversos dos que foram presentemente escolhidos. Assim, uma tal perspectiva meramente biográfica não esteve aqui em questão.

No seu lugar, a finalidade almejada neste estudo foi, ao comparar *NN* e *WRPL*, examinar – tão objetivamente quanto possível em matéria filosófica e de história da filosofia – como os livros, tomados em si mesmos, poderiam se prestar a uma leitura sob a qual se mostrassem unidos sob um aspecto central. Como justificativa para esse empreendimento, encontra-se a crença de que, ao reconstituir dois momentos fundamentais da trajetória filosófica de Kripke, exibindo a existência de certa unidade a eles subjacente, seria possível auxiliar na tarefa de compreensão da articulação conceitual das duas obras desse autor e, nesse esforço, ganhar mais clareza quanto ao devido alcance da contribuição kripkeana para o debate filosófico contemporâneo a respeito da linguagem.

Isso dito, retomemos agora a seguinte questão: como se dá a presença do tema da dimensão social na concepção elaborada em *NN*? Como examinado em capítulo anterior, essa perspectiva aparece em *NN* vinculada a pelo menos dois planos diferentes,

mas estreitamente relacionados, consoante a maneira como aí pode ser identificada a atuação da comunidade. Assim, pode-se de início observar a ênfase no aspecto social quando se considera o próprio mecanismo que, segundo *NN*, determina a forma como ocorre a referência dos nomes que empregamos cotidianamente. Em outras palavras, é com a cadeia comunicativa associada a um determinado termo que logo se percebe um modo de atuação, em *NN*, da dimensão social, pois a cadeia comunicativa não é senão o conjunto – portanto, a comunidade – de usuários do termo. Esse conjunto é formado à medida que, iniciando-se com o ato mesmo de batismo, a expressão é repassada de falante a falante, gerando-se assim uma rede de empréstimos e transmissões do nome, sendo que cada usuário do termo poderá então ser visto como representando um certo nódulo ou elo pertencente a essa rede. Nesse quadro, em resumo, é só porque há uma determinada comunidade linguística, consubstanciada na noção de uma cadeia comunicativa, que ocorre a referência.

O aspecto comunitarista ou social da explicação favorecida em *NN* pode ser melhor apreciado quando contrastado com a explicação fornecida pelo descritivismo. Com efeito, enquanto a visão descritivista faz depender o sucesso do ato de referência da posse pelo falante de algum conjunto de descrições que, associado ao nome, aplicar-se-ia exclusivamente ao objeto referido; a visão histórico-causal atribui à comunidade linguística – portanto, a algo externo à mente do falante – a função de estabelecer a referência. Assim, se é verdade que o descritivismo pode ser qualificado como uma concepção de caráter individualista, na medida em que, em tese, o ato de referência poderia ser explicado levando-se em consideração somente as intenções e o conteúdo descritivo do falante que pretende referir; a concepção defendida em *NN*, ao contrário, revela-se de natureza eminentemente externista, pois a cadeia comunicativa é em tese de natureza pública e pertence à ordem do ambiente ou mundo exterior, não podendo ser contida no seu todo em qualquer mente individual.

Realmente, a cadeia comunicativa associada a um nome qualquer, dado que não é senão, *grosso modo*, o conjunto de falantes competentes na utilização do termo, pode ser bastante ampla, estendendo-se largamente no tempo e no espaço. Evidentemente, não é de se esperar que um usuário qualquer de um nome seja capaz de apreender toda a amplitude de elos da cadeia comunicativa pertinente, desde o momento inaugural do batismo até a sua articulação com o falante de quem o nome foi por último obtido. No entanto, nenhum conhecimento desse tipo é exigido no âmbito de *NN*. Assim, é desnecessário, sob o ponto de vista da compreensão de como efetivamente ocorre a

referência, fazer qualquer consideração ou recurso a como o falante pensa ter adquirido o termo empregado ou ao modo como ele concebe o objeto referido. Como Kripke escreve, para a visão apresentada em *NN*, “[...] o que é relevante não é como o falante pensa que obteve a referência, mas a cadeia de comunicação real” (KRIPKE, 1982, p. 93). Em suma, de acordo com essa perspectiva, em vez de estar contido numa mente individual, o mecanismo de determinação da referência encontra-se socialmente distribuído.

Desse modo, uma manifestação central da importância de aspectos sociais ou comunitários na concepção sustentada em *NN* aparece na explicação mesma, uma vez rejeitado o descritivismo, da maneira como, via cadeias comunicativas, funciona efetivamente o estabelecimento da referência dos nomes próprios que utilizamos. Há, contudo, um outro sentido, bastante próximo daquele tematizado em *WRPL*, no qual se pode tentar observar a atuação da comunidade – e, portanto, da dimensão social – operando em *NN*. Esse último sentido de comunidade não é explicitamente considerado pelo próprio Kripke em *NN*, mas, além de ser compatível com as linhas mestras dessa obra, poderia até mesmo ser visto como sendo, de certa forma, um pressuposto fundamental de toda a concepção sobre a referência que é ali apresentada. Com efeito, para além do papel da comunidade em relação aos episódios de transmissão de nomes, foi aqui sustentado que a comunidade, entendida num sentido mais amplo, também desempenha uma função indispensável na preparação das condições para os próprios atos de batismo. Dito de outra maneira, parece ser necessário pressupor um certo tipo de comunidade a fim de que qualquer ato de batismo possa ser realizado com êxito e o nome possa então ser posteriormente comunicado aos demais usuários da língua.

Nesse último sentido, a comunidade deve ser compreendida sobretudo como o compartilhamento de práticas e de uma determinada forma de vida, sendo que a sua postulação oferece uma resposta para o problema da ambiguidade referencial (uma versão específica do *qua problem*). Realmente, poderíamos pensar que, quando um objeto qualquer é batizado com um certo nome, há espaço suficiente, pelo menos sob o ponto de vista estritamente lógico ou teórico, para que haja algum desacordo entre os presentes à situação de batismo quanto ao que está exatamente sendo nomeado. Em outras palavras, supondo-se uma situação de batismo na qual há dois falantes e o objeto a ser nomeado, por exemplo, parece haver alguma margem para que os dois indivíduos participantes desse ato de batismo possam divergir em relação ao aspecto ou característica particular do objeto que está sendo nomeado no momento. Kusch tenta

resolver o problema de ambiguidade referencial que está aqui em questão assumindo o compromisso com a existência de estados mentais que, uma vez compartilhados pelos diferentes indivíduos numa situação de batismo, atuariam eliminando a ambiguidade envolvida (KUSCH, 2006, p. 134). No entanto, essa resposta deve ser rejeitada, pois não oferece a garantia e estabilidade necessárias para eliminar a ambiguidade referencial, dado que, resumidamente, os supostos “estados mentais com significado” capazes de atuar com essa função são eles mesmos passíveis de questionamento e desacordo, como provam, se ampliarmos o nosso escopo analítico, as considerações céticas de *WRPL*. É nesse contexto, então, que o recurso a uma noção ampliada de comunidade se sobressai como melhor maneira de lidar com o presente desafio.

Duas questões se impõem, então: como a postulação de um conceito ampliado de comunidade resolve o problema da ambiguidade referencial e é essa postulação realmente consistente com o que se afirma em *NN*? No que se refere à primeira questão, isto é, à maneira como uma noção mais ampla de comunidade poderia eliminar a ambiguidade associada ao ato de referência, o ponto central passa pela ideia de os falantes concernidos compartilharem um conjunto efetivo de práticas e atitudes, o que contribui para a geração de atitudes gerais largamente convergentes. Realmente, a fim de que a linguagem possa funcionar plenamente junto a um número qualquer de falantes, parece razoável supor que esses falantes devam adquirir ou já estejam em posse de determinadas características comuns que tornem a comunicação entre eles possível. Dito de outra maneira, é somente com base num terreno já coletivamente compartilhado que a linguagem se constrói e se efetiva. Como elementos desse terreno comum, poderiam ser indicadas as reações ou expectativas similares que os indivíduos gradualmente desenvolvem no seu processo de socialização junto a uma forma de vida particular.

Nesse quadro geral, inspirado numa certa interpretação das considerações antropológicas que marcam a abordagem tardia do pensamento de Wittgenstein, há uma espécie de acordo de base que funda a linguagem. Esse acordo envolve elementos de natureza extralinguística, como os costumes e experiências comuns aos diferentes indivíduos que tomam parte na mesma forma de vida, e é o que forneceria as condições para que o comportamento linguístico dos falantes possa ser reconhecível pelos próprios participantes. Ora, mas se essas considerações são verdadeiras, então parece que não há o espaço necessário para a formulação mesma do problema explorado por Kusch. De fato, achar que um ato de batismo possa ser ameaçado de algum modo pelas variadas

interpretações possíveis acerca de qual aspecto exatamente está sendo objeto de nomeação é já conceber toda a situação dissociada do contexto efetivo que, compartilhado pelos falantes, informa a sua utilização da linguagem. Num tal contexto concreto, são aprendidas reações e atitudes geralmente esperáveis nas diferentes situações, incluindo nas situações envolvendo a utilização da linguagem, de modo que, em qualquer ato de batismo, se ele é significativo e reconhecido como tal junto aos membros desse contexto, os participantes sabem usualmente o que está sendo nomeado.

Diante disso, resta a pergunta pela consistência entre o que foi descrito acima e *NN*. Essa questão é pertinente porque, de fato, Kripke mesmo nada diz expressamente nesse livro a propósito de qualquer sentido alargado de comunidade nas linhas do que foi indicado anteriormente, embora esse conceito ampliado de comunidade figure explicitamente, via Wittgenstein, em *WRPL*. Como já notado nesta tese, as alusões a Wittgenstein, no âmbito da discussão de *NN*, estão mais associadas sobretudo ao quadro da crítica ao descritivismo. No entanto, cabe sustentar aqui que a concepção de uma noção mais ampliada de comunidade, entendida em linha com os conceitos de práticas e formas de vida, insere-se perfeitamente dentro do movimento mais geral de caráter anti-mentalista e de externalização da compreensão da referência de *NN*, aspectos explicitamente promovidos na discussão dessa última obra. Com efeito, a assim chamada “teoria causal” objetivou explicar a referência, à diferença do descritivismo, esvaziando o papel dos conteúdos mentais e enfatizando a atuação de elementos exteriores, sociais e em princípio públicos – a saber, as cadeias comunicativas. Nesse mesmo sentido, parece um desdobramento natural dessa opção explicar a inexistência de ambiguidades referenciais relevantes vinculadas ao ato de batismo postulando-se a operação de um outro sentido de “comunidade”, o qual, não se esgotando na sua vertente linguística e que realiza a interface com as cadeias comunicativas, seria capaz, ao mesmo tempo em que salvaguarda a natureza social expressamente reivindicada pela concepção de *NN*, de estabelecer as bases necessárias para o acordo de que depende qualquer emprego da linguagem, inclusive o seu emprego em situações de batismo.

Tudo isso quanto ao que constitui a dimensão social da linguagem em *NN*. E em *WRPL*, como esse tema aparece? Nesse último caso, conforme procurei demonstrar em capítulos anteriores, o tópico surge essencialmente vinculado à solução cética fornecida ao paradoxo semântico. De fato, uma vez rejeitadas a imagem tradicional da linguagem e as concepções do significado que o faziam depender da existência de algum tipo específico de fato, é necessário conceber um outro modelo à luz do qual possam ser

satisfatoriamente explicados os significados das expressões que utilizamos, num movimento de resgate da significatividade da nossa utilização linguística comum. Na perspectiva então delineada em *WRPL*, isso será feito com base na substituição de características centrais da imagem tradicional, dentre as quais se destacam, por exemplo, o recurso às condições de verdade e um certo entendimento da fonte da normatividade linguística, por equivalentes ajustados ao novo modelo. Assim, no lugar desses aspectos ligados à visão tradicional, a solução proposta em *WRPL* introduz, como alguns dos seus elementos, por exemplo, uma concepção intersubjetiva da normatividade semântica, bem como a noção de condições de assertibilidade.

De forma mais específica, no novo quadro teórico apresentado em *WRPL*, o tema da dimensão social se evidencia quando se considera o que agora será tomado como necessário a fim de explicar a significatividade linguística. De fato, se com a imagem tradicional da linguagem era de algum modo possível dar conta do significado atendo-se ao domínio individual, isto é, concebia-se como viável que o significado de uma expressão utilizada por um falante pudesse ser teoricamente elucidado lançando mão de recursos que fizessem referência exclusiva a esse indivíduo (ao seu conteúdo mental, por exemplo); com a solução cética, sustenta-se que não há “[...] nenhum fato sobre um indivíduo que poderia constituir o seu estado de querer dizer adição em vez de quadição” (KRPKE, 1982, p. 39). Realmente, não há nenhum fato individual que possa cumprir o papel demandado pela imagem tradicional porque, como atestado pela argumentação do cético semântico, qualquer suposto fato semântico indicado com essa finalidade – quer ele seja externo e relativo ao comportamento linguístico do falante (como na proposta disposicionalista), quer ele seja interno e relativo ao âmbito propriamente mental (como, por exemplo, a tentativa de solução direta do empirismo clássico ou a que concebe o fato semântico com base no modelo de estados mentais como *qualia*) – estaria suscetível de ser tomado como querendo dizer algo diverso do que o inicialmente estabelecido.

No entanto, em vez de concluir pela inexistência *tout court* de fatos semânticos e, portanto, pela inexistência de significados expressos pelas expressões da nossa língua, a lição apropriada a se tirar de *WRPL* é bem outra. Com efeito, a rigor, o que se segue do paradoxo semântico é que, se concebido à luz de um modelo bem determinado, o significado linguístico não pode se fundar em fatos semânticos. No entanto, e esse é um ponto fundamental, a imagem tradicional não é o único modo de se conceber a linguagem e o significado; em particular, é plenamente possível que, rejeitando-se, por

exemplo, dentre outros pontos, a adesão da imagem tradicional a uma semântica das condições de verdade, o significado de uma expressão seja explicado considerando-se as condições para a assertibilidade dessa expressão. Nesse movimento, porém, fica patente que “[...] essas condições envolvem [...] referência a uma comunidade. Elas são inaplicáveis a uma única pessoa considerada em isolamento” (KRIPKE, 1982, p. 79).

Como exatamente as condições de asserção, elemento-chave do modelo de compreensão do significado linguístico proposto pela solução cética, envolvem uma referência inescapável à comunidade? Esse ponto fica mais claro quando se nota que a substituição, como base do significado, das condições de verdade pelas condições de asserção introduz igualmente uma substituição quanto ao tipo de pergunta que se poderia fazer a fim de esclarecer a fonte do significado. Dito de outra maneira, se sob o paradigma da imagem tradicional, para elucidar o significado de um enunciado qualquer, alguém poderia muito bem se questionar “O que precisa ser o caso para que essa sentença seja verdadeira?” (KRIPKE, 1982, p. 73) – isto é, quais condições precisam em princípio ocorrer no mundo para que o enunciado seja capaz de ser verdadeiro e, portanto, expresse algum significado? (o que aparentemente não requer nenhum tipo de contribuição especial da comunidade linguística de que faz parte o falante que emite o enunciado) –; sob a égide da solução cética, essa indagação própria de uma semântica realista cede lugar para duas outras perguntas, a saber:

[...] em primeiro lugar, ‘Sob que condições essa forma de palavras pode ser apropriadamente asserida (ou negada)?’; em segundo lugar, dada uma resposta para a primeira questão, ‘Qual é o papel, e a utilidade, nas nossas vidas da nossa prática de asserir (ou negar) a forma de palavras sob essas condições?’ (KRIPKE, 1982, p. 73).

Dessa perspectiva, o que ocorre é que essas duas novas questões só podem ser devidamente tratadas tendo-se em conta a comunidade da qual faz parte o emissor do enunciado em consideração. Efetivamente, no que diz respeito à primeira questão do novo modelo, importa averiguar quais são as situações em que, na comunidade linguística do falante, a expressão por ele utilizada é usualmente empregada pelos demais membros da comunidade, bem como se o exemplar particular utilizado pelo falante está em conformidade ou não com as expectativas coletivamente especificáveis – trata-se, em suma, das condições sob as quais se está justificado, sob o ponto de vista da comunidade, a emitir um enunciado qualquer (KRIPKE, 1982, p. 74). Por sua vez, no que concerne à segunda pergunta introduzida pela solução cética, cumpre examinar qual

é o papel, sob o ponto de vista das finalidades da comunidade, da asserção do enunciado pelo falante. Em outras palavras, supondo-se que o movimento linguístico considerado já se encontra justificado perante a comunidade, qual seria o propósito mais geral junto à forma de vida do falante da asserção desse tipo de enunciado?

Assim, de modo similar a como ocorre com *NN*, quando, uma vez rejeitado o descritivismo, revelou-se que a referência só poderia ser explicada incorporando-se a contribuição fundamental da comunidade linguística, *WRPL* mostra que, se queremos resgatar a noção de significado do paradoxo a que está condenada sob a concepção tradicional, é necessário reconhecer a função essencial desempenhada pela comunidade como condição para a possibilidade de qualquer linguagem significativa. Isso significa dizer que o conceito de “comunidade” é exatamente o mesmo em *NN* e em *WRPL*? Diante dessa pergunta, parece correto afirmar que, nos dois livros, a noção é mobilizada a fim de desempenhar finalidades explicativas semelhantes, ainda que se deva reconhecer que o seu contorno preciso não seja completamente idêntico. Isso é assim porque a comunidade, tal como aparece explicitamente em *WRPL*, exibe caráter mais amplo, na medida em que, mais que somente aludir a um grupo de indivíduos associados por certas relações linguísticas específicas (compreensão que também está nitidamente presente em *NN*), abrange também elementos relativos a práticas em comum e ao compartilhamento de uma mesma forma de vida (por exemplo, KRIPKE, 1982, p. 96). Esses últimos aspectos só implícita ou indiretamente, como condição para a explicação da referência, podem ser associados à concepção defendida em *NN*.

No entanto, não resta dúvida que, tanto em *NN* quanto em *WRPL*, falar em comunidade implica reconhecer a participação essencial dos demais falantes para a compreensão e análise do próprio comportamento linguístico. É a relevância conferida, sob o ponto de vista teórico-explicativo, a esse reconhecimento do conjunto dos demais usuários da língua que permite, por exemplo, que tanto *NN* quanto *WRPL* adotem concepções de natureza anti-mentalista, pois agora se torna possível recorrer a marcos públicos – em resumo, os demais falantes – na explicação daquilo mesmo que as visões criticadas – o descritivismo, em *NN*, e a imagem tradicional da linguagem, em *WRPL* – consideravam, de maneira equivocada, como sendo possível analisar recorrendo prevalentemente à esfera privada. De fato, no que têm de expressamente idêntico, as noções de comunidade em *NN* e em *WRPL* permitem que os fatores responsáveis pela correção referencial ou de aplicação significativa de uma expressão existam de modo público. Nesse sentido, deve-se ressaltar que a visão de comunidade de *NN* e de *WRPL*

se opõe tanto a uma concepção mentalista (no sentido qualificado nesta tese) quanto a um ponto de vista individualista, que considerasse que uma pessoa, tomada isoladamente, fosse capaz de utilizar uma expressão linguística a fim de referir ou de significar.

Eis então, expostas no seu essencial, as bases para a tese principal defendida no presente estudo. A atenção conferida via comunidade à relevância da dimensão social para a compreensão quer da referência, quer do significado linguístico, oferece uma grade de leitura renovada para a interpretação articulada dos dois principais escritos de Kripke dedicados a temas de linguagem. Uma questão interessante, que poderia ser investigada futuramente em conexão com o tema da valorização dos aspectos sociais para as explicações desenvolvidas em *NN* e em *WRPL* (supondo-se o acerto desta última hipótese, como aqui defendido) – mas que, por escapar dos limites inicialmente estabelecidos para esta tese, não será explorada aqui para além desse registro – é a seguinte: qual seria a origem ou fonte mais remota que poderia ser apontada como estando na base da perspectiva kripkeana acerca do tópico da dimensão social da linguagem? Um suspeito imediato seria Wittgenstein. É escusado mencionar a importância do pensamento do Wittgenstein tardio para o desenvolvimento das ideias expressas em *WRPL*, ainda que o seu papel para a discussão de *NN*, pelo menos à primeira vista, seja muito menos central. Uma outra pista para essa questão talvez pudesse ser buscada nos trabalhos lógicos do próprio Kripke. De fato, é bastante conhecido o fato de Kripke ter também formação em matemática e ter escrito os seus primeiros trabalhos no campo da lógica. Assim, alguém poderia ver num certo “construtivismo” associado à forma como Kripke emprega a linguagem sobre mundos possíveis – os quais não são de modo algum concebidos como entidades reais, mas como construções ou instrumentos conceituais com vistas a alguma função de esclarecimento do valor de verdade de enunciados modais – traços já de um entendimento inicial por parte de Kripke acerca da importância de se conceber a linguagem de modo situado em circunstâncias concretas, característica que receberia depois as devidas modificações e ampliações em *NN* e em *WRPL*⁴⁷.

⁴⁷ Devo ao prof. Jimmy Plourde a sugestão da hipótese de uma possível vinculação entre o construtivismo de Kripke acerca dos mundos possíveis, que já se mostraria nos seus trabalhos de lógica anteriores, e o tema da dimensão social da linguagem em *NN* e em *WRPL*. Em *NN*, um exemplo claro da postura construtivista kripkeana acerca dos mundos possíveis pode ser visto no seguinte trecho: “‘Mundos possíveis’ são *estipulados*, não *descobertos* por telescópios poderosos. Não há razão por que, ao falarmos sobre o que teria acontecido a Nixon em certas situações contrafactuais, não possamos *estipular* que nós estamos falando sobre o que teria acontecido com *ele*” (KRIPKE, 1980, p. 44).

Em vez de seguir a linha de investigação acima, porém, tratarei na próxima seção de algumas objeções que poderiam ser dirigidas à tese deste trabalho tal como anteriormente descrita.

4.2 OBJEÇÕES E RESPOSTAS

Nesta seção final, o objetivo é examinar e responder algumas objeções que poderiam ser feitas à interpretação que defendo acerca das relações entre *NN* e *WRPL*. De fato, alguém poderia pensar que, a despeito do trabalho feito nos capítulos anteriores no sentido de se trazer para o primeiro plano uma unidade significativa subjacente aos dois livros, é possível assinalar algumas dificuldades que, pelo menos à primeira vista, podem se mostrar fatais para a abordagem que informa o presente estudo.

Assim, uma primeira dificuldade que poderia ser levantada é a seguinte: não há realmente qualquer continuidade digna de nota entre *NN* e *WRPL*, estando assim correta a interpretação tradicional sobre as obras de Kripke. Com efeito – ainda segundo essa objeção –, trata-se de dois livros incompatíveis mesmo, pois, enquanto um deles (*NN*) adota uma concepção semântica com base nas condições de verdade, o outro (*WRPL*) assume uma visão semântica baseada nas condições de assertibilidade. Desse modo, visto que no próprio núcleo da discussão teórica avançada em cada escrito constata-se o compromisso com uma semântica de tipo bem diverso, não seria possível realmente aproximar de forma adequada as obras e a interpretação tradicional estaria, ao final, plenamente justificada.

A título de resposta a essa primeira objeção, cabe assinalar já desde o início que, efetivamente, *NN* e *WRPL* notabilizam-se por estarem associados a dois tipos diferentes de semânticas, ainda que se deva reconhecer a função e os limites precisos do recurso nos livros a cada uma dessas concepções semânticas. Nesse sentido, em *NN* o apelo à noção de *truth conditions* ocorre principalmente no contexto de explicação da tese da designação rígida. Um exemplo do modo como Kripke recorre às condições de verdade, no âmbito de *NN*, pode ser visto no trecho a seguir:

Eu argumentei que as condições de verdade de “Poderia ter sido o caso que Aristóteles gostava de cachorros” se conformam à teoria da rigidez: nenhuma prova de que poderia ter sido o caso que alguma pessoa, *outra* que Aristóteles, tanto gostava de cachorros quanto era o maior filósofo da antiguidade é relevante para a verdade do enunciado citado (KRIPKE, 1980, pp. 12-13).

Nessa passagem, bem como em outras de mesmo teor, Kripke objetiva indicar como a designação rígida é um fenômeno que pode ser observado atentando-se simplesmente para as condições que devem ocorrer, quer no mundo atual, quer em circunstâncias contrafactuais, a fim de que sejam verdadeiros enunciados contendo nomes próprios e outros designadores rígidos. Nesse quadro explicativo, a designação rígida, sendo um fenômeno bastante real e de simples constatação, não poderia ser eliminada em prol de considerações de escopo ou com base em outros expedientes técnicos. Assim, a rigor, não é exatamente o caso que *NN* faça uma defesa irrestrita e explícita de uma semântica vericondicional, embora, claro, toda a análise sobre a referência, para não falar da discussão sobre essências, aponte para uma perfeita acomodação entre as considerações de Kripke e uma semântica com base nas condições de verdade.

Em *WRPL*, ao contrário, há uma defesa expressa de uma concepção semântica fundada nas condições de assertibilidade. Isso ocorre quando, após a formulação do paradoxo e a rejeição das tentativas diretas de resposta, há a introdução da solução cética, movimento que acompanharia o que, segundo a interpretação fornecida em *WRPL*, teria sido uma mudança por que passou o próprio pensamento filosófico de Wittgenstein. Desse modo, afirma-se o seguinte:

[...] podemos dizer que Wittgenstein propõe uma imagem da linguagem baseada não nas *condições de verdade*, mas nas *condições de assertibilidade* ou *condições de justificação*: sob quais circunstâncias nos é permitido fazer uma dada asserção? (KRIPKE, 1982, p. 74).

Registre-se, portanto, que há indícios significativos para a atribuição de diferentes concepções semânticas aos dois livros considerados. Isso significa que, por essa razão, não se possa conceber uma continuidade importante, vinculada à ênfase conferida aos aspectos sociais na explicação da linguagem, entre *NN* e *WRPL*? Uma tal inferência não parece de modo algum justificada. Realmente, ainda que as análises realizadas em *NN* e em *WRPL* sejam associadas a diferentes concepções semânticas, continua a haver uma unidade relevante entre os dois livros quanto à forma como desenvolvem as suas respectivas explicações linguísticas. Assim, no caso de *NN*, o apelo a uma perspectiva vericondicional não implica que, na explicação sobre a referência que é aí apresentada, elementos de natureza social não possam desempenhar

um papel central. E, de fato, mesmo num quadro vericondicional, aspectos como a comunidade ou as cadeias comunicativas desempenham função fundamental na explicação da referência de *NN*, conforme já analisado anteriormente nesta tese. Desse modo, toda a questão consiste em notar que, no que concerne ao livro *NN*, não há incompatibilidade entre o modo como a semântica vericondicional é aí empregada e a incorporação de elementos comunitaristas para a explicação da referência, sendo que são esses últimos elementos que estabelecem a ponte, na interpretação aqui defendida, com a dimensão social tal como expressamente veiculada na solução cética discutida em *WRPL*.

Em suma, relativamente à primeira objeção, não cabe senão dizer que, em que pesem as diferenças em termos de semântica adotada, a dimensão social encontra formas de estar presente, e isso de maneira bastante importante, tanto em *NN* quanto em *WRPL*, razão por que a objeção não compromete a hipótese defendida nesta tese.

Há uma segunda objeção que poderia ser feita, a qual está relacionada com o desafio examinado anteriormente na medida em que explora as diferentes visões semânticas desenvolvidas em *NN* e em *WRPL*. De acordo com essa segunda objeção, a hipótese interpretativa aqui sustentada não poderia ser verdadeira porque não só as concepções semânticas adotadas são diversas, mas as duas obras desenvolveriam perspectivas teóricas que não poderiam ser admitidas ao mesmo tempo; isto é, a visão cética desenvolvida em *WRPL* seria uma ameaça para a própria “teoria causal” de *NN*. Nesse sentido, continua a objeção, para falar de qualquer unidade entre *NN* e *WRPL*, seria necessário antes reconhecer que o seu autor não teria percebido uma contradição flagrante. Ora – supondo-se a atuação de alguma espécie de princípio de caridade –, não parece razoável atribuir a Kripke erro tão crasso; assim, a interpretação tradicional está correta e *NN* e *WRPL* são de fato obras incompatíveis, não devendo serem tratadas conjuntamente.

A isso, deve-se dizer que a objeção acima mostra-se muito apressada em concluir que os dois livros não podem ser tratados em conjunto. Realmente, apesar de diferentes, não é óbvio que a visão sobre a referência de *NN* e a discussão de *WRPL* sejam irreconciliáveis, de modo que não possam de algum modo ser fertilmente aproximadas – e, portanto, não é evidente que os dois livros desenvolvam visões que sejam completamente contraditórias. Uma amostra no sentido de um tratamento que visa a relacionar proveitosamente os dois livros se encontra em McGinn ou Bernecker, conforme analisado no capítulo 1. Segundo a sugestão de McGinn, por exemplo, é

possível responder ao desafio semântico de *WRPL* recorrendo-se à concepção sobre a referência de *NN*. Essa alternativa é interessante porque busca encontrar um espaço para a normatividade, um dos componentes fundamentais visados na discussão de *WRPL*, no âmbito mesmo da nomeação ou do batismo (assunto central de *NN*), esforço que, ao identificar um terreno comum entre os dois livros, contribui para solapar o pressuposto não tematizado da interpretação prevalente segundo o qual *NN* e *WRPL* pertenceriam a províncias semânticas distintas e como que incomunicáveis.

Evidentemente, a interpretação que defendo nesta tese não deve ser de todo identificada com a interpretação de McGinn e Bernecker. Dessa forma, não procuro analisar em profundidade as questões envolvendo a tentativa de se mobilizar as ideias sobre a referência de *NN* com vistas à elaboração de uma resposta direta ao paradoxo semântico de *WRPL*. No entanto, é possível compreender a leitura sugerida por aqueles dois autores como a realização de uma possibilidade inscrita num espaço interpretativo prévio e de natureza mais ampla. Em outras palavras, a ideia de que, *grosso modo*, a teoria causal da referência apresentada em *NN* pode constituir uma resposta ao paradoxo semântico de *WRPL* parece requerer, como condição anterior (e usualmente não notada), um quadro no qual tanto a concepção de *NN* quanto a de *WRPL* sejam reconhecidas como sustentando certa unidade substancial; ora, esta tese, ao trazer para o primeiro plano a importância da dimensão social e da comunidade linguística para a compreensão da linguagem nas duas obras de Kripke, não faz senão contribuir para o esforço de esclarecer em que consistiria essa unidade subjacente. Sob esse aspecto particular, não seria incorreto descrever a interpretação defendida nesta tese, portanto, como sendo uma tentativa de colaborar para o mapeamento prévio do quadro dentro do qual podem se desenvolver as interpretações de McGinn, Bernecker e outras de natureza similar.

Desse modo, contrariamente à segunda objeção assinalada na página anterior, não é claro que *NN* e *WRPL* sustentem propostas totalmente opostas e, por isso, não possam se prestar a um tratamento que lhes unifique. Em realidade, para se sustentar uma incompatibilidade completa entre as perspectivas teóricas, é necessário se ater, da discussão apresentada em *WRPL*, ao paradoxo semântico (desconsiderando-se em absoluto a parte daquele livro dedicada à solução cética), pois assim torna-se possível apresentar o desafio cético, tomado falsamente como emblemático de toda a discussão de *WRPL*, contra as considerações sobre a referência de *NN*. Contudo, e essa é uma razão adicional contrária à segunda objeção indicada anteriormente, esta tese não

defende que o tema da dimensão social da linguagem aparece, no que concerne a *WRPL*, na formulação do paradoxo semântico, mas sim na sua solução cética. Por isso, qualquer objeção que não considere devidamente o que é apresentado no capítulo 3 de *WRPL* não ameaça o que é defendido neste estudo.

Consideremos, finalmente, uma última objeção que poderia ser formulada. Segundo essa objeção, ao falar de dimensão social da linguagem, esta tese supervaloriza a noção de comunidade, interpretando de maneira excessiva o papel desempenhado por esse conceito tanto em *NN* quanto em *WRPL*. Da mesma forma, poder-se-ia apontar o que seria uma natureza *ad hoc* desse conceito tal como adotado no presente trabalho, a qual possibilitaria que a noção de comunidade pudesse, quase que magicamente, resolver os diversos problemas associados à interpretação de *NN* e *WRPL*.

Não parece ser o caso que a noção de comunidade seja aqui objeto de uma sobreinterpretação. De fato, no que diz respeito a *NN*, é o próprio Kripke quem vincula a ideia de comunidade, entendida *grosso modo* como grupo de indivíduos associados por certas relações linguísticas, ao conceito de cadeia comunicativa, o qual é um componente realmente fundamental do aparato introduzido no livro a fim de explicar a referência. Como prova dessa associação, e para que não sejam novamente retomadas passagens e considerações já examinadas neste estudo, fiquemos apenas com esse trecho, bastante revelador da abordagem defendida em *NN*: “[...] o que é verdadeiro é que é em virtude da nossa conexão com outros falantes na comunidade, a qual remonta ao referente mesmo, que nos referimos a um certo homem [quando utilizamos o nome que lhe foi atribuído] (KRIPKE, 1982, p. 94)”.

Porém, talvez a acusação de uma interpretação indevidamente extensiva seja dirigida não tanto à identificação da função da comunidade descrita acima, mas principalmente visando ao que nesta tese é afirmado a propósito do papel desempenhado pela comunidade exclusivamente em relação ao batismo. Nesse caso, como apontei no capítulo 2, é necessário reconhecer que o próprio Kripke nada diz nesse sentido em *NN*. Entretanto, em que pese o fato de não ser teorizada e talvez nem mesmo subscrita pessoalmente por Kripke, a postulação de um sentido ampliado de comunidade, o qual incorpora não só o aspecto de mecanismo de determinação da referência, mas também a dimensão de comunidade compreendida como participação numa mesma forma de vida efetiva, mostra-se plenamente compatível com o que é sustentado em *NN* (para nada dizer de *WRPL*), e isso fica ainda mais claro se considerarmos como a introdução de um sentido alargado de comunidade torna

possível resolver, de modo externista – e, portanto, totalmente em consonância com certas ideias antimentalistas de *NN*, essas sim bastante explícitas –, problemas como o da ambiguidade referencial.

Por sua vez, no que tange à discussão de *WRPL*, o recurso à comunidade é bastante evidente, bastando notar a importância que essa noção adquire, no âmbito da solução cética, como base para o significado. Afinal, como revelado nesse livro, é a participação na vida da comunidade, com o compartilhamento de práticas e costumes que isso implica, a verdadeira condição para o emprego da nossa linguagem.

Ora, estando corretas as observações acima, já se tem o que é necessário para o estabelecimento da hipótese desta tese, que não faz senão relacionar os diferentes aspectos das considerações indicadas nos parágrafos anteriores; de fato, tudo o que procurei fazer é trazer alguma clareza para a compreensão de uma linha importante de aproximação das obras de Kripke que estava sendo negligenciada pela literatura especializada.

REFERÊNCIAS

- AHMED, A. **Saul Kripke**. London: Continuum, 2007.
- AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. **Scepticism, Rules and Language**. Oxford : Basil Blackwell, 1984.
- BAR-ELLI, G. “A Fregean Look at Kripke’s Modal Notion of Meaning” in BERG, J. (ed.). **Naming, Necessity, and More. Explorations in the Philosophical Work of Saul Kripke**. New York: Palgrave Macmillan, 2014, pp. 129-147.
- BEN-YAMI, H. “Why Rigidity?” in BERG, J. (ed.). **Naming, Necessity, and More. Explorations in the Philosophical Work of Saul Kripke**. New York: Palgrave Macmillan, 2014, pp. 3-21.
- BERNECKER, S. “Rule-Following Made Easy” in **Austrian Ludwig Society**, pp. 33-35. Disponível em <http://sammelpunkt.philo.at:8080/1500/1/bernecker.pdf> . Acesso em 02/09/2015.
- BLACKBURN, S. “The individual strikes Back” in MILLER, A.; WRIGHT, C.(eds.). **Rule-Following and Meaning**. Montreal: McGill-Queen’s University Press, 2002, pp. 28-44.
- BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BRIDGES, J. “Wittgenstein vs contextualism” in AHMED, A. (ed.). **Wittgenstein’s Philosophical Investigations. A Critical Guide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 109-128.
- BURGESS, J. “Madagascar revisited”, **Analysis**, vol. 74, n. 2, pp. 195-201, 2014.
- BURGESS, J. **Kripke**. Cambridge: Polity, 2013.
- CARVALHO, M. “O percurso das Investigações de Wittgenstein. Visão de conjunto da sua filosofia”. Versão preliminar, junho 2015.
- CARVALHO, M. “Esclarecimento e prática. Gestos ostensivos nas *Investigações Filosóficas* e antes” in MORENO, A. R. (org.). **Compreensão: Adestramento, Treinamento, Definição**. Col. CLE, v. 68, 2014, pp. 151-175.
- CARVALHO, M. “Anti-intellectualism and practice in the late Wittgenstein” (preliminary version), **Workshop Knowing How & Pragmatism**, 2014b.
- DeROSE, K. **The case for contextualism**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- EMPIRICUS, S. **Outlines of Scepticism**. Ed. por Julia Annas e Jonathan Barnes. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

EVANS, G. "The Causal Theory of Names" in EVANS, G. **Collected Papers**. Oxford: Clarendon Press, 1985, pp. 1-24.

FINKELSTEIN, D. H. "Wittgenstein on rules and platonismo" in CRARY, A.; READ, R. (eds.). **The New Wittgenstein**. London: Routledge, 2000.

FITCH, G. W. **Saul Kripke**. Montreal: McGill-Queen's, 2004.

FOGELIN, R. **Wittgenstein**. Londres: Routledge, 2002.

FREGE, G. (1884). **The Foundations of Arithmetic**. Oxford: Blackwell, 1974.

HACKER, P. **Wittgenstein: Comparisons & Context**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

HACKING, I. "Putnam's theory of natural kinds and their names is not the same as Kripke's", **Principia**, 11 (1), pp. 1-24, 2007.

HORWICH, P. "Meaning, use and truth" in MILLER, A; WRIGHT, C.(eds.). **Rule-Following and Meaning**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2002, pp. 260-273.

HUGHES, C. **Kripke. Names, Necessity, and Identity**. Oxford: Clarendon Press, 2004.

KRIPKE, S. **Reference and Existence. The John Locke Lectures**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

KRIPKE, S. **Philosophical Troubles**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

KRIPKE, S. **Wittgenstein on rules and private language**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

KRIPKE, S. **Naming and Necessity**. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

KUSCH, M. **A sceptical guide to meaning and rules: defending Kripke's Wittgenstein**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2006.

LINSKY, B. "Kripke on Proper and General Names" in BERGER, A. (ed.). **Saul Kripke**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, pp. 17-48.

LUDLOW, P. "Contextualism and the New Linguistic Turn in Epistemology" in PREYER, G.; PETER, G. (ed.). **Contextualism in Philosophy. Knowledge, Meaning, and Truth**. Oxford : Oxford University Press, 2005.

LYCAN, W. **Philosophy of language**. Oxford: Routledge, 2008.

MCGINN, C. **Wittgenstein on Meaning**. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

MEDINA, J. **The unity of Wittgenstein's philosophy**. Albany: State University of New York Press, 2002.

MILLER, A. **Philosophy of language**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2007.

MILLER, A.; WRIGHT, C. (eds.). **Rule-Following and Meaning**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2002.

NOONAN, H. **The Routledge Philosophy Guidebook to Kripke and Naming and Necessity**. Oxford: Routledge, 2013.

OTERO, M. **Esbozo de la filosofía de Kripke**. Barcelona: Montesinos Ensayo, 2006.

PENCO, C. **Introdução à filosofia da linguagem**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

PETTIT, P. "The reality of rule-following" in MILLER, A.; WRIGHT, C. (eds.). **Rule-Following and Meaning**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2002, pp. 188-208.

PRETI, C. **On Kripke**. Toronto: Thomson/Wadsworth, 2003.

PREYER, G.; PETER, G. "Introduction" in PREYER, G.; PETER, G. (ed.). **Contextualism in Philosophy. Knowledge, Meaning, and Truth**. Oxford : Oxford University Press, 2005, pp. 1-7.

RECANATI, F. "Literalism and Contextualism: Some Varieties" in PREYER, G.; PETER, G. (ed.). **Contextualism in Philosophy. Knowledge, Meaning, and Truth**. Oxford : Oxford University Press, 2005, pp. 171-196.

REIMER, M.; MICHAELSON, E. "Reference" in ZALTA, E. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Summer 2016 Edition, URL = <http://plato.stanford.edu/archives/sum2016/entries/reference/> . Acesso em 20-07-2016.

RYSIEW, P. "Epistemic Contextualism" in ZALTA, E. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Spring 2016 Edition, forthcoming URL : <http://plato.stanford.edu/archives/spr2016/entries/contextualism-epistemology/> . Acesso em 29-02-2016.

SATNE, G. **El argumento escéptico: de Wittgenstein a Kripke**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2005.

SEARLE, J. "Filosofia contemporânea nos Estados Unidos" in Tsui-James, E. P; Bunin, N. (orgs.). **Compêndio de filosofia**. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2002, pp. 1-23.

SILVA, D. S. **Referência, necessidade e ciência: um estudo do essencialismo científico de Saul Kripke**. 2012. 101f. Dissertação (Mestrado em filosofia). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2012.

SILVA, D. S. “Wittgenstein sobre Hipóteses e Regras”, **Outramargem**, ano 3, n. 4, pp. 68-79, 2016.

SMITH, P. J. “Ceticismo semântico” *in* BRANQUINHO, J.; MURCHO, D.; GOMES, N. G. (eds.). **Enciclopédia de termos lógico- filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 138-143.

SMITH, P. J. “Das formas de escepticismo semântico”, **Theoria**, n. 13, 2002, pp. 101-117).

STALNAKER, R. **Context**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

STERN, D. “Private language” *in* KUUSELA, O.; MCGINN, M.; (eds.). **The Oxford Handbook of Wittgenstein**. Oxford: Oxford University Press, 2014, pp. 333-350.

STERN, D. **Wittgenstein’s Philosophical Investigations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

STRAWSON, P. F. **Análise e metafísica: uma introdução à filosofia**. São Paulo: Discurso Editorial, 2002.

STROUD, B. “Mind, meaning, and practice” *in* SLUGA, H.; STERN, D. (eds.). **The Cambridge Companion to Wittgenstein**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 296-319.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**. London: Prentice-Hall, 1999.